

**UNIVERSIDADE ESTADUAL DO OESTE DO PARANÁ UNIOESTE – CAMPUS DE
CASCAVEL
CENTRO DE EDUCAÇÃO, COMUNICAÇÃO E ARTES.
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO *STRICTO SENSU* EM EDUCAÇÃO
NÍVEL DE MESTRADO/PPGE
ÁREA DE CONCENTRAÇÃO: SOCIEDADE, ESTADO E EDUCAÇÃO**

**ENCONTROS E DESENCONTROS DO MOVIMENTO ESTUDANTIL
SECUNDARISTA PARANAENSE (1964 – 1985)**

Silvana Lazzarotto Schmitt

**CASCAVEL, PR
2011**

SILVANA LAZZAROTTO SCHMITT

**ENCONTROS E DESENCONTROS DO MOVIMENTO ESTUDANTIL
SECUNDARISTA PARANAENSE (1964 – 1985)**

Dissertação apresentada como requisito parcial para a obtenção do título de Mestre em Educação, Curso de Pós-Graduação em Educação, do Centro de Educação Comunicação e Artes da Universidade Estadual do Oeste do Paraná.

Orientador: Prof. Dr. Alexandre Felipe Fiuza

**CASCADEL, PR
2011**

Schmitt, Silvana Lazzarotto

S355 Encontros e desencontros do Movimento Estudantil
Secundarista Paranaense (1964 – 1985). / Silvana
Lazzarotto Schmitt – Cascavel, 2011.
198 f.

Orientador: Prof. Dr. Alexandre Felipe Fiuza.
Dissertação(Mestrado) – Universidade Estadual do
Oeste do Paraná – Campus de Cascavel.

1. Movimento Estudantil Secundarista - Paraná.
2. Movimento Estudantil - História. 3. DOPS - Paraná.
4. Polícia - Política. I. Fiuza, Alexandre Felipe. II. Título.

CDD – 322.440981
371.830981

UNIOESTE - UNIVERSIDADE ESTADUAL DO OESTE DO PARANÁ
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM EDUCAÇÃO

DISSERTAÇÃO DE MESTRADO

ENCONTROS E DESENCONTROS DO MOVIMENTO ESTUDANTIL
SECUNDARISTA PARANAENSE (DE 1964 A 1985)

Autor: Silvana Lazzarotto Schmitt

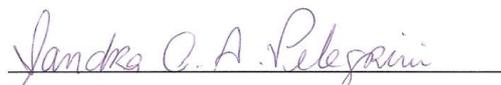
Orientador: Alexandre Felipe Fiuza

Este exemplar corresponde à Dissertação de Mestrado defendida por Silvana Lazzarotto Schmitt aluna do Programa de Pós-Graduação em Educação da Universidade Estadual do Oeste do Paraná - UNIOESTE para obtenção do título de Mestre em Educação.
Data: 29/04/2011

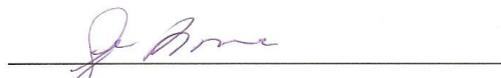
Assinatura: _____
(orientador)



COMISSÃO JULGADORA:



Profa. Dra. Sandra de Cássia Araújo Pelegrini



Profa. Dra. Geni Rosa Duarte



Prof. Dr. André Paulo Castanha

DEDICATÓRIA

Ao meu pai, Sadir Lazzarotto, que me ensinou a lutar sempre pelos meus objetivos, apesar das dificuldades que encontramos no caminho.

A todos aqueles que abriram mão de seus interesses individuais para lutarem por melhores condições de vida para a classe trabalhadora.

A todas as pessoas que, de alguma forma, contribuíram para a realização da nossa pesquisa, desde conversas informais e entrevistas até a disponibilização de documentos de arquivo pessoal.

AGRADECIMENTO

Agradeço ao professor Alexandre Felipe Fiuza pela orientação segura e paciente, bem como pelo conhecimento que adquiri com as orientações.

À banca de qualificação e defesa, formada pelos professores Sandra de Cássia Araújo Pelegrini, André Paulo Castanha e Geni Rosa Duarte, pela disponibilidade em ler este texto e contribuir, de forma significativa, para o aprimoramento de nossa pesquisa.

Aos professores do Programa, que contribuíram de forma expressiva para meu processo de formação acadêmica.

À Secretária do Programa, Sandra Maria Gausmann Köerich, pelo atendimento sempre eficiente e carinhoso.

Aos colegas que estiveram a meu lado nesta jornada de conhecimento, de conquistas e de frustrações.

À minha família, especialmente ao meu companheiro, Rômulo Ernani Schmitt, que soube respeitar os momentos em que precisei me ausentar para estudar e também pelo incentivo dispensado. Agradeço ainda aos meus filhos, Francisco e Miguel (o último nasceu em meio ao processo de qualificação e defesa), por serem a mola propulsora nesta caminhada, quando tudo parecia muito difícil.

Não estarei nominando outras pessoas para não incorrer no erro de deixar alguém sem ser lembrado, tendo em vista que muitas pessoas contribuíram para esta pesquisa. Assim, expresso meu muito obrigada, com carinho especial a todos aqueles que contribuíram com este trabalho, seja por meio de entrevistas, de sugestões e de orientações, enfim, agradeço imensamente, porque a produção de uma dissertação é o resultado de um coletivo de ações.

RESUMO

Este estudo tem como objetivo a elucidação das características da organização dos estudantes secundaristas paranaenses durante o período de 1964 a 1985. O recorte temporal justifica-se na medida em que representa o exercício de um governo militar no qual estudantes e outros setores da sociedade estiveram organizados no sentido de romper com muitas ações desse governo. O estudo voltou-se para o Movimento Estudantil (ME) secundarista no Estado do Paraná tendo em vista que ainda não há literatura produzida sobre essa forma de organização estudantil e pela compreensão de que ela contribuiu na forma como o governo militar se organizou. No percurso para o levantamento de fontes encontramos grande dificuldade em consultá-las, tendo em vista que as fontes que tratam especificamente do objeto de estudo são primárias e, como já é do conhecimento de muitos, a história tem mostrado que não há interesse em arquivar documentos, especialmente de um período da história do país com tanto acontecimentos obscuros. O estudo sobre o ME secundarista paranaense foi feito à luz dos acontecimentos sociais, econômicos e políticos do período em apreço. A análise das fontes primárias foi realizada a partir de uma fundamentação teórica que busca utilizá-las de forma sistemática e com rigor teórico. As fontes secundárias utilizadas tratam da forma como a sociedade esteve organizada no período, bem como da produção referente ao ME brasileiro, seja universitário ou secundarista. Para elucidar a forma como os estudantes secundaristas paranaenses se organizaram no período, esta dissertação foi organizada em quatro capítulos. Nos dois primeiros, o objetivo é trazer subsídios para propiciar a fundamentação ao leitor diante do contexto, num primeiro momento trazendo para a discussão o período mais acentuado da ditadura civil-militar (1964-1974), em seguida como foi o processo de abertura política, sendo, em ambos, destacadas as ações do governo e do ME. No segundo momento da pesquisa iniciamos propriamente a análise das fontes primárias, que se deu a partir da apreciação da documentação arquivada no Arquivo Público do Paraná que fazem parte dos arquivos da DOPS-PR. O último capítulo é dedicado ao estudo sobre a memória a partir de uma breve análise das entrevistas realizadas com alguns militantes do movimento secundarista paranaense, bem como uma discussão sobre os contrastes entre a história “contada” pelos militantes e o que está escrito nos documentos oficiais do período.

Palavras-chave: História. Memória. Polícia política. Movimento estudantil secundarista.

ABSTRACT

This study aims to explain the characteristics of the high school students' organization in the period from 1964 to 1985. The time frame is justified insofar as it represents the exercise of a military government in which students and other sectors of society were organized to break with many actions of this government. The study focused on the high school student movement in the state of Paraná (Brazil), since there is no literature produced on this form of student organization, and since we believe that it contributed in the way the military government was organized. During data collection, we found great difficulty in consulting the sources, since the ones dealing specifically with the object of study were primary sources and, as it is already known to many, history has been showing that there is no interest in filing some kinds of documents, especially from a period in the history of the country with so many obscure events. The study on the high school student movement in Paraná was carried out in light of the social, economic and political aspects of the reporting period. The primary sources were analyzed on the basis of a theoretical framework which would propitiate systematic and accurate use of data. The secondary sources dealt with the way society was organized in that period and the production concerning the Brazilian student movement, either the university or the high school one. In order to elucidate how high school students from Paraná were organized during that period, this dissertation is organized into four chapters. The first two chapters aims to provide context for the reader, bringing to the debate, firstly, the strongest period of civil-military dictatorship (1964-1974), and secondly, the process of political opening. In both chapters the government's and student movement's actions are highlighted. In the following chapter, we examine the primary sources, which consist of documents filed in the Public Archives of Paraná that are part of DOPS-PR Archives. The last chapter focuses on the study of memory through a brief analysis of the interviews conducted with some activists of the high school movement in Paraná, and through the discussion on the contrasts between the story "told" by the activists and what is written in official documents of the period.

Keywords: History. Memory. Political police. High school student movement.

LISTA DE SIGLAS

AC – Ação Católica
ACES – Associação Cascavelense dos Estudantes Secundaristas
AERP – Assessoria Especial de Relações Públicas
AI – Ato Institucional
ANEL – Aliança Nacional de Estudantes Livre
AP – Ação Popular
ASI – Assessoria de Segurança e Informação
ARENA – Aliança Renovadora Nacional
CENIMAR – Centro de Informações da Marinha
CODI-DOI – Centro de Operações de Defesa Interna/ Destacamento de Operações de Informações
COESES – Congresso Estadual dos Estudantes Secundaristas
CPC – Centro Popular de Cultura
CUT – Central Única dos Trabalhadores
CGT – Central Geral dos Trabalhadores
DCE – Diretório Central dos Estudantes
DEEs – Diretório Estadual de Estudantes
DFC – Departamento de Formação da Cultura
DDI – Departamento de Documentação e Informação
DDC – Departamento de Difusão da Cultura
DNE – Diretório Nacional dos Estudantes
DOPS – Delegacia de Ordem Política e Social
DPF – Departamento de Polícia Federal
DSI – Divisão de Segurança e Informação
EOEIG - Escola de Oficiais Especialistas de Infantaria de Guarda
ESG – Escola Superior de Guerra
FECIVEL – Faculdade de Ciências e Letras de Cascavel
FMI – Fundo Monetário Internacional
FUEL – Fundação Universidade de Londrina
IPMs – Inquéritos Policiais Militares
IPARDES – Instituto Paranaense de Desenvolvimento Econômico e Social
ISEB – Instituto Social de Estudos Brasileiros
JEC – Juventude Estudantil Católica
JOC – Juventude Operária Católica
JUC – Juventude Universitária Católica
MAS – Movimento de Ação Secundarista
MCP – Movimento de Cultura Popular
MDB – Movimento Democrático Brasileiro
MEB – Movimento de Educação de Base
MEC – Ministério da Educação e Cultura
MEL – Movimento Estudantil Livre
MOJOL – Movimento Jovem de Libertação da Igreja
MR-8 – Movimento Revolucionário 8 de outubro
MST – Movimento Sem Terra
PCB – Partido Comunista Brasileiro
PDT – Partido Democrático Trabalhista
PMDB – Partido Democrático Brasileiro
PMPR – Polícia Militar do Paraná

PT – Partido dos Trabalhadores
SAP – Sociedade de Arte Popular
SI – Serviço de Informação
SNI – Serviço Nacional de Informações
SR – Serviço Reservado
SESP – Secretaria de Estado de Segurança Pública
UBES – União Brasileira dos Estudantes Secundaristas
UDN – União Democrática Nacional
UEEs – Uniões Estaduais de Estudantes
UFPR – Universidade Federal do Paraná
UJS – União da Juventude Socialista
UNE – União Nacional dos Estudantes
UNIOESTE – Universidade Estadual do Oeste do Paraná
UMES – União Metropolitana dos Estudantes Secundaristas
UPE – União Paranaense dos Estudantes
UPES – União Paranaense dos Estudantes Secundaristas
USAID – United States Agency for International Development /Agência Norte-
Americana para o Desenvolvimento Internacional
UTES – União Toledana dos Estudantes Secundaristas
VAR – Vanguarda Armada Revolucionária

SUMÁRIO

| | |
|--|------------|
| INTRODUÇÃO | 12 |
| CAPÍTULO 1: O MOVIMENTO ESTUDANTIL NA RESISTÊNCIA AO GOVERNO MILITAR (1964-1974) | 22 |
| 1.1. Atuação do ME no pré-golpe civil-militar..... | 23 |
| 1.2. O Golpe e a “desarticulação” do Movimento Estudantil..... | 30 |
| 1.3. Radicalização ou resultado do processo histórico: a luta armada | 50 |
| | |
| CAPITULO 2: O MOVIMENTO ESTUDANTIL NO PROCESSO DE ABERTURA POLÍTICA | 66 |
| 2.1 Distensão, abertura, transição: as expressões e ações do governo militar para o término da ditadura civil-militar..... | 67 |
| 2.2 1979: o marco para o “recomeço” | 70 |
| | |
| CAPÍTULO 3 – O MOVIMENTO ESTUDANTIL PELO OLHAR DA DOPS | 87 |
| 3.1. A DOPS como agente de “controle” | 88 |
| 3.2. O olhar da DOPS sobre o Movimento Estudantil Secundarista paranaense..... | 94 |
| 3.2.1 Os Congressos - COESES..... | 111 |
| 3.2. 2 Demais atividades realizadas pela UPES..... | 123 |
| | |
| CAPÍTULO 4 – AS MEMÓRIAS DOS ESTUDANTES PARANAENSES | 130 |
| 4.1. O passado visto através da memória..... | 131 |
| 4.2. O Movimento Estudantil secundarista pelo olhar daqueles que nele atuaram..... | 133 |
| 4.3. A história oficial <i>versus</i> a história dos estudantes secundaristas..... | 150 |
| | |
| CONSIDERAÇÕES FINAIS | 159 |
| REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS | 162 |
| ANEXOS | 170 |

INTRODUÇÃO

A presente pesquisa tem como objetivo elucidar a história do Movimento Estudantil¹ paranaense, especificamente do movimento secundarista, durante a ditadura civil-militar² brasileira. Para tanto, examinaremos o nível de organização dos estudantes e quais foram os encontros e desencontros desse segmento diante das transformações sociais do período em apreço, ou seja, a pretensão é compreender em que medida o ME secundarista paranaense esteve articulado para defender os interesses dos estudantes ou “acatou” as políticas educacionais emanadas do governo federal e ou estadual. Assim, a pesquisa esteve, a princípio, direcionada para o levantamento de fontes que possibilitassem discussões acerca do ME secundarista do Paraná.

O recorte temporal (1964-1985) não foi escolhido ao acaso, pois foi considerado o período de efervescência política e cultural que, apesar de tudo, ocorreu durante a ditadura civil-militar (1964-1984), momento também de intensa atuação do ME secundarista e universitário. Dessa forma, o fim do recorte se justifica tendo em vista que as discussões sobre melhores condições de educação foram definitivamente barradas pelo golpe militar e apenas no ano de 1985 acontece a aprovação da Lei do Grêmio Livre, por exemplo, marco institucional do processo de abertura política.

Para discorrer sobre a trajetória da organização estudantil vale ressaltar que os estudantes organizados não se constituem numa classe social, mantendo sua classe de origem e, na medida do possível, procurando defender interesses coletivos.

Nesse mesmo sentido, ao se referir ao papel do estudante no processo de transformação social, Foracchi assevera: “O estudante não é, contudo, o agente humano que, por excelência, o conduz. Sua atuação só adquire expressão renovadora quando associada com outras forças de renovação, sua força só ganha vitalidade quando integrada a um processo já desencadeado” (1977, p. 3).

¹ Doravante denominado ME.

² O termo civil-militar é aqui utilizado porque, de acordo com autores que estudaram o período de 1964-1984, o golpe militar e o regime por ele instaurado atendiam não apenas aos interesses dos militares, mas também e de forma decisiva aos da classe dominante brasileira, portanto foi um golpe civil e militar. Destacamos ainda que há várias terminologias dispensadas para a caracterização do período em apreço e que estaremos nos utilizando delas sempre com o objetivo de caracterizar esse período como aquele em que há a ausência da democracia.

Para efeito de melhor compreensão no que tange à forma de organização dos estudantes brasileiros, organizamos um organograma com o objetivo de elucidar as diferentes instâncias do ME e sua respectiva função³.

No decorrer da realização de nossa pesquisa observamos que há uma lacuna de estudos sobre o ME secundarista, ao passo que, com relação ao ME universitário, percebemos um arcabouço mais abrangente de literatura produzida. Nessa perspectiva, consideramos pertinente destacar a assertiva de Duarte:

[...] houve sempre uma certa desqualificação histórica em relação ao estudante secundarista, dando a impressão que o movimento estudantil se restringia ao movimento universitário representado pela UNE. Raramente é mencionada a presença de jovens secundaristas, ou quando ocorre de serem considerados, é de forma quase sempre elucidativa, como durante a aprovação e os protestos contra a Lei Suplicy (1964), ou as manifestações contrárias à morte do estudante secundarista Edson Luís. (2005, p. 11).

Uma outra questão conveniente a destacar sobre a atuação do ME brasileiro, no período em apreço, está no fato de que ele foi marcado também por lideranças e militantes que apoiaram a ditadura ou então proferiam discursos supostamente neutros em relação ao governo militar, ou seja, é preciso mencionar que houve ME que defendia os interesses do pensamento político de direita⁴ e a preservação do *status quo*.

A partir dessas considerações, procuramos, em nossa pesquisa, discutir as seguintes questões: – Como o ME secundarista se (re)organizou durante a ditadura civil-militar no Paraná? – Quais políticas educacionais foram implementadas no período no sentido de orientar a organização dos estudantes e em que medida influenciaram essa retomada? – Houve participação dos estudantes paranaenses nas discussões e nos movimentos políticos durante o processo de redemocratização do país? – De que forma o ME era visto pela polícia política – DOPS (Delegacia de

³ Ver anexo 01, página 171.

⁴ Tendo em vista que, no decorrer deste estudo, nos remeteremos ao pensamento de direita e esquerda no ME Secundarista, é conveniente definir, mesmo que de forma sucinta, tais pensamentos. Tais conceitos começaram a ser utilizados a partir da Revolução Francesa, quando aqueles que defendiam os interesses das classes populares e alijadas do poder político se sentavam à esquerda da Mesa da Presidência do Parlamento, enquanto os setores mais ligados ao *status quo* se sentavam à direita, respectivamente representados pelos girondinos e pelos jacobinos. Ainda de acordo com o dicionário de política, “[...] o divisor de águas entre direita e esquerda está na atitude favorável ou não às políticas de mudanças no *status quo*” (D’ALIMONTE, Roberto. Espaço político. BOBBIO, Norberto; MATTEUCCI, Nicola; PASQUINO, Gianfranco. *Dicionário de política*. 4. ed. Brasília: Edunb, 1992. vol. 1, p.392-4).

Ordem Política e Social)? – Quais relações podemos aferir entre a memória dos estudantes paranaenses e os registros arquivados na documentação da DOPS?

Para tanto, estudamos o envolvimento do ME secundarista nas principais questões educacionais, como, por exemplo, a Reforma Universitária, alocação de recursos financeiros para propiciar infraestrutura necessária para as instituições públicas, dentre outras, que se apresentaram no Brasil e no Paraná mais especificamente, durante o período da ditadura civil-militar, produzindo uma discussão paralela com a forma de orientação das políticas educacionais para organização do ME, principalmente em referência aos grêmios estudantis. Por isso a necessidade em se esclarecer aspectos político-organizacionais do ME para entender suas características a partir de uma contextualização histórica que se estabeleceu no período de 1964-1985.

O levantamento de fontes primárias ocorreu por meio de entrevistas com participantes do ME da região Oeste do Paraná, coleta de documentos no Arquivo Público do Paraná, nas entidades estudantis e com os membros entrevistados. A pesquisa por fontes secundárias se deu por levantamento bibliográfico, especialmente na busca por Trabalhos de Conclusão de Curso (TCC), artigos, dissertações e teses sobre o ME universitário e secundarista, além da análise desse material. Como já citado, tal pesquisa demonstrou a escassez de fontes sobre o tema.

Assim, utilizamos a história oral, instrumento de pesquisa que privilegia a realização de entrevistas⁵ com pessoas que participaram ou que testemunharam acontecimentos passados, pois, de acordo com Alberti, a história oral permite:

[...] ampliar o conhecimento sobre acontecimentos e conjunturas do passado através do estudo aprofundado de experiências e versões particulares; de procurar compreender a sociedade através do indivíduo que nela viveu; de estabelecer relações entre o geral e o particular através da análise comparativa de diferentes versões e testemunhos. (ALBERTI, 1989, p. 3).

Por isso, quando realizamos uma entrevista, devemos considerar que é uma versão do passado e o fato de o entrevistado distorcer ou omitir acontecimentos deve estar articulado com “[...] uma reflexão mais ampla, perguntando-se por que razão o entrevistado concebe o passado de uma forma e não de outra e por que

⁵ Ver roteiro de entrevista no Anexo 02, página 173.

razão e em que medida sua concepção difere (ou não) das de outros depoentes” (Idem).

Por se tratar de um momento recente e em que alguns militantes ou envolvidos permanecem vivos, trabalhando e produzindo, a pesquisa requer um cuidado especial com as fontes e valoriza cada vez mais a necessidade de atentarmos para a formalidade dos fatos e das fontes. Nesse sentido, procuramos nos orientar, na realização das entrevistas, considerando alguns pontos decisivos para que elas nos servissem de subsídio na elaboração do texto, porque:

Quando realiza entrevistas, certamente o historiador deve trabalhar segundo suas técnicas próprias, mas também deve ter em mente dois outros procedimentos, tomados de empréstimo a disciplinas vizinhas: por um lado, servir-se das contribuições da sociologia na condução e na formulação das pesquisas; por outro, não negligenciar elementos de psicologia, psicossociologia e psicanálise. Para ele, não se trata de propor interpretações da mensagem que lhe é comunicada, mas de saber que o não-dito, a hesitação, o silêncio, a repetição desnecessária, o lapso, a divagação e a associação são elementos integrantes e até estruturantes do discurso e do relato. Não cabe desesperar-se com mentiras mais ou menos fáceis de desmascarar nem com o que pode ser tomado como contraverdades da palavra-fonte. (VOLDMAN, 2005, p. 38).

Ao utilizarmos a história oral, estamos lidando com a memória, que Rousso define como a presença do passado, ou seja, “[...] é uma reconstrução psíquica e intelectual que acarreta de fato uma representação seletiva do passado que nunca é aquele do indivíduo somente, mas de um indivíduo inserido num contexto familiar, social, nacional” (ROUSSO, 2005, p. 94).

Apesar de a história oral ser utilizada com mais frequência por historiadores, ponderamos que outras áreas do conhecimento podem utilizá-la, a exemplo da Educação, mais especificamente nos estudos em história da educação. Destacamos que o uso da história oral, embora remonte aos primeiros historiadores, se estabeleceu como prática e movimento nas décadas de 1960 e 1970, sendo um instrumento eficaz de coleta de fontes, repercutindo em debates entre os historiadores orais no que concerne à memória e à história.

Outras fontes para a realização de nossa pesquisa foram arroladas no acervo da DOPS⁶ do Paraná, arquivadas em pastas/dossiês no Arquivo Público do Paraná,

⁶ As DOPS foram criadas para vigiar as manifestações políticas desde a década de 1920. Perseguiam, acima de tudo, as atividades intelectuais, sociais, políticas e partidárias de cunho

instituição que nos permitiu a coleta de documentos relevantes sobre o ME paranaense, especificamente o ME secundarista, a partir da Ditadura Militar. Os documentos foram analisados de maneira mais sistemática no capítulo III deste texto, tendo como referência teórica as discussões feitas por Le Goff e Ragazzini, quando o primeiro destaca:

O documento não é inócuo. É antes de mais nada o resultado de uma montagem, consciente, ou inconsciente, da história, da época, da sociedade que o produziram, mas também das épocas sucessivas durante as quais continuou a viver talvez esquecido, durante as quais continuou a viver ainda que no silêncio. (GOFF, p. 547).

Salientamos, com base no referencial teórico, que é preciso analisar as condições de produção dos documentos, ou seja, o contexto social. Assim justificamos a organização deste estudo, que se iniciou a partir de uma retomada do momento histórico em apreço.

Por sua vez, Ragazzini assevera que “uma fonte oficial e uma testemunha oral não têm o mesmo valor”, mas “o valor de uma ou de outra só pode ser corretamente determinado em relação ao problema pesquisado.” Por isso:

As fontes diretas têm maior valor probatório do que as fontes indiretas se o testemunho revela problemas propriamente e legitimamente considerados no seu contexto, enquanto que, de forma oposta, pode ter maior peso o testemunho indiciário ou indireto quando a questão discutida é objeto de censura ou tratada de forma restrita em um determinado contexto político e cultural. (RAGAZZINI, 2001, p. 21).

No processo de prospecção de fontes, como já relatamos, constatamos que não há referência a UBES com a mesma frequência em que ocorre com a UNE, fato que também nos chamou a atenção, e que nos impele a buscar as causas dessa

comunista. Uma DOPS exercia, portanto, a função de órgão policial, e deixou documentos, como ofícios, relatórios, radiogramas e livros confiscados que hoje servem como pesquisa histórica e busca de processos judiciais. Há dossiês que discriminam sobre a existência, na época, de eleições sindicais, greves, partidos políticos, atos públicos e outros acontecimentos que eram registrados e vigiados pela DOPS. De acordo com Fiuza: “A produção de informações advindas dos DOPS, reais ou inventadas, serviu de parâmetro para ações práticas, como prisões, proibições e abertura de processos, no enquadramento dos setores observados, e, provavelmente, numa própria auto-justificativa para a existência destes serviços e seus respectivos cargos públicos, com as comissões e extras recebidos pelos agentes quando da sua atividade rotineira ou nas ‘diligências’” (2006, p. 22).

discrepância entre as duas instituições, tendo em vista que ambas representam seus segmentos estudantis em nível nacional.

Com relação às fontes secundárias, destacamos que, dentre os autores que estudaram o período de 1964-1985, os que subsidiaram as discussões teóricas no desenvolvimento de nosso trabalho foram: José Luís Sanfelice, José Wellington Germano e Maria Helena Moreira Alves.

Sanfelice (1986) escreve sobre o ME universitário se utilizando de fontes primárias e secundárias, produzindo uma análise crítica da organização estudantil desde meados do século passado até 1969, quando os estudantes são impedidos de continuar suas manifestações devido à repressão exercida pelo governo militar. Esse autor faz sua análise tendo por base a legislação imposta pelos militares, bem como os documentos produzidos pelos estudantes no período, aí estando sua contribuição para nossa pesquisa, haja vista que nos utilizamos da legislação e de entrevistas com participantes do ME. Germano (1994), por sua vez, traz uma discussão pormenorizada sobre a política educacional “imposta” pelo regime militar, considerando para tanto as questões políticas, econômicas, sociais e culturais presentes durante os 20 anos de ditadura no Brasil. Já Alves (1984), também num trabalho de fôlego, faz uma discussão mais ampla das ações do governo militar e como este se estruturou no período, discorrendo sobre os principais aspectos políticos e econômicos de cada governo. Percurso semelhante é feito por Vieira (1985), porém de maneira mais sucinta.

Utilizamos ainda como fonte o livro de Milton Ivan Heller (1988), escrito no período de transição democrática por sua vez, o que pode interferir no rigor das análises em função da vivência do momento. O livro é, porém, relevante na medida em que trata da organização da ditadura no Paraná a partir de entrevistas com militantes do período.

Salientamos que por meio do levantamento bibliográfico, localizamos dois livros que tratam no ME secundarista, um escrito por Raisa Marques, em parceria com o jornalista André Cintra, intitulado: *UBES, uma rebeldia conseqüente*⁷, resultado de dois anos de pesquisa e entrevistas com os ex-dirigentes que ajudaram a construir a União Brasileira dos Estudantes Secundaristas, obra essa lançada no

⁷ Informações retiradas do *site* oficial da Ubes, matéria sobre o lançamento do livro na íntegra no endereço: <http://www.une.org.br/home3/movimento_estudantil/movimento_estudantil_2008/m_15809.html>. Acesso em: 3 maio 2010.

38º Congresso da UBES. O outro livro foi escrito por Flavio Silveira, intitulado “A Luta do Movimento Estudantil Secundarista”⁸.

Importante é ressaltar o fato de que os estudos sobre o ME têm refletido o contexto social mais amplo, uma vez que os trabalhos publicados e que analisaram as décadas de 1960 a 1980⁹ tratam do ME enquanto um movimento contra a ditadura militar, em contrapartida os estudos a partir da década de 1990 vêm tentando demonstrar uma nova forma de organização ou as causas de uma possível desarticulação desse movimento. As pesquisas, na década de 1990, trazem para discussão a questão da influência dos partidos políticos¹⁰, uma possível desarticulação do movimento e os reflexos do individualismo da sociedade contemporânea no interior da organização estudantil.

Para o recorte temporal aqui eleito, englobando a ditadura¹¹ civil-militar, consideramos que os processos de mudança no Brasil, desde 1964, devem ser analisados num contexto mais amplo, como no papel específico que a economia brasileira desempenhava no sistema econômico mundial. Alves assevera que: “A crescente penetração do capital internacional após meados da década de 50 configurou uma aliança entre o capital multinacional, o capital nacional associado – dependente e o papel do Estado” (1984, p. 19).

Há ainda que se considerar que as transformações ocorridas no país nesse período são complexas, não apenas de caráter político, mas econômico, social e cultural. E, ainda, o período de transição é marcado por mudanças e permanências, na organização da sociedade brasileira, mas que o trabalho procura discutir especificamente o papel dos estudantes diante de tais processos.

⁸ Não tivemos acesso, até o momento, à obra.

⁹ Dentre os autores, podemos citar: Sanfelice (1986), Poerner (2004) e Valle (1997).

¹⁰ Podemos citar, como exemplo de pesquisa nessa perspectiva, as dissertações de mestrado de Carvalho (2006) e de Barbosa (2007).

¹¹ Para o “Dicionário de Política”: “Com a palavra ditadura tende-se a designar toda classe dos regimes não-democráticos especificamente modernos, isto é, dos regimes não-democráticos existentes nos países modernos” (BOBBIO; PASQUINO; MATTEUCI, 1992, p. 375). Neste sentido, compreendemos que governos ditatoriais são aqueles que não permitem a participação da população na escolha de seus representantes, e o povo ainda tem muitos dos seus direitos desconsiderados, tais como o direito de fazer escolhas políticas. Dessa forma podemos caracterizar como Ditadura o governo estabelecido no Brasil a partir de um golpe no ano de 1964, porque, a partir de então, o país passou a ser governado por um Presidente-General, escolhido pelo Colégio Eleitoral, que, para defender o interesse da classe que representava, passou a governar por meio de uma legislação proposta e aprovada também pelo Colégio Eleitoral, mediante as mais diversas formas de pressão ou de negociação.

Consideramos o tema relevante na medida em que o estudo da organização dos estudantes reflete as políticas educacionais implementadas no período, permitindo, ao mesmo tempo, o resgate da história desse seguimento, bem como a identificação das medidas do governo militar para a educação. Igualmente permite observar as mudanças advindas do processo de democratização, numa nova forma de orientar os estudantes. Por fim, ainda possibilita observar em que medida tais políticas realmente influenciaram ou determinaram a organização estudantil.

Para que pudéssemos atingir nosso objetivo, consideramos a trajetória histórica da organização dos estudantes brasileiros, a qual acontece desde o Brasil Colônia. Todavia, a sua instituição de nível nacional, a UNE¹², foi fundada em 11 de agosto de 1937 e institucionalizada pelo Decreto-Lei nº. 4080, de 11 de fevereiro de 1938, momento em que o ME se organiza de fato, congregando tanto os estudantes universitários quanto os estudantes secundaristas, organizados em grêmios estudantis oriundos dos chamados Liceus, que, desde os anos 1930, se reuniam para discutir a educação no Brasil. Romagnoli e Gonçalves (1979), no livro “A Volta da UNE: de Ibiúna a Salvador”, afirmam que a UNE consolidou um canal permanente de contato entre os estudantes e sua participação nas mudanças da estrutura política, social e econômica do país.

Com a necessidade de organização dos estudantes, é criada, em 1948, a União Brasileira dos Estudantes Secundaristas (UBES)¹³, que, inicialmente, passou a representar estudantes de escolas de ensino fundamental e médio e, posteriormente, os estudantes do ensino técnico, profissionalizante e pré-vestibular, tendo como objetivo a defesa da educação pública, gratuita e de qualidade.

Vale ressaltar que o ME, organizado pela UNE e demais entidades estudantis estaduais e/ou municipais, foi um grupo heterogêneo de estudantes com relação à classe social a qual pertenciam e também pelo nível de escolaridade, médio e superior, mas que manteve certa coerência de idéias do pré-golpe militar até o ano de 1968, estabelecendo um norte de ação e discussão que almejava a conquista de benefícios para todos os brasileiros, tendo como parâmetro a democracia:

¹² A história da organização dos estudantes brasileiros a nível nacional está exposta de forma detalhada tanto no livro de Arthur Poerner: “O Poder Jovem”; quanto no livro de Antonio Mendes Júnior: “História do Movimento Estudantil no Brasil”, ambos citados nas referências bibliográficas.

¹³ A União Brasileira dos Estudantes Secundaristas (UBES) foi fundada em 25 de julho de 1948 no Rio de Janeiro, data em que se oficializou a colaboração entre a UNE e a UBES (Disponível em: <<http://www.ubes.org.br>>. Acesso em: 20 ago.2009).

Na década de 60, por exemplo, em decorrência das características daquele momento histórico do desenvolvimento brasileiro, o Movimento Estudantil liderado pela UNE buscou definir-se como um setor de resistência às articulações e aos encaminhamentos políticos que a classe dominante – principalmente a burguesia industrial – procurava viabilizar para si e, para as demais classes sociais. (SANFELICE, 1986, p. 16).

Como relatado por Sanfelice, os estudantes eram liderados pela UNE, portanto, tanto estudantes universitários quanto secundários organizavam-se de acordo com aquilo que tal instituição decidia como pauta de ações. Assim, a UNE e a UBES atuavam no sentido de buscar uma coesão entre os estudantes.

Dentre as reivindicações dos estudantes, estava a luta na perspectiva de contribuir para a promoção de reformas que levassem em conta os interesses da classe trabalhadora, por meio da UNE e com auxílio do Centro Popular de Cultura – CPC. Assim, com o objetivo de utilizar apresentações culturais – música, teatro, cinema, literatura e outras atividades para conscientizar a população no tocante às questões políticas, econômicas e sociais que permeavam aquele período, tinham como meta a produção da arte popular revolucionária¹⁴. Caldas (2003) assim se refere à influência das organizações culturais:

Ao final da década de 1950, no Brasil, a ascensão dos movimentos populares e organizações políticas e culturais possibilitou a emergência da figura do intelectual, que, a partir das teses nacionalistas, defendia a inserção do povo como personagem principal para as mudanças políticas do país. (p. 17).

No arquivo da DOPS-PR estão arquivados alguns documentos referentes à organização do CPC paranaense durante a ditadura civil-militar. Entre esses documentos está um *folder* que explicita os objetivos do CPC, ao descrever o que é essa entidade:

O Centro Popular de Cultura do Paraná (CPCP), tal como outros CPCs que existem em diferentes capitais brasileiras, é uma entidade cultural que se propõe a trazer problemas sociais à discussão.

¹⁴ De acordo com Caldas (2003), Carlos Estevam Martins e Ferreira Gullar, ambos presidentes do CPC da UNE, em 1962 e 1963, respectivamente, podem ser considerados os primeiros formuladores do conceito de cultura popular vinculado ao movimento do CPC. Enfatizavam a subordinação das artes à política, ou seja, definiam a arte como instrumento político. Partiram da diferenciação entre cultura do povo e cultura da elite, denunciando a última como instrumento de dominação e alienação. A cultura popular revolucionária foi colocada como o projeto político do CPC da UNE, sendo marcado por tensões e contradições internas no que se refere à posição da arte e da política.

Compreendendo que a arte é o reflexo de uma sociedade e seus problemas, enfoca o homem de hoje no mundo de hoje. É esse o intuito do CPC: uma arte de tese a ser defendida.¹⁵

Em face do exposto anteriormente, o texto foi organizado a partir de quatro capítulos, sendo que no primeiro capítulo procuramos retomar os aspectos relevantes do período em apreço no que tange às questões econômicas, políticas, sociais e culturais. Consideramos de extrema importância compreender o contexto em que o ME esteve organizado, quando foi “extinto” pela repressão da ditadura civil-militar e como estava então organizada a sociedade brasileira quando os estudantes puderam reorganizar-se. Retomamos a questão da legislação imposta pelo governo militar, no sentido de orientar a organização dos estudantes.

No segundo capítulo, organizamos uma discussão mais específica sobre o período de redemocratização do país, englobando as ações do ME brasileiro e também as do Estado nessa fase de transição política.

O terceiro capítulo foi estruturado a partir da análise dos documentos coletados no arquivo da DOPS-PR, tendo como objetivo discorrer sobre a forma como essa instituição vigiava, agia e produzia informações sobre os estudantes paranaenses no período em apreço, bem como, apesar das restrições que devemos ter ao analisar documentos da polícia política, elucidar um pouco da trajetória histórica do ME secundarista paranaense.

O quarto capítulo é dedicado a pôr em relevo parte da trajetória histórica do ME secundarista do Paraná a partir da análise das entrevistas de ex-militantes do ME paranaense. E, ainda, procuramos fazer uma discussão entre as orientações das políticas educacionais do período para organização estudantil, o que está registrado nos arquivos da DOPS e o que dizem os depoimentos dos militantes secundaristas.

¹⁵ Pasta Centro Popular de Cultura nº. 212, topografia 24.

CAPÍTULO 1
O MOVIMENTO ESTUDANTIL NA RESISTÊNCIA AO GOVERNO MILITAR
1964-1974

*Quando o muro separa uma ponte UNE
 Se a vingança encara o remorso pUNE
 Você vem me agarra, alguém vem me solta
 Você vai na marra, ela um dia volta
 E se a força é tua ela um dia é nossa.
 Olha o muro, olha a ponte,
 olhe o dia de ontem chegando
 Que medo você tem de nós, olha aí
 Você corta um verso, eu escrevo outro
 Você me prende vivo, eu escapo morto
 De repente olha eu de novo
 Perturbando a paz, exigindo troco
 Vamos por aí eu e meu cachorro
 Olha um verso, olha o outro
 Olha o velho, olha o moço chegando
 Que medo você tem de nós, olha aí
 O muro caiu, olha a ponte
 Da liberdade guardiã
 O braço do Cristo, horizonte
 Abraça o dia de amanhã, olha aí*

(Maurício Tapajós e Paulo César Pinheiro,
 em sua canção *Pesadelo* de 1972)

A análise da letra da canção *Pesadelo*, a partir do fragmento: “Você me prende vivo eu escapo morto”, além dos demais versos, demonstra que, apesar da repressão e da censura presentes durante o período de 1964 a 1984¹⁶ no Brasil, havia, sim, algumas possibilidades de burlar as regras e de compreender o que realmente estava acontecendo na sociedade.

Por isso, este capítulo tem como objetivo discorrer sobre a forma como o governo militar, imposto a partir de um golpe em 1964, atuou no sentido de barrar a organização estudantil, que procurava agir ao romper com as regras impostas pelo governo, como bem caracteriza a canção: “*Você vem me agarra, alguém vem me solta, / Você vai na marra, ela um dia volta/ E se a força é tua/ ela um dia é nossa.*”

Para tanto, procuramos retomar aspectos políticos, econômicos, sociais e culturais da ditadura civil-militar e fazer uma breve discussão das ações dos estudantes e do governo militar, as quais serão retomadas nos capítulos 3 e 4 deste

¹⁶ Muito embora a censura tenha sido extinta unicamente em 1988, com a Constituição Federal de 1988.

estudo com o intuito de verificar o que permaneceu ou não a partir da análise dos documentos da DOPS-PR e das entrevistas com ex-militantes do ME paranaense.

1.1 – A atuação do ME no pré-golpe civil-militar

Partimos de um referencial teórico que nos permitiu compreender que o início da década de 1960 foi marcado por uma intensa organização de movimentos sociais, movimentos no sentido de discutir e de propor reformas de base, dentre elas, a reforma agrária, o voto do analfabeto e a nacionalização de empresas americanas. Havia no Brasil alguns movimentos de educação e cultura popular que tinham como objetivo central a formação política da classe trabalhadora. Segundo Germano (1994), eram quatro os principais movimentos pioneiros de educação e cultura popular que contribuíram significativamente para o crescimento das discussões e das ações desse momento, são eles: o MCP - Movimento de Cultura Popular, a campanha “De Pé no Chão Também se Aprende a Ler”, o Movimento de Educação de Base – MEB e o Centro Popular de Cultura – CPC da UNE, além do método de ensino Paulo Freire, que perpassava todos eles.

De forma sucinta faremos uma descrição de como funcionava cada um desses movimentos. O MCP foi criado em maio de 1960, no Recife, quando estava na administração municipal o prefeito Miguel Arraes, sendo que sua sede estava localizada no Sítio da Trindade. O desenvolvimento do trabalho estava baseado nos seguintes objetivos, presentes no art. 1º de seus Estatutos:

a) promover e incentivar, com a ajuda de particulares e poderes públicos, a educação de crianças e adultos; b) atender ao objetivo fundamental da educação que é o de desenvolver plenamente todas as virtualidades do ser humano, através da educação integral de base comunitária, que assegure, também, de acordo com a Constituição, o ensino religioso facultativo; c) proporcionar a elevação do nível cultural do povo, preparando-o para a vida e para o trabalho; d) colaborar para a melhoria do nível material do povo, através da educação especializada; e) formar quadros destinados a interpretar, sistematizar e transmitir os múltiplos aspectos da cultura popular. (CUNHA & GÓES, 2002, p. 16).

O interesse do grupo que fundou e participou do MCP era o de garantir ao povo, não à classe que estava no poder, educação e cultura de qualidade, tentando colaborar para a melhoria das condições de vida desta população. Para realizar esses objetivos, “[...] o MCP organizou-se em três departamentos: o de Formação da

Cultura (DFC), o de Documentação e Informação (DDI) e o da Difusão da Cultura (DDC)” (CUNHA & GÓES 2002, p. 16).

Destacamos que eram dois os objetivos políticos principais das propostas de alfabetização do governo Miguel Arraes:

Por um lado, uma alfabetização que contribuísse para a “conscientização política” da população estaria colaborando para minorar a indigência e a marginalização das massas populares fortalecendo-as contra a demagogia eleitoral. Tratava-se, por conseguinte, de organizar a população em torno de interesses reais, como a cidade, o bairro, a profissão. Por outro, havia uma finalidade eleitoral imediata: alfabetizar para aumentar o número de eleitores, uma vez que, à época, o voto ainda não era facultado aos iletrados. (SHIROMA, MORAES & EVANGELISTA, 2004, p. 31).

Ainda sobre o MCP destacamos as considerações feitas no Inquérito Policial Militar nº. 709¹⁷, as quais relatam que:

O objetivo encoberto era, entretanto, empreender uma impregnação ideológica de elementos ignorantes, de frações incultas do povo, criando grandes possibilidades para mobilização dessa gente, moralmente preparada para a aceitação de motivações subversivas, e propensas à exacerbação pelos apelos de justiça social. Essas massas, educadas pelo movimento, seriam facilmente conduzidas às manifestações de rua, ao encabrestamento eleitoral, às ações de violência popular e, até às invasões de terras e à luta armada. (1967, p. 565).

Este documento repercute fielmente os princípios ideológicos que embasavam a política ditatorial, englobando igualmente temas típicos do discurso autoritário e das representações construídas em torno das massas.

Assim, de acordo com o referido IPM, o MCP tinha como objetivo manipular o povo. Diante disso nos perguntamos: – Quais eram os objetivos do governo militar se não o de controlar a população? Todavia, essa culpa é transferida para os movimentos sociais de esquerda, que vinham se organizando desde a década de 1950, no Brasil e no mundo.

A campanha “De Pé no Chão Também se Aprende a Ler¹⁸” foi desenvolvida pela Secretaria Municipal de Natal, na administração do prefeito Djalma Maranhão,

¹⁷ Esse documento é um excerto de uma coletânea publicada pelo Exército Brasileiro. O volume a que tivemos acesso é o nº. III, publicado em 1967. Há, no texto, a análise dos documentos produzidos pelos movimentos de esquerda e, em muitas passagens, há a reprodução de tais documentos. Destacamos ainda que essa análise e vigilância vinha sendo realizada antes do golpe de 1964.

em fevereiro de 1961. Para a sua efetivação, foram organizados comitês, os quais faziam reuniões municipais visando ao fortalecimento do movimento popular, bem como a mobilização política e a tentativa de criar formas de, ao menos, amenizar o índice de analfabetismo do país. Entretanto, mediante as condições precárias a que estavam submetidos esses projetos, não foi possível atingir o objetivo. O atendimento às crianças analfabetas era feito em galpões-escola e em outros locais, como albergues, clubes de esporte, teatros, entre outros, nas periferias e nas favelas das cidades. O trabalho era praticamente voluntário, pois os educadores recebiam uma quantia irrisória para alfabetizar essas crianças.

O Movimento de Educação de Base (MEB) foi criado no ano de 1961, quando o governo de Jânio Quadros institucionalizou os entendimentos com a Igreja Católica. A principal forma de disseminação do MEB ocorria pelo rádio, que já vinha sendo utilizado pela Igreja. O MEB se organizou da seguinte maneira: um conselho diretor nacional, uma comissão executiva nacional, equipe estadual e equipes locais. No I Encontro de Coordenadores, em dezembro de 1962, o movimento “tomou como base a idéia de que a educação deveria ser considerada como comunicação a serviço da transformação do mundo” (CUNHA & GÓES 2002, p. 27)¹⁹.

O outro movimento de educação e cultura popular foi o Centro Popular de Cultura da UNE (CPC da UNE), criado em 1961 no Rio de Janeiro, já anunciado na introdução deste trabalho, o qual estava sob a égide da defesa de um projeto que permitisse a identificação entre o povo e a nação:

¹⁸ Podemos citar o documentário da Campanha “De Pé no Chão Também se Aprende a Ler”, produzido por Heins Forthmann, o qual destaca o fato de que no país, em 1961, não havia escola para quatro milhões de crianças de 7 a 12 anos. Assim, os responsáveis pela campanha resolveram organizar, nas favelas e nas praias de Natal, acampamentos-escola nos quais os voluntários tinham a intenção de mostrar ao país que “De Pé no Chão Também se Aprender a Ler”. Era também de responsabilidade dos educadores voluntários garantir e distribuir a merenda para os alunos, bem como organizar brincadeiras no intervalos. O objetivo maior da campanha era propiciar àquelas crianças pobres um mundo a que até então estavam excluídas, o mundo “letrado”. No documentário podemos observar que as salas de aula eram lotadas, com mais de trinta ou quarenta alunos. Eram realizadas reuniões de planejamento e análise da campanha, nas quais os professores tiravam suas dúvidas com os orientadores e os pais poderiam dar sugestões. Havia ainda encontros com a participação do prefeito Djalma Maranhão, o qual examinava os resultados do programa na cidade de Natal e, de acordo com o documentário, houve uma redução considerável de analfabetos nas comunidades atendidas pelos voluntários. Todavia, é ressaltado que a campanha atende a uma parcela pequena de analfabetos, e que havia ainda milhões de crianças e adolescentes sem ter acesso à escola. (FORTHMANN, Heins. **De pé no chão também se aprende a ler**. 1961, P & B, 09min. 36seg.)

¹⁹ Destacamos que o livro escrito por Luiz Antonio Cunha e Moacir de Góes foi um dos primeiros a abordar a Campanha “De Pé no Chão Também se Aprende a Ler”, e Góes (1930-2009) foi Secretário da Educação de Natal durante a campanha e foi preso em 1964 por isso.

Por meio das bandeiras do nacionalismo e da participação popular, artistas, militantes políticos e estudantes constituíram o CPC da UNE, com a articulação entre arte, educação e política. A partir do entrecruzamento dos projetos políticos da UNE, do Instituto Social de Estudos Brasileiros (Iseb), do PCB, da esquerda católica, por meio da Juventude Universitária Católica (JUC), que mais tarde originou a organização denominada Ação Popular (AP), dos militantes da educação popular, em especial do Movimento de Cultura Popular (MCP) e dos artistas oriundos principalmente do Teatro de Arena é que se deu a disseminação e a ampliação desse movimento político-cultural para outros estados brasileiros (CALDAS, 2003, p. 02).

No caso do Estado do Paraná, o Centro Popular de Cultura (CPC) iniciou-se com a Companhia Teatro do Povo, vinculada ao Partido Comunista Brasileiro (PCB), em 1959, e o seu fechamento ocorreu em 1964, com o golpe militar. O CPC do Paraná estava inserido no movimento cultural e político de âmbito nacional²⁰, defendido também pelo CPC da UNE. O CPC paranaense desenvolveu-se no contexto de transformações sociais que o país estava vivendo no período pré-ditadura militar, “[...] como um movimento político-cultural constituído pelo entrecruzamento entre a arte, a educação e a política, permeado pelos objetivos de educar e de mobilizar o povo politicamente” (CALDAS, 2003, p. 11).

Durante o II Seminário de Reforma Universitária que aconteceu em Curitiba no ano de 1962, o CPC da UNE esteve no Paraná e pôde realizar com eficiência seu trabalho de análise e crítica da organização da sociedade brasileira, por meio do teatro. Segundo Caldas, foi a vinda do CPC que possibilitou a organização do CPC do Paraná e

Com a vinda dos artistas integrantes do CPC da UNE, os demais membros da SAP²¹ se motivaram juntamente com Euclides a retomar com vigor as atividades teatrais e fundaram, em 1962, em parceria com a UPE, o Centro Popular de Cultura do Paraná. Segundo o estatuto fundador, o objetivo do órgão cultural seria “essencialmente educativo, com vistas à conscientização do povo, através da atividade teatral e da alfabetização popular.” Além do departamento teatral, instituíram também os departamentos de Alfabetização

²⁰ Há, nos arquivos da DOPS-PR, na pasta destinada aos documentos do CPC, uma cópia da cartilha de alfabetização de adultos e adolescentes “Uma Família Operária”, organizada pelo CPC da UNE no ano de 1962. A cartilha estava estruturada a partir de lições, com ilustrações e frases que retratavam as condições sociais da classe trabalhadora e trabalhavam os aspectos ortográficos da língua portuguesa. Dentre as lições podemos destacar, como exemplo: para trabalhar palavras escritas com “rr” a frase inicial era a seguinte: “A vila tem muitos barracos” e finalizava com “O povo da vila vive nos barracos”.

²¹ SAP – Sociedade de Arte Popular.

Popular e o de Teatro de Bonecos. (CENTRO POPULAR DE CULTURA DO PARANÁ, 1962 apud CALDAS, 2003, p. 88).

O CPC paranaense valeu-se da técnica do teatro de títeres²², técnica que se utilizava de bonecos para fazer apresentações, já que buscavam “[...] formas de comunicação que atingissem o povo e propiciassem o debate após os espetáculos” (CALDAS, 2003, p. 89).

Os estudantes envolvidos com as apresentações do CPC sempre organizavam debates sobre questões políticas, sociais e econômicas após as apresentações culturais. Nesse momento, tanto a educação popular quanto a cultura popular tinham o objetivo primordial de gerar a consciência e a participação política dos setores populares.

Esses movimentos fazem parte de um momento em que uma significativa parcela dos brasileiros buscava caminhos alternativos às propostas educacionais conservadoras e tradicionais, portanto, de uma educação de qualidade que atendesse aos interesses do povo. Como assevera Germano: “Campanhas e movimentos de educação e cultura popular despontavam, em todos os pontos do país, notadamente no Nordeste, com propostas de conscientização política e social do povo” (GERMANO, 1994, p. 50).

Os estudantes mantiveram-se atuantes nos primeiros anos da ditadura. Isso decorreu também pelo fato de que eles já vinham de uma trajetória de formação política, sendo que, desde o início da década de 1960, estavam organizados no sentido de discutir melhoras na educação, e que esta atendesse aos interesses das classes populares. Organizaram-se por meio do CPC da UNE e estavam engajados nos demais movimentos de educação e cultura popular, já mencionados no início do capítulo. Ressaltamos que houve uma participação intensa dos estudantes secundaristas nas atividades do CPC. Podemos citar ainda o movimento organizado pela Igreja Católica:

Outro movimento de estudantes bastante difundido nas décadas de 50 e 60 do Século passado era a Juventude Estudantil Católica

²² Localizamos, na pasta sobre o CPC nº 212, topografia 24, duas peças de teatro de títeres, são elas “O Rapto de Maroquinha Fru-Fru” e “O Roubo do Colar de Pérolas”, com data de 1963. Há, nessa mesma pasta, uma cópia do “Auto dos 99%” e da “Revolução na América do Sul”, de Augusto Boal. O curioso com relação a essa pasta está no fato de que não há nenhum informe, ofício ou outro documento do gênero para analisar ou criticar esse material.

(JEC), ligada à Ação Católica (AC), movimento organizado pela Igreja. Os estudantes convidados a integrar este movimento, oriundos de colégios religiosos, tinham entre 12 e 16 anos de idade, eram comunicativos, apresentavam um grau de sociabilidade bem desenvolvido e disponibilidade para a execução de atividades extra-escolares. (MOURA, 2008, p. 31).

Com relação aos movimentos organizados pela Igreja Católica no período pré-golpe militar, destacamos que eram resultados de um processo de vivências pelas quais os militantes católicos no período passavam, em que grande parte deles passou a ter uma aproximação com o marxismo.

Diante do exposto acima, deter-nos-emos minimamente na forma como tais movimentos católicos se estabeleceram e estiveram atuando no ME brasileiro. Isso se faz necessário na medida em que retomaremos a participação de setores da Igreja Católica no ME secundarista paranaense, no capítulo III deste estudo.

Ridenti assevera que “[...] a Juventude Universitária Católica (JUC) era um setor especializado de um movimento mais amplo, a Ação Católica (AC), apostolado de leigos promovido pela alta hierarquia da Igreja Católica em todo o mundo, a partir dos anos 30” (2002, p. 214). A JUC começou a se organizar em âmbito nacional no meio universitário, bem como:

A JUC agia em meio a circunstâncias históricas que marcaram os anos 50 e 60. Em âmbito internacional, foram vitoriosas ou estavam em curso inúmeras revoluções de libertação nacional, algumas marcadas pelo ideário socialista ou terceiromundista, por exemplo, a revolução cubana de 1959, a independência da Argélia em 1962 e outras, além de lutas anticoloniais na África e na Ásia etc. (RIDENTI, 2002, p. 216).

Então, em 1962, uma parcela mais ligada ao pensamento de esquerda da JUC organizou a AP – Ação Popular. Sobre a AP, o Inquérito Policial Militar n.º 709 descreve que foi um movimento esquerdista que começou a surgir no país a partir de 1960 e ainda “[...] não se pode distinguir a AP, em sua organização, em sua tática e em suas metas, senão como um movimento comunista que tangencia os princípios cristãos ou que os assimila sob as mais variadas interpretações” (p. 504).

O IPM 709 foi produzido em 1967 e, no decorrer do texto, vão sendo utilizados documentos redigidos pelos membros da AP para caracterizar esse movimento com os princípios clássicos do comunismo.

Nesse mesmo período, de 1956 a 1960, a UNE destacou-se de maneira mais acentuada no cenário nacional porque se colocou diante do debate de questões como economia, política, nacionalismo, política educacional, entre outros, e mobilizou os estudantes diante desses temas.

No interior da UNE, ou seja, na composição dos seus quadros dirigentes, desde 1956 ocorreu uma hegemonia de estudantes socialistas e comunistas, num primeiro momento, mas que gradativamente perdeu espaço para a liderança católica representada pela Juventude Universitária Católica (JUC) e, em seguida, já no início da década de 60, para a Ação Popular (AP). (SANFELICE, 1986, p. 18).

É também no início da década de 1960 que os estudantes universitários concentram suas discussões em torno de uma proposta de reforma universitária. Para a realização das discussões, a UNE organizou três seminários:

Realizados em Salvador, Curitiba e Belo Horizonte, nos três primeiros anos da década de 60, os seminários da UNE tiveram, como principal traço, a representação dos estudantes no processo de transformação da instituição acadêmica, inserido no conjunto das reformas de base. (PELEGRINI, 1997, p. 32).

A diretoria da UNE, tendo como presidente Aldo Arantes, organiza uma excursão denominada UNE - Volante, com o objetivo de “romper o isolamento entre as vanguardas do movimento e a comunidade acadêmica.” Bem como “um amplo processo de mobilização política cuja finalidade era levar ao conhecimento de todos os universitários do país as orientações contidas na ‘Declaração da Bahia’ e na ‘Carta do Paraná’”²³, as quais, além de demonstrar a proposta de Reforma Universitária da UNE, também rejeitavam o projeto da LDB aprovado em 1961 (PELEGRINI, 1997, p. 47 e 48).

Destacamos que, na redação dos documentos citados anteriormente, constam, na Declaração da Bahia, propostas do ME para a Reforma Universitária, abordada em três temas: a realidade brasileira; universidade no Brasil e reforma universitária, bem como modificações no Projeto de Diretrizes e Bases da Educação Nacional.

²³ A Declaração da Bahia e a Carta do Paraná são os documentos resultantes das discussões do I e II Seminário de Reforma Universitária promovidos pela UNE, em Salvador e no Paraná, respectivamente. Mais detalhes sobre os documentos, bem como sobre os Congressos, ver, dentre outros, Sanfelice (1986) e Pelegrini (1997).

A Carta do Paraná estabelece que a universidade precisa ter como objetivo principal a formação de homens especializados e profissionais que terão uma visão global da sociedade. Para os membros da UNE, o caráter alienado da sociedade brasileira era imposto, constituindo-se como mero apêndice da Europa. A proposta era que a Universidade criasse uma cultura nacional, dando condições para o desenvolvimento da consciência nacional e popular. Para eles, a estrutura da universidade no Brasil apresentava suas bases numa cultura pautada ainda na sociedade colonial. Segundo Sanfelice:

No documento-estudo da UNE, o II Seminário Nacional de Reforma Universitária e sua respectiva “Carta do Paraná”, Curitiba, 1962, é avaliado como o evento que conseguiu desenvolver um pensamento ao mesmo tempo crítico e criador. Ali se aprofundou e alargou-se a crítica a universidade brasileira, mas, concomitantemente, procurou-se determinar medidas concretas, capazes de dar início ao processo de transformação estrutural de nossa universidade. (SANFELICE, 1986, p. 44).

Todavia, como já mencionamos anteriormente, esse debate em torno de uma educação de qualidade foi drasticamente vetado pelo golpe civil-militar de 1964, e as consequências dessa ação são discutidas na sequência.

1.2. O Golpe e a “desarticulação” do ME

Tendo como base a discussão realizada no primeiro item deste capítulo, destacamos que “[...] o início dos anos 60 foi problemático para as elites brasileiras, pois o país enfrentava uma crise econômica e política de grandes proporções” (GERMANO, 1994, p. 49).

A ocorrência da crise econômica produziu uma redução no índice de investimentos e diminuiu a entrada de capital externo, fato que declinou a taxa de lucro, agravando a inflação. Com relação à crise política, considerava-se a necessidade da reestruturação do papel do Estado, para que atendesse aos interesses da acumulação de capital, que vinha sendo questionada pela classe trabalhadora. Em outras palavras, o Estado precisava reorganizar-se para atender às reivindicações da classe trabalhadora organizada ou então tomar uma atitude de barrá-la, e foi o que ocorreu, porque, em 1964, os militares tomaram o poder com a

justificativa de que o país estava sendo ameaçado por uma revolução comunista. Pelegrini assevera ainda que:

À frente dessa crise econômica e da eclosão de movimentos contestatórios surgiam intensas divergências quanto às alternativas mais adequadas para promover a expansão econômica do país. Os partidos políticos e a sociedade civil debatiam basicamente três possibilidades para o desfecho da crise em que o país se encontrava. Discutiam-se desde estratégias que promovessem a expansão do capitalismo dependente até medidas que contribuíssem para o crescimento do capitalismo nacional. (1997, p. 28).

Já no contexto mundial havia uma preocupação com a possibilidade de os países latino-americanos aderirem à revolução socialista tomando Cuba como exemplo, porque, na verdade, a experiência cubana deslumbrou os oprimidos de vários países e os Estados Unidos empenharam-se em evitar o surgimento de algo semelhante em outras nações.

Ressaltamos que a preocupação estava na possibilidade de outros países da América Latina se organizarem de maneira a estabelecer um regime comunista. Assim, o “espectro” do comunismo “rondava” os países latino-americanos. Por isso, o Estado e a classe dominante de cada país precisavam travar a onda, denominada pela classe no poder de “comunista” no Continente, e essa foi uma das principais justificativas para o golpe civil-militar brasileiro. Assim:

No Brasil, a partir de 1964, o Estado caracteriza-se pelo elevado grau de autoritarismo e violência. Além disso, pela manutenção de uma aparência democrático-representativa, uma vez que o Congresso não foi fechado definitivamente (embora tenha sido mutilado) e o Judiciário continuou a funcionar, ainda que como apêndice do executivo. O autoritarismo traduz-se, igualmente, pela tentativa de controlar e sufocar amplos setores da sociedade civil intervindo em sindicatos, reprimindo e fechando instituições representativas de trabalhadores e estudantes, extinguindo partidos políticos, bem como pela exclusão do setor popular e dos seus aliados da arena política. (GERMANO, 1994, p. 55).

Uma das principais características da ditadura militar foi, portanto, a grande repressão aos “focos comunistas”, ou seja, se o indivíduo demonstrasse qualquer simpatia pelos partidos de esquerda, ou questionasse o regime militar, era alvo da censura e da repressão. Nesse sentido, destacamos que, aos olhos do governo militar, e, portanto, de seu aparato de Segurança Nacional, qualquer manifestação que demonstrasse características de não aceitação dos ditames do regime era vista

como atitude comunista, mas é conveniente enfatizar que, na verdade, nem todas essas atitudes eram de caráter comunista.

Tendo a justificativa acima descrita, o governo militar esteve então articulado no sentido de controlar e de conter tais movimentações, por isso:

O período 1964-1969 traz um progressivo endurecimento do regime, com a conseqüente eliminação dos escassos espaços liberalizantes. Esse processo de endurecimento pode ser encarado como uma reação às mobilizações sociais; à ofensiva do movimento estudantil, notadamente em 1968, a tropeços eleitorais; a eventuais conflitos entre o Executivo e o Legislativo e ao surgimento de grupos armados de oposição ao Regime (embora até 1968 as ações armadas de maior envergadura não tivessem acontecido). (GERMANO, 1994, p. 58).

A política do Estado Militar “[...] tinha em mira áreas específicas e estrategicamente sensíveis de possível oposição: política, econômica, psicossocial e militar” (ALVES, 1984, p. 56). O conjunto de medidas repressivas para dar ao Estado o controle sobre áreas políticas, militares e psicossociais, foi chamada de “Operação Limpeza” a partir de 1964, levada a efeito por meio dos IPMs – Inquéritos Policial-Militares, quando:

Comissões especiais de inquérito foram criadas em todos os níveis de governo, em todos os ministérios, órgãos governamentais, empresas estatais, universidades federais e outras organizações vinculadas ao governo federal. Os inquéritos policial-militares deveriam investigar as atividades de funcionários civis e militares, de níveis municipais, estadual e federal, para identificar os que estavam comprometidos em atividades “subversivas”. (ALVES, 1984, p. 56).

Os IPMs também serviram para que os políticos os utilizassem para fins políticos, porque antes da decretação do Ato Institucional nº. 2, que instituiu o bipartidarismo, “[...] certos políticos da UDN²⁴ que frequentemente perdiam eleições passaram a valer-se do recurso de acusar seus adversários políticos de atividades subversivas” (Ibidem, p. 57).

Este instrumento de censura e de repressão não tinha, porém, base jurídica e, por isso, não se submetia a regras fixas de comprovação, fato que facilitava que os interesses do militares fossem atingidos. Para atuar e prender os suspeitos, os militares agiam de maneira organizada e faziam grandes operações, quando: “[...]”

²⁴ União Democrática Nacional.

ruas inteiras eram bloqueadas e cada casa era submetida à busca para detenção de pessoas cujos nomes constavam de listas previamente preparadas.” (Ibidem, p. 59)

Nas buscas por subversivos, os principais procurados eram líderes sindicais e estudantis, intelectuais, professores, estudantes e organizadores leigos dos movimentos católicos nas universidades e no campo. Essa “operação” concentrava-se especialmente nos movimentos sociais que ganharam força nos anos anteriores ao golpe de Estado civil-militar, sendo que “[...] a importância política das organizações estudantis centralizadas na União Nacional dos Estudantes (UNE) tornava-a alvo preferido da estratégia psicossocial da ‘Operação Limpeza’” (ALVES, 1984, p. 66).

O papel desempenhado pelo Estado no período continuou sendo o de garantir a acumulação de capital, tendo em vista que, como já citado neste texto, as transformações ocorridas no início da década de 1960 condicionaram uma reformulação na atuação do Estado, a qual foi decisiva no sentido de contribuir para o desenvolvimento das forças produtivas no período em apreço.

Para tanto, o desempenho dos presidentes da República deveria estar em harmonia com tal função. Vieira (1985) discute, de maneira sucinta, como o golpe civil-militar de 31 de março de 1964 foi pensado e colocado em prática e também apresenta os principais pontos de cada governo do regime militar.

Utilizaremos o referido autor para retomar algumas das características dos presidentes-generais do período, com o objetivo de contribuir na compreensão de como as questões políticas estiveram articuladas para que os anseios da classe no poder fossem alcançados.

O primeiro presidente do regime ditatorial foi Castelo Branco. Dentre as especificidades de seu governo, e que se estenderam para os demais, Vieira ressalta que ele afirmava cultivar a democracia e que defendia um projeto de desenvolvimento para o país. Esse governo abre, literalmente, as portas para o capitalismo internacional, porque:

Castelo aprova a Lei 4.390 de agosto de 1964, uma verdadeira abertura do mercado brasileiro às nações amigas. Pela nova lei, o governo de Castelo Branco não fixava limites à percentagem de capital registrado que poderia ser enviado ao exterior como lucro. Apenas capitais investidos na produção de bens e serviços prescrevia-se um limite de 8% a remessa de lucros. (VIEIRA, 1985, p. 18).

Tanto o governo de Castelo Branco quanto o de Costa Silva procuraram transmitir ao povo brasileiro uma imagem democrática, mas, para além da aparência, estava a tortura e a repressão às pessoas que se mostrassem contra os interesses do governo militar, ou mesmo aqueles que participassem de alguma organização política.

Aconteceu que, a partir do momento em que os militares tomaram o poder, se iniciou no país um período de 20 anos de ditadura militar. Já em 9 de abril de 1964 editaram o primeiro Ato Institucional (modificando a Constituição de 1946 vigente). O texto explicitou os interesses do governo militar no sentido da “reorganização do país”, porque a redação destacava que “[...] o objetivo a ser alcançado era o de assegurar, ao governo que estava sendo instituído, os meios indispensáveis à obra de reconstrução econômica, financeira, política e moral do Brasil” (SANFELICE, 1986, p. 60).

No Estado do Paraná, o Governador era Ney Braga, o qual apoiou o golpe. Sandino Hoff, que, apesar de não ser um estudioso da temática, realizou um estudo considerável sobre as políticas educacionais no período de 1964-1985, afirmou o seguinte:

A mudança de rumos, a partir de 1964, como era de se esperar, se manifestou fortemente no governo paranaense. A correlação de forças passou a se definir em favor do Estado Federal autoritário, mais do que pelos “partidos ideológicos” e partidos políticos. Na prática, o Governo Estadual passou a redimensionar toda a ação de acordo com a nova orientação central. (HOFF, 1991, p. 55).

Ney Braga, administrador do Estado entre 1961 a 1966, sendo oriundo de carreira militar, obtendo a patente de coronel. Após o golpe procurou organizar seu governo adotando uma mudança de estratégia, do discurso da democracia para aquele em que perdurava a participação dentro da lei, ou seja, os paranaenses deveriam se pautar no exercício da legalidade.

Dessa forma, o governador paranaense permitia a participação do “povo dentro da lei”, havendo então essa especificidade no Estado do Paraná em atuar numa configuração dual em função da própria história de atuação política de Ney Braga e da forma como se desenvolveu a história do Estado.

Havia um substrato concreto no Paraná que facilitava o discurso do “atendimento democrático” às reivindicações. O autoritarismo federal,

as novas normas restritivas e repressivas, de um lado, e todo o passado democrático do governador, faziam essa adaptação. Mas, há ainda um novo fato historicamente colocado pelo Norte e Oeste do Paraná: a enorme demanda educacional. Com a colonização em fase efetiva nestas regiões, com o cultivo do café e de cereais, ocorria também o processo de assalariamento da força produtiva com a industrialização nas cidades maiores do Estado. (HOFF, 1991, p. 56 e 57).

Retomamos a discussão sobre o país, destacando que o segundo Presidente da República no período da ditadura civil-militar foi Costa e Silva, que chegou à Presidência da República por meio de uma eleição indireta. Sobre o fato, Vieira ressalta:

O que se convencionou chamar de eleição indireta, feita com Colégio Eleitoral antecipadamente montado, indicou Marechal Arthur da Costa e Silva para a Presidência da República. Repetia-se, mais uma vez, o ilegítimo processo eleitoral já encenado com Castelo Branco, transferindo-se o poder presidencial a Costa e Silva no dia 15 de março de 1967. (1985, p. 22).

Assim, o regime militar brasileiro, portador de uma série de especificidades que contribuíram para a sua diferenciação em relação aos demais regimes militares da América Latina durante o mesmo período, foi marcado pela sucessão recorrente dos generais-presidentes, sucessões que, como já citamos acima, aconteciam por meio de eleições indiretas realizadas pelo Colégio Eleitoral – o Congresso. Sendo assim, a presença militar, que durou mais de 20 anos no Brasil, contou com a rotatividade de militares no poder, ao contrário, por exemplo, do governo autoritário do general Augusto Pinochet, no Chile. Outra característica dos governos militares brasileiros está no fato de que os generais não se vestiam com os trajes do Exército, e sim com roupas de um presidente da República civil. Segundo Carlos Fico, a propaganda da ditadura não absorvia a ideia do personalismo, ou seja, a propaganda política estava voltada para:

As ideias de "construção" e "transformação", estavam associadas à de ruína: segundo os militares, ante a situação de completa decadência moral e material que o país experimentara, caberia precisamente a eles inaugurar um novo tempo, reconstruindo, em bases transformadas, o Brasil. (FICO, 1997, p. 121).

O autor destaca que esta ideia de construção e transformação da sociedade esteve presente em vários setores da sociedade, e de forma enfática na educação.

Ele chama a atenção para a seguinte publicação da Assessoria Especial de Relações Públicas – AERP, do ano de 1969:

Que a família brasileira esteja tranquila: o governo brasileiro é bom que temos saberá encontrar, precisamente na sua brasilidade e bondade, a energia, agora indispensável, para defender a formação das nossas moças e dos nossos moços e para garantir, com vistas voltadas para os superiores interesses da Pátria, a crescente eficiência da formação cultural e tecnológica do que temos de mais caro e mais precioso para o futuro do país – a mocidade (FICO, 1997, p. 121).

Então o governo “bom” estava extremamente preocupado com a formação dos moços e moças brasileiras, por isso havia nesse período uma proposta de Reforma Universitária que era consenso entre os empresários e militares, os quais propunham que a universidade subsidiasse o desenvolvimento do capital. Entretanto, os professores e os estudantes percebiam a necessidade de uma universidade menos elitista e seletiva, que atendesse aos interesses da maioria da população.

A organização dos estudantes, apesar de toda a estrutura do ME no início da década de 1960, logo que Castelo Branco assumiu a Presidência da República, esteve desarticulada porque:

Os principais dirigentes, entre eles Aldo Arantes e Betinho (Herbert José de Souza), que encarnavam a liderança estudantil católica nos últimos anos da 4ª República, se viram forçados ao exílio, com a deposição de Goulart. E os que não estavam exilados ou refugiados em embaixadas latino-americanas no Rio de Janeiro se achavam presos ou foragidos. (POERNER, 2004, p. 232).

Apesar do quadro adverso, o ME mostrou-se atuante nos primeiros anos do regime, quando os estudantes, liderados pela UNE, organizaram passeatas, panfletagens, entre outras ações, com o objetivo de debater questões pertinentes à educação, à possibilidade de organizar uma sociedade mais justa, por meio da discussão das reformas de base, bem como denunciar as barbáries cometidas pelo regime militar, portanto por uma organização política democrática.

Ressaltamos ainda que umas das bandeiras dos estudantes da época era a luta contra o imperialismo²⁵. Tal fato é confirmado por Sanfelice (1986), que analisa

²⁵ De acordo com o “Dicionário de Política”, o termo *Imperialismo* é definido como a “expansão violenta por parte dos Estados, ou de sistemas políticos análogos, da área territorial da sua

a Tese da UNE, publicada na revista *Revisão*, em maio de 1967. O título da tese é “Seminário da União Nacional dos Estudantes sobre a infiltração imperialista no ensino brasileiro” e, dentre os conceitos definidos na mesma tese, estão: totalidade, processo histórico, capitalismo, imperialismo, entre outros. Os estudantes ressaltavam que o imperialismo estava infiltrado em todas as instâncias da sociedade brasileira, logo, também na educação. Citaremos apenas um trecho da análise realizada por Sanfelice, no sentido de esclarecer o posicionamento dos estudantes sobre o imperialismo, e também para que fique clara a afirmação que vem sendo feita em nosso trabalho de que os estudantes discutiam questões econômicas, políticas, sociais e culturais:

A Tese da UNE ainda indicava que, após o golpe de 64, o capitalismo consolidou e intensificou sua centralização nos capitais monopolistas; que o imperialismo, por sua vez, aliado à oligarquia e burguesia, deteve o poder. De acordo com a UNE, acentuou-se, então, a partir daí, o controle em todos os níveis, passando pela reforma bancária, alteração na lei de remessa de lucros, garantias para os investimentos, política salarial e sindical, visando o objetivo fundamental: o aumento da taxa de lucro do capitalismo monopolista. Era este domínio econômico, portanto, que condicionava as intervenções diretas no quadro social, cultural e ideológico do Brasil. (SANFELICE, 1986, p. 130).

Sobre a influência do imperialismo na educação, os estudantes liderados pela UNE, organizaram um texto denominado “Infiltração Imperialista”, em que atacavam o objetivo de se estabelecer um sistema educacional que atendesse os filhos das classes mais favorecidas, fato que ia ao encontro dos interesses dos países desenvolvidos com relação ao Brasil, que seria a formação de um pensamento único por meio da militarização da educação (SANFELICE, 1986).

Reiteramos que uma das principais justificativas do governo militar para o golpe, era a ameaça da revolução comunista, de que a universidade seria o foco privilegiado para a organização do movimento, porque tal instituição era vista como a responsável por gerir a organização comunista. Para justificar as atitudes do governo militar com relação à universidade:

Numa linguagem afetiva e paternal, o governo militar manifestou então sua preocupação com os jovens que, de acordo com ele, tinham sido enganados e, por isso, haviam abraçado os princípios de

influência ou poder direto, e formas de exploração econômica em prejuízo dos Estados ou povos subjugados” (BOBBIO; PASQUINO; PISTONE, 1992, p. 611).

ensinamentos indevidos porque, como sempre, dispunham de uma generosidade peculiar. (SANFELICE, 1986, p. 79).

Como lembra Poerner, a repressão era, contudo, um componente do plano dos militares e de grande parte da elite brasileira para ocultar seus interesses reais, interesses os quais visavam manter uma sociedade que beneficiasse alguns em detrimento de atender aos interesses do povo, da classe trabalhadora. Tal afirmação também é feita por autores como Germano (1994) ou Alves (1984). Assim,

A política de repressão estudantil que sucedeu ao golpe militar deve, pois, ser entendida como parte de um vasto plano de comprometimento das resistências à desnacionalização do ensino e de preparação da opinião pública para a digestão do crime, despindo-a, ao pretender identificar com os “subversivos” a luta pela integração do ensino aos interesses nacionais. Surgem, dessa forma, os acordos federais com os Estados Unidos. (POERNER, 2004, p. 217).

Para dar conta dos objetivos do governo militar mencionados por Poerner, logo após o golpe militar, o então Ministro da Educação, Flávio Suplicy de Lacerda²⁶, ordenou que fossem instaurados IPMs (Inquéritos Policiais Militares) em todas as universidades do país com o objetivo de identificar os focos comunistas. A partir de então, o Ministério da Educação e Cultura passou a contratar e a demitir professores universitários.

Foi com esses objetivos que o novo governo criou uma legislação educacional para adequar também a educação às ideias e às necessidades do regime militar, e as principais características da política educacional desse governo foram a repressão policial militar e a interferência norte-americana. Dessa forma, a legislação educacional implementada no período, por meio de leis, decretos-leis e pareceres, esteve direcionada para garantir o controle político e ideológico sobre a educação escolar.

Assim, a ditadura civil-militar organizou a educação tendo dois objetivos principais:

²⁶ Flávio Suplicy foi reitor da Universidade Federal do Paraná, desde 1950 até meados de 1964, quando foi convidado, pelo então presidente da República, General Castelo Branco, para ser ministro da Educação, entre 1964 e 1966. Em sua gestão procurou estabelecer o ensino pago nas universidades brasileiras e ainda firmou um acordo de cooperação com a USAID, que visava transformar o ensino brasileiro num projeto tecnocrático.

O primeiro era o de assegurar a ampliação da oferta do ensino fundamental para garantir formação e qualificação mínimas à inserção de amplos setores das classes trabalhadoras em um processo produtivo ainda pouco exigente. O segundo, o de criar as condições para a formação de uma mão de obra qualificada para os escalões mais altos da administração pública e da indústria e que viesse a favorecer o processo de importação tecnológica e de modernização que se pretendia para o país. (SHIROMA, MORAES & EVANGELISTA, 2004, p. 36).

Ainda no que tange à forma como os militares formularam a legislação, cabe destacar as considerações feitas por Suzeley Mathias em sua análise sobre a forma como a educação é tomada nas Constituições do período de governo autoritário no Brasil. A autora assevera:

Embora vigente até 1967, a Constituição de 1946 foi bastante mutilada a partir de 1964 – o que revela umas das peculiaridades do regime autoritário brasileiro, no qual os militares procuraram sempre lhe dar uma roupagem legal, com a edição dos atos institucionais e complementares, ainda que isso significasse constantes agressões à Carta Magna. (MATHIAS, 2004, p. 155).

Retomamos agora a organização cronológica dos presidentes, quando o segundo presidente da República, escolhido pelo Colégio Eleitoral, foi Arthur da Costa e Silva, em 3 de outubro de 1966, assumindo a Presidência em 15 de março de 1967, como já citado no início deste capítulo. Seu governo foi marcado especialmente pela implementação do Ato Institucional n.º 5, citado, por muitos estudiosos do período, como o momento de endurecimento do regime militar.

O início do ano de 1968 foi caracterizado por intensa mobilização popular, tendo em vista que o ME já vinha se articulando, fato que propiciou o apoio da sociedade civil, e uma das justificativas para essa mobilização esteve pautada na morte do estudante secundarista Edson Luís, em março de 1968, e ainda a Passeata dos Cem Mil. Sobre tal fato, Alves assevera:

A morte de Edson Luís catalisou a indignação popular reprimida e resultou em demonstrações de massa que assumiram proporções de verdadeira rebelião social. Uma coisa levava a outra. Colegas enfurecidos carregavam o corpo do estudante até a Assembléia Legislativa do Rio de Janeiro, onde permaneceu exposto sob a guarda de representantes políticos e líderes estudantis. A notícia espalhou-se rapidamente, e uma pequena multidão em frente ao prédio da assembléia convocou a população a comparecer aos funerais no dia seguinte. No dia 29 de março de 1968. (1984, p. 117).

Ainda em relação ao episódio, Zuenir Ventura descreve, em seu livro de memórias intitulado “1968 - O Ano que não Terminou”: “Édson Luís foi sepultado à luz de velas e de archotes improvisados – e ao som do Hino Nacional cantado pela multidão. Depois, já se retirando, todos entoaram a *Valsa do Adeus*.” (2006, p. 113).

E ainda:

Juntamente com a emoção que tomou conta das pessoas, estudantes ou não, uma retórica fúnebre dominou a imprensa no dia seguinte. Um jornalista escreveu: “Édson Luís teve a homenagem que o povo brasileiro costuma consagrar aos seus heróis populares: o Hino Nacional. Sua mortalha foi a Bandeira brasileira.” Outro foi mais longe: “O luto e o repúdio à violência surgiram nas faixas negras. O amor, a solidariedade, a saudade estavam nas pétalas de rosas que caíam do alto dos edifícios.” Um terceiro garantiu: “Desde o sepultamento de Getúlio Vargas, não houve no Brasil homenagem póstuma dessa grandeza.” (VENTURA, 2006, p. 113).

O governo militar, a partir da implementação do AI-5, foi, contudo, rápido e eficaz no sentido de barrar os movimentos de esquerda que estavam se articulando no ano de 1968. Resumidamente, os poderes atribuídos ao Poder Executivo foram o de fechar o Congresso Nacional, as assembleias estaduais e municipais; cassar mandatos eleitorais; suspender por dez anos direitos políticos de cidadãos; demitir, remover, aposentar ou pôr em disponibilidade funcionários das burocracias federal, estadual e municipal, bem como o direito de demitir ou de remover juízes, e suspensão das garantias ao Judiciário de vitaliciedade, inamovibilidade²⁷ e estabilidade; decretar estado de sítio sem qualquer dos impedimentos fixados na Constituição de 1967; confiscar bens como punição por corrupção; suspensão da garantia de *habeas corpus* em todos os casos de crimes contra a Segurança Nacional e realizar julgamento de crimes políticos por tribunais militares; direito de legislar por decreto e baixar outros atos institucionais ou complementares; e ainda a proibição de análise, pelo Judiciário, de recursos impetrados por pessoas acusadas em nome do AI-5. (ALVES, 1984).

Nesse sentido, considerando as funções do Estado durante o governo militar, Alves ponderou que o AI-5:

[...] marca o fim da primeira fase de institucionalização do Estado de Segurança Nacional, do estágio de lançamento de suas bases. O caráter permanente dos controles a ele incorporados deu origem a

²⁷ Direito de funcionário público de não ser removido, salvo a seu próprio pedido.

um novo período em que o modelo de desenvolvimento econômico podia ser plenamente aplicado, enquanto o Aparato Repressivo buscava a Segurança Interna absoluta, impedindo a dissensão organizada contra as políticas econômicas e sociais do governo. (1984, p. 135).

Todavia, nem mesmo a instituição do AI-5 dissipou a oposição ao governo militar, porque “Enquanto se empregava a coerção para submeter um setor da oposição, outros setores da população, até então inativos, engajavam-se na luta” (ALVES, 1984, p. 136).

Ressaltamos que a legislação implementada pelo governo militar, no que tange à organização estudantil e à educação escolar, esteve articulada no sentido de garantir que o Estado desempenhasse sua função. Por isso retomamos o papel do Estado brasileiro na ditadura civil-militar, de acordo com estudos realizados por Vieira:

A linguagem usada pelo poder político dá o retrato das massas populares, conforme o interesse dos governantes. Tal linguagem, pois, não dá o retrato do povo, segundo o próprio povo, mas visto pelos governantes. O Estado exprime ainda as lutas sociais, alterando-se em virtude dos conflitos sócio-políticos. (1985, p. 06).

O governo procurou reorganizar o ME por meio de uma legislação que atendia aos interesses estatais. Para a análise da legislação implementada pelo governo militar, utilizamos as considerações feitas por autoras como Shiroma, Campos e Garcia, porque, de acordo com elas, a análise dos discursos governamentais por meio da legislação educacional deve ser feita considerando o tipo de linguagem utilizada em cada momento histórico, ou seja, as palavras utilizadas representam sobremaneira determinadas posições ideológicas, mudando a compreensão daqueles que se utilizam da legislação.

Dessa forma, há a necessidade de considerar as orientações da política educacional à luz da implementação de outras políticas, e ainda analisar os textos da legislação educacional tendo como base o momento em que foram redigidos. Há também que ter o cuidado com as contradições implícitas ou explícitas de cada texto, porque podemos observá-las com certa frequência. (SHIROMA, CAMPOS & GARCIA, 2005, p. 431).

Com base nestas considerações sobre algumas questões que devem ser consideradas ao analisar a legislação, destacamos que a primeira atitude “oficial” do

governo militar foi a aprovação da chamada Lei Suplicy²⁸ (nº. 4.464, de 9 de novembro de 1964), a qual tinha como objetivo principal reorganizar as instituições que representavam os estudantes e também vetar, aos órgãos de representação estudantil, quaisquer ações ou propagandas políticas e partidárias.

Art. 1º. Os órgãos de representação dos estudantes de ensino superior, que se regerão por esta Lei, têm por finalidade:

- a) defender os interesses dos estudantes;
- b) promover a aproximação e a solidariedade entre os corpos discente, docente e administrativo dos estabelecimentos de ensino superior;
- c) preservar as tradições estudantis, a probidade da vida escolar, o patrimônio moral e material das instituições de ensino superior e a harmonia entre os diversos organismos da estrutura escolar;
- d) organizar reuniões e certames de caráter cívico, social, cultural, científico, técnico, artístico, e desportivo, visando à complementação e ao aprimoramento da formação universitária;
- e) manter serviços de assistência aos estudantes carentes de recursos;
- f) realizar intercâmbio e colaboração com entidades carentes de recursos;
- g) lutar pelo aprimoramento das instituições democráticas. (BRASIL. Lei nº. 4.464/1964).

Observamos que as finalidades das instituições que representariam os estudantes tinham como objetivo organizá-los de forma que não possibilitasse uma articulação política, no sentido de discutir questões que iriam de encontro aos interesses da classe que estava no poder. Os estudantes deveriam se organizar de maneira “harmônica”, preservando as *tradições estudantis*, o *patrimônio moral e material* das instituições, entre outros, conforme texto supracitado. Podemos ainda confirmar as considerações feitas por Poerner sobre a redação do artigo 1º:

A lei visou, especialmente, a extinção do movimento estudantil. Para acabar com a participação política dos estudantes, a lei procurou destruir a autonomia e representatividade do movimento estudantil, deformando as entidades estudantis, em todos os escalões, ao transformá-las em meros apêndices do Ministério da Educação, dele dependentes das verbas e orientação. (POERNER, 2004, p. 212).

Outro aspecto a ser considerado diz respeito à prática do esporte, o qual estava relacionado com as Forças Armadas, tendo o pressuposto de ocupar e disciplinar o corpo, impondo-se assim um *ethos* militar via educação física.

²⁸ O texto da Lei Suplicy está disponível em: <<http://www.gedm.ifcs.ufrj.br/upload/legislacao/357.pdf>>. Acesso em: 12 jan. 2010.

O parágrafo 2º reorganiza então as instituições de representação estudantil como uma nova nomenclatura e tendo as funções vigiadas pelo governo.

Art. 2º. São órgãos de representação dos estudantes de ensino superior:

- a) o Diretório Acadêmico (D.A.), em cada estabelecimento de ensino superior;
- b) o Diretório Central de Estudantes (D.C.E.), em cada Universidade;
- c) o Diretório Estadual de Estudantes (D.E.E.), em cada capital de Estado, Território ou Distrito Federal, onde houver mais de um estabelecimento de ensino superior;
- d) o Diretório Nacional de Estudantes (D.N.E.), com sede na Capital Federal. (BRASIL. Lei nº. 4.464/1964).

Nesse momento a UNE já havia sido extinta pelo governo militar, a grande imprensa se referia ao ME chamando a UNE de ex-UNE. Portanto, o órgão que representaria os estudantes seria o DNE (Diretório Nacional de Estudantes), com sede na Capital Federal, conseqüentemente subsidiado pelo Governo Federal.

O Estado tinha como objetivo submeter o ME ao seu controle, visando transformar os centros acadêmicos em diretórios tutelados pela Reitoria, como fica explícito nessa lei. Sobre o assunto, Poerner destaca:

A UNE era substituída pelo Diretório Nacional dos Estudantes e as Uniões estaduais pelos Diretórios Estaduais (DEEs). Impedia-se, além disso, através de restrições as mais variadas, o livre curso do diálogo entre os Diretórios Acadêmicos e os alunos. Na regulamentação das entidades estudantis, feita inteiramente à revelia dos estudantes e sem qualquer consulta a eles, a Lei Suplicy tornava possível a convocação do Diretório Nacional dos Estudantes pelo Ministério da Educação ou pelo Conselho Federal de Educação, ferindo, assim, o mais elementar princípio de funcionamento de uma entidade de representação – o direito de autonomia. (2004, p. 212).

Com relação à participação e organização política dos estudantes, a lei era clara no sentido de vetar qualquer forma de manifestação desse cunho. Observemos tal imposição no artigo 14: “É vedada aos órgãos de representação estudantil qualquer ação, manifestação ou propaganda de caráter político-partidário, bem como incitar, promover ou apoiar ausências coletivas aos trabalhos escolares” (BRASIL. Lei nº. 4.464/1964)

De acordo com Poerner (2004), havia, porém, um ponto positivo na Lei Suplicy, ponto que consistia no fato da obrigatoriedade do voto dos universitários nas eleições para o Diretório Acadêmico. Tal fato permitiu que os estudantes se reorganizassem novamente para lutar pela revogação da Lei. Com a possibilidade

de ver o ME reorganizado, o Ministro da Educação, Flávio Suplicy de Lacerda, sugeriu aos reitores que suspendessem as eleições acadêmicas até a aprovação, pelo Congresso Nacional, do seu projeto de lei, a fim de evitar “[...] o que aconteceu em alguns casos isolados: a vitória de minorias ativistas” (POERNER, 2004, p. 212).

A organização estudantil contra a Lei Suplicy não foi considerada pelo governo brasileiro, tendo em vista que o regime autoritário, imposto pelo golpe de 1964, tinha como um de seus objetivos estabelecer a dependência do sistema universitário brasileiro a de um centro geopolítico exterior. Por isso, a Lei Suplicy significou a possibilidade de deixar o caminho livre aos Acordos MEC-USAID, acordos os quais vinham acontecendo desde meados da década de 1950:

Os acordos surgidos ainda na gestão do ministro Suplicy de Lacerda, entre o Ministério da Educação e Cultura do Brasil e a United States Agency for International Development (Usaid), constituíram o ponto chave da política de desnacionalização do ensino brasileiro, mas não representaram a única nem a primeira tentativa norte-americana nesse sentido. Outras houve, a partir de 1947, como a chegada, em julho de 1951, de Helen Rogers e Eiser Eisenberg, enviados, por setores governamentais “especializados” em assuntos estudantis dos Estados Unidos, para deterem a “infiltração comunista” nas universidades brasileiras. Trazidos pelo futuro ministro castelista e governador Paulo Egydio Martins, então dirigente da UME, os dois tinham, entre as suas missões principais, as de policiar as assembleias e congressos estudantis, bem como a de verificar a possibilidade de formação de uma espécie de OEA estudantil. (POERNER, 2004, p. 214).

Nesse mesmo período, entre a década de 1950 e início de 1960, ocorria um debate em torno de uma proposta de educação como parte das reformas de base, já citado no texto, ou seja, visando à qualidade e atendendo aos interesses de todos, porém:

É inegável que as reformas do ensino empreendidas pelos governos do regime militar assimilaram alguns elementos do debate anterior, contudo fortemente balizados por recomendações advindas de agências internacionais e relatórios vinculados ao governo norte-americano (Relatório Atcon) e ao Ministério da Educação Nacional (Relatório Meira Matos). (SHIROMA, EVANGELISTA & MORAES, 2004, p. 33).

Nesse contexto, as reformas educacionais implementadas pelos governos militares estiveram intensamente marcadas por recomendações advindas de

agências internacionais²⁹, tais como os já citados Acordos MEC-USAID - originando os dois relatórios citados acima.

O Relatório Atcon surgiu das primeiras experiências de avaliação do ensino superior no Brasil, que ocorreram em 1965, como parte do projeto político do governo militar. Dentre outras ações voltadas para a educação superior, o MEC encomendou a Rudolph Atcon um estudo avaliativo desse segmento, com o objetivo de sintonizar a universidade brasileira com os propósitos do governo. Nesse relatório, o norte-americano afirmava a necessidade de disciplinar a vida acadêmica, coibindo o protesto, reforçando a hierarquia e a autoridade; enfatizando a importância de racionalizar a universidade, organizando-a em moldes empresariais, privilegiando, assim, a privatização do ensino.

Todos necessitam da penumbra, da calada da noite, para executarem seus objetivos, inconfessáveis à luz do dia. E o próprio sigilo criado pelas autoridades em torno dos Acordos MEC-Usaid já demonstrava o perigo que eles representavam. Não foram poucos os que perceberam. O professor Gildásio Amado, por exemplo, declarou que “os problemas educacionais brasileiros são bem diferentes dos Estados Unidos, inclusive porque somos um país subdesenvolvido”, e “as soluções para o Brasil não podem vir de fora, tem que ser encontradas aqui mesmo”. (POERNER, 2004, p. 220).

Cláudio Peres, ao analisar o referido relatório, destaca alguns fragmentos direcionados a orientar para a disciplina da vida acadêmica, além da reforma administrativa na Universidade:

Passou-se a considerar excepcional o jovem que estuda rigorosa, dedicada e disciplinadamente a fim de adquirir conhecimentos que o prepararão para a vida. Mas, a educação é — e será sempre — um processo de condicionamento e, como tal, inescapavelmente um processo penoso. Para poder triunfar, este processo exige disciplina e autoridade, os dois requisitos prévios que mais fazem falta na educação moderna. (ATCON, 1966, p. 73 apud PERES 2009, p. 87).

Foram vários os acordos realizados entre o MEC e a Usaid e eles visavam que a escolha dos currículos, dos métodos didáticos, dos programas de pesquisa e dos serviços de orientação e informações de estudantes gerassem o máximo de eficiência na obtenção das categorias desejadas de elementos de formação universitária e estivessem voltados para os interesses do capital.

²⁹ Sobre a influência norte-americana na educação brasileira, considerando o financiamento, ver o trabalho de NOGUEIRA, Francis Guimarães. **Ajuda externa para a educação brasileira**: da USAID ao Banco Mundial. Cascavel, PR: Edunioeste, 1999.

Nesse sentido, as ações dos organismos internacionais estavam na direção de organizar um plano de dominação cultural e econômica de toda a América Latina. Por isso destacamos as atitudes tomadas no governo argentino com relação à universidade, quando o general Onganía³⁰ suprimiu a autonomia da Universidade de Buenos Aires com o objetivo de permitir “[...] a penetração dos EUA, cujo objetivo último, no ensino, era controlar os pontos estratégicos do sistema educacional: a formação de professores, o material didático, as direções dos corpos docentes e as lideranças dos discentes” (POERNER, 2004, p. 225).

Outro dado importante trazido por Poerner (2004) está no percentual de acordos realizados nas diferentes modalidades de ensino. Para a nossa pesquisa é relevante considerar que grande parte dos acordos ocorreu no ensino primário, acordos que controlaram entre 60% a 70% da rede nacional de instrução elementar.

Diferentemente, o ensino secundário foi a modalidade em que acordos praticamente não foram firmados, principalmente pelo fato de que mais de 60% dos estabelecimentos de ensino secundários eram particulares, pertencendo a organizações religiosas e a empresários. Os padres resistiram à intervenção, enquanto a maioria dos empresários não precisava de sócios.

Outra atitude dos militares, no que se refere à educação e ao ME universitário, expressa-se no fato de, poucos dias após o golpe, a Universidade de Brasília ter sido invadida, quando o reitor e o vice-reitor foram demitidos e alguns professores presos. Concomitantemente ocorreu o pedido do então ministro da Educação, Flávio Suplicy de Lacerda, encaminhado ao presidente Castelo Branco, para que fossem fechadas as instituições de organização do ME nos níveis superior e secundário. Devemos asseverar também que a sede da UNE e da UBES, um dia após o golpe, foram invadidas, depredadas e incendiadas no Rio de Janeiro.

Retomamos o fato de que, agora segundo Cavalari (1987), após o golpe militar, o governo demonstrou a necessidade de controlar o ME. Assim, para além da legislação implementada, o governo desencadeou uma perseguição aos líderes estudantis.

³⁰ A Argentina passou por dois momentos de ditadura no século passado. O primeiro golpe militar aconteceu em 28 de julho de 1966, liderado pelo General Juan Carlos Onganía, que ficou na Presidência da República até 1970. Onganía denominou seu governo de Revolução Argentina e contou com o apoio de grande parcela da sociedade. Essa ditadura perdurou até 1973. O segundo golpe aconteceu em 1976 e a ditadura militar se estendeu até 1983.

Diante desse contexto, em julho de 1965, o ME se reorganizou para manifestar-se contra a Lei Suplicy e, no XXVIII Congresso Nacional, realizado na cidade de São Paulo, decidiram pelo boicote à lei. Assim, a imposição dessa lei contribuiu para que o ME se reorganizasse, tendo também como interesse lutar pela revogação dessa lei. A UNE patrocinou um plebiscito nacional, com estudantes universitários, para verificar a aceitação da Lei Suplicy. O resultado, de acordo com Poerner, foi 92,6% de rejeição da lei.

Ainda de acordo com Poerner (2004), o ano de 1966 marcou a trajetória de lutas do Movimento Estudantil, tendo em vista que foi nesse ano que os estudantes passaram a fazer a denúncia da intervenção norte-americana na educação, bem como em outros setores da organização da sociedade brasileira. Lutavam contra o pagamento das mensalidades, não pelo valor, que era irrisório, mas pelo que representava, ou seja, a orientação norte-americana de privatização do ensino público brasileiro.

No ano seguinte, em 1967, mais um Acordo MEC-USAID é firmado: “De maneira objetiva, o segundo governo do movimento de 64, em maio daquele ano de 1967, fez um novo Acordo MEC-USAID, reformulação do que havia sido feito anteriormente, de assessoria à modernização das universidades” (SANFELICE, 1986, p. 135).

Estando, contudo, ainda em condições de risco, com o governo militar observando de perto o Movimento Estudantil, os estudantes brasileiros se organizam e realizam o XXIX Congresso da UNE:

Apesar de todas as condições adversas daquele momento, a UNE conseguiu realizar seu XXIX Congresso, novamente clandestino. O Congresso ocorreu no início de agosto de 1967, na cidade de Valinhos, Estado de São Paulo, em um convento de padres. A polícia repressora chegou no local quando os delegados já haviam retornado às suas cidades. (SANFELICE, 1986, p. 135).

De acordo com Sanfelice (1986), o resultado do XXIX foi a “Carta Política da UNE”, a qual fazia uma análise da situação internacional. O autor destaca:

Com relação à situação internacional, apontava-se para o que seria seu traço característico, ou seja: “a luta que os povos oprimidos da Ásia, África e América Latina travam por sua liberdade e a reação violenta e sistemática imposta pelo imperialismo norte-americano”, em “tentativas extremas de manter, pela força, um sistema econômico que promove o lucro de alguns, às custas da exploração de muitos”. (p. 136).

Mais tarde, no auge da mobilização estudantil nas universidades brasileiras, em 1968, o governo criou a Comissão Especial para diagnosticar o setor estudantil e propor medidas afinadas com suas diretrizes governamentais. Desse trabalho resultou o documento que ficou conhecido como Relatório Meira Mattos, apresentado em abril de 1968. A Comissão Meira Mattos apontou os pontos críticos e as possíveis soluções educacionais, deixando implícitos os princípios de produtividade, de eficácia, de renovação, de progresso, de autoridade, de responsabilidade e de liberdade, reforçando a perspectiva teórico-metodológica do texto Atcon. O relatório também visava o fechamento dos restaurantes universitários, uma vez que esses locais eram de concentração dos estudantes para as grandes manifestações. E foi numa dessas manifestações contra o fechamento desses restaurantes, o Calabouço, no Rio de Janeiro, que Edson Luís foi assassinado.

A proposta de Reforma Universitária do Brasil, contrária aos interesses dos estudantes, esteve então diretamente vinculada às recomendações e aos interesses das agências internacionais, disseminando uma educação superior nos moldes necessários para o desenvolvimento do capitalismo, objetivo não só da burguesia internacional como também da burguesia nacional.

Assim foi aprovada a Lei Federal nº. 5.540/1968, que visava à expansão do nível universitário de ensino com o mínimo de ônus possível para o Estado, atendendo aos interesses da minoria e tendo o predomínio das questões econômicas. Shiroma relata que essa lei demonstra a contradição do regime militar, pois:

Promoveu uma reforma no ensino superior brasileiro, extinguiu a cátedra; introduziu o regime de tempo integral e dedicação exclusiva aos professores, criou a estrutura departamental, dividiu o curso de graduação em duas partes, ciclo básico e ciclo profissional, criou o sistema de créditos por disciplina, instituiu a periodicidade semestral e o vestibular eliminatório. (2004, p. 37).

É necessário ainda considerar que, nos primeiros anos da ditadura militar, ocorreu uma procura intensa por vagas no ensino superior, porque:

A partir de 1964 intensificou-se o processo econômico de concentração de propriedade, capital, renda e mercado, devido à política econômica, adotada a partir daí. Houve, então, grande quantidade de falências de pequenas empresas durante a recessão a partir do primeiro semestre desse ano. Com isso, ficaram mais dificultadas as possibilidades de ascensão da classe média via

poupança, investimento e reprodução de capital, através da instalação de pequenas empresas, artesanatos e de exercícios de profissão liberal. Em consequência, a demanda do ensino superior aumentou de modo que o crescimento das matrículas resultou insuficiente diante de uma procura cada vez maior. (CUNHA, 1991, p. 238).

Dessa forma, na época ocorria que milhares de alunos prestavam vestibular e eram aprovados, mas não havia vagas suficientes nas universidades, o que acabou produzindo o fenômeno dos “excedentes”, fato que possibilitou a aglutinação do ME em torno da reivindicação de que todos os alunos aprovados tivessem direito à vaga. Esta foi uma bandeira muito defendida pelo ME universitário brasileiro, afinal havia a necessidade pungente de criar novas vagas para acesso à universidade. Isso, por sua vez, também mobilizou os secundaristas, naturalmente prestes a ingressar no ensino superior.

E ainda as condições de ensino eram precárias, pois faltavam equipamentos e professores. Tal situação pode ter contribuído para a organização de forma mais intensa dos estudantes no período em apreço. Assim, ainda no ano de 1968 houve, na educação, um corte de verbas que causou um aumento nas taxas pagas pelos estudantes e até pagamentos nas universidades que antes eram gratuitas. Além disso, existia também uma insuficiência de salas de aula, de laboratórios e de bibliotecas. Essas condições levaram os estudantes às ruas para protestar mesmo com a perseguição política e a repressão sofrida pelo ME.

Organizavam-se os estudantes de forma clandestina para realizar discussões sobre encaminhamentos que seriam realizados, tais como: passeatas, panfletagem e comícios relâmpagos, no sentido de barrar as ações do governo militar. Mantiveram as denúncias e críticas ao governo militar até o ano de 1969, quando a perseguição e a repressão não possibilitaram sequer a organização clandestina.

Destacamos que era um período extremamente agitado no que se refere às discussões políticas, aos direitos políticos, tendo em vista que havia um aparato militar muito organizado e violento no sentido de controlar os acontecimentos sociais, políticos, econômicos e inclusive culturais do país, para que os interesses da classe que estava no poder fossem alcançados ou mantidos. Como já mencionado neste estudo, não era mérito apenas dos estudantes o questionamento às ações do governo militar, porque, apesar do esforço dispensado pelo governo no sentido de manter em sigilo as prisões e a tortura imposta àqueles que não concordavam com a

forma como o governo militar atuava, uma pequena parcela da sociedade tinha conhecimento de tais fatos, bem como membros de sindicatos, militantes políticos, entre outros.

1.3 – Radicalização ou resultado do processo histórico: a luta armada

Como discutimos no subtítulo anterior, a implementação do AI-5 marca, de forma extremamente severa, a imposição dos militares enquanto agentes detentores de poder. Nesse sentido, Sanfelice assegura:

Pode-se dizer que, no ano de 1968, a mobilização contra o processo de violência e dos rumos do governo militar ultrapassou o meio estudantil. A liberalização que naquele ano atingia tantos outros países parecia ter chegado ao Brasil. Aos milhares as pessoas foram às ruas das grandes cidades em passeatas pacíficas que, em alguns casos, contaram com mais de cem mil participantes. (1986, p. 146-147).

Dessa forma, a organização de grupos de esquerda em esquerda armada não é algo que acontece de forma abrupta, sem raízes ou sem antecedentes históricos, sendo uma consequência da forma como a sociedade brasileira vinha sendo organizada e questionada por uma parcela da sociedade. Ridenti (2003) nos chama a atenção para o fato de que, nas organizações de esquerda armada, grande parte dos componentes eram estudantes ou pertenciam a outras camadas intelectualizadas.

Porém, essas evidências não implicam a concordância com um certo tipo de análise, corrente nos meios de esquerda, que precisa ser problematizado e pode ser assim resumido: os grupos em armas eram integrados sobretudo por estudantes, com origem de classe pequeno-burguesa, tipicamente oscilante e sem posição política própria viável; logo os estudantes transfeririam para as esquerdas armadas os desvios de sua classe de origem, levando-as necessariamente ao fracasso. (RIDENTI, 2003, p. 140).

Ponderamos que a discussão impressa por Ridenti, no que tange à classe social a que pertenciam os estudantes que faziam parte da luta armada, é conveniente para nosso trabalho tendo em vista que estamos nos propondo a discutir os encontros e os desencontros do ME secundarista. Assim, faz-se

necessário destacar como os estudantes brasileiros eram vistos pelo conjunto da sociedade.

Isto é, as lutas estudantis em seus caminhos e descaminhos são abordadas no movimento da sociedade de classes, em sua expressão diversificada e contraditória, que extrapola o meio estudantil e também o corta por todos os lados, fazendo dele, em determinadas conjunturas, um indicador dos problemas da sociedade enquanto um todo, com as contradições que encerra. (RIDENTI, 2003, p. 141).

O referido autor discute ainda a questão de que os estudantes universitários não são, naquele momento, apenas provenientes da elite, e que há também alunos que fazem parte da classe trabalhadora na universidade. Tal discussão proposta por Ridenti (2003) vai ao encontro daquela feita por Martins Filho³¹, e que é inclusive citada pelo primeiro autor como uma análise que propõe apenas considerar o “comportamento político da classe média ascendente”, a que o estudante pertence.

Entretanto, o propósito do subtítulo é trazer para o leitor algumas considerações sobre a atuação dos estudantes no movimento da luta armada, e sobre tal assunto ressaltamos que tal opção era considerada necessária pela imposição do AI-5. Na concepção dos militantes do ME, o AI-5 não havia deixado outra opção para aqueles que pretendiam ainda lutar contra as atitudes de um governo intensamente marcado pela opressão, censura e tortura. Por outro lado, a luta armada não foi resultado apenas da imposição do AI-5 pelo governo militar, como discutiremos no decorrer do nosso texto.

Destacamos que, a exemplo dos movimentos de educação e cultura popular que estavam organizados no início da década de 1960, havia também uma expressiva organização de partidos políticos e movimentos de esquerda³² no mesmo período, dentre eles podemos citar o PCB – Partido Comunista Brasileiro. Tais partidos e movimentos de esquerda atuavam de forma expressiva no cenário político do país.

Assim, destacamos que a luta armada vinha sendo gestada antes mesmo do golpe de 1964: “Os grupos armados não pretenderam opor, só e fundamentalmente, uma resistência à ditadura. O projeto de guerrilhas no Brasil era anterior ao golpe de

³¹ A obra a que Ridenti (2003) se refere é MARTINS FILHO, J. R. **Movimento Estudantil e ditadura militar**. Campinas, SP: Papirus, 1987.

³² Ver mais sobre a organização dos partidos políticos em RIDENTI, Marcelo. **O fantasma da Revolução**. São Paulo: Editora da Universidade Estadual Paulista, 1993.

64; vinha, desde o princípio daquela década, estimulado pelo exemplo da revolução em Cuba” (RIDENTI, 2003, p. 62).

O objetivo dos integrantes da esquerda, ao se organizarem por meio das armas, não era apenas derrubar o regime autoritário, mas também romper com a exploração de classe. Assim, a opção pela luta armada não estava posta unicamente como reação ao golpe de 64. Isso seria a realidade de forma parcial, sem considerar a luta de classes que está presente no embate:

A opção pelas armas feita por uma parte da oposição ao regime militar tem sido correntemente analisada por uma perspectiva institucional, inclusive de ex-guerrilheiros. Isto é, teriam sido levados à luta armada vários daqueles que se viram privados de seus canais institucionais de atuação social e política depois do golpe de 64, ou depois do “golpe dentro do golpe” de 68. (RIDENTI, 2003, p. 60).

Como já ressaltamos no parágrafo anterior, de acordo com o autor acima citado, tal forma de explicar a luta armada acaba, porém, considerando apenas uma parte do contexto social do qual tal prática é resultado. Por outro lado, tal assertiva de Ridenti não observa os militantes que se engajaram no pós-64 e com fins de lutar unicamente pela derrubada da ditadura, como é o caso de uma parcela de estudantes:

Os estudantes que haviam participado do movimento de oposição após o golpe de 1964 sofreram profunda influência das teorias sobre a guerra revolucionária. As experiências de Cuba e do Che Guevara na Bolívia levaram-nos a apoiar uma estratégia revolucionária preconizada por alguns partidos políticos de esquerda clandestina. (ALVES, 1984, p. 142).

Foi um período de intensa violência proveniente dos órgãos de repressão do Estado contra toda e qualquer forma de organização que questionasse o governo. Assim, não foram vítimas de tortura apenas os militantes engajados na luta armada, mas todos os que eram considerados suspeitos.

Com relação à política do governo, retomamos a discussão em torno das ações do então presidente da República Garrastazu Médici, e sobre elas, Vieira (1985) afirma:

A política econômica do governo Médici conservou a mesma orientação dos outros anteriores. Adotaram-se também medidas antiinflacionárias, aplicadas gradativamente. Em 1972, o Presidente da República apontava um conjunto de bons resultados no campo

econômico, aliás como já fazia antes, ao mencionar o Movimento de 1964. Em 1972, no entanto, segundo o Chefe de Estado, a situação da economia do País apresentava-se bem prometedora. Existia alto nível no crescimento da produção, tinha-se gerado poupança e assegurado razoável estabilidade monetária, diminuindo-se os efeitos da inflação. Neste rol de sucessos, o Presidente chamava a atenção para o crescimento do emprego da mão-de-obra, enquanto se restringiam as diferenças regionais. (p. 37).

Na verdade, chegava a ser uma ironia, num momento de ditadura militar, os discursos do governo estarem voltados para defender a democracia como organização política. Por isso reiteramos as considerações de Vieira:

Mergulhados no silêncio imposto pela repressão política e nas mágicas divulgadas pela propaganda governamental, muitas pessoas celebravam o seu “Milagre Econômico”, ao passo que o restante dos brasileiros assistiam a festas bem programadas. A maioria do povo sentia a vida sem milagre. (1985, p. 39).

Sobre o modelo econômico posto em prática pelo governo militar, Alves (1984) destaca que o mesmo tinha a visão de que um país subdesenvolvido precisava criar as melhores condições possíveis para o investimento, especialmente o estrangeiro, de modo a acumular suficiente capital para promover a “arrancada” do desenvolvimento econômico (p. 146).

Tal forma de organização da economia fazia com que a desigualdade social aumentasse, porque:

A ênfase na estratégia econômica do governo nos bens de consumo duráveis impunha, na prática, um padrão específico de concentração de renda. A argumentação produtivista justificava a concentração da renda pela necessidade de assegurar um robusto mercado interno para os produtos do setor. De acordo com a orientação, a política governamental elevou acentuadamente a participação dos membros mais ricos da população na renda global e diminuindo a dos 80% mais pobres. (ALVES, 1984, p. 149)

Médici também fazia uso da propaganda política para enfatizar o desenvolvimento do país e transmitir à população uma imagem ideal do regime, ou seja, foi o momento das propagandas que colocavam adjetivos ao país como o “Brasil Grande”, com muito destaque pelas vias de telecomunicação disponíveis no período (TV, rádio, panfletos).

Aconteceu que o “Milagre Econômico” encerrou seu apogeu a partir de 1974, com o início de uma nova crise financeira por qual passou o Brasil, bem como uma

nova forma de organização do modo de produção capitalista. Nesse sentido, destacamos as considerações feitas por Harvey (1989), que faz uma discussão sobre o fato de terem ocorrido mudanças no mundo produtivo, especialmente a partir de 1973. Para este autor há indícios de que houve uma mudança no regime de acumulação de capital, do fordismo para o que ele chama de “acumulação flexível”. Os indícios são observados uma vez que o regime fordista tinha como principal característica a rigidez, no consumo, nos processos de trabalho, entre outros, o que causou uma crise no capitalismo, que veio a ser superada pela flexibilização do consumo, da produção, do mercado de trabalho, das finanças. Tais transformações no mundo produtivo acarretaram transformações na sociedade brasileira, dentre elas o fato de que:

Desde 1974, já não se podia gabar os sucessos do “Milagre Econômico”. As dificuldades enfrentadas no campo da economia exigiam um outro tema, capaz de chamar atenção das pessoas. Esta busca de novo apoio político e social, tão necessário para a estabilidade do poder, levou o governo Geisel a divulgar a teoria da “distensão”. Tal teoria tinha a finalidade de diminuir a pressão exercida sobre a sociedade brasileira. Mesmo com forte controle, se alargava o espaço de participação, criando meios de integrar certos setores da oposição, no interior da vida política. (VIEIRA, 1985, p. 41).

O governo de Ernesto Geisel propõe uma abertura, considerada por muitos autores como uma política para principiantes:

O Presidente Geisel confessava sua vontade de criar “um clima salutar” de harmonia, visando institucionalizar o que chamava de “Revolução de 64”. Ele desejava reformas, mas não muito além da imaginação. Acreditava que “pela imaginação política criadora”, era possível “instituir, quando for oportuno, salvaguardas eficazes e remédios prontos”. (VIEIRA, 1985, p. 40).

Ainda de acordo com Alves (1984), durante os anos de 1969-1974 havia um efeito combinado, da exploração econômica, da repressão física, do controle político e da rígida censura, estabelecendo uma “cultura do medo” que cobriu a participação em atividades de oposição comunitárias, sindical ou política.

A mesma autora discute a questão do poder dissuasivo do medo imposto pelo governo militar por meio da tortura. Assim, ocorria uma situação contraditória, em que, de um lado a tortura fazia com que setores da população se rebelassem contra o governo, mas o medo de ser torturado não permitia que as pessoas agissem

contra o mesmo governo. A autora assevera, todavia, que “[...] o fato de ser utilizada regularmente limita sua eficácia como forma de controle político pelo terror. Embora a curto prazo seu emprego tenha tido poderoso efeito, este medo pode diminuir com o passar dos anos” (ALVES, 1984, p. 170).

O período em apreço se caracteriza como o momento de consolidação e apogeu do autoritarismo, no qual as ações do governo militar acabaram sufocando os movimentos de oposição:

O ciclo de maior repressão tem início com o AI-5, de dezembro de 1968, e se estende por todo governo Médici (1969-1974). Nesse período o Estado tentou sufocar a sociedade civil, notadamente os segmentos que faziam oposição, como os estudantes, a realização de greves operárias (Osasco e Contagem) e o surgimento de grupos armados que visavam à derrubada do Regime. Aqui o Estado venceu o confronto, silenciando a sociedade através do terror, viabilizado pela montagem de um aparelho repressivo descomunal. (GERMANO, 1994, p. 94).

Foi nesse contexto que o governo iniciou a reforma da educação pelo ensino superior em 1968, em seguida a Reforma do Ensino Primário e Médio, em 1971. Tais reformas ocorreram sem a participação da sociedade civil e também visavam desmobilizar movimentos nesse campo. Germano destaca ainda:

Com efeito, apesar da constante valorização da educação escolar, no nível do discurso, o Estado esbarra, em primeiro lugar, num limite de ordem material: a escassez de verbas para a educação pública. Isso acontece porque, como vimos, o Estado emprega o montante de recursos sob a sua responsabilidade em setores diretamente vinculados à acumulação de capital. Esta é sua prioridade real, a qual, por sua vez, aponta no sentido da privatização do ensino. (1994, p. 104).

Com relação à repressão sobre os estudantes, especificamente os universitários, Germano (1994) assegura que a edição do Decreto 477 ampliou o controle político e ideológico sobre os estudantes.

O Decreto-Lei 477³³ visava impedir qualquer manifestação dos docentes, alunos e funcionários de estabelecimentos de ensino público e ou privado. Dentre as proibições estavam a confecção e a divulgação de “material subversivo”, bem como

³³ BRASIL. Presidência da República. Decreto-Lei n. 477, de 26 de fevereiro de 1969. Disponível em: <http://www.acervoditadura.rs.gov.br/legislacao_14.htm>. Acesso em: 5 jan. 2010. Anexo 03, página 175.

a organização de manifestações. Os que infringissem a lei seriam punidos, sendo que os funcionários e professores poderiam ser demitidos e os alunos, “expulsos”. Se fosse considerado crime pelas autoridades, o diretor do estabelecimento de ensino deveria encaminhar o caso para ser instaurado inquérito policial.

Art. 1º Comete infração disciplinar o professor, aluno, funcionário ou empregado de estabelecimento de ensino público ou particular que:

- I - Alicie ou incite a deflagração de movimento que tenha por finalidade a paralisação de atividade escolar ou participe nesse movimento;
- II - Atente contra pessoas ou bens, tanto em prédio ou instalações, de qualquer natureza, dentro de estabelecimentos de ensino, como fora dele;
- III - Pratique atos destinados à organização de movimentos subversivos, passeatas, desfiles ou comícios não autorizados, ou dele participe;
- IV - Conduza ou realiza, confeccione, imprima, tenha em depósito, distribua material subversivo de qualquer natureza;
- V - Seqüestre ou mantenha em cárcere privado diretor, membro do corpo docente, funcionário ou empregado de estabelecimento de ensino, agente de autoridade ou aluno;
- VI - Use dependência ou recinto escolar para fins de subversão ou para praticar ato contrário à moral ou à ordem pública. (BRASIL. Presidência da República. Decreto Lei n. 477, de 26 de fevereiro de 1969).

O texto do Decreto deixa claro que foi editado para barrar as manifestações contra o Estado, porque inicia e conclui esclarecendo que é proibido qualquer movimento de paralisação e também é proibida a utilização do espaço escolar para fins subversivos, que atentem contra a moral ou a ordem pública.

No que concerne às punições atribuídas aos professores, alunos e funcionários, o Decreto estabelece sanções como: demissão ou dispensa, proibição de ser nomeado, admitido ou contratado por qualquer outro estabelecimento da mesma natureza pelo prazo de cinco anos, no caso de professores e funcionários. Para alunos “subversivos”, o desligamento e a proibição de se matricular em qualquer outro estabelecimento de ensino pelo prazo de três anos.

Salientamos que as sanções do Decreto 477, acima descritas, podem não ter atingido um número considerável de alunos e professores, mas o conhecimento de que poderiam ser prejudicados já poderia ser um motivo para a não organização dos mesmos, ou seja, o Decreto 477 poderia se valer mais pelo efeito de produzir medo do que de ações propriamente desencadeadas.

Sobre a questão da produção do medo, Fiuza assevera: “Afinal, o medo foi um componente decisivo na manutenção da ditadura e na imposição de modelos de comportamento impostos pelos militares” (2006, p. 117).

O governo militar instituiu ainda o Decreto-Lei 228, de fevereiro de 1967³⁴, o qual revogou a Lei Suplicy de Lacerda, conforme redigido em seu artigo 22. O Decreto 228³⁵ reformula a organização dos estudantes universitários:

Art. 1º Os órgãos de representação dos estudantes do âmbito do ensino superior, que se regerão por este decreto-lei, têm por finalidade:

- a) defender os interesses dos estudantes, nos limites de suas atribuições;
- b) promover a aproximação e a solidariedade entre os corpos discente, docente e administrativo dos estabelecimentos de ensino superior;
- c) preservar as tradições estudantis, a probidade da vida escolar, o patrimônio moral e material das instituições de ensino superior e a harmonia entre os diversos organismos da estrutura escolar;
- d) organizar reuniões e certames de caráter cívico, social, cultural, científico, técnico, artístico e desportivo, visando à complementação e ao aprimoramento da formação universitária;
- e) assistir os estudantes carentes de recursos;
- f) realizar intercâmbio e colaboração com entidades congêneres;
- g) concorrer para o aprimoramento das instituições democráticas.

Observamos que o trecho acima citado do Decreto 228 é praticamente o mesmo da redação do texto da Lei Suplicy, havendo mudança apenas nas alíneas “e” e “f”, em que o conteúdo a ser considerado é o mesmo, mas escrito de forma distinta.

Assim, o texto do Decreto 228 destaca que é finalidade das organizações estudantis defender os interesses dos estudantes, podendo realizar reuniões, mas não de caráter político, apenas cívico, social e cultural. Há, no último tópico, uma sucinta elucidação para que os estudantes contribuam para o aprimoramento das instituições democráticas, mas podemos concluir, pelo texto da lei, que esta não poderia ser a característica principal da organização estudantil. Ou seja, os estudantes não deveriam tentar fazer com que as instituições fossem democráticas, apenas deveriam contribuir para o aperfeiçoamento dessa prática.

³⁴ Disponível em: <<http://www.planalto.gov.br/ccivil/Decreto-Lei/Del0228impressao.htm>>. Acesso em: 5 jan. 2010. Anexo 04, página 177.

³⁵ O Decreto-Lei 228, por sua vez, foi revogado pela Lei Federal nº 6.680/1979.

No que tange à organização do ME secundarista, há, no decorrer do texto da legislação, mesmo que de forma sucinta, elucidações de que as instituições de nível secundário também devem estar em consonância com a legislação federal, como podemos verificar em um dos trechos da legislação que será discutido no capítulo II deste estudo, bem como no trecho seguinte, que se refere a todos os órgãos de representação estudantil: “Art. 11. É vedada aos órgãos de representação estudantil qualquer ação, manifestação ou propaganda de caráter político-partidário, racial ou religioso, bem como incitar, promover ou apoiar ausências coletivas aos trabalhos escolares” (BRASIL, Decreto-Lei 228, de fevereiro de 1967).

Sobre as propostas de reforma do ensino de 1º e 2º graus do governo militar, devemos citar a Lei Federal nº. 5.692/1971³⁶, que fixa diretrizes e bases para o ensino de 1º e 2º graus. Considerando que, nesse período,

[...] boa parte das lideranças estudantis, intelectuais de esquerda e, em escala bem menor, das lideranças operárias e camponesas havia se engajado, notadamente no período de 1969-1971, na luta armada contra a ditadura e em favor de uma revolução, entendida como de libertação nacional, popular e democrática ou mesmo socialista, dependendo da organização política em que se militava. Assim, não se tratava mais de lutar por “reformas de base”, entre as quais a reforma educacional, conforme ideário pré-64, mas de empreender de fato uma transformação estrutural profunda na sociedade brasileira. (GERMANO, 1994, p. 161).

A partir da análise feita por Germano (1994), salientamos o fato de que, no momento de aprovação da legislação que se referia à organização do ensino de 1º e 2º graus, aqueles considerados críticos das articulações feitas pelo governo militar estavam com o olhar voltado para a luta armada, fato que pode ter permitido mais ajustes por parte do governo no sentido de garantir a defesa dos interesses da classe dominante.

Ainda de acordo com Germano (1994), antes da elaboração da Lei 5.692/1971 havia movimentos organizados em favor da ampliação das oportunidades de escolarização e de verbas para a educação, porque após 1968 os grupos que lutavam por uma sociedade socialista não consideravam a importância da educação, assim “[...] as questões culturais e educacionais, portanto, sempre foram postergadas ou negligenciadas por essas organizações” (GERMANO, 1994, p. 162).

³⁶ Disponível em: <http://www.pedagogiaemfoco.pro.br/l5692_71.htm>. Acesso em: 18 jan. 2010.

Esse foi o momento da organização da luta armada, portanto os documentos e manifestos dos grupos de esquerda tinham como objetivo a utilização da força para derrubar o regime e também reorganizar a sociedade. Entretanto, o Estado agiu de maneira brutal e, em 1971, já tinha praticamente exterminado os grupos guerrilheiros. Nesse período, o clima era de euforia nacional. Em 1970, o Brasil havia conquistado a Copa do Mundo de Futebol pela terceira vez e:

A marchinha de Miguel Gustavo, “Pra frente Brasil”, juntamente com as músicas patrioteiras da dupla Dom e Ravel faziam o maior sucesso de Norte a Sul do país. O governo Médici, por sua vez, desenvolvia projetos arrojados, como a construção da rodovia Transamazônica e da ponte Rio - Niterói, justificando o slogan, muito em voga na época: “Este é um país que vai pra frente”, embora criado em 1969, o Mobral (Movimento Brasileiro de Alfabetização) começa a funcionar efetivamente em 1970, com vistas a erradicar o analfabetismo de jovens e adultos. Tal movimento foi lançado com grande alarde, pois afinal visava atingir um grande contingente popular, e esta era a forma de buscar legitimação. (Ibidem, p.163).

Foi neste contexto que a reforma do ensino primário e secundário expressa pela Lei 5.692/1971 foi elaborada. É importante ressaltar ainda que os índices de acesso, a evasão e a repetência assumiam números elevados, ou seja, no ano de 1971 quase 30% das crianças de 7 a 14 anos não tinham acesso à escola e a evasão e a repetência eram assustadoras, sendo que a taxa de perdas chegava de 76% só no primário em, 1972. (GERMANO, 1994).

A democratização do ensino, enquanto parte integrante do plano de governo Médici, não dizia respeito à gestão participativa, mas, sim, a uma ampliação de oportunidades de acesso à escola sem garantia de qualidade de educação, ou seja, sem acesso ao conhecimento. Nesse sentido, para a análise das políticas educacionais:

É preciso levar em conta a realidade concreta em suas múltiplas dimensões. Ora, a política educacional diz respeito à ação do Estado com relação ao aparelho de ensino, a qual, por sua vez, só pode ser analisada adequadamente num contexto em que se configure o comportamento da sociedade política com relação às diferentes classes sociais. No Brasil, durante o Regime Militar, a atuação do Estado se pautou por privilegiar demasiadamente o capital e por ser excludente com relação às classes subalternas. O resultado, do ponto de vista social, foi o aguçamento da concentração de renda, com notórias repercussões no campo educacional. (Idem, p. 168).

Assim, se as políticas educacionais refletem os interesses do Estado, no sentido de privilegiar o capital, a educação também estará voltada para esse objetivo.

Ao realizar uma discussão sobre a legislação imposta por uma ditadura civil-militar, Suzeley Mathias (2004) nos chama atenção para o fato de que a educação, “[...] mais que uma política da área social de qualquer governo, é um assunto que transcende os limites da administração pública, sendo uma das primeiras áreas a sofrer com as mudanças, seja no governo seja nos regimes políticos” (p. 149). Ela destaca ainda que a área da educação é suscetível a mudanças porque é entendida como veículo de difusão de ideias e, portanto, de formação de consciências.

Ainda com relação à reforma do ensino médio, a partir da Lei 5.692/1971, destacamos que não basta propiciar acesso à educação escolar para as camadas menos favorecidas e nos utilizamos da análise feita por Germano, de que a reforma do ensino de 2º grau proposta pelo governo militar acarreta a desqualificação da força de trabalho, na medida em que:

[...] o que está presente na proposta oficial é uma visão utilitarista imediatamente interessada da educação escolar sob forte inspiração da “teoria do capital humano”. Trata-se de uma tentativa de estabelecer uma relação direta entre sistema educacional e sistema ocupacional, de subordinar a educação à produção. Desse modo, a educação só teria sentido se habilitasse ou qualificasse para o mercado de trabalho. Por isso, o 2º grau deveria ter um caráter terminal. (GERMANO, 1994, p. 176).

Nesse sentido, o referido autor assevera o fato de que grande quantidade de alunos acabaria saindo do sistema escolar mais cedo e então ingressariam no mercado de trabalho, fazendo com que a demanda pelo ensino superior fosse reduzida, assim a educação escolar estaria mantendo a função discriminatória, porque seria propiciada apenas a formação precarizada para o trabalho da maioria da população.

Então, o que prevalece na definição da política educacional são as determinações do mercado, o que “[...] põe por terra o discurso igualitarista no âmbito escolar, que assume uma dimensão meramente formal e abstrata, uma vez que no mundo da realidade o que predomina é a desigualdade econômica” (GERMANO, 1994, p. 182).

Ressaltamos ainda a questão da implementação, na forma de lei, da Educação Moral e Cívica (EMC) no período. Sobre esse assunto, Ritter (2006) afirma:

No período da ditadura militar, que se estendeu por vinte e um anos, predominou determinada orientação ideológica que poderia ser sintetizada na expressão difundida pelos segmentos mais reacionários no plano social: “Deus, Pátria e Família”. Tal orientação ideológica perpassou também a Educação Moral e Cívica. (RITTER, 2006, p. 67).

No que tange à legislação implementada pelo governo militar:

Em 1966, pelo Decreto nº. 58.023, define-se que o povo também tenha educação cívica e delega ao Conselho Nacional de Educação a tarefa de utilizar todos os meios possíveis para difundir esta educação. Já em 1969, portanto, três anos depois, o Decreto Nº 869/69 estipula a Moral e Cívica como disciplina e como prática educativa obrigatória para todos os ramos e níveis de ensino. (Idem)

No período foi redigido um livro pelo Padre Fernando Bastos de Ávila, denominado: “Pequena Enciclopédia de Moral e Civismo”, que tinha como objetivo, na fala do Ministro da Educação em 1976, Ney Braga, “[...] reunir num mesmo volume um repertório de informações essenciais à juventude, sem prejuízo da capacidade crítica e de pesquisa dos jovens” (AVILA, 1982, s/p). Encontramos um volume dessa enciclopédia em um colégio estadual paranaense, fato que nos chamou a atenção com relação à disseminação dessa política do governo militar, que provavelmente foi distribuída para todas as instituições de ensino, haja vista que foram produzidas três edições entre os anos de 1967, 1972, 1975, 1976 e 1978. Na segunda edição foram lançadas três tiragens da obra.

A enciclopédia traz a definição de muitos conceitos, sendo que o índice temático está organizado da seguinte maneira: Conhecer a Pátria; Amar a Pátria; Pessoa Humana; Discriminações; Estrangeiros; Educação; Ensino; O bem; O mal; A família; O trabalho; Profissão; Deveres do Cidadão; Direitos do Cidadão; Participação na vida política e organização jurídica. A partir desses temas são descritos vários conceitos supostamente considerados de extrema relevância para a formação intelectual e para o enriquecimento cultural dos brasileiros.

Analizamos ainda um livro didático para a 8ª série sobre *Moral e Civismo*. O livro está organizado em cinco unidades. São elas: A harmonia do Universo; Síntese da Organização Sócio-Político-Econômica do Brasil; O Brasil e o Mundo. Integração

no Mundo Ocidental. Relações Internacionais; Democracia e Principais problemas brasileiros e da comunidade. Possibilidade de participação do educando. Estaremos mencionando apenas alguns trechos que se referem à educação moral e cívica, dentre eles:

A Democracia vai buscar seus alicerces nos princípios da Moral, da Religião, da Filosofia e da Educação. São eles que fornecem o material necessário à formação do homem democrático, isto é, do homem, que sabe compreender as suas obrigações, que conhece os seus direitos e que respeita os de seus semelhantes. (MOSCHINI, COSTA & MUSSUMECI, s/d, p. 117, grifos no original).

Com relação à descrição do papel da Moral, como um dos elementos que contribuem para a formação de um indivíduo ideal para participar naquela sociedade, a redação do texto destaca que a moral “[...] dá ao homem, os elementos necessários à formação de sua personalidade, baseada na compreensão de que ele é um ser consciente e inteligente, torna-o responsável pelos atos que pratica” (Idem).

Outro aspecto importante da legislação referente ao ensino moral e cívico é que ela abarca também a organização do ME secundarista, quando, em 1971, o presidente da República, Emilio Garrastazu Médici, institui o Centro Cívico Escolar, por meio do Decreto Federal nº. 68.065/1971³⁷. Esse Decreto regulamentou o Decreto-Lei 869, de 1969, que instituía a obrigatoriedade do ensino moral e cívico e dispunha sobre a organização desse ensino. O centro cívico escolar é incluído como atividade extraclasse para garantir a efetivação do ensino moral e cívico, sendo que essas atividades teriam o objetivo de:

Art. 31 – Na prática educativa da Educação Moral e Cívica, em todos os estabelecimentos de ensino, deve ser estimulada a criação de instituições extraclasse para atender às finalidades de natureza cultural, jurídica, disciplinar, comunitária, manualista, artística, assistencial, de recreação e outras, assemelhando, tanto quanto possível, a escola a uma sociedade democrática em miniatura. (BRASIL, Decreto Federal n.º 68.065 – 1971).

Observamos, no texto da lei, que a proposta de fazer da escola um reflexo da sociedade está presente, especialmente, no sentido de que essa sociedade deve ser democrática, mas nos perguntamos, de que democracia um regime militar está

³⁷ Documento disponível em: <http://www.histedbr.fae.unicamp.br/navegando/fontes_escritas/7_Gov_Militar/artigo_003.html>. Acesso em: 2 nov. 2009.

tratando? Fica claro, pelas ações e pela legislação imposta, que há um discurso que não se concretiza, ou seja, enquanto os governantes falam em democracia o que se vive é a repressão, a censura e até mesmo a tortura.

Podemos observar tal contradição na própria redação do artigo, porque, ao mesmo tempo em que trata de uma sociedade democrática em miniatura, estabelece a criação de instituições de caráter, entre outros adjetivos, *disciplinar*, ou seja, é para controlar os estudantes, da mesma forma que há o interesse de controlar a sociedade como um todo.

O texto da lei reforça o papel do Estado na orientação da organização dos estudantes nas escolas. Assim, o artigo 32 da mesma lei define as regras:

Art. 32 - Nos estabelecimentos de qualquer nível de ensino, públicos e particulares, será estimulada a criação de Centro Cívico, o qual funcionará sob a assistência de um orientador, elemento docente designado pelo Diretor do estabelecimento, e com a diretoria eleita pelos alunos, destinado a centralização, no âmbito escolar, e à irradiação, na comunidade local, das atividades de Educação Moral e Cívica, e à Cooperação na formação ou aperfeiçoamento do caráter do educando.

§ 1º - As chapas concorrentes às funções administrativas da diretoria deverão ser submetidas à aprovação prévia do diretor do estabelecimento.

§ 2º - Os Centros Cívicos deverão:

- a) considerar o civismo, nos três aspectos fundamentais: *caráter*, com base moral, tendo como fonte Deus, nos termos do Preâmbulo da Constituição do Brasil; *amor à Pátria* e às suas tradições, com capacidade de renúncia; *ação* intensa e permanente em benefício do Brasil;
- b) projetar-se sobre as atividades de classe e extraclasse enumeradas no art. 31 e parágrafo único [...].

A redação é clara no sentido de estabelecer que tal instrumento de organização estudantil esteja atrelada aos interesses do governo militar, porque a diretoria da entidade precisa ser aprovada pela direção da escola e ainda devem ter como objetivo fundamental a disseminação do civismo, considerando os três aspectos fundamentais, citados no texto da lei. Ou seja, havia um engodo de que o governo estaria propiciando a organização estudantil secundarista.

A legislação acima citada não garante que o ME secundário desse período se organizasse apenas dessa forma. É fato que tal decreto restringe a possibilidade de discussão e de autonomia do movimento em todo país, porém, em algumas regiões do país, principalmente naquelas em que havia uma pressão mais sistemática da

polícia política, alguns dos centros cívicos, provavelmente, podem ter se tornado, naquele momento histórico do movimento estudantil, uma saída para a juventude continuar ativa e de algum modo organizada, uma vez que os principais grêmios foram fechados, e aqueles que ainda existiam poderiam estar subordinados às direções das escolas.

Dessa forma, apesar de, nos capítulos III e IV desta dissertação, observarmos que, no Estado do Paraná, a entidade estudantil que representava os estudantes secundaristas ter continuado sendo denominada grêmio estudantil, reproduzimos a fala da pesquisadora Janete Ritter, porque consideramos que sua análise está voltada para a realidade brasileira:

Nas escolas de 2º grau os grêmios estudantis foram fechados e transformados em centros cívicos, sob a orientação do professor de Educação Moral e Cívica. Para tal cargo a pessoa deveria ser de confiança da direção da escola, o que significava não ter passagem pelo DOPS (Departamento de Ordem Política e Social). Este organismo controlava a participação das pessoas em movimentos de protestos, fichando como comunistas aquelas consideradas subversivas, além de avaliar os docentes de Moral e Cívica uma vez por ano. (RITTER, 2006, p. 72).

De acordo com a autora, os grêmios foram fechados e substituídos pelos centros cívicos, os quais deveriam estar sob a orientação de um professor que, como ela destaca, deveria ser o professor de educação moral e cívica, ou seja, os estudantes deveriam ser controlados por um professor sem antecedentes de crime político.

Vale destacar que, no Estado do Paraná, houve algumas contradições com relação à organização dos estudantes secundaristas, fato que discutiremos, de forma mais sistematizada, no terceiro capítulo desta dissertação.

Outro fator de dificuldade para o ME, em particular o secundarista, era o financeiro, uma vez que não contavam com as verbas das carteiras de estudante, carteiras que passaram a ser controladas e confeccionadas pelo Estado. A saída encontrada pelo movimento foi a organização de festivais para angariar fundos e financiar as atividades dessas entidades. Com o início da redemocratização do Brasil e do processo de anistia política, ocorreu uma retomada, porém lenta, da reconstrução dos grêmios estudantis.

Nesse período de radicalização do governo militar em âmbito nacional, no Paraná foi eleito, para governador do Estado, Paulo Pimentel:

O governo de Pimentel, de 1966 a 1970, caracterizou-se pelo fortalecimento do Executivo face ao Legislativo, em decorrência da extinção dos partidos e da criação do bipartidarismo, em fins de 1965. A ala liderada por Ney, apesar de também pertencer à ARENA, coloca-se na oposição ao governo Pimentel, de forma vagarosa e gradual. Na oposição ao partido do governo federal e estadual, encontra-se o MDB, com apenas 7 deputados estaduais, em 1966. (HOFF, 1991, p. 62).

Pimentel atendeu a algumas das reivindicações dos professores na sua gestão, dentre elas podemos citar o aumento de salário dos docentes de primeiro e segundo graus, mas o que prevaleceu em seu governo foram as orientações do governo federal, portanto os interesses do governo civil-militar. Ou seja, no limite das especificidades estaduais, o governo paranaense esteve sempre articulado às orientações estabelecidas pelo governo federal, seja nos períodos de radicalização do regime, na transição ou na abertura. Tal fato se refletiu também na forma como o governo orientou as políticas educacionais, bem como na organização do ME secundarista.

No próximo capítulo retomaremos, de forma sucinta, as transformações sociais, econômicas, políticas e culturais pelas quais a sociedade brasileira passou para que o governo democrático fosse instalado, sempre nos remetendo à organização estudantil no período.

CAPÍTULO 2
O MOVIMENTO ESTUDANTIL E O PROCESSO DE ABERTURA POLÍTICA
1974-1985

*[...] Que sonha com a volta
Do irmão do Henfil.
Com tanta gente que partiu
Num rabo de foguete
Chora!
A nossa Pátria Mãe gentil
Choram Marias e Clarisses
No solo do Brasil...
Mas sei, que uma dor
Assim pungente
Não há de ser inutilmente
A esperança...
Dança na corda bamba
De sombrinha
E em cada passo
Dessa linha
Pode se machucar...
Azar!
A esperança equilibrista
Sabe que o show
De todo artista
Tem que continuar...*

(João Bosco e Aldir Blanc, em sua canção
O Bêbado e a Equilibrista, de 1979)

Iniciamos este capítulo com o fragmento do samba composto por João Bosco e Adir Blanc, “O Bêbado e a Equilibrista”, porque ele representa, de forma poética, o momento de transição do regime político do país, sendo inclusive tomado como o hino pela Anistia.

Optamos por organizar a análise do contexto da ditadura civil-militar em dois capítulos, para que possamos fazer uma discussão mais específica sobre a atuação do ME secundarista com relação à forma como o governo civil-militar esteve articulado para alcançar seus objetivos. Assim, neste segundo capítulo, fazemos uma discussão sucinta do período de transição do regime político brasileiro, destacando as ações do governo militar com relação ao ME e, em contrapartida, a

forma como esse segmento se organizou no sentido de contribuir para a transição política.

2.1 – Distensão, abertura, transição: as expressões e ações do governo para o término da ditadura civil-militar

Apesar de grande parte dos autores que estudam ou estudaram o período da ditadura civil-militar brasileira se referirem a apenas um período de abertura, o título desta seção justifica-se porque tem como referência a divisão feita pela autora Maria Helena Moreira Alves, em seu livro: “Estado e Oposição no Brasil (1964-1984)”, no qual a autora periodiza o fim da ditadura brasileira em dois momentos: de 1974-1978, governo Geisel, como período da distensão, e 1979-1985, governo João Batista Figueiredo, como período da abertura. A autora destaca ainda que foram três etapas para a institucionalização do Estado:

O governo Geisel inaugurou uma terceira etapa da institucionalização do Estado. A primeira fase abrangendo os governos Castelo Branco e Costa e Silva, lançou as bases do Estado de Segurança Nacional, corporificado na Constituição autoritária de 1967. A segunda de 1969 a 1973, desenvolveu o modelo econômico e o Aparato Repressivo, ampliando o quadro legal da repressão e, na prática, a engrenagem de coerção. Durante os governos Geisel e João Figueiredo, os planejadores do Estado concentravam-se em estruturas mais permanentes e flexíveis para a institucionalização do Estado a longo prazo. (ALVES, 1984, p. 185).

Alves reitera que a teoria da distensão pretendia assegurar um afrouxamento da tensão sociopolítica, o que, de certa forma, justifica o discurso proferido pelo presidente Geisel, quando disse que seria uma abertura “lenta, gradual e segura”:

A distensão da sociedade seria obtida em estágios bem planejados: haveria, em primeiro lugar, a suspensão parcial da censura prévia, seguida de negociações com a oposição para estabelecimento de parâmetros de tratamento de direitos humanos. Posteriormente, seriam promovidas reformas eleitorais, para elevar o nível de representação política. Em seguida, as medidas mais explicitamente coercitivas, inclusive o Ato Institucional Nº. 5, seriam revogadas, incorporando-se outros mecanismos de controle à Constituição. A meta global da política de “distensão” era concluir a institucionalização do Estado de Segurança Nacional e criar uma representação política mais flexível, de modo a baixar os níveis de dissensão e tensão que haviam tornado muito fortes as “pressões”. (Ibidem, p. 186).

E, ainda, a distensão buscava garantir o controle da sociedade civil por meio da utilização mais amena do poder, por isso o processo de abertura deveria ocorrer de forma lenta e gradual.

Germano (1994) também discorre sobre dois momentos para o período de transição do regime militar para a democracia: “[...] o ciclo de maior liberalização tem início com a denominada ‘distensão’ do Governo Geisel (1974-1979) e se prolonga com a ‘abertura’ do Governo Figueiredo (1979-1985), com a revogação do AI-5 e a concessão da anistia” (GERMANO, 1994, p. 94).

Contamos ainda com as considerações feitas por Suzeley Mathias. Ela chama a atenção para o fato de que há uma particularidade no processo de transição brasileiro, tendo em vista a participação da elite no processo:

Um fator que merece destaque na análise das transições diz respeito a sua natureza. Como primeira tentativa de aproximação do problema para o caso brasileiro, podemos dizer que neste país houve uma transição negociada, com alto controle das elites sobre o processo e no interior de um quadro de disputa regulada, destacando-se sua prolongada duração. Só de liberalização foram 11 anos, considerando como marco da distensão as eleições de 1974, e a passagem para a fase de redemocratização a eleição de Tancredo-Sarney em 1985. (MATHIAS, 1995, p. 38).

Retomamos que o projeto/processo de transição não foi apenas proveniente da classe que estava no poder, mas resultado dos encontros e acordos que vinham ocorrendo no país, entre os militares e a classe trabalhadora, por meio dos movimentos sociais organizados, como movimentos contra a carestia, pró-anistia, pela libertação dos presos políticos, dentre outros.

E, de acordo com Araújo,

O contexto da luta democrática se definiu após a derrota política e militar da experiência da luta armada quando as esquerdas brasileiras se reorganizaram em torno de uma proposta pelas liberdades democráticas, ajudando a constituir e, em muitos casos liderar, um amplo campo de oposição política a ditadura militar. (2004, p. 161).

E ainda, contribuindo beneficentemente para o processo de democratização, ocorre, em 25 de outubro de 1975, a morte do jornalista Vladimir Herzog, por consequência de torturas sofridas no Centro de Operações de Defesa Interior (CODI), em São Paulo. Fiuza assevera:

Em 1976 o Brasil vivia sob o governo de Ernesto Geisel e, apesar de ser chamado “período de distensão”, a força repressiva tanto das Forças Armadas, quanto de grupos chamados ironicamente de paramilitares, era ainda insuportável. No ano anterior, o jornalista Vladimir Herzog fora assassinado nas dependências do DOI-CODI, em São Paulo, morte semelhante a do operário Manuel Fiel Filho, no ano seguinte, também sob alegação de suicídio. Entre 1973 e 1976, além das mortes confirmadas, foi registrado o desaparecimento de 85 supostos opositores ao regime, segundo a obra *Brasil Nunca Mais*. (2001, p. 88-89).

A partir das considerações de Fiuza, devemos destacar que, apesar de ser um período de transição política, os acontecimentos relacionados à censura, tortura, morte e outros ainda estavam presentes. Todavia, essa morte chamou a atenção da sociedade para tais barbáries realizadas pelo regime militar e, de certa forma, contribuiu para a desarticulação do governo militar nos anos seguintes, porque foi o assassinato de uma pessoa notória, ligada à Universidade de São Paulo e à TV Cultura. Assim:

Por várias razões, esta morte comove a opinião pública de forma especial: a vítima não era um militante clandestino, mas sim um cidadão de vida comum, profissional de prestígio, que havia comparecido voluntariamente a intimação do organismo policial; morte esta que ocorreu no cárcere, sob custódia da autoridade cointerveniente, responsável pela segurança física da vítima. A versão de suicídio apresentada pelo CODI era manifestamente falsa. Por estas e outras razões, a morte do jornalista dramatizou em grau extremo o clima de arbitrariedade e a insegurança reinante para todos. Uma semana depois, com a participação do cardeal de São Paulo, monsenhor Paulo Evaristo Arns, foi oficiado um serviço religioso em memória de Herzog. Pela primeira vez em muitos anos assistia-se no Brasil a uma manifestação pública deste caráter. (VELASCO & CRUZ, 1986, p. 50).

No Estado do Paraná, o governo foi marcado pela imposição do governo federal, quando foi indicado como governador do Estado Jaime Canet Junior (1974-78), o qual aplicou ao Estado as diretrizes educacionais federais sem maiores adaptações (HOFF, 1991).

Sobre as orientações ideológicas do Estado para a educação, Heller relata que:

Em 1974-1975, a ditadura já estava na descendente, mas ainda havia uma grande propaganda ideológica, na base do milagre: “Brasil, ame-o ou deixe-o”. As escolas de todos os níveis foram submetidas a rígido controle oficial, como veículos dessa propaganda. A cadeira de Organização Social e Política Brasileira

ensinava sob a ótica dos militares. Em Curitiba, reuniu-se um grupo de pais que não queriam que seus filhos, na faixa de três a seis anos, sofressem esse tipo de lavagem cerebral. (1988, p. 363).

Observamos que, como em outras regiões do país, no Estado do Paraná houve resistência da sociedade civil em acatar todas as imposições do governo militar.

Com relação à organização estudantil, o retorno dos estudantes às ruas só foi possível a partir de 1977, sendo que, durante os anos anteriores, o ME realizou algumas ações isoladas, como passeatas, distribuição de panfletos de forma clandestina, entre outros, com o objetivo de contribuir para um processo de abertura democrática.

Nesse sentido, a política de distensão também contribuiu para a rearticulação estudantil, porque, de acordo com o ex-militante Aldo Rebelo, ela:

[...] funcionou como certo estímulo para uma parcela da juventude que tinha mais receio de participar da política, receio do pai e da mãe, essa política 'distensionou' a vida política dentro da universidade. Eu lembro que a gente não escutava o Geraldo Vandré e o Chico Buarque, publicamente. Em 1975, fechávamos o CA e ficávamos ouvindo lá dentro. Não queríamos que fosse público o fato de ouvirmos cantores e compositores contestadores do sistema. Havia esse risco. E lembro que, logo depois, passamos a fazer isso publicamente. Recebemos e estimulamos festivais de música dentro da universidade. (CINTRA & MARQUES, 2009, p. 191).

Rebelo relata a questão da influência da família nas escolhas políticas dos jovens naquele período, além do receio de que tinham inclusive de os jovens ouvirem alguns cantores que questionavam ou denunciavam a realidade social.

No próximo item examinaremos brevemente a forma como os estudantes se reorganizaram durante o processo de redemocratização do país.

2.2 – 1979: o marco para o “recomeço”

Foi no governo de João Batista de Oliveira Figueiredo, empossado em março de 1979, que o processo de abertura política do país tomou forma e força. Ocorreram vários atentados a bomba uma vez que os militares “linha-dura” eram contra a abertura. Dentre os fatos que possibilitaram a abertura do regime podemos

citar: a) reforma partidária, b) eleições diretas para governadores, aprovada em 1980; c) proposta de eleições diretas para todos os níveis.

Assim, portanto, o período de abertura iniciou-se no final da década de 1970 e finalizou-se em meados da década de 1980, aparecendo como uma proposta da elite brasileira. Ou seja, o regime militar permaneceu enquanto foi indispensável aos interesses da elite brasileira e do capitalismo internacional, e findou quando já não era mais necessário para ambos. Entretanto, destacamos novamente a influência da sociedade civil no processo, como no caso da luta pela Anistia, a qual foi resultado da pressão exercida pela sociedade organizada no sentido de barrar as atrocidades que vinham sendo cometidas pelos militares com a justificativa de manter a ordem e de propiciar o desenvolvimento para o país.

Destacamos que setores da sociedade civil brasileira estiveram organizados no sentido de cobrar do governo uma forma de permitir que os direitos de todos fossem respeitados, como atesta o livro “Anistia: semente da liberdade” de Therezinha Godoy Zerbine, que, ao fazer uma descrição da trajetória histórica da organização feminina em favor da anistia, traz elementos relevantes no sentido de compreender que esse foi um movimento em âmbito nacional. No mesmo livro está registrada a tese defendida na 7ª Conferência Nacional da Ordem dos Advogados do Brasil, realizada em Curitiba, entre os dias 7 a 12 de maio de 1978, a qual tinha como tema: Estado de Direito – direitos humanos e a necessidade de Anistia.

Assim, retomamos que, no governo Figueiredo, a questão política esteve em primeiro plano, por isso foi promulgada a Lei da Anistia³⁸ em 28 de agosto de 1979, a qual possibilitava que os exilados políticos retornassem ao país e, de acordo com o texto da lei, em seu artigo 1º:

Art. 1º É concedida anistia a todos quantos, no período compreendido entre 02 de setembro de 1961 e 15 de agosto de 1979, cometeram crimes políticos ou conexo com estes, crimes eleitorais, aos que tiveram seus direitos políticos suspensos e aos servidores da Administração Direta e Indireta, de fundações vinculadas ao poder público, aos Servidores dos Poderes Legislativo e Judiciário, aos Militares e aos dirigentes e representantes sindicais, punidos com fundamento em Atos Institucionais e Complementares (vetado).

§ 1º Consideram-se conexos, para efeito deste artigo, os crimes de qualquer natureza relacionados com crimes políticos ou

³⁸ Disponível em: <<http://www3.dataprev.gov.br/sislex/paginas/42/1979/6683.htm>>. Acesso em: 15 fev. 2010.

praticados por motivação política.

§ 2º Excetuam-se dos benefícios da anistia os que foram condenados pela prática de crimes de terrorismo, assalto, seqüestro e atentado pessoal.

§ 3º Terá direito à reversão ao Serviço Público a esposa do militar demitido por Ato Institucional, que foi obrigada a pedir exoneração do respectivo cargo, para poder habilitar-se ao montepio militar, obedecidas as exigências do art. 3º. (BRASIL, Lei n.º 6.683 - Lei da Anistia)

Destacamos aqui a definição de crimes conexos, tendo em vista que a lei “beneficia” tanto quem sofreu com a tortura, quanto quem praticou os crimes. Há uma contradição nesse sentido, porque a lei acaba “protegendo” militares e demais funcionários públicos que cometeram atrocidades como a tortura, os “desaparecimentos” e ainda os assassinatos no período, inclusive de pessoas que não tinham atuação política, porque, como já mencionamos em nosso trabalho, nem todos os que foram condenados como comunistas eram realmente ligados ao comunismo. E, ainda, ser comunista é um crime? Lutar por melhores condições de vida é crime? Naquele momento da história da organização da sociedade brasileira era, sim, um crime político, contra o Estado e a Segurança Nacional – no entendimento do regime civil-militar instalado.

Por isso, mesmo com a Lei da Anistia, houve ainda questionamentos feitos pela sociedade no sentido de cobrar respostas com relação às ações dos militares:

O movimento pró-anistia, contudo, não estava satisfeito com a nova lei. Queria que fossem chamados à responsabilidade os que deram sumiço de 197 brasileiros que se acreditava terem sido assassinados pelas forças de segurança desde 1964. Sobre muitos deles havia dossiês detalhados, inclusive relatos de outros presos que foram testemunhas oculares. (SKIDMORE, 1988, p. 424 e 425).

Ocorreu, porém, que tal impasse foi resolvido com “[...] a inclusão na lei da anistia de uma definição que incluía os praticantes de ‘crimes políticos’ quanto de ‘crimes conexos’, este último eufemismo em geral entendido como um artifício para dar cobertura aos torturadores. Foi uma transação política” (SKIDMORE, 1988, p. 426). Expressão desse arremedo de acordo é que o tema da Anistia volta à cena do debate político no Brasil atual, inclusive com ações na Justiça pela culpabilização dos militares que se envolveram nos crimes de tortura, de desaparecimento e de morte.

Cabe aqui também lembrar o samba “O Bêbado e a Equilibrista”, dos compositores Aldir Blanc e João Bosco, que se tornou praticamente um hino em favor da Anistia, interpretado por Elis Regina em 1979, em que se destaca o seguinte fragmento:

Chora a nossa Pátria mãe gentil
 Choram Marias e Clarisses no solo do Brasil
 Mas sei que uma dor assim pungente não há de ser inutilmente
 A esperança dança na corda bamba de sombrinha
 E em cada passo dessa linha pode se machucar
 Azar, a esperança equilibrista
 Sabe que o show de todo artista tem que continuar.

O estudo realizado por Fiuza (2001), chama a atenção para outras discussões possíveis a partir da análise da letra do samba com os últimos acontecimentos da ditadura civil-militar:

A canção *O bêbado e a equilibrista* narra o assassinato dos opositores ao regime: “com tanta gente que partiu num rabo de foguete [...] choram Marias e Clarisses/ no solo do Brasil”, aí uma referência às mães e viúvas dos mortos ou “desaparecidos”, no caso, “Maria” tanto podemos pensar na mãe do Betinho (1935-1997), quanto na viúva do operário Manoel Fiel Filho, 49 anos, morto nos porões da repressão. Ele estava preso nas dependências do Destacamento de Operações e Informações do Centro de Operações de Defesa Interna, o temido DOI-CODI, do II Exército, sediado em São Paulo, quando foi encontrado enforcado com as próprias meias, no dia 20 de janeiro de 1976. A versão de suicídio não foi aceita pela família, nem pela opinião pública. (p.130).

Essas e outras ações da sociedade civil no sentido de questionar e relatar os acontecimentos referentes ao desrespeito total aos direitos humanos contribuíram de forma decisiva para o processo de abertura política. Nesse sentido, o ano de 1979 trouxe mudanças no cenário nacional, quando:

[...] a palavra-chave na política brasileira era “negociação”, a equivalente lógica a *abertura* para aqueles que desejavam uma nação genuinamente pluralista. A tendência para a negociação, afirmava, por exemplo, que a negociação deveria ser extensiva às relações entre o capital e trabalho, com o que concordavam calorosamente os “novos sindicalistas” de São Paulo. Estes passaram então a explorar a abertura política para acelerar o ativismo sindical. A resposta do governo seria um indicador de suas intenções – um teste que não tardaria muito. (SKIDMORE, 1988, p. 413).

Foi nesse mesmo ano que aconteceu a greve dos metalúrgicos do ABC em São Paulo, liderada pelo sindicalista Luís Inácio Lula da Silva. Tal greve fez com que a indústria automobilística parasse.

De acordo com Rodrigues, o fantasma do “comunismo internacional” soa antigo e gasto, mas:

Durante os anos 70, especialmente na América Latina, ele serviu ao livre trânsito do grande capital. Através de medidas econômicas e repressivas, os regimes ditatoriais latino-americanos submeteram os trabalhadores a altas taxas de exploração e as diferenças regionais no plano interno e, no contexto, fiadores do endividamento gradativo e crescente. (1999, p. 08).

Em um ensaio teórico intitulado: “Brasil da ditadura à democracia 1964-1990”, Ruy Mauro Marini assevera, a exemplo de outros estudiosos, que o fim da ditadura no Brasil foi uma necessidade internacional, um reflexo do capitalismo internacional, e defende que a abertura do regime iniciou-se com o governo do general Ernesto Geisel (1974-1979), cabendo-lhe formular uma proposta de abertura política “lenta, gradual e segura.” Neste sentido, o governo precisava frear o aparelho militar repressivo, de acordo com Marini, o fim da ditadura estaria intimamente ligado à crise econômica do país.

A partir do processo de abertura política, os estudantes também retornaram às ruas a partir de 1977, como citado por Poerner (2004) e Martins Filho (1998), sendo que o último assevera:

Embora as reivindicações educacionais brotassem por toda a parte, a motivação crucial do movimento universitário de 1977 foi o fim da ditadura militar, cujas expressões mais imediatas foram as várias campanhas pela libertação de estudantes presos e submetidos à tortura, os protestos contra a repressão policial-militar e as lutas localizadas contra as administrações universitárias mais autoritárias. Em nenhum momento, porém, os atos de 1977 alcançaram extensão semelhante às lutas de 1968. (p. 20).

Salientamos que não foi mérito só dos estudantes a derrocada da ditadura civil-militar, porque aconteceram vários fatos que contribuíram para a redemocratização do país, e também se faz necessário considerar as relações econômicas que permeavam a América Latina. Ou seja, era do interesse do capital internacional que a abertura ocorresse no Brasil.

Com relação ao ano de 1978, os estudantes procuraram se organizar nas escolas, numa espécie de trabalho de conscientização para então reorganizarem as instituições em âmbito nacional:

Se 1978 foi marcado por mobilizações a nível das escolas, em 79 somente as reivindicações inadiáveis foram encaminhadas. Todos estavam à espera da UNE. O governo, que durante todo o ano de 78 prometera revogar os decretos 477 e 228 e os artigos da Lei 5.540, que trata da organização estudantil, decidira deixar essas alterações para as vésperas do Congresso de Reconstrução da UNE. Provavelmente para eliminar alguns dos alvos das críticas dos estudantes e demonstrar as boas intenções do governo. (ROMAGNOLI & GONÇALVES, 1979, p. 37).

Por isso, para tratar da reorganização dos estudantes após a Ditadura Militar faz-se necessário retomar aspectos do 31º Congresso da União Nacional dos Estudantes, realizado no dia 29 de maio de 1979, em Salvador. A abertura do congresso foi declarada por José Serra, ex-presidente da entidade. Esse foi o momento de reconstrução da UNE, a qual resistiu aos ataques do Regime Militar até 1969, e foi destruída em 1971, após resistir dois anos na clandestinidade. A UNE era a primeira entidade nacional a se reorganizar. Por isso, mesmo com falhas em sua organização, o congresso de Salvador foi um momento importante na história do ME brasileiro. Esse encontro não foi autorizado pelo regime, que considerava a UNE ilegal, mas também não o impediu: “Em vez disso, o governador da Bahia cedeu o Centro de Convenções para a realização do Congresso, enquanto o Ministério da Educação acenava com o projeto de extinção dos decretos 477 e 228” (ROMAGNOLI & GONÇALVES, 1979, p. 03).

A lembrança e o “medo” de que a repressão às manifestações de 1977 e 1978 se repetisse em 1979 fez, porém, com que a Comissão Pró-UNE buscasse o apoio dos estudantes e de outras instituições para angariar recursos e apoio para a realização do congresso.

Durante a realização do Congresso de Reconstrução da UNE, havia ainda uma entidade, que participou do evento, e que era organizada a partir das orientações do Decreto 228. O DEE (Diretório Estadual de Estudantes do Rio Grande do Sul):

Quem é o DEE (Diretório Estadual de Estudantes do Rio Grande do Sul), única entidade de nível estadual organizada nos moldes do Decreto 228, ainda existente no Brasil? Segundo estudantes da delegação gaúcha eleita para o Congresso “é um grupo de direita,

ligado à Arena Jovem daquele Estado e que mantém vínculos estritos com o regime militar”. (ROMAGNOLI & GONÇALVES, 1979, p. 63).

E ainda enfatizando a ideia de que os estudantes que pertenciam a essa entidade estavam com uma nova visão da sociedade e do ME, o documento destaca:

Segundo a Carta de Princípios do DEE, eles se encontram “eqüidistantes das posições tradicionais e conservadoras, que não absorveram as transformações do mundo, e dos coletivismos utópicos de alguns socialismos, que só podem ser efetivados com imensos sacrifícios da perda das liberdades.” (Idem).

Destacamos o fato de que o ME é uma organização complexa, que, durante ou antes da ditadura civil-militar, possuía grupos organizados que defendiam ideais de esquerda e de direita. Abordaremos tal fato nos capítulos III e IV, ao analisar os depoimentos e os documentos arquivados no DOPS.

Sobre a reorganização dos estudantes secundaristas em nível nacional, foi durante a realização do 31º Congresso que os estudantes universitários liderados pela UNE decidiram pela não participação dos secundaristas na UNE:

O Congresso decidiu ainda que a UNE não aceitará a participação dos secundaristas, mas permitirá a dos pós-graduados. Como os universitários, os poucos secundaristas presentes também estavam divididos: alguns achavam que os secundaristas deviam partir para a sua própria organização nacional; outros defendiam que os secundaristas deveriam participar da UNE, entidade de todos os estudantes brasileiros e, deveriam participar da UNE e depois de reconstruída a União Brasileira dos Estudantes Secundaristas. (Ibidem, p. 56).

Nesse mesmo congresso aconteceu a 1ª Reunião Nacional Secundarista, que apresentou, em seu manifesto, apoio à UNE para organização dos estudantes secundaristas brasileiros em âmbito nacional:

Nós, secundaristas, tivemos nossas entidades de base, os grêmios, destruídos em 1968, pela repressão que se abateu sobre os trabalhadores, estudantes e demais oprimidos que se colocavam contra a ditadura militar instaurada em 1964 com o golpe de 31 de março. A morte do secundarista Edson Luís em 1968, a destruição da União Brasileira dos Estudantes Secundaristas, UBES, a prisão e

o exílio de seus membros, é o saldo desta repressão que abate sobre nós secundaristas.³⁹

Sublinhamos, nesse fragmento do texto do manifesto dos secundaristas, o fato de que eles também estiveram desarticulados pelas ações do regime militar, sua entidade de representação nacional foi extinta e membros secundaristas foram presos e exilados.

Em outro trecho podemos confirmar a hipótese levantada por Ritter no que tange à substituição dos grêmios estudantis pelos centros cívicos, ou seja, uma medida do governo militar com relação à organização dos estudantes secundaristas que foi posta em prática pelo menos em alguns Estados brasileiros:

Hoje nos encontramos ainda sem nossas entidades livres e representativas, substituídas pelos centros-cívicos; nos encontramos manipulados e subjugados por um sistema de ensino alienante, massificante e autoritário; nos encontramos subjugados e reprimidos pela estrutura familiar que nos considera irresponsáveis eternamente e eternamente tentam nos tutelar, tentando abafar nossa consciência crítica e nossa ação que procura contribuir com a transformação da sociedade. (ROMAGNOLI & GONÇALVES, 1979, p. 57).

Apesar dessa visão um tanto quanto pessimista da organização secundarista, nesse mesmo manifesto os estudantes solicitavam que os companheiros da UNE não vetassem a participação secundarista na entidade, deixando claro que reconheciam a importância da UNE para o ME brasileiro e para a sociedade e precisavam do apoio da entidade para reconstruir aquela que representava os secundaristas em nível nacional, por isso não tinham interesse em ser apêndices da entidade universitária, uma vez que tinham a UBES como entidade que representava os secundaristas em âmbito nacional.

Esperamos também todo o apoio da UNE ao movimento secundarista e às suas lutas, esperamos que os companheiros da UNE não vetem a participação secundarista, pois se hoje não nos encontramos organizados, no futuro podemos participar, ficando claro que daremos prioridade a reconstrução da UBES. (idem)

Todavia, com todas as contradições presentes nas decisões dos estudantes, ficou decidido, nesse congresso, que a UNE não aceitaria a participação dos

³⁹ O texto completo do manifesto está no anexo 05, na página 181. Também está transcrito no livro ROMAGNOLI, Luiz H.; GONÇALVES, Tânia. **A volta da UNE** - de Ibiúna a Salvador. São Paulo: Alfa-Ômega, 1979.

secundaristas na entidade universitária, mas a redação do manifesto foi clara no sentido de que os secundaristas estariam reconstruindo sua entidade nacional. Assim acabou vencendo a proposta encaminhada por Alon Feuerwerker: “a organização dos secundaristas deve se dar a partir da base dos estudantes secundaristas. A UNE deve dar apoio à luta dos secundaristas e o maior apoio, nesse sentido, é o de permitir que se organizem de forma independente” (ROMAGNOLI & GONÇALVES, 1979, p. 56).

A redação do manifesto destaca ainda que as lutas estudantis são “[...] pela liberdade de organização e manifestação, pela reconstrução de nossas entidades de base, livres e representativas, por melhores condições de ensino e contra o autoritarismo” (Ibidem, p. 57). Assim, percebemos que havia uma consciência política bem formada pelos representantes secundaristas de nível nacional, e que as ações do governo militar chegaram também até as entidades de base com o objetivo de desarticulá-las, pois, afinal, eram a base do ME.

É também em 1979 que ocorre a promulgação da Lei Federal nº. 6680⁴⁰, na qual o governo militar apresenta uma nova forma de encaminhar a representação estudantil nos estabelecimentos de 1º e 2º graus, pois a referida lei determina:

Art. 8 – Nos estabelecimentos de ensino de 1º e 2º graus, somente poderão ser constituídos Grêmios Estudantis com finalidades cívicas, culturais, sociais e desportivas, cuja atividade se restringirá aos limites estabelecidos em regimento, devendo ser sempre assistido por membros do corpo docente. (BRASIL, Lei Federal nº. 6680, de agosto de 1979).

O texto é claro no que diz respeito à necessidade de um membro do corpo docente estar “orientando” a organização estudantil nas escolas, fato que perdura até final da década de 1980, conforme depoimento de Sergio Bonatto⁴¹, como analisado de forma mais sistematizada no terceiro capítulo desta dissertação.

Precisamos, contudo, destacar o fato de que a exigência de que os estudantes secundaristas fossem orientados por um professor poderia não atender

⁴⁰ Lei n.º 6.680, de 16 de agosto de 1979. Dispõe sobre as relações entre o corpo docente e a instituição de ensino superior, e dá outras providências. Encontramos uma breve análise da referida lei na dissertação de mestrado de Aparecida Graça Carlos. O texto na íntegra está disponível em: <<http://www6.senado.gov.br/sicon/ExecutaPesquisaLegislacao.action>>. Acesso em: 1º abr. 2010. Ver anexo 06, página 182.

⁴¹ Depoimento realizado em 23 de novembro de 2009 na cidade de Cascavel, PR. Sergio Bonatto atualmente é professor de História na rede particular de ensino de Cascavel. Iniciou sua militância no ME secundarista em 1989.

apenas aos interesses do governo. Tal fato pode ser observado no depoimento do ex-militante secundarista Robinson Nogueira⁴², quando relata o fato de que houve, no Oeste do Paraná, um professor chamado Edílio Ferreira, que, nas palavras de Robinson, foi um grande incentivador dos estudantes secundaristas, no sentido de contribuir para uma participação consciente na vida política do país, Estado e município. Robinson destaca que a atuação do professor esteve centrada nas cidades de Toledo, Foz do Iguaçu e Marechal Cândido Rondon.

No ano de 1980 ocorreu o II Encontro Nacional dos Estudantes Secundaristas, o ENES, que aconteceu nos dias 12, 13 e 14 de setembro de 1980, em Fortaleza. A pauta do referido encontro está no arquivo da DOPS-PR, e informa quais os temas seriam discutidos, especialmente no que concerne à reorganização dos estudantes secundaristas. Estaremos nos detendo, de forma mais sistemática, a esses documentos no Capítulo III, quando trataremos dos arquivos da DOPS.

Diante dessa reunião percebemos que os estudantes secundaristas tinham o objetivo, no início da década de 1980, de se reorganizarem por meio de sua instituição de nível nacional, bem como discutiam questões educacionais.

Então a UBES, que agia de forma clandestina desde 1964, realizou o Congresso de Reconstrução no ano de 1981, em Curitiba. Dentre os impedimentos para que o mesmo acontecesse citamos o fato de os estudantes não encontrarem local adequado para a realização do congresso e, ao tentarem pedir ajuda ao governador do Estado Ney Braga, não conseguiram apoio. O local de realização foi a Igreja Guadalajara, o que demonstrou o apoio de setores da Igreja Católica a favor dos estudantes. (CINTRA & MARQUES, 2009, p. 207).

Sobre o congresso de reconstrução da UBES, encontra-se nos arquivos da DOPS-PR um recorte de jornal⁴³ com uma reportagem sobre o evento, na qual é destacado:

Entre 4 e 5 mil representantes de grêmios estudantis de todo o Brasil deverão estar presentes em Curitiba nos próximos dias 31 de outubro, 01 e 02 de novembro. Eles vão estar participando do

⁴² Depoimento concedido à autora em 11 de junho de 2010 na cidade de Cascavel. Atualmente Robinson é jornalista dos periódicos “Hoje” e “O Paraná”, de Cascavel. Robinson foi membro da diretoria da UTES na década de 1960 e militante universitário no final da década de 1960 e início de 1970. Faleceu em 18 de abril de 2011.

⁴³ Pasta da UPES nº 2336, topografia 266. O recorte de jornal não está identificado com nome do jornal e data da reportagem, mas está arquivado com recortes de jornal do ano de 1981.

Congresso Nacional do Estudante Secundário, cujo encontro vai reativar a União Brasileira dos Estudantes Secundaristas, entidade que foi extinta juntamente com a União Nacional dos Estudantes, em 1971, durante o regime de exceção.

Apesar de termos a ciência de que as reportagens de jornal não reproduziam as informações e acontecimentos da forma como realmente aconteceram, essa reportagem nos permite observar que os estudantes secundaristas brasileiros estavam se reorganizando no período de abertura política.

Após a reconstrução da entidade nacional dos estudantes secundaristas, Poerner relata que houve um momento em que os estudantes secundaristas estiveram na vanguarda do ME em nível nacional, tendo em vista que:

Entre 1987 e 1989, com a UNE esvaziada e paralisada por grandes divisões internas, o cenário das lutas estudantis foi tomado pelos secundaristas, que, com os seus *jingles* roqueiros e suas mochilas, saíram às ruas das grandes capitais para exigir a redução das mensalidades e a melhoria do nível de ensino. Com idades de 12 a 18 anos, a chamada “geração mochila” queria, ainda, o fim das restrições à atuação e à exigência dos seus grêmios – restrições que persistiam, apesar da Lei do Grêmios Livres, de 1985, também do deputado Aldo Arantes -, meia passagem nos ônibus, reformas nas escolas e professores nas salas de aula. (2004, p. 297).

A Lei Federal n.º 7.398⁴⁴, acima citada, de autoria do deputado federal Aldo Arantes, dispõe sobre a organização de entidades representativas dos estudantes de 1º e 2º graus, atual ensino fundamental e médio. A partir da implementação da referida lei, o ME adquiriu novamente caráter legal.

Por outro lado, Martins Filho (1998) assevera que o novo ciclo de mobilização dos estudantes, iniciado em 1977, já mostrava uma possibilidade de desmobilização nos anos 1980, e não o contrário. Ou seja, o efeito da reorganização dos estudantes a partir do Congresso de Reconstrução da UNE apresentou uma nova forma de articulação estudantil, quando as mobilizações estudantis passaram a restringir-se cada vez mais a questões relacionadas à educação e ao próprio ME, sendo desconsiderada, portanto, a forma como a sociedade estava sendo organizada. Assim, as discussões e as ações passariam a ser pontuais, o que se diferenciaria

⁴⁴ Disponível em: <https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/l7398.htm>. Acesso em: 7 jun. 2010. Ver anexo 07, na página 184.

em muito da forma como os estudantes se organizavam a partir de 1962 até meados da década de 1970.

De acordo com Poerner, o que aconteceu é que:

Na verdade, a dinâmica do movimento de 1977 já revelava alguns novos parâmetros do protesto estudantil de classe média. O ponto crucial a destacar é que esse esgotamento precoce deu-se antes de se tornarem visíveis uma série de processos aos quais em geral se alude para explicar os novos limites do movimento estudantil, entre os quais se destaca o aparelhamento das entidades estudantis pelos partidos de esquerda, ou a moderação da esquerda com o ritmo gradual da abertura política. (2004, p. 21).

Poerner (2004) refere-se ao retorno dos estudantes às ruas de outra forma, tratando as questões relatadas por Martins Filho como reivindicações concretas, mas sem destacar que são pontuais, por isso o ME poderia estar perdendo a sua característica de participar dos debates mais profundos com relação às questões econômicas, políticas, sociais e culturais. Nas palavras de Poerner, a volta dos estudantes às ruas se deu com reivindicações bem concretas. Dentre elas podemos resumir: mais verbas para a universidade; a luta pelo rebaixamento das anuidades no ensino superior particular; a melhoria do nível de ensino e da alimentação nos restaurantes universitários; a defesa do ensino público e gratuito; a revogação das punições impostas a colegas e a libertação de colegas presos (2004, p. 280 e 281).

Martins Filho (1998) discute ainda o fato de que as mudanças na sociedade, nos quase dez anos em que o ME esteve desarticulado, fizeram com que se formasse uma nova geração de estudantes:

Enquanto a geração de 1968 vivenciara um clima político interno de intensa resistência à militarização e uma conjuntura externa de grande avanço das lutas populares e antiimperialistas (Guerra do Vietnã, Revolução Cultural, guerrilhas inspiradas na Revolução Cubana), a geração de 1977 vivera a aniquilação da política no período Médici. Na América Latina, o fim da experiência socialista de Salvador Allende no Chile parecia consolidar a “era das ditaduras” nos países do Cone Sul. Além disso, enquanto a geração de 1968 se formara no apogeu da cultura de esquerda, herdeira do nacionalismo do pré-64, politizada, contestadora e acentuadamente literária, a geração de 1977 não apenas sofrera os efeitos da censura, mas, o que é mais duradouro, já vivenciara as novas formas de produção cultural da moderna mídia, cuja implantação constituirá uma das meninas dos olhos do regime militar. (p. 22).

Assim, o autor conclui que os estudantes estavam dispostos a lutar pela reconstrução das entidades de representação estudantil, como UNE e UBES, mas não estariam dispostos a realizar uma luta tão avançada quanto a de 1968.

Outro aspecto considerado relevante no sentido de desarticular o ME está na influência dos partidos políticos, porque:

Desde 1975, em contraste com a organização regional de 1968, consolidavam-se nas escolas correntes estudantis organizadas nacionalmente, que expressavam veladamente as posições da esquerda brasileira depois da derrota da luta armada. Tais tendências revelavam a persistência das organizações como a Ação Popular e o MR-8 (agrupados por algum tempo na Refazendo) e o PCB (Unidade); mostravam uma nítida ascensão do Partido Comunista do Brasil (Caminhando), fortalecido pelo prestígio da guerrilha derrotada no Araguaia e pelos novos quadros que ganhara na fusão com a Ação Popular Marxista-Leninista (cisão da AP); e mostravam visível crescimento das correntes trotskistas – que não tinham aderido à luta armada: Democracia Socialista (*Centelha e Peleia*), Convergência Socialista (*Novo Rumo*) e *Liberdade e Luta*. (MARTINS FILHO, 1998, p. 21).

As mudanças ocorridas na sociedade no final da década de 1970 e início de 1980 e, portanto, na forma de o ME se organizar, contribuíram, de forma significativa, para que a influência dos partidos políticos nas instituições de representação nacional estivessem mais acentuadas e visíveis.

A influência dos partidos políticos na organização estudantil oficial, UNE e UBES, foi também marcada por interferências de partidos de direita, de espectro conservador. Inclusive algumas chapas eleitas para dirigir tais instituições foram em alguns períodos representadas por membros de direita. De acordo com Mendes Junior, já havia interferência da direita nos anos de 1949:

Tratava-se da Coligação Acadêmica Democrática (CAD) que, financiada por dinheiro do Departamento de Estado norte-americano, pretendia, no Congresso, levar a melhor sobre as forças de esquerda, elegendo uma diretoria pouco incômoda, tanto para o governo Dutra quanto para o imperialismo americano. (1982, p. 54).

São dois os elementos destacados pelo referido autor que nos remetem à reflexão de que a influência norte-americana não se deu apenas no período de 1964 a 1984, mas antes disso; e que a partidarização do ME não é recente. Ademais, a inserção de grupos de direita e de esquerda no ME foi recorrente, embora a historiografia privilegie a atuação do campo da esquerda.

Retomamos a sequência cronológica de acontecimentos, destacando que a UBES foi reconstruída apenas em 1981, porque, a exemplo da UNE, teve sua sede invadida e depredada pelos militares em 1964, agindo, durante esse período, na clandestinidade.

No tocante à qualidade da educação escolar para o ensino de 2º grau, Germano assevera que havia, em 1980, uma significativa falta de estrutura nas escolas e os salários dos profissionais da educação se degradaram:

Este quadro revela que, muito embora significativos contingentes das camadas populares tenham tido acesso à escola, na verdade foi proporcionada a esses contingentes uma educação de 2ª categoria, de baixa qualidade. Tanto é assim que as taxas de evasão e repetência mantiveram-se em níveis elevados. (1994, p. 170).

Nesse sentido, observamos, com relação à legislação implementada pelo governo militar, que os “resquícios” ainda permaneceram até o início da década de 1980, com a implementação da lei federal de 1985, que institui o Grêmio Livre. Tal fato é citado pelo ex-militante do ME secundarista do Paraná, Sérgio Bonato. Ele relata que os estudantes precisavam estar sempre com a lei nas mãos, para garantir o seu efetivo cumprimento.

Essa é uma grande diferença no contexto, porque, durante a ditadura militar, os estudantes não tinham a legislação como aliada, todavia, como citado anteriormente, após a redemocratização, foi decretada a Lei Federal nº. 7. 398, de 4 de novembro de 1985, que permitiu a organização “autônoma” estudantil. Os estudantes participaram ativamente da campanha pela promulgação da Lei do Grêmio Livre, pondo fim ao funcionamento dos centros cívicos instituídos durante o governo militar através da legislação da educação moral e cívica.

Citamos e analisamos, a partir daqui, um trecho da legislação que institui o Grêmio Livre, até porque ela justifica o fim de nosso recorte temporal. A redação estabeleceu:

Art. 1º Aos estudantes dos Estabelecimentos de Ensino de 1º e 2º graus fica assegurada a organização de Estudantes como entidades autônomas representativas dos interesses dos estudantes secundaristas com finalidades educacionais, culturais, cívicas esportivas e sociais.

§ 1º (VETADO).

§ 2º A organização, o funcionamento e as atividades dos Grêmios serão estabelecidos nos seus estatutos, aprovados em Assembléia

Geral do corpo discente de cada Estabelecimento de Ensino convocada para este fim.

§ 3º A aprovação dos estatutos, e a escolha dos dirigentes e dos representantes do Grêmio Estudantil serão realizadas pelo voto direto e secreto de cada estudante, observando-se, no que couber, as normas da legislação eleitoral.

Art.2º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Art.3º Revogam-se as disposições em contrário. (Lei Federal 7. 398, de 4 de novembro de 1985).

O artigo 1º estabeleceu que ficava assegurada a organização de estudantes como entidades autônomas representativas dos interesses dos estudantes secundaristas, mas destacava também quais eram as finalidades desta instituição. Destacamos que as questões cívicas e esportivas continuam presentes na orientação das políticas educacionais para os estudantes secundaristas. Concluimos que o ganho se deu na possibilidade de uma organização autônoma, sem a fiscalização de um professor ou da direção dos estabelecimentos de ensino⁴⁵.

Um dos questionamentos referente ao que a legislação estabelece está no fato de a definição do grêmio estudantil ser apresentado na legislação ora como instituição ora com entidade, pois “[...] a instituição opera com limites próprios, o que significa dizer que ela conta com atribuições de poder tanto internas como no que se refere às outras instituições a ela subordinadas ou que com ela estabelecem conexões” (CARLOS, 2006, p. 20). A Lei Federal nº. 7.398/1985 refere-se ao grêmio estudantil como uma entidade. O termo *entidade* considera uma reunião de pessoas, pressupondo atividades de um grupo de indivíduos com objetivos comuns.

A autora supracitada, constata que, a partir da organização legal do grêmio estudantil, ele passou a ser considerado como algo à parte do sistema escolar, ficando os alunos à mercê da boa vontade da direção da escola ou de professores que possam esclarecer-lhes sobre como proceder para participar dessa

⁴⁵ Tendo em vista que nosso objeto de estudo se refere aos estudantes paranaenses, consideramos pertinente, apesar de extrapolar nosso recorte, destacar alguns elementos sobre a legislação paranaense para orientação da organização estudantil secundarista, quando, após o período de redemocratização, o governo do Estado do Paraná aprovou a Lei Estadual nº. 11.057, em 17 de janeiro de 1995 possibilitando a organização dos grêmios estudantis. A legislação prevê ainda a livre divulgação das atividades dos grêmios estudantis, livre acesso de entidades representativas, seja municipal, estadual e ou nacional. E ainda estabelece abuso de poder caso ocorra interferência do Estado ou particular na organização estudantil. O texto da lei esta no anexo 09, página 186. Disponível em: <<http://www.diaadiaeducacao.pr.gov.br/portals/portal/gremio/leis.php#02>>. Acesso em: 5 maio 2010. Nesse mesmo endereço podemos encontrar a Lei Estadual nº. 10.054, de 16 de julho de 1992, que dispunha sobre o funcionamento das cantinas comerciais nos colégios de 1º e 2º graus, as quais poderiam ser de responsabilidade do Grêmio Estudantil ou APM – Associação de Pais Mestres.

organização. A autora defende a ideia de que a organização estudantil precisa se iniciar desde as séries iniciais do ensino fundamental.

Outro aspecto relevante com relação à legislação é a aprovação da Constituição Federal de 1988, que define como idade mínima para voto pessoas a partir de 16 anos, fato que pode ter contribuído significativamente para o avanço das interferências dos partidos políticos na organização do movimento secundarista. Retomaremos a temática da partidização do ME secundarista no capítulo III.

Salientamos que os fatos relacionados ao ME secundarista na década de 1980, ou seja no período de redemocratização, foram marcados pela participação dos estudantes em várias manifestações populares e em acontecimentos relacionados a questões educacionais, como a Campanha da Anistia, a Nova Constituição, Eleições Diretas e a Lei do Grêmio Livre.

No Paraná, ocorre o retorno do governador Ney Braga, agora indicado pelo governo federal:

O governador Ney Braga foi escolhido pelo Colégio Eleitoral, criado pela Ditadura Militar, no dia primeiro de setembro de 1978, e tomou posse na Assembléia Legislativa no dia quinze de março de 1979, ou seja, seis meses após sua escolha, tendo recebido o cargo por parte de Jayme Canet Júnior, seu correligionário, e o qual foi indicado para o governo de Estado pelo próprio Ney Braga, que à época era Ministro da Educação, no governo de Ernesto Geisel. (HOTZ, 2005, p. 28).⁴⁶

No segundo governo, Ney Braga expressava, em suas diretrizes governamentais, que era de seu interesse que o povo brasileiro participasse ativamente do processo educacional, para ter dignidade, oportunidades iguais e estivessem livre do medo e da pobreza. (HOFF, p. 70 e 71). Todavia, apesar disso, essa suposta liberalidade não aparece na documentação da DOPS, polícia política controlada pelo governo do Estado, como veremos no próximo capítulo.

Como discorreremos neste item, o final da década de 1970 e a de 1980 foram marcadas pelo período de redemocratização do Brasil, período que trouxe mudanças importantes no cenário político do país. Dentre elas podemos destacar o fato de que em 1980 é criado o Partido dos Trabalhadores (PT), liderado pelo

⁴⁶ O autor Celso Hotz encontrou as informações no Jornal *Diário do Paraná*, Curitiba, Paraná, março de 1979.

sindicalista Luís Inácio Lula da Silva, assim como o Partido Democrático Trabalhista (PDT), liderado por Leonel Brizola.

Outro fato que contribuiu foi a campanha pelas eleições diretas para presidente da República que aconteceu em 1984. O movimento ficou conhecido como “Diretas Já”. A campanha não obteve vitória e a eleição ainda se deu de forma indireta, quando o então governador de Minas Gerais, Tancredo Neves, se tornou o candidato da oposição, tendo José Sarney como vice-presidente, enquanto que o governo lança a candidatura de Paulo Maluf.

Tancredo Neves foi eleito em 19 de janeiro de 1985 com 485 votos contra 180 de Paulo Maluf e 25 abstenções. Seria o primeiro presidente civil, depois de 21 anos de ditadura. Todavia Tancredo não chegou a assumir a Presidência, pois na véspera da posse foi internado no Hospital de Base, em Brasília, com problemas abdominais vindo a falecer em 21 de abril, aos 75 anos de idade, com infecção generalizada. Em 15 de março José Sarney assumiu o cargo interinamente e com a morte de Tancredo, foi empossado oficialmente no cargo em 22 de abril, permanecendo como presidente da República até 1990. No mesmo ano, uma emenda constitucional restabeleceu as eleições diretas, concedeu o direito de voto aos analfabetos e aos jovens maiores de 16 anos.

A partir dessas transformações na sociedade brasileira para o processo de abertura política, devemos considerar que:

A sociedade brasileira, no período de 1964-1985, atravessou ciclos de repressão e de liberalização política, que eram reflexos das lutas de classe, da correlação de forças entre Estado e os setores oposicionistas da sociedade civil, bem como das contradições inerentes ao próprio bloco no poder, ou seja, dos conflitos existentes entre as diversas facções militares e das classes dominantes. (GERMANO, 1994, p. 94).

Assim, após 20 anos de um período de controle feito pelos militares em consonância com uma parcela da sociedade civil, em 1985 iniciou-se uma nova forma de governo, com ares democráticos.

CAPÍTULO 3

O MOVIMENTO ESTUDANTIL PELO OLHAR DA DOPS

*Desconfiai do mais trivial,
 Na aparência singelo.
 E examinai, sobretudo, o que parece habitual.
 Suplicamos expressamente:
 Não aceiteis o que é de hábito
 Como coisa natural,
 Pois em tempo de desordem sangrenta,
 De confusão organizada,
 De humanidade desumanizada,
 Nada deve parecer natural
 Nada deve parecer impossível de mudar.”
 (Nada é impossível de Mudar, de Bertolt Brecht)⁴⁷*

Utilizamos-nos do poema escrito por Bertolt Brecht, neste início de capítulo, porque esse texto exprime poeticamente que devemos desconfiar do mais trivial, não aceitar o hábito como coisa natural, ou seja, devemos questionar aquilo que é colocado como versão oficial da história. Também o utilizamos pelo fato de os textos brechtianos terem sido corriqueiramente utilizados por artistas brasileiros visando fazer críticas ao governo militar.

Remetemo-nos aqui ao estudo realizado por Roberta Cantarela⁴⁸ sobre a censura dispensada ao teatro paranaense e à tentativa de estudantes universitários encenarem uma peça de Brecht intitulada *Terror e Miséria do III Reich*:

Enquanto alguns jornais escreviam de forma a deixar a questão subentendida, outros jornais publicavam abertamente no que a censura implicava, o que podemos ver na reportagem do Diário do Paraná, de 23/03/1967, o título da matéria era “TEU⁴⁹” disposta a encenar uma peça censurada. Conforme a reportagem, o TEU tinha estado três meses se preparando para a apresentação da peça de Bertold Brecht *Terror e Miséria do III Reich*, quando a censura cortou partes fundamentais da peça, cerca de 100 palavras. (CANTARELA, 2009, p. 197).

⁴⁷ Poema: “Nada é Impossível”. Disponível em: <[http://www.culturabrasil.org/brechtantologia.htm#Nada É Impossível De Mudar](http://www.culturabrasil.org/brechtantologia.htm#Nada%20%C3%89%20Imposs%C3%ADvel%20De%20Mudar)>.

⁴⁸ A versão completa do texto está disponível em: <http://cacphp.unioeste.br/eventos/iisnel/cd_iisnell/pages/anais%20do%20iv%20seminario%20de%20estudos%20da%20linguagem.pdf>. Acesso em: 24 mar. 2011.

⁴⁹ Teatro do Estudante Universitário.

Assim, os documentos da DOPS serão analisados com o objetivo elucidar a forma como os estudantes secundaristas se organizaram no período, sem perder de vista que tais documentos foram produzidos por funcionários do Estado.

Por isso, este capítulo tem como objetivo trazer para a discussão a forma como a DOPS do Estado do Paraná vigiava e de certa forma agia com relação ao ME durante os anos de 1964 a 1982, tendo em vista que as atividades foram cessadas nesse ano. Está organizado em duas subseções, em que, num primeiro momento fazemos uma discussão sobre a função desse departamento, destacando a atuação das DOPS durante a ditadura civil-militar. No segundo momento examinamos como a DOPS, pela voz de um agente, se posicionava em relação ao ME secundarista do Paraná.

3.1 – A DOPS como agente de “controle”

No Brasil há uma longa trajetória de organização de agências e mecanismos de controle social sobre os cidadãos no sentido de garantir a suposta Segurança Nacional. Nesse sentido, a polícia política atuou no país durante um longo período. Afinal, as DOPS foram criadas no início da década de 1920, como é o caso do Estado do Paraná. Não foi, portanto, durante a ditadura civil-militar que se iniciou o olhar controlador de um departamento do governo federal e/ou estadual, no sentido de “vigiar” os passos de alguns indivíduos que ofereciam perigo para o Estado:

Quando estamos na órbita do crime político, estamos face à separação entre o crime chamado comum e o crime político. O que distinguiria o primeiro do segundo é o fato de que o último localiza-se nos crimes contra o Estado que, em determinados momentos e em países específicos, podem ser chamados de crimes contra a “segurança nacional” (AQUINO et alii, 2001, p. 16).

Com relação ao uso do termo *polícia política*, destacamos que vem sendo utilizado para caracterizar:

[...] um tipo especial de modalidade de polícia política que desempenha uma função preventiva e repressiva na história do Brasil, tendo sido criada com fins de entrever e coibir reações políticas e adversas, armadas ou não, que comprometessem a “ordem e a segurança pública”. (RONCAGLIO, 1998, p. 32).

Tal forma de organização representa certa especialização das instituições policiais, que estariam sendo melhoradas para atender, de forma mais específica, os delitos cometidos pela população, os quais seriam, no caso da polícia política, os crimes políticos.

Dentre as práticas realizadas pela polícia política com relação às pessoas e ou instituições consideradas “comunistas” e, portanto, “subversivas”, podemos destacar: perseguição aos movimentos da pessoa suspeita; violação de correspondência; prisão sem culpa formada; acusações, inquéritos, conclusões sem provas, entre outras (MACIEL, 2000).

A forma como estava organizada a atuação das delegacias de ordem política e social segue o seguinte roteiro: a) investigação: ocorria por meio de coleta de dados e vigilância preventiva daquele considerado suspeito e os dados coletados poderiam ou não fazer parte de um prontuário da instituição ou indivíduo investigado; os documentos coletados eram: radiogramas, fotografias, recortes de jornais, entre outros; b) censura: caracteriza-se no procedimento adotado após a investigação ou paralela a ela, quando averiguada a existência de alguma atividade que representasse subversão, era então feito controle político-cultural ou de qualquer forma de expressão que significasse ameaça à ordem estabelecida; c) repressão: digamos que essa seria a última instância de atuação da polícia política e que ocorria após constatado que havia atividade subversiva, sendo que as ações poderiam ser a princípio através de perseguição política até a ações de castigos físicos, caracterizados como tortura (RONCAGLIO, 1998).

Com relação aos períodos em que houve ações no sentido de vigiar pessoas e instituições para garantir a segurança nacional, é conveniente destacar que tais ações não se encerraram com o fim da ditadura civil-militar, ou seja:

[...] embora os registros das ações dos Dops estejam associados aos períodos de ditadura na República brasileira, esse Departamento, assim como outras instituições de informação política do Estado, nunca foi extinto. Sempre existiram, quer o governo fosse mais ou menos democrático ou mais ou menos ditatorial. A preocupação com a informação sempre foi uma “questão de segurança nacional”. O que demarca as diferenças são, entre outros aspectos, as formas de obter os dados, as informações sobre as condutas individuais; as nuances de se respeitar os direitos civis. (KUSHNIR, 2002, p. 561).

Sobre essa questão, Fiuza assevera que as atividades de vigilância realizadas nesse período pelas DOPS podem estar sendo desempenhadas “[...] ainda hoje por

um dos setores das polícias estaduais, a chamada Polícia Reservada (P2)” (2006, p. 24).

Foi, entretanto, na ditadura civil-militar brasileira que as DOPS ou os DOPS⁵⁰ viveram momentos de atuação muito intensos e distintos, como Kushnir assevera:

No papel de acumulador e gerenciador de informações, fazendo-as circular e abastecendo órgãos de inteligência de dados, os Dops estaduais viveram em uma só década – de 1968 a 1979 (do AI-5 à Anistia) – seu, apogeu, crise e início do processo de extinção. (2002, p. 559).

Fico, por sua vez, destaca ainda as fases de atuação dos órgãos de informação do governo que:

Como é sabido, houve variações na intensidade da repressão durante a Ditadura Militar: em certos momentos, como na fase imediatamente posterior ao golpe ou na conjuntura que se iniciou em 1968, a repressão foi muito intensa; em outras fases, como no período seguinte às primeiras punições (junho de 1964 a outubro de 1965) e durante a “distensão” e “abertura” políticas promovidas nos governos Geisel e Figueiredo, o número de punições decresceu. (FICO, 2001, p. 18).

Após a “extinção” das DOPS, a abertura para pesquisa dos documentos arquivados pela polícia política do Brasil não se constituiu em uma atitude que tenha visado facilitar o acesso de pesquisadores ao material, tendo em vista o descaso com a conservação de tais documentos, seja na forma de arquivar ou no local adequado para guardá-los.

Durante o ano de 1991, se efetivaram as devoluções aos órgãos de arquivo, dos acervos das polícias políticas dos Estados de Pernambuco, Rio Grande do Sul, Paraná e São Paulo. E em cada um desses Estados havia uma situação peculiar quanto à tipologia documental, às datas-limite e, também quanto ao processo de recolhimento, propriamente executado. A devolução se fez graças à luta pelos direitos humanos consagrada, no texto constitucional em vigor, no princípio do *habeas-data*, expressão latina, que significa “tenhas a tua informação”. (DOCUMENTO DOPS RJ, 1996, p. 19).

Para a utilização dos documentos arquivados na DOPS faz-se necessário uma aproximação da legislação que normatiza o acesso ao acervo, considerando

⁵⁰ A nomenclatura dada a essa instituição se modifica em cada Estado. Em alguns é chamado de Departamento de Ordem Política e Social e, em outros, como no Estado do Paraná, a nomenclatura é Delegacia de Ordem Política e Social. Em outros casos estaduais receberam os dois nomes.

que envolve o passado não só do país, mas de pessoas que foram vítimas da repressão e da tortura de um governo autoritário. Por isso:

A compreensão das leis que regulam tanto a guarda dos documentos públicos como a sua utilização, certamente, é de fundamental importância para o historiador e para o cientista social, que têm o arquivo como um dos seus principais instrumentos de trabalho. (KUSHNIR, 2002, p. 554).

No Estado do Paraná a legalização ocorreu com o Decreto Estadual n.º 577, de 11 de junho de 1991, “[...] que extinguiu a Subdivisão de Segurança e Informação da Polícia Civil – SSI, anteriormente denominada Delegacia de Ordem Política e Social – DOPS e transferiu o seu acervo documental ao Departamento Estadual de Arquivo Público – DEAP” (RONCAGLIO, 1998, p. 41).⁵¹

O acervo da DOPS no Estado do Paraná é resultado de atividades de investigação, vigilância e controle feitas pela Chefatura de Polícia no começo do século, pelo Comissariado de Investigação e Segurança Pública na década de 1920, pelas Delegacias de Vigilância e Investigação e Delegacia de Vigilância e Capturas, na década de 1930, até transformar-se na Delegacia de Ordem Política e Social, criada pela Lei n.º. 177, de 5 de março de 1937, com atuação até a década de 1990. (RONCAGLIO, 1998).

O acesso ao acervo da DOPS-PR a partir do Decreto n.º 4348, de 29 de junho de 2001, é feito mediante Termo de Responsabilidade assinado pelo interessado junto ao Arquivo Público do Paraná. O referido termo transfere para o pesquisador a responsabilidade sobre a utilização dos dados coletados.

Com a descentralização da pesquisa, cada pesquisador interessado deve preencher um termo de compromisso, onde explicita que não usará as informações contidas nos documentos aos quais teve acesso de forma que prejudique a imagem das pessoas citadas nos prontuários. Essa regra só se aplica às pesquisas que envolvam pessoas, pois os prontuários de entidades estão totalmente à disposição do público em geral, salvo aqueles em que aparecem fatos envolvendo nomes de pessoas, onde se aplica a regra anterior. (RONCAGLIO, 1998, p. 37).

No que tange à nossa pesquisa na DOPS, constatamos também certa dificuldade na organização dos documentos nas pastas temáticas. Havia, por exemplo, nas pastas denominadas de UPES, documentos da UPE, ou seja,

⁵¹ Revista *Quadrilátero*, Brasília, v. 1, n. 1, p. 41-52, mar./ago. 1998.

documentos do movimento universitário na pasta destinada ao movimento secundarista, documentos com as páginas fora de ordem, dentre outros fatores que contribuem para dificultar o trabalho do pesquisador.

Dessa forma, ao realizar uma pesquisa na DOPS, vale lembrar as considerações feitas por Fiuza sobre a utilização dos documentos encontrados nessa instituição:

Vale ressaltar que a documentação dos arquivos dos DOPS somente foi liberada no início da década de 1990 e é possível que ela tenha sido dilapidada por setores dos governos estaduais e federais, bem como pelas polícias estaduais e pela polícia federal. Outro dado é que, apesar de extintos, os DOPS entre 1982 e 1983, os serviços de informação continuaram operando em sua tarefa de investigação política até o fim da década de 1980, em particular, junto ao acompanhamento de sindicatos, partidos políticos, movimentos sociais e estudantis, comunidades eclesiais de base, grupos de luta pela terra, entre outros. (FIUZA, 2006, p. 24).

Fiuza (2006) nos chama a atenção ainda para o fato de que havia em cada instituição federal, como Exército, Aeronáutica, empresas estatais, um Departamento de Segurança, responsável por enviar para os demais órgãos informações sobre atividades subversivas. Podemos citar, como exemplo encontrado em nossa pesquisa no acervo do DOPS-PR, empresas como a Rede Ferroviária Nacional.

Nas pastas/dossiês encontramos materiais diversos sobre a organização dos estudantes paranaenses – ofícios, fotos, relatórios dos eventos, recortes de reportagens, enfim uma diversidade de material que tinha como objetivo demonstrar atos de subversão ou então justificar que os estudantes organizavam-se dentro da legalidade.

Há documentos produzidos pela polícia política e também pelos estudantes, os quais solicitavam permissão para realizar seus eventos, atestado de boa conduta, tanto da UPES quanto dos membros da diretoria, informações sobre os eventos do ano ou de certo período e também faziam convite para que a autoridade da polícia política participasse.

Os ofícios produzidos por agentes da DOPS, delegados de municípios, agentes de empresas públicas eram disseminados para várias entidades de segurança. Tendo em vista que neste período havia departamentos de segurança nas universidades, na aeronáutica, na marinha, enfim nos órgãos do governo.

No período da ditadura civil-militar brasileira a polícia política teve seu papel ampliado, para tanto retomamos a discussão sobre o controle exercido pelo Estado Autoritário a partir dos órgãos de segurança nacional e estadual. Alves (1984) assevera que o Sistema Nacional de Informações (SNI), de acordo com o governo autoritário, tinha como objetivo manter o Poder Executivo bem informado sobre as ações que ocorriam no país de forma que o governo pudesse agir com eficiência.

A mesma autora destaca as orientações do Manual da Escola Superior de Guerra – ESG, que reforça essa pretensão de controle da sociedade brasileira:

O papel das Informações de segurança é essencial para esclarecer o governo quanto à realidade da situação, à verdade dos fatos e às características e intensidades das manifestações e dos efeitos dos antagonismos e pressões, bem como à estimativa dos acontecimentos futuros. Um sistema de organização permanente de Informações de Segurança, adequadamente estruturado e dotado de pessoal especializado, constitui um dos instrumentos essenciais para o planejamento e execução da Segurança Interna. (Manual Básico da ESG apud ALVES, 1984 p. 72).

A criação do SNI redimensiona o papel da polícia política brasileira, portanto da DOPS, que estará voltada para obter informações sobre possíveis subversivos e agir contra eles, com a repressão e tortura. A partir de então as delegacias ou departamentos de ordem política e social: “[...] passa a funcionar como uma das peças da imensa engrenagem coordenada pelo SNI, a quem cabe interpretar as demandas do Regime, expressando-as através da formulação de políticas e estratégias de combate a ‘subversão’” (RONCAGLIO, 1998, p. 26).

Ressaltamos a relevância em não tomar como verdade absoluta o que está registrado nos documentos arquivados na DOPS, e, para ir além do que está posto nos documentos, é que se justifica a realização de entrevistas com os militantes do ME secundarista, haja vista que este é o objeto de nosso estudo. Sobre a realização de entrevistas, Kushnir afirma que:

[...] os “fichados” no Dops que ainda estão vivos, como também alguns dirigentes dos arquivos públicos que guardam essa documentação, tenham mais tranquilidade para tratar do tema e a noção de distância entre as atividades políticas outrora realizadas e o conteúdo das fichas policiais elaboradas, compreendendo que foi a lógica da desconfiança de um Estado autoritário que fez produzir o acervo. E foi a lógica da democracia da informação que transformou este em um arquivo público, aberto à consulta. Essa abertura é uma forma positiva de falar de um silêncio, como também permite ao

pesquisador rediscutir a constituição de uma memória. (2002, p. 571).

Recorremos aqui à questão da memória, tendo em vista que ela é central em nossa pesquisa. Consideramos relevante destacar ainda que nosso trabalho é sobre a história do tempo presente, pois, como já citado em nossa introdução, os agentes que fizeram essa história em grande parte ainda se fazem presentes na sociedade.

Inferimos ainda que uma das formas de resistência às ações da DOPS no período estava embasada na imprensa clandestina, porque naquele momento, se os cidadãos procurassem informações apenas na imprensa oficial, estariam desinformados, dada a forte censura em curso. Havia uma relação contraditória entre a imprensa clandestina e a DOPS, uma vez que a imprensa tenta romper com a ilegalidade imposta pela polícia política ao mesmo tempo em que a sua existência justifica a existência de uma polícia política. Dito de outra forma, “[...] aos órgãos de repressão cabia definir o que era permitido; aos meios de comunicação de cunho oposicionista, como movimento de resistência, cabia burlar as regras impostas” (KUSHNIR, 2002, p. 560).

Com relação aos documentos arquivados nas pastas da DOPS, salientamos que os mesmos documentos eram mecanismos de convencimento para os policiais e também para a confirmação da existência do inimigo internacional, o comunismo, na busca de suspeitos. Dessa forma, a imprensa era um meio mais prático para juntar as informações, contudo a imprensa também estava sendo alvo de censura, então os jornais de circulação “livre” editavam suas reportagens de acordo com as exigências do governo militar. Havia, então, o filtro por que passavam os jornais, bem como o filtro do policial responsável por recortar dos jornais as reportagens para então anexá-las às pastas da DOPS.

Assim, não entendemos o jornal como uma representação fidedigna da realidade, mas não há como não considerar as informações presentes em tais documentos para que possamos nos aproximar do objetivo de nossa pesquisa de discutir a forma como os estudantes secundaristas do Paraná se organizaram durante a ditadura civil-militar.

3.2 – O olhar da DOPS sobre o ME secundarista paranaense

Com este subtítulo temos a intenção de analisar como a DOPS esteve organizada no sentido de vigiar e de verificar a forma como os estudantes secundaristas paranaenses se organizavam durante a ditadura civil-militar. Nesse sentido, analisaremos os documentos arquivados, na medida do possível identificando os meios de disseminação de tais documentos, bem como o local em que foram expedidos.

Sobre a forma como a DOPS atuou ou mesmo observou, podemos citar o texto de Rafael Rosa Hagemeyer⁵² sobre o ME universitário paranaense, com o título “1968: Ano da Derrubada do Ensino Pago no Paraná”. A análise é significativa porque traz elementos para discussão do recorte proposto para este capítulo, haja vista que o referido autor se utilizou de documentos do arquivo da DOPS-PR e ainda retoma aspectos específicos do ME paranaense, objeto de estudo da nossa pesquisa. Sobre o olhar da polícia paranaense sobre o ME, Hagemeyer destaca:

O uso da violência era a orientação oficial que o governo “sugeria” aos órgãos de segurança de todo o país, uma vez que os comunistas não hesitariam em lançar mão da agitação para intentos de guerra revolucionária. Apesar desta orientação alertar para o perigo da tolerância em relação às manifestações estudantis, a estratégia do DOPS-PR estava concentrada em evitar a repressão violenta aos estudantes, ao menos publicamente. Não criar “fatos políticos” significava não dar subsídios para a retórica de denúncia da ditadura, utilizada pela esquerda estudantil para tentar conquistar o poder da UPE. (1998, p. 101).

As palavras citadas por Hagemeyer nos remetem à compreensão de que a atitude do DOPS-PR em relação aos estudantes estava voltada no sentido de evitar a violência. Encontramos, todavia, nos arquivos da DOPS um recorte⁵³ de uma reportagem do jornal *Correio de Notícias*, de 21 de junho de 1979, na qual o então deputado estadual Nelson Friedrich questionava o governo do Estado sobre a destinação dos bens da entidade que representava os estudantes universitários no Estado, a UPE.

Sobre essa mesma questão Heller assevera:

No dia da eleição de Stênio Sales Jacob à presidência da UPE, o presidente Costa e Silva baixou decreto extinguindo a entidade. A Polícia Federal invadiu a sede, levando máquinas de escrever, uma

⁵² O referido artigo é parte integrante do livro: “1968 Faz 30 Anos”, organizado por João Roberto Martins Filho em 1998.

⁵³ Cópia da reportagem no Anexo 08, página 185.

estação de radioamador, objetos pessoais dos estudantes, material didático e muitos livros. (1998, p. 299).

Dessa forma, enfatizamos que as relações entre os estudantes universitários paranaenses e a polícia política não foram muito amistosas, tendo em vista que a sede da UPE foi invadida, ou seja, ela foi extinta como entidade de representação dos estudantes e seus bens foram confiscados.

Perguntamo-nos então: – E as atitudes direcionadas aos estudantes secundaristas paranaenses também estavam voltadas para esse objetivo? A questão em apreço será o norte de análise deste capítulo.

Estaremos, no decorrer desta seção, citando e procurando fazer a análise dos eventos relacionados ao ME secundarista do Paraná. Dentre as atividades realizadas pelos estudantes secundaristas destacamos: as ARES – Assembleias Regionais de Estudantes Secundaristas, o ENE – Encontro Nacional dos Estudantes e os COESES – Congresso Estadual de Estudantes Secundaristas.

Le Goff, ao discutir a questão referente aos materiais da memória coletiva e da história, destaca que são as escolhas feitas pelos historiadores, ao analisarem documentos, que faz com que o que sobreviva na história não seja o conjunto daquilo que existiu no passado, “[...] mas a escolha efetuada quer pelas forças que operam no desenvolvimento temporal do mundo e da humanidade, quer pelos que se dedicam à ciência do passado e do tempo que passa, os historiadores” (1994, p. 535). Dessa forma, consideramos que é essa escolha precisa ser rigorosa, buscando com profundidade os acontecimentos, bem como as diferentes versões do passado, e, como nos propomos neste estudo, ir além do que dizem os documentos, analisando os depoimentos de militantes estudantis, bem com as referências bibliográficas.

Como o próprio Le Goff salienta, “[...] a história faz-se com documentos escritos, sem dúvida. Quando estes existem. Mas pode fazer-se sem documentos escritos, quando não existem” (Ibidem, p. 540). No que tange à análise dos documentos, o mesmo autor afirma:

A leitura dos *documentos* não serviria, pois, para nada se fosse feita com ideias preconcebidas. A sua única habilidade (do historiador) consiste em tirar dos *documentos* tudo o que eles contêm em não lhes acrescentar nada do que eles não contêm. O melhor historiador é aquele que se mantém o mais próximo dos textos. (Ibidem, p. 536).

Pretendemos realizar a análise dos documentos citados neste estudo tendo essa perspectiva, compreendendo ainda que o historiador volta ao passado com os olhos do presente.

Como característica da documentação da DOPS, encontramos alguns ofícios endereçados a delegados da DOPS no sentido de informá-los sobre as atividades que poderiam ter caráter subversivo. Citamos como exemplo o ofício n.º 524⁵⁴, de 1973, no qual o delegado de Campo Mourão relata ao delegado da DOPS que se realizou, na referida cidade, uma Assembleia Regional dos Estudantes Secundários (ARES), nos dias 23 a 26 de maio do corrente ano, mas que as atividades estiveram dentro da regularidade e que não abordaram assuntos de caráter subversivo.

Da mesma forma os estudantes escreviam ao delegado solicitando a autorização para a realização do evento, como acontece com a realização do XXII Congresso Estadual dos Estudantes Secundaristas, nos dias 7 a 11 de julho de 1971, na cidade de Londrina.

Há registros, nesse mesmo período, em números do BIS – Boletim Informático Semanal, nos quais, além de discutir questões relacionadas à educação, havia a divulgação de atividades culturais e esportivas dos grêmios estudantis paranaenses. Citamos, como exemplo, o Boletim n.º. 24/70/71⁵⁵, no qual há a informação de que o Grêmio Estudantil Pérola do Oeste realizou um concurso de contos e estariam sendo divulgados os contos dos três primeiros colocados no BIS. Ressaltamos, assim, que, nos documentos analisados para este estudo, a partir do acervo da DOPS, a entidade que representava os estudantes secundaristas paranaenses nas escolas sempre foi denominada como grêmio estudantil ou centro estudantil.

Os boletins eram produzidos a partir das matérias encaminhadas pelos grêmios estudantis e uniões municipais de estudantes secundaristas paranaenses.

⁵⁴ O referido documento está arquivado no Arquivo Público do Paraná, acervo da DOPS, pasta UPES n.º 2328, topografia 264.

⁵⁵ No anexo 10, página 187, está a capa do boletim. Esclarecemos que os números 70/71 referem-se à gestão da UPES nos anos de 1970 e 1971 e, apesar de parecer desorganizada a forma como a capa desse boletim foi produzida, podemos observar diversas informações na mesma. Destacamos a informação de que será realizado, na cidade de Toledo, o XIV Conselho Estadual – COESUPES nos dias 28, 29 e 30 de janeiro. Que a direção da UPES está sob a responsabilidade da chapa Novo Impulso. Há ainda algumas frases que devem ter o objetivo de chamar a atenção dos leitores, tais como: Não deixe para depois: solicite as identidades estudantis; Não há nacionalismo sem patriotismo e Em paz o mundo estaria se governassem a Terra somente mães que algum dia perderam filhos na guerra.

Em relação à 3ª Assembleia Regional dos Estudantes Secundários (ARES), ocorrida nos dias 23 a 26 de maio de 1973, em um ofício⁵⁶ endereçado ao Departamento da Polícia Federal de Curitiba, os estudantes Rui Francisco Brugnorotto e Décio Mertz, representantes da UPES, enviam o cronograma da realização da assembleia em anexo ao ofício e reafirmam os votos de amizade e estima. Percebemos que há realmente a demonstração, pelos documentos arquivados, de uma aparente relação amistosa entre alguns desses estudantes secundaristas paranaenses e polícia política.

A principal finalidade da realização da assembleia era o curso de preparação político-administrativa dos dirigentes estudantis. Também foi realizado festival de música, concurso de oratória, declamação de poesia e escolha da rainha da assembleia. O temário do evento previa a participação do prefeito da cidade de Campo Mourão e as atividades relatadas eram organizadas pelos próprios membros da UPES, ou seja, as palestras, em sua maioria, eram feitas por eles, com exceção da participação do então deputado estadual pelo MDB – Movimento Democrático Brasileiro –, Álvaro Fernandes Dias, que proferiu palestra denominada: *Movimento Estudantil: celeiro de lideranças*. Observamos que o atual político Álvaro Dias se fazia presente em quase todos os eventos dos estudantes secundaristas, a exemplo do congresso ocorrido na cidade de Cascavel ainda em 1973.

Na mesma pasta há um organograma das comissões integrantes da organização da III ARES, com o nome dos estudantes responsáveis por cada departamento. Estão arquivadas ainda as fichas de cadastro dos estudantes, atestado de participação, enfim, há modelos de toda a documentação utilizada no evento.

A partir do estudo dos documentos arquivados na DOPS, encontramos um que trata da II Reunião Nacional de Estudantes Secundaristas, que ocorreu no ano de 1980. Sobre o tema estão arquivados alguns recortes de jornal e a pauta da reunião⁵⁷ no referido arquivo. A pauta previa discussões pontuais sobre o ME, tais como: entidades estudantis e democracia nas escolas secundárias; problemas educacionais; lutas e campanhas do movimento secundarista; organização nacional

⁵⁶ O referido documento está arquivado no Arquivo Público do Paraná, acervo da DOPS, pasta UPES nº 2328, topografia 264.

⁵⁷ A pasta em que estão os documentos citados é do II Encontro Nacional dos Estudantes nº. 0922, topografia 144.

do movimento secundarista (reconstrução da Ubes). A partir dos depoimentos realizados até o momento, podemos recorrer à ideia de que o fato de os estudantes secundaristas não anunciarem em suas discussões as questões mais amplas pode ser uma estratégia para desviar a atenção dos órgãos de repressão. Destacamos que a década de 1980 foi fortemente marcada pelos movimentos em favor da abertura política, e o ME poderia estar inserido nesse contexto, especialmente quando discutia a questão da democracia nas escolas secundárias.

Há uma pasta com as informações do 1º Congresso Municipal dos Estudantes de 1º e 2º graus, realizado em 1981. Tal congresso teve como objetivo fundar a Associação Central Medianeirense Estudantil de 1º e 2º Graus (ACME). No Capítulo V do estatuto da entidade, que se refere aos grêmios filiados, o texto informa:

Art. 6º - O Grêmio Estudantil é o órgão de representação, coordenação e de assistência dos estudantes de cada estabelecimento de ensino de 1º e 2º graus, é a entidade elementar da Associação Central Medianeirense Estudantil de 1º e 2º graus, baseado na participação livre e direta de todo o corpo discente respectivo. (Pasta ACME nº. 0055 topografia 08).

Apesar de “subordinar” os grêmios estudantis de Medianeira à ACME, já em 1981 os estudantes têm como objetivo a participação livre dos estudantes, apesar de ainda estarem vivendo o período de regime militar.

As finalidades da instituição (ACME) estão redigidas no Capítulo II de seu Estatuto:

Art. 3º - A ACME tem as seguintes finalidades:

- a) reivindicar os direitos e defender os direitos e interesses da classe estudantil;
- b) apoiar os poderes constituídos quando coerentes com as finalidades democráticas ; e denunciá-los quando delas exorbitarem;
- c) a condenação de qualquer tratamento desigual, por motivos de convicção religiosa, política, filosófica ou por quaisquer preconceitos de classe ou raça;
- d) desenvolver a união da classe estudantil deste município dentro do espírito de solidariedade humana;
- e) pregar o princípio de honra ao mérito, só permitindo a ascendência de reais valores;
- f) estreitar os laços de compreensão entre comunidade, escola e o estudante;
- g) pugnar em favor da melhoria do ensino de 1º e 2º graus, zelando pela melhoria do mesmo, e procurar a elevação do nível cultural do estudantado;
- h) combater ou denunciar publicamente todo e qualquer surgimento de pensamento não condizente com os direitos e interesses da classe. (Pasta ACME nº. 0055 topografia 08).

Podemos, nesse estatuto, observar o interesse dos estudantes no sentido de contribuir com uma organização social democrática, ao redigirem que apoiam os poderes constituídos quando coerentes com as finalidades democráticas e denunciá-los quando delas exorbitarem. É uma forma de contribuir com o processo de redemocratização, tendo em vista que a sociedade brasileira, no período em que a referida instituição foi fundada, buscava reorganizar-se a partir de uma forma democrática de organização.

A cópia do estatuto foi enviada pelo Serviço Nacional de Informação - Agência de Curitiba, tendo como difusão dentre outros órgãos a Divisão de Segurança e Informação (DSI – PR) e a DOPS-PR, junto com um ofício que informava os dados dos membros responsáveis pelo conselho fiscal.

Há ainda alguns documentos que tratam da luta dos estudantes universitários paranaenses contra a Lei Suplicy, especialmente sobre a cobrança de anuidades nas universidades públicas.

Durante a ditadura civil-militar, os representantes dos estudantes secundaristas do Paraná escreveram, no ano de 1968, solicitando que todos os estudantes se unissem para cobrarem a morte do estudante secundarista Edson Luís⁵⁸. No manifesto, os estudantes anunciaram algumas das ações violentas do governo militar e solicitaram que os estudantes se organizassem para agir contra essas ações.

É pertinente ressaltar o fato de que, ainda na década de 1980, os delegados das cidades do interior do Paraná tinham que enviar ao delegado da capital informações sobre os membros das instituições que representavam os estudantes secundaristas. De acordo com a pasta nº. 681, que trata dos Centros de Atividades Estudantis de Guarapuava – CAEG, identificamos o envio das informações detalhadas sobre cada um dos representantes da entidade, eleitos no ano de 1981. Outro fato que nos chama a atenção, não só nesse documento, está na idade dos alunos do ensino médio e fundamental da época, a qual é elevada se comparada com a atualidade. Alguns alunos então com mais de 18 anos, ainda cursando o ensino fundamental ou médio, o que era uma característica, especialmente da escola média da época, tendo em vista que os alunos ingressavam com mais idade, pois muitos não tinham a oportunidade de sair do ensino primário e ingressar no

⁵⁸ Esse documento está no arquivo da DOPS – PR, dossiê 1419, topografia 168. Anexo 11, página 188.

ensino secundário. Há também a presença de membros que não estavam matriculados em nenhuma escola.

Todavia é importante ressaltar que os estudantes secundaristas paranaenses também se organizaram no sentido de auxiliar o governo militar. Um exemplo dessa forma de organização está explícita na criação do MAS – Movimento de Ação Secundarista, em 1972, na capital Curitiba. Na pasta⁵⁹ digitalizada nos arquivos da DOPS-PR, encontramos o resultado das discussões que criaram o MAS e quais seriam suas formas de atuação. Dentre elas podemos citar que o relatório final do encontro sugere a:

[...] criação de grêmios apolíticos em todos os colégios brasileiros, com o objetivo único de obter a união e comunicação entre os estudantes, a participação mais efetiva dos estudantes no processo desenvolvimentista nacional, a elaboração de jogos, festividades, promoções, além de representar os estudantes junto a Diretoria de cada Colégio. (Pasta nº. 1370, topografia 163).

O MAS iniciou-se no Estado de São Paulo no ano de 1969 durante a realização do I Congresso de Secundaristas sobre o Desenvolvimento da Baixada Santista, a partir de uma iniciativa de Manuel Pestana, diretor da Faculdade de Filosofia de Santos. Foi durante a realização do II Congresso de Secundaristas em Santos que houve a iniciativa da criação do MAS, que ocorreria em Curitiba. Tal ação foi comunicada ao Secretário de Segurança Pública do Estado do Paraná por meio de um ofício com data de 13 de outubro de 1972, redigido pelos dirigentes do MAS de Santos, ofício o qual relatava os objetivos desse movimento e solicitava a colaboração do governo paranaense no sentido de garantir o sucesso das ações do movimento no Estado.

Ressaltamos, a partir da documentação arquivada na DOPS-PR, uma questão que praticamente não tem sido analisada por pesquisadores do ME, seja secundário ou universitário, que está no fato de que houve, no decorrer da história da organização estudantil, não só influência de partidos de direita, mas também e com uma atuação significativa, entidades estudantis com princípios de direita. Isso pode ser observado na redação do relatório de criação do MAS, porque sugere a criação de grêmios apolíticos, tendo como único objetivo a união e comunicação entre os estudantes.

⁵⁹ Pasta 1370, topografia 163, Arquivo Público do Paraná, acervo da DOPS.

Em contrapartida a essa forma de organização, encontramos ainda uma pasta com o título MEL – Movimento Estudantil Livre, datada de 28 de maio de 1968, tendo como assunto UPES e UCES – União Curitibana dos Estudantes Secundários – *versus* MEL. A referida pasta nos chamou a atenção porque foi enviada para a DOPS-PR pelo Departamento de Segurança da Rede Ferroviária Federal e ainda pelo fato de que as entidades supracitadas redigiram, no ofício enviado, que estariam combatendo as atividades subversivas realizadas pelo MEL e que “[...] pretendem por conta própria levantar os reais propósitos do MEL, quem o dirige e quem o financia, para desacreditá-lo junto aos secundaristas.”⁶⁰

Ainda nessa pasta há a informação nº. 32/68, que destaca quais são os principais membros do MEL no Estado do Paraná, que têm sua atuação na cidade de Maringá, e ainda transcreve um documento que pode ser considerado o Estatuto do MEL, com o título “Sobre o Movimento Estudantil”. Citaremos algumas passagens do referido documento para efeito de análise e compreensão dos interesses desse movimento. Sobre a posição política, o documento destaca:

Este movimento, porém, vai concretamente contra os interesses de determinadas classes sociais, justamente aquelas mais beneficiadas com a atual estrutura da sociedade: elas fazem da escola um instrumento de bitolação ideológica, no sentido de transformação de cada estudante numa peça de sua imensa engrenagem de dominação. (Pasta MEL nº. 1393, topografia 165).

Observamos que o principal objetivo desse movimento era o de ir contra os interesses da classe que estava no poder. Por isso era necessário que os estudantes compreendessem e combatessem a Política Educacional do governo militar, porque era a partir dela que os interesses da classe no poder eram disseminados nas instituições escolares, como podemos verificar no fragmento a seguir:

O MEL tem uma posição política que é basicamente definida na luta contra a Política Educacional do Governo. Ele se propõe conduzir as lutas dos secundaristas, face à subordinação das pretensas lideranças ao esquema governamental (entidade pelegas). A PEG⁶¹ se manifesta mais concretamente dentro dos colégios, onde se utiliza

⁶⁰ Pasta Movimento Estudantil Livre nº. 1393, topografia 165.

⁶¹ Política Educacional do Governo.

da repressão legal – como o Decreto Aragão⁶² -, através da qual restringe a atuação estudantil. (Pasta MEL nº. 1393, topografia 165).

O documento segue fazendo várias críticas e denúncias sobre as ações do governo militar por meio da política educacional, fazendo menção inclusive à cobrança de mensalidades nos colégios públicos, informando a transformação dos colégios em fundações particulares (como Ford, Matarazzo, Rockefeller e etc.) e abordando ainda a militarização do ensino.

A partir da análise do documento observamos que as reivindicações do MEL dizem respeito a questões específicas da educação escolar e não há nenhuma passagem falando das atrocidades do governo militar, ou seja, eles sugerem que a luta estudantil seja contra a Política Educacional.

Ainda com relação ao MEL destacamos o fato de que, no estudo realizado por Ridenti (1993), o autor analisa as organizações de esquerda no Brasil durante a ditadura civil-militar e destaca uma organização com a mesma sigla encontrada por nós no acervo do DOPS-PR, mas com outra nomenclatura MEL - Movimento Estudantil Libertário. Dessa forma, não nos foi possível esclarecer se o MEL do Paraná era parte integrante da organização de esquerda citada por Ridenti e de caráter organizacional de nível nacional.

Retomando as discussões acerca das instituições de representação estudantil ditas oficiais, no caso da cidade de Cascavel, a entidade que representava os estudantes secundaristas, em nível municipal, era a Associação Cascavelense dos Estudantes Secundaristas (ACES), que foi fundada em 1963 por Luiz Piccoli. De acordo com algumas das fontes orais analisadas nesta pesquisa, Luiz Piccoli foi um militante importante na história do ME paranaense, tendo em vista que foi o primeiro cascavelense a ser eleito presidente da UPES em 1967. No arquivo da DOPS encontramos uma cópia de recorte do Jornal *Fronteira do Iguaçu*, de 29 de novembro de 1975⁶³, que noticia a realização de uma eleição aberta para os representantes da entidade. A reportagem destaca que, após anos de eleições obscuras, enfim é realizado um pleito indiscutível, tendo em vista que, apesar de terem votado apenas 1% dos estudantes secundaristas de Cascavel, não houve votos em branco. É pertinente destacar que o novo presidente eleito da ACES foi

⁶² Decreto Aragão refere-se ao Decreto-Lei 228. É assim chamado porque seu redator foi Raymundo Moniz de Aragão.

⁶³ Pasta ACES nº. 54, topografia nº. 08.

Teodósio Michalzeszem, que tinha 25 anos de idade e era funcionário da COPEL, aluno do Colégio Rio Branco.

Na pesquisa através de nomes de ex-militantes junto ao arquivo DOPS-PR encontramos um dossiê sobre os dados de Tibério Canuto de Queiroz Portela. Um dos documentos arquivados na pasta solicitava a prisão do estudante tendo em vista que ele era militante da Ação Popular e foi presidente da UBES. Um outro ofício, com data de 13 de julho de 1971, relatava que ele se encontrava preso em Salvador/BH. A difusão da documentação se deu para os DOPS de Rio Grande do Sul, Paraná, São Paulo, Santa Catarina, Brasília, Pernambuco, Goiás, Ceará e também para o CENIMAR – Centro de Informações da Marinha, tendo como origem também o CENIMAR.

Outras questões arquivadas nas pastas da UPES dizem respeito, por exemplo, a uma possível interferência de partidos políticos na organização da UPES, como recortes de reportagens publicadas em 1980 nos jornais *Gazeta do Paraná* e *Diário do Paraná*. Neste último há uma reportagem de 12 de julho de 1980 que destaca:

Por questões de ordem política, cinco dos nove integrantes da diretoria da UPES – União Paranaense dos Estudantes Secundários⁶⁴ assinaram carta de demissão no último domingo, protestando contra “o trabalho que a atual diretoria vem desenvolvendo, que é de ludibriar o estudante do nosso Estado”. (Pasta UPES nº. 2336 topografia 266).

Sobre a utilização do jornal como fonte de pesquisa, especificamente para a educação no período da ditadura militar, destacamos a questão de que foi durante esse período que aconteceu a monopolização dos jornais, ao mesmo tempo em que houve crescimento da imprensa alternativa e, de forma concomitante, o controle e, em muitos casos, a extinção dos jornais que a representavam.

A censura à imprensa foi legitimada com a edição do AI-5, mas:

Na realidade, antes mesmo da edição do AI-5, o jornal carioca *Tribuna da Imprensa* havia recebido diversas visitas de um oficial militar, coronel Carlos Pinto, que em seis encontros com o proprietário, Hélio Fernandes, acabou por conseguir instaurar a censura prévia no jornal a partir de 23 e outubro de 1968. (AQUINO, 1999, p. 206).

⁶⁴ Salientamos que em alguns documentos a entidade é denominada como Estudantes Secundaristas e em outros como Secundários.

O exemplo citado acima, nos remete à discussão de que, antes mesmo da instituição do AI-5, havia censura prévia à imprensa escrita. Dessa forma, temos que considerar, ao realizar a análise de reportagens de jornais da época, que os mesmos eram alvo de censura. Podem, portanto, não ser a melhor representação dos fatos que ocorriam, mas, como já salientamos, tais reportagens nos fazem refletir sobre questões relevantes em relação ao nosso objeto de pesquisa, o ME secundarista do Paraná.

Retomamos nossa discussão sobre a cisão no interior da UPES, quando, no jornal *Tribuna do Paraná* de 17 de junho de 1980, há a seguinte afirmação sobre tal acontecimento:

A juventude Democrática do PDS, através de representantes seus no quadro diretivo da União Paranaense de Estudantes Secundaristas – Upes – estaria “procurando se infiltrar de maneira direta no movimento estudantil e formar uma força paralela desvirtuando a sua finalidade” disse ontem o secretário de cultura da entidade, Clóvis Martins, que com mais outros quatro membros da diretoria foi “convidado” a se demitir para resolver os atritos políticos internos que vem ocorrendo na atual gestão. (Arquivo da DOPS-PR pasta UPES nº. 2336, topografia 266).

Nessa reportagem observamos que alguns membros da diretoria da UPES, nesse período de 1980, perceberam a infiltração do partido de direita na instituição e não concordavam com tal fato. No decorrer da reportagem, Clóvis relata que até o regimento da entidade é discutido com o Secretário da Educação. Assim, é possível concluir que havia uma subordinação da entidade ao governo.

Ainda de acordo com uma reportagem publicada⁶⁵ no jornal *Gazeta do Povo* de 3 de agosto de 1980, foi realizada a I Reunião de Presidentes de entidades estudantis de base, na cidade de Ponta Grossa. Dentre as bandeiras e discussões que resultaram da reunião, o jornal relata três: mais verbas para a educação, realização das eleições em novembro e padronização das identidades estudantis em favor da UPES. A partir dessas três grandes reivindicações os estudantes aprovaram outras, mais pontuais, tais como a participação dos grêmios estudantis na elaboração e aprovação dos regimentos internos; valores mais baixos nas cantinas, mais higiene nos sanitários estudantis das escolas, entre outras.

⁶⁵ Essas informações estão arquivadas na Pasta da UPES nº. 2336, topografia 266.

Sobre a censura prévia à imprensa, destacamos o papel do Estado, considerado por Aquino (1999) como autoritário devido a suas funções, quando a partir da:

[...] análise de um de seus instrumentos repressivos (no caso a censura prévia à imprensa escrita), mostrou que durante todo o tempo foram utilizados mecanismos para impedir a participação e a representação dos cidadãos no nível institucional. Acentuou-se a divisão social do trabalho, através da acelerada concentração de renda e do privilégio concedido aos grandes grupos nacionais e estrangeiros. Buscou-se mascarar a alteridade social, criando-se uma imagem de sociedade harmônica, livre de conflitos. (p. 209).

Trouxemos as considerações feitas pela autora acima para reforçar as discussões que estamos fazendo no decorrer de nossa pesquisa, reforçando que o papel do Estado era de barrar manifestação contrária aos interesses daqueles que estavam no poder. Dessa forma, a imprensa era parte importante da estratégia de não possibilitar à população o conhecimento dos fatos que ocorriam, tanto em relação ao controle social por meio de censura, prisões e tortura, como também as questões econômicas, como as citadas por Aquino.

Está arquivada também⁶⁶ uma edição do jornal *Argumento*, um jornal produzido pela UPES, sendo parte da Gestão Semeando, de 1980-1981. No jornal há uma entrevista com o secretário de Estado da Educação, Edson Machado de Souza. O que nos chamou a atenção na entrevista foi quando o jornal questiona o secretário sobre o fato de a UPES não ser reconhecida como uma entidade representativa. Ele responde:

No meu entendimento, as atividades das entidades de representação estudantil, notadamente aquelas no âmbito do 2º Grau de ensino, devem estar voltadas especificamente para o seu estabelecimento, para a sua escola. Concordo, portanto, com a legislação atual que não admite a organização de entidades estudantis, ou seja, com a pretensão de representar os estudantes do país, ou de um Estado ou mesmo de um Município. Entidades como a UPES, por exemplo, podem ser legais, na medida em que se organizem e estabeleçam como sociedades civis dentro das normas existentes, o que não significa que possam se arvorar em representantes da massa estudantil. Por outro lado, nada impede que, ao lado da UPES, possam existir outras entidades com os mesmos propósitos. Só no Paraná temos perto de dois milhões de estudantes de 1º e 2º Graus: quantos deles opinaram sobre a constituição da UPES? (Pasta da UPES nº. 2336, topografia 266).

⁶⁶ Idem.

Apesar de contraditória e ambígua, tendo em vista que não defende a UPES como a entidade de representação estudantil no Estado, mas sugere que outras entidades sejam constituídas, a entrevista do secretário de Estado da Educação nos permite perceber portanto, que ele questionou a legitimidade das entidades estudantis secundaristas, restringe a atuação de tais entidades a questões pontuais de seu estabelecimento, enfim, mesmo na década de 1980 não há, nas palavras do secretário de Educação, o interesse em que os estudantes estejam efetivamente organizados e atuando de forma homogênea, defendendo interesses coletivos.

Ressaltamos que, nas pastas da UPES, observamos a presença da cópia do documento *A Constituição*, da UPES. Em sua redação são explicitados os princípios e as finalidades da instituição, caracterizada como o órgão máximo de representação dos estudantes secundários do Estado do Paraná.

Apesar de não estar com data específica, a Constituição perpassa várias das gestões da UPES, podendo-se citar os anos de 1966-1967, em seguida, na Gestão Independência, de 1972-1973.

Analisamos agora o capítulo que se refere aos princípios e às finalidades da entidade. Para tanto transcrevemos abaixo tais fragmentos, para que possamos analisá-los de forma mais sistematizada. Eles estão relacionados ao artigo 3º vigente durante a Gestão 1966-1967:

- a) Manter a luta perene e constante pelas causas democráticas da justiça e do direito.
- b) Impedir que as questões políticos-partidários (sic) ou religiosas concorram para a desunião da classe e que no seio dela tenha, vida ideológica e de caráter totalitário, ou que atentem contra a soberania nacional.
- c) Pregar o princípio de honra ao mérito, só admitindo ascendência de reais valores.
- d) Honrar os antepassados na evocação da história e das tradições da Pátria.
- e) Apoiar os poderes constituintes quando coerentes com suas finalidades denunciando-os quando deles se exorbitarem.
- f) Dar apoio e estímulo a crítica sã e a liberdade de consciência de pensamento e de opinião.
- g) Partir de um ideal comum - "DEMOCRACIA E TRABALHO" – para atingir o fim único: o bem da coletividade.
- h) Lutar por soluções brasileiras para os problemas nacionais.
- i) Lutar pelo respeito às liberdades fundamentais da pessoa humana pugnando pela igualdade de direitos, deveres e

oportunidades de todos perante a lei, sem distinção de cor, credos políticos e religiosos, riqueza ou posição social.

j) Manter tradição de lutas da mocidade pela preservação da nossa independência política-econômica (sic), observando os princípios estabelecidos da Constituição da República dos Estados Unidos do Brasil. (Pasta UPES, nº. 2338, topografia 266).

Reiteramos que, nessa primeira versão do documento, há a intenção de possibilitar aos estudantes de nível secundário do Paraná a *luta perene e constante pela democracia e pelo direito*, bem como apoiar os poderes constituintes quando coerentes com suas finalidades *denunciando-os quando deles se exorbitarem*. Ressaltam a questão da independência política e econômica do país, que a mocidade precisa lutar pela preservação da independência do Brasil.

Depois, porém, ocorreram mudanças e cortes nos princípios da entidade na *Gestão Afirmação 1972-1973*, como observamos abaixo:

- a) Impedir que questões político-partidárias ou religiosas concorram para a desunião da classe, ou que no seio dela tenham vida ideológica ou de caráter totalitário ou que atentem sobre a Soberania Nacional;
- b) Pregar o princípio de honra ao mérito, só permitindo a ascendência de reais valores;
- c) Montar os antepassados na evocação da História e das tradições da Pátria;
- d) Dar apoio e estímulo à crítica sã e à liberdade de consciência, de pensamento e de opinião;
- e) Partir de um ideal comum: "DEMOCRACIA E TRABALHO", para atingir um fim único: "O BEM DA COMUNIDADE". (Pasta da UPES nº. 2331, topografia 265).

A partir da leitura dessas alterações no texto da Constituição podemos concluir que houve um arrefecimento nos princípios da UPES, ou seja, sua luta estaria de certa forma mais amena. Havia, quem sabe, o interesse de não criar nenhum atrito com o governo e a polícia política, como nos foi relatado por alguns ex-membros da entidade. E mais, poderia estar incutida, nessa mudança, a possibilidade de abrandar os olhares da DOPS à organização estudantil secundarista, o que poderia possibilitar uma organização mais eficaz da entidade na luta em defesa dos interesses do coletivo estudantil.

Destacamos que, a partir dessa última versão, houve alterações em todo o texto da Constituição. Um dado importante, presente tanto no texto de 1967 quanto de 1973, que contribui para compreender como estava organizado o ME

secundarista, diz respeito aos poderes da UPES, assim elencados no artigo 23: A UPES é composta dos seguintes poderes: a) Congresso Estadual dos Estudantes Secundários – COESES; b) Conselho Estadual da UPES – COESUPES; c) Conselho Consultivo da UPES – CONCUPES; e) Diretoria Executiva da UPES – DIREUPES. Estaremos, no próximo subitem deste capítulo, explicitando alguns dados sobre os congressos da UPES.

A redação da Constituição é clara ao definir o congresso, dizendo que é o poder “mais alto” de decisões da entidade, é soberano em suas decisões e precisa ser realizado anualmente. São citados ainda os congressos extraordinários, os quais teriam fins específicos, quando da não possibilidade de tomar todas as decisões durante o congresso ordinário.

No que tange ao Conselho, a Constituição estabelecia que cabe a esse órgão fiscalizar e ser conselheiro da entidade, devendo reunir-se obrigatoriamente uma vez por ano.

O Conselho Consultivo da UPES – CONCUPES era composto por 17 membros titulares e 6 suplentes, deveriam reunir-se pelo menos quatro vezes no decorrer do ano, era formado pelo presidente da UPES, um representante do Conselho de Grêmios Estudantis da Capital e os demais membros seriam das uniões municipais de estudantes – UMES. As atribuições previstas no artigo 37 eram:

- a) Fiscalizar a DIREUPES, visando a contabilidade bimestral e os relatórios bimestrais de atividades;
- b) Cumprir e fazer cumprir a presente Constituição;
- c) Eleger e empossar até três membros da Diretoria Executiva da UPES, para preencherem cargos que venham a ficar vagos durante a gestão;
- d) Julgar e punir membros da Diretoria Executiva. (Pasta da UPES nº. 2331, topografia 265).

A Diretoria Executiva da UPES – DIREUPES era composta pelo presidente, quatro secretários e demais membros, que poderiam ocupar cargos de confiança. Era responsável por todos os atos da entidade perante os congressos e conselhos.

Há ainda, nessa versão da Constituição, a redação de uma Ementa para ser referendada no XXII COESES visando realizar uma adaptação do Decreto-Lei Federal nº. 228. Essa redação foi feita em 12 de setembro de 1970 e diz respeito a alterações no artigo 1º, a alínea “a” do artigo 4º e o artigo 77. Abaixo segue a nova

redação a ser dada ao artigo 1º, para atender aos critérios estabelecidos pelo Decreto 228.

Art. 1º - A União Paranaense dos Estudantes Secundários – UPES, fundada em 17 de junho de 1945, é uma entidade estudantil, de *cunho assistencial*, que visa a melhoria das condições de vida, a elevação do nível intelectual e o aumento das condições de estudos, do corpo discente dos Estabelecimentos de Ensino Secundário e de grau médio do Estado do Paraná, através de congregação dos Grêmios Estudantis e Uniões Municipais Secundaristas desta Unidade de Federação. (Pasta da UPES nº. 2331, topografia 265).

Não nos foi possível verificar, nos documentos que angariamos da DOPS, se realmente a redação da Constituição ficou como sugerida pela Ementa.

A redação anterior estava da seguinte forma:

Art. 1º - A União Paranaense dos Estudantes Secundários – UPES, fundada em 17 de junho de 1945, é a entidade de representação, defesa e coordenação do corpo discente dos estabelecimentos de ensino secundário e de grau médio do Paraná. (Pasta da UPES nº. 2331, topografia 265).

As alterações feitas no texto nos permitem avaliar que elas reorientariam a forma de atuação da UPES, como grifado no primeiro fragmento, em que a característica da entidade seria assistencial. Analisando o texto do Decreto 228, remetemo-nos ao seguinte trecho, que poderia justificar as alterações feitas no documento da UPES:

Art. 17. Nos estabelecimentos de ensino de grau médio somente poderão ser constituídos grêmios com finalidades cívicas, culturais, sociais e desportivas, cuja atividade se restringirá aos limites estabelecidos no Regimento, devendo ser sempre assistidos por um professor. (BRASIL, Decreto Lei nº. 228 de 28 de fevereiro de 1967).

Há ainda outras orientações para a organização estudantil secundarista no decorrer do texto do Decreto 228, mas essa é a que poderia justificar tais alterações, até pelo fato de que as outras modificações seguem a mesma linha, como podemos observar:

Art. 4º a) Dar, dentro do limite de suas possibilidades, assistência médico-odontológica, farmacêutica, jurídica, cultural, econômica e alimentar, ao estudantes de grau médio do Estado do Paraná.

Art. 77º A UPES é a principal entidade assistencial da classe estudantil secundarista do Estado do Paraná. (Pasta da UPES nº. 2331, topografia 265).

Na redação anterior encontramos:

Art. 4º a) Representar e coordenar os estudantes secundaristas e estudantes de grau médio do Estado do Paraná.

Art. 77º A UPES é a única entidade representativa da classe estudantil secundarista do Estado do Paraná. (Idem).

Uma outra legislação implementada nesse período, já mencionada em nosso estudo, foi a criação dos centros cívicos estudantis por meio da lei que estabelecia a Educação Moral e Cívica como disciplina obrigatória nas escolas de todo o Brasil. Nessa legislação também as instituições estudantis deveriam ter caráter moral e cívico, bem como assistencialista⁶⁷. Em outras palavras, a reformulação da redação do texto da Constituição da UPES *pode* estar atrelada ao atendimento dessas duas leis implementadas pelo governo federal.

Encontramos ainda, na documentação analisada, um ofício⁶⁸ redigido pela UPES solicitando à DOPS que fosse concedido um atestado da inexistência de qualquer passagem por essa delegacia, da UPES e de seus diretores, como relacionados no ofício. Ou seja, havia, tanto da parte dos estudantes, quanto da polícia política, o interesse em verificar os antecedentes “criminais” das entidades e dos representantes secundaristas, sendo que esse ofício foi redigido em 1969.

Observamos também que a documentação arquivada nas pastas destinadas ao ME paranaense guarda mais informações do final da década de 1960 e início de 1970. Tal fato nos leva à reflexão de que houve uma preocupação mais acentuada da polícia política paranaense com os estudantes nesse período.

3.2.1 - Os Congressos – COESES

Elegemos, para a nossa apreciação mais sistematizada, os COESES, por serem, como verificamos no item anterior, a principal instância de decisões da UPES e, portanto, da organização estudantil secundarista do Paraná. Todavia, no próximo

⁶⁷ A ditadura reproduziu essa atitude também com os sindicatos, tornando-os instituições assistenciais, esvaziando seu peso político, de reivindicação, etc.

⁶⁸ Pasta da UPES nº. 2338, topografia 264.

tópico analisaremos os demais eventos organizados pela UPES, de forma mais sucinta.

Apesar das possíveis falhas de informações em que podemos incorrer ao nos utilizarmos basicamente da documentação da DOPS-PR para sistematizar como aconteceram os congressos estaduais da UPES, estamos, neste subitem, tentando retratar como os estudantes secundaristas organizaram tais eventos. Ressaltamos que não encontramos registros de todos os congressos realizados, mas um número considerável, o que nos permite observar as características do ME secundarista paranaense.

Destacamos ainda, como já citado, o fato de as pastas da DOPS não estarem organizadas de maneira apropriada para a realização de pesquisa, havendo um emaranhado que aglutina documentos referentes aos congressos, conselhos, reuniões, entre outros. Não são nem mesmo organizadas por período/ano, pois em uma pasta tem documentos do início da década de 1960 e de 1980.

Para efeito de compreensão do leitor, salientamos que havia várias formas de organização dos estudantes secundaristas no Paraná, dentre as quais os Congressos Estaduais dos Estudantes Secundaristas – COESES, e ainda os Conselhos Estaduais de Estudantes Secundaristas – COESUPES. Nos COESES eram realizadas as eleições para a diretoria da UPES, diretoria que era substituída anualmente. Nos COESUPES eram tratados temas relacionados a questões de ordem financeira e administrativa e a participação estava reservada aos membros da UPES e das Uniões Municipais dos Estudantes Secundaristas. Já nos congressos havia participação de representantes de todos os grêmios estudantis do Paraná.

Na cidade de Cascavel aconteceram pelo menos três congressos estaduais de estudantes secundaristas durante o recorte temporal deste trabalho, ou seja, nos anos de 1967, de 1973 e de 1980, de acordo com a documentação arquivada pela DOPS. Dessa forma, podemos compreender que o município de Cascavel foi local privilegiado da organização dos estudantes secundaristas do Paraná no período de estudo.

O primeiro congresso realizado na cidade de Cascavel aconteceu entre os dias 18 a 22 de janeiro de 1967, sendo o XVIII Congresso da UPES⁶⁹. Sendo também o primeiro congresso vigiado pela DOPS-PR, conforme a documentação

⁶⁹ A documentação referente ao XVIII Congresso está arquivada na Pasta UPES nº. 2338, topografia 266.

que lá angariamos. Na pasta em que estão arquivados os documentos recolhidos pela DOPS sobre o evento há uma cópia do estatuto da UPES; uma relação detalhada com os nomes dos participantes que tomaram parte do XVIII Congresso, seu respectivo grêmio estudantil e a cidade correspondente.

Encontramos ainda em um relatório produzido por membros da DOPS sobre o congresso, o qual foi redigido e assinado pelo então delegado da DOPS, Ozias Algauer.

Fazemos aqui um parêntese para destacar a atuação do delegado Ozias Algauer, sobre o qual encontramos uma reportagem do jornal *O Globo* relatando o fato de o referido delegado ter liderado um operação que fechou uma escola infantil em Curitiba e que levou três professoras à prisão. Era a escola de educação infantil Pequeno Príncipe. Ozias ficou conhecido como um dos torturadores do Estado do Paraná, de acordo com o estudo de Palmar (2006), referenciando a lista de torturadores no “Brasil - Nunca Mais”.

Dada a incoerência da ação da polícia política paranaense nesse caso, o fechamento dessa escola foi tema para a crônica de Stanislaw, intitulada *Garotinho Corrupto*, como se assevera abaixo:

AQUI NO BRASIL pegou a moda de subversão. Tudo que se faz e que desagrade a alguém é considerado subversivo. Outro dia eu vinha andando na rua e um cara, dirigindo uma Mercedes espetacular, entrou lascado num cruzamento e quase atropelou um pedestre. Foi o bastante para o andante dar o maior grito: "Subversivo, comunista!". Depois eles dizem que é marcação da gente, mas a notícia que veio de Curitiba é de lascas. Eles fecharam um jardim de infância, chamado "Pequeno Príncipe", e o general-comandante da Região Militar de lá disse que este título era subversivo. O general — o nome dele é Caudal —disse que o colégio deveria se chamar "Pequeno Lenine". Já entrou fácil no Festival. (1996, p. 43).

Retomamos agora a análise do relatório produzido sobre o XVIII COESES, no qual é destacado que a ação da DOPS ao acompanhar o evento estudantil na cidade de Cascavel era de cunho *preventivo* e não *repressivo*, que de início foram tomadas as medidas necessárias para verificação de elementos subversivos, em que eles constataram a presença dos estudantes: Rogério Bonilha⁷⁰, Edson Urban e Célio Gorski, os quais, de acordo com o relatório, foram à cidade de Cascavel com a

⁷⁰ Rogério Bonilha é diretor/dono do Instituto Bonilha, instituição especializada em realizar pesquisas de opinião e mercado.

intenção de agitar e tumultuar o congresso, tendo em vista que tais estudantes não pertenciam à classe de estudantes secundaristas. O fato que destacamos é que foram os agentes da DOPS que verificaram que as credenciais dos estudantes supracitados eram falsificadas e foram eles que os impediram de participar do evento. Como já ressaltamos no início deste capítulo, temos ciência de que as informações feitas pela DOPS podem não ser verídicas, contudo esse é um fato que nos permite compreender algumas das formas como a polícia política do Estado observava e agia em relação às ações dos estudantes secundaristas.

O texto foi finalizado ressaltando que, em função da ação preventiva dos agentes da DOPS, o congresso transcorreu num clima de tranquilidade, sem ataques ao governo federal, e ainda que tal fato se diferenciou dos anos anteriores em que ocorreram ataques ao governo federal.

Em 1969, realizou-se, na cidade de Guarapuava, o XX COESES, nos dias 8 a 11 de janeiro. A UPES enviou um ofício nº. 521/68/1969 ao secretário de Segurança Pública do Estado, Agostinho Rodrigues, informando sobre a realização do XX Congresso e, como anexo, o Temário e o Anteprojeto do Regimento Interno do XX COESES. Os estudantes reforçam o convite para que o secretário participe do evento. A gestão 1968-1969 era a *Afirmção*, tendo como presidente da UPES o estudante Darlan José Dall’Agnol.

O temário do XX COESES é sucinto. São elencadas as atividades relacionadas à aprovação do Regimento Interno, discussão apenas sobre as eleições e aprovação de relatórios de contabilidade. Sendo assim, não observamos uma discussão acalorada sobre temas sociais, econômicos e ou políticos. Há apenas espaço para discussão de temas livres no último dia do congresso.

O XXII COESES aconteceu, por sua vez, de acordo com o ofício nº. 670-70/1971, sob a Gestão *Impulso*, nos dias 7 a 11 de julho de 1971, na cidade de Londrina. Salientamos que só encontramos essas informações sobre o referido congresso. Não localizamos o Temário ou mesmo o Regimento Interno do evento. Este congresso também foi mencionado no texto da Constituição redigido pela Gestão *Independência*, já discutido no item anterior.

Sobre o XXIII Congresso da UPES, que ocorreu em Maringá no ano de 1972, há um ofício expedido pelo Setor de Segurança e Informações da Rede Ferroviária Federal, divisão do Paraná e Santa Catarina, e disseminado para vários órgãos de Segurança, dentre eles a DOPS, relatando que o referido congresso seria realizado

na cidade de Maringá entre os dias 11 a 15 de julho de 1972 com a eleição da diretoria da UPES e debate sobre problemas relacionados ao movimento estudantil secundarista. O que nos chamou a atenção é que o ofício destaca que Maringá era o reduto mais agitado do interior do Estado dentro da política secundarista. Assim fica clara a preocupação da polícia política no sentido de vigiar e barrar qualquer forma de atuação considerada subversiva, e que, além da DOPS, os demais órgãos estavam atentos para a movimentação dos estudantes secundaristas.

Ainda sobre a cidade de Cascavel, quando da realização do XXIV Congresso dos Estudantes Secundaristas, podemos observar, na figura⁷¹ abaixo, que, até o ano de 1973, havia sim uma preocupação por parte dos estudantes com relação ao olhar da DOPS. De forma sarcástica, a charge abaixo faz com que o leitor perceba essa preocupação. A charge foi publicada no jornal *Fronteira do Iguaçu*⁷² em 17 de julho de 1973.



Sobre a utilização de expressões gráficas de humor na produção da história, consideramos relevante destacar que esta metodologia vem sendo considerada como uma das formas de compreender os acontecimentos sociais do passado, porque, “[...] à medida que portam discursos sobre tempos e memórias, as

⁷¹ Pasta UPES – XXIV Congresso dos Estudantes Secundaristas Topografia 2331, n.º 265. Nessa pasta podemos encontrar inúmeras informações sobre o Congresso que foi realizado na cidade de Cascavel.

⁷² O referido jornal foi criado na cidade de Cascavel no ano de 1971, quando circulava três vezes por semana. Em 1974 transformou-se em um diário do extremo oeste paranaense. Informações disponíveis em: <http://jhoje.com.br/unipar_observatorio/site_01/pag_tres/pag_tres.htm>.

caricaturas, charges e cartuns constituem-se em fontes significativas para a construção de narrativas históricas” (PETRY, 2009, p. 840). Ou seja, “[...] o viés do humor, traz elementos importantes na construção dos significados, no olhar cotidiano para o que aconteceria no mundo” (QUELUZ, 2008, p. 7 apud PETRY, 2009, p. 842).

O mesmo jornal *Fronteira do Iguaçu*, na coluna intitulada “O Caldeirão”, faz, de forma agressiva, críticas à organização dos estudantes durante o congresso. Salientamos aqui que tal atitude com relação aos estudantes era recorrente no período, pois havia certo repúdio de setores da sociedade às ações dos estudantes, especialmente aqueles engajados na luta política.

Felizmente encerrou-se o Congresso Estudantil que **bagunçou** a cidade durante quatro dias. Muitas reclamações e protestos da população contra esses “vândalos” que, antes de pensar em participar de congressos, deveriam levar umas boas lições de educação e, principalmente, conscientizarem-se de que são estudantes. Lamentavelmente foi um mau negócio para Cascavel ajudar a realização desse “congresso”. (Jornal *Fronteira do Iguaçu*, 17 de julho de 1973).

Ainda nos arquivos da DOPS-PR encontramos o relatório, produzido por funcionários da instituição, a partir de gravação sonora, sobre os acontecimentos referentes ao XXIV COESES realizado na cidade de Cascavel, no Cine Avenida. O relatório inicia-se com a discriminação das atividades realizadas, tendo como referência o temário do XXIV COESES. O referido relatório destaca que, na solenidade de abertura do evento, havia a representação de aproximadamente 360 grêmios estudantis por aproximadamente 800 alunos e no total havia cerca de 1300 pessoas. Também destaca que a mesa dos trabalhos foi presidida pelo então presidente da UPES, Ariovaldo Ribas Cramer, e a polícia política esteve representada na pessoa de Zenon da Silva Filho, representando o Comandante da 5ª Região Militar.

Outro aspecto que chama a atenção está no fato de que são transcritos no relatório alguns discursos proferidos durante o congresso, outros são apenas citados de forma resumida, é o caso dos discursos proferidos na cerimônia de abertura do congresso em que o relatório cita o uso da palavra por alguns representantes dos municípios paranaenses, como, por exemplo: fizeram uso da palavra os representantes de Foz do Iguaçu, Guarapuava, Campo Mourão, entre outros.

Abaixo citamos alguns fragmentos dos discursos reproduzidos na íntegra. Iniciamos com o discurso proferido pelo então deputado estadual Álvaro Dias (MDB), o qual, ao cumprimentar, a mesa destaca: “Senhores AGENTES, aqui destacados, compreendo sua presença e sua missão, tenho certeza que compreendam a minha presença e a minha missão...”⁷³. Nitidamente, nesse momento, o deputado estava se dirigindo aos agentes da DOPS e já de antemão solicitando a possibilidade de diálogo.

Seu discurso segue:

[...] venho falar da participação necessária e imprescindível do jovem na vida pública, no desenvolvimento do País, não tenho pretensão de convencer ninguém a participar, mas pelo menos, pretendo ter um ideal de fazer com que a mocidade pense, porque depois de fazê-la pensar, fácil será fazê-la querer, esta mocidade precisa querer. No Brasil a história nos dá acontecimentos, acontecimentos marcados pela brilhante passagem da mocidade em todos os instantes [...] (Pasta UPES nº. 2331, topografia 265).

O discurso segue citando passagens da história do Brasil em que a atuação de um ou mais jovens contribuiu para, por exemplo: a libertação dos escravos, emancipação política do país, queda do império, proclamação da República, entre outros.

Destaca ainda que, de acordo com dados estatísticos, 67% da população brasileira é menor de vinte e cinco anos e 63% é menor de vinte anos, ou seja, vivemos num país jovem, e, de acordo com Álvaro Dias, “a juventude é o Brasil”.

Quando se refere ao regime político do país, o faz de forma ambígua, como podemos observar nos fragmentos a seguir. No primeiro ele diz: “[...] estou convencido de conquistar e inspirar a veracidade deste País num futuro promissor em que pese os dias negros no sentido de democracia autêntica que estamos vivendo [...]” (Idem).

Em seguida questiona o fato de que a juventude se afastou das discussões políticas do país e então destaca:

Para afastá-los na verdade nós temos que ter a coragem suficiente para reconhecer que esta geração que aí está que está pagando por erros que não cometeram, os jovens estão pagando por erros que não cometeram porque quando caiu do poder JOÃO GOULART, nem

⁷³ Pasta da UPES nº. 2331, topografia 265.

sequer eleitores éramos [...] esse erros não foram cometidos com a participação desta geração que aí esta cerceada de seus direitos de participação na vida política nacional [...]. (idem).

As ambiguidades do discurso de Álvaro Dias podem ser interpretadas à luz do fato de que havia participação da polícia política no congresso, fato lembrado por ele no início de sua fala. Todavia, ressaltamos que o orador era um político, do partido de oposição ao regime militar, que sempre participava dos eventos relacionados ao ME secundarista. Álvaro assevera ainda que participou do ME universitário, mas que esse movimento se encontrava desarticulado naquele momento.

O relato do debate após o discurso de deputado estadual girou em torno de questões de cunho educacional, pois, dentre as solicitações dos estudantes, a mais latente referia-se ao pedido de construção de quadras esportivas nos colégios estaduais do Paraná.

Quando a análise do discurso⁷⁴ de Álvaro Dias foi feita pelos agentes da DOPS-PR, são observados e elencados diversos aspectos que estariam se referindo ao governo militar de forma negativa e incitando os jovens a encará-lo como um inimigo. O relatório destaca:

No XXIV, Cascavel, 1973, foram feitas diversas críticas ao sistema econômico social. O objetivo desse congresso foi divulgar as ideias de Enéas Faria e Álvaro Dias. Houve destacada presença de elementos do MDB. O pronunciamento de Enéas Faria e Álvaro Dias se caracterizaram por lançar aos estudantes ideias contrárias ao regime vigente. (Pasta UPES nº. 2328, topografia 264).

Também foi reproduzido o discurso do vereador Enéas Faria⁷⁵, o qual ficou em torno da discussão referente ao salário mínimo. O vereador criticou a política do governo com relação ao valor do salário mínimo, que estava defasado:

O governo anuncia, entre seus programas de impacto, a fixação de novos índices de salário mínimo para a Nação. Gostaria de, rapidamente, mencionar que nada de novo e que novidade alguma, principalmente benfazejas, contém a Mensagem ou o Decreto Presidencial a respeito do salário mínimo. (Idem).

⁷⁴ A análise das atividades estudantis desde 1973 até 1975 está arquivada na pasta UPES nº. 2328, topografia 264.

⁷⁵ Enéas Faria foi presidente da UPES, vereador em Curitiba em 1968, reeleito em 1972. Foi suplente de senador e senador.

Sobre o XXV COESES, apesar de alguns documentos dos arquivos da DOPS se referirem à realização desse congresso em Toledo, no ano de 1975, destacamos que pode ser um equívoco de digitação, tendo em vista que, nesse ano, se realizou o XXVI COESES.. Por isso consideraremos 1974 como o ano de realização do XXV COESES.

Em 1975 foi organizada a Operação Marumbi⁷⁶ no Estado do Paraná, a qual prendeu aproximadamente 100 pessoas, e tinha como objetivo encontrar e prender os membros do PCB no Estado, assim:

Acusados de rearticular as bases partidárias do PCB no Estado do Paraná, infringindo, portanto, o artigo nº. 43 do Decreto-lei 898 de 29 de setembro de 1969, aproximadamente 100 pessoas foram perseguidas e presas por uma manobra policial-militar que mais tarde receberia o nome de um dos maiores picos da serra do mar paranaense: Marumbi. Do total de indivíduos detidos, 65 foram indiciados e passaram a figurar como atores principais no Inquérito Policial-Militar nº. 745 ou BNM 551. (BRUNELO, 2006, p.139).

Essa ação da polícia paranaense por certo necessitou do envolvimento de um número considerável de policiais para prender os subversivos.

Não tivemos a informação de que ela tenha influenciado a organização dos estudantes secundaristas, mas o fato de existirem poucos registros das atividades estudantis desenvolvidas nesse ano pode estar relacionado ao fato de que a DOPS estava envolvida em identificar e prender os membros do PCB paranaense, tendo em vista que essa foi uma ação pensada e praticada pela DOPS em parceria com o CODI-DOI.

Também no ano de 1975 aconteceu o XXVI COESES – Congresso Estadual de Estudantes Secundaristas, na cidade de Campo Mourão. Na pauta⁷⁷ de discussões estão elencados apenas assuntos pontuais, tais como: discutir teses relacionadas à organização do ME secundarista; votar o relatório da gestão que está findando; e votar nova chapa de diretoria. Destacamos, nesse mesmo documento, quando são discriminados os votantes no congresso, o nome dado à instituição de

⁷⁶ Mais informações sobre a Operação Marumbi, ver, entre outros: BRUNELO, Leandro. **Repressão política na terra das araucárias: a Operação Marumbi em 1975 no Paraná.** 2006. Dissertação (Mestrado) – Programa de Pós-Graduação em História, Universidade Estadual de Maringá, Maringá, 2006.

⁷⁷ O referido documento está no Arquivo Público do Paraná, acervo da DOPS, pasta denominada UPES n.º 2333, topografia 265.

organização dos estudantes secundaristas é grêmio estudantil, bem como nos demais estatutos dos congressos que foram analisados nessa seção.

Dessa forma, para a participação nesse XXVI Congresso, conforme regimento interno⁷⁸, os estudantes deveriam pertencer ao grêmio estudantil da escola que representavam ou então serem membros da UMES de sua cidade, deveriam ainda trazer, no ato da inscrição: atestado escolar com firma reconhecida pelo diretor do estabelecimento de ensino; a credencial estudantil, fornecida pela entidade (Grêmio ou UMES), também com firma reconhecida pelo seu presidente e a identidade estudantil fornecida pela UPES. Havia os membros titulares e os suplentes, pois, caso os titulares fossem impedidos de participar da votação, o suplente poderia fazê-lo.

No ano de 1976 aconteceu, na cidade de Guarapuava, o V COESES *Extraordinário*, juntamente com o XX Conselho Estadual da UPES. Os congressos extraordinários também foram uma característica da organização estudantil secundarista no período.

Sobre a realização do XXVII COESES, o informe⁷⁹ destaca que, dentre as próximas atividades da UPES, será realizado, nos dias 21, 22, 23 e 24 de outubro de 1976, em Francisco Beltrão, o XXVII COESES.

Segundo o informe, em 1977 foi realizado o XXVIII COESES⁸⁰ na cidade de Marechal Cândido Rondon, entre os dias 16 a 20 de novembro. Está nos arquivos da DOPS o anteprojeto do Regimento Interno⁸¹ do COESES. Esse documento foi arquivado como anexo do Informe nº. 625, de 1977. O relato diz que o congresso ocorreu num clima de tranquilidade.

Há ainda um recorte do Jornal *Gazeta do Povo*, de 19 de novembro de 1977⁸², relatando a participação do secretário da Justiça, Túlio Vargas, representando o governador do Estado, Jaime Canet Junior, o qual proferiu discurso, quando “[...] lembrou da época em que fora Presidente da UPES, em 1948,

⁷⁸ Idem.

⁷⁹ Pasta da UPES nº. 2335, topografia 265. De origem DOPS/SR/DPF/PR com difusão para ACT/SN/5ªRM/DE – EOEIG (Escola de Oficiais Especialistas de Infantaria de Guarda) – PMPR (Polícia Militar do Paraná) e DOPS/SESP/PR, sob nº. 570/76.

⁸⁰ No Anexo 12, página 190, o modelo de temário utilizado pela UPES no período, lá podemos observar o nome do militante José Luiz Siqueira, o qual foi entrevistado pela autora.

⁸¹ Documentos arquivados na pasta UPES – nº. 2338 topografia 266. Difundido para SNI/ACT; 5ª RM/DE, DOPS e DPF (Delegacia da Polícia Federal).

⁸² Recorte de Jornal arquivado na pasta UPES – nº. 2336, topografia 266.

relatando episódios do histórico passado da agremiação e fazendo apelo para que a mocidade de hoje desenvolva atividades políticas dentro dos partidos legalmente constituídos, pois ‘o estudante é o suporte do futuro promissor da Pátria’”. Disse ainda: “Creio profundamente na ação edificante deste movimento, porque é daqui que vão emergir as grandes lideranças do futuro”.

Nessa mesma reportagem há uma citação da fala do então presidente da UPES, o estudante José Cláudio Pereira Neto, o qual elogiou a compreensão e o apoio *moral* do titular da Pasta da Justiça por ser: “[...] o primeiro homem público a nos auxiliar na longa e árdua jornada em prol da emancipação estudantil paranaense.”

Da realização do XXX COESES em novembro de 1979 encontramos apenas informações a partir de recortes de jornal. Há uma reportagem no jornal *O Estado do Paraná* que destaca: “Estudantes exigem legalização da UPES” e a reportagem de 16 de novembro de 1979 relata:

A legalização da União Paranaense dos Estudantes de 1º e 2º grau foi considerada essencial ontem, por diversos dos 400 participantes do XXX Congresso Estadual dos Estudantes, que se encerra amanhã. [...] UPES foi posta na ilegalidade pelo governo em 1968, juntamente com a UNE e outras entidades estudantis. (Pasta UPES nº. 2333, topografia 265).

No mesmo dia há uma reportagem editada pelo jornal *Correio de Notícias*, reportagem que destaca que as chapas concorrentes à diretoria da UPES fazem críticas ao assistencialismo, porque “Ambas propõem, em sua plataforma de trabalho, uma UPES mais representativa e não apenas um organismo puramente recreativo e assistencialista” (Idem). Outra questão relatada nessa reportagem diz respeito ao atraso no início do congresso em 24 horas porque o local previsto para alojar os quatrocentos delegados não foi cedido pelo fato de que o congresso foi considerado ilegal. Seria no Colégio Omar Sabbag. Ou seja, é curioso que este tipo de situação seja recorrente ainda no ano de 1980.

No ano de 1980, a cidade de Cascavel volta a ser cenário da realização do COESES. De acordo com a edição do jornal *Argumento*⁸³, produzido pelo ME Secundarista, realizou-se, de 22 a 26 de outubro de 1980, o XXXI COESES. A

⁸³ Capa do jornal *Argumento* e recorte da reportagem nos Anexos 13 e 14, páginas 192 e 193.

reportagem destaca que, apesar de a ACES estar num momento de rearticulação, o congresso foi bem organizado. A chapa eleita para diretoria da UPES foi a *Semeando*.

De acordo com o recorte de uma reportagem do jornal *Folha de Londrina*⁸⁴, de 11 de novembro de 1981, o XXXII COESES realizou-se na cidade de Campo Mourão, nos dias 14 e 15 de novembro daquele ano. Havia uma previsão de que participariam desse congresso cerca de dois mil estudantes de todo o Estado.

Destacamos que a participação nos congressos estava reservada aos membros dos grêmios estudantis e das UMES, fato que nos remete à discussão iniciada no primeiro capítulo, de que, apesar da legislação imposta pelo governo militar, as entidades secundaristas ainda se organizavam por meio do grêmio estudantil e não pelos centros cívicos como estabelecia a legislação que se refere à Educação Moral e Cívica.

Outra questão a ser ponderada refere-se ao fato de que, de acordo com o contexto social, ou seja, de acordo com o momento vivido pela sociedade, os congressos foram sendo reorganizados, ou seja, no momento de grande efervescência política, início do período da ditadura civil-militar, os congressos eram mais fervorosos, até os temas discutidos eram mais ousados para o período. Com relação aos congressos realizados a partir de 1975, podemos perceber que houve um arrefecimento das discussões dos temas relacionados à política, à economia e à questão social.

Como anunciamos no início deste capítulo, os documentos arquivados pela DOPS-PR guardam restrições com relação à veracidade dos fatos e também lacunas no que tange à organização estudantil, não disponibilizando informações completas de todas as atividades estudantis realizadas no período que nos propomos analisar. Foi, todavia, possível observar traços relevantes da organização dos estudantes secundaristas paranaenses. Destacamos que, com relação aos COESES, só encontramos dados até a realização do XXXII Congresso. Tal fato pode estar relacionado com o período de atuação das DOPS no país, que seria até 1982, e também pelo fato de que esse período já estava marcado pela transição do regime político.

⁸⁴ Recorte de jornal arquivado na pasta UPES – nº. 2336, topografia 266.

3.2.2 – Demais atividades do ME secundarista registradas pela DOPS

Como mencionado na sessão anterior, além dos congressos, o ME secundarista organizou outras atividades com os estudantes, dentre elas podemos citar: os COESUPES, as ARES e os congressos extraordinários.

Retomamos o fato de que, a exemplo da documentação referente aos congressos, sobre as demais atividades estudantis, elas também estão desorganizadas, não há registros de todas as atividades, há documentos repetidos em mais de uma pasta, bem como alguns apresentam datas contraditórias. É, entretanto, rica fonte para fazer uma discussão sobre as características da organização dos estudantes secundaristas no período.

Em 1970 realizou-se, na cidade de Mandaguari, nos dias 1º a 18 de julho, o XIII COESUPES. De acordo com o edital de convocação⁸⁵, cada município deveria enviar um representante titular e um suplente, os quais deveriam comparecer ao evento com as credenciais, conforme o modelo enviado pela UPES. O edital esclarece ainda que compete ao COESUPES, de acordo com o artigo 31 da Constituição da UPES:

- a) Observar o cumprimento da Constituição, providenciando as penalidades a quem vier infringi-las;
- b) Supervisionar e fiscalizar a Diretoria Executiva da UPES;
- c) Apreciar o relatório (e contabilidade), apresentado pela Diretoria Executiva da UPES;
- d) Trazer ao conhecimento da Diretoria, problemas específicos da classe;
- e) Julgar os recursos impostos contra a Diretoria;
- f) Assumir a Direção da UPES, em caso de renúncia de quatro de seus membros eleitos, convocando Congresso Extraordinário para nova eleição, no máximo trinta dias após assumir;
- g) Apresentar relatório ao Congresso. (PASTA DA UPES Nº. 2338, topografia 264)

Verificamos ainda, de acordo com o anteprojeto do COESUPES, que as atividades estavam bem organizadas, havia solenidade de abertura, momento para a discussão do Regimento e Temário Calendário, formação de comissões, bem como momentos específicos para a apresentação dos relatórios de: atividades da

⁸⁵ Pasta da UPES nº. 2338, topografia 264.

Diretoria Executiva da UPES; da Comissão de Tomada de Contas e da Comissão de Estudo do Relatório.

Em 1974 realizou-se, na cidade de Telêmaco Borba, o XVIII COESUPES. De acordo com o informe da DOPS⁸⁶, o conselho aconteceu nessa cidade sem o consentimento da comunidade local, a qual demonstrou essa reação em várias reuniões que discutiram o assunto, dentre elas estão a Associação de Pais e Professores, o Rotary, entre outras. O informe segue relatando que o conselho se desenvolveu sem causar maiores problemas para as autoridades locais e contou com a presença do deputado Fabiano Braga Cortes, representando o sr. Jaime Canet Junior, e o vereador de Londrina José Antonio Del Ciel. São destacados ainda alguns trechos da fala do vereador, tais como: “O Congresso Estudantil é um exemplo de democracia”; “O estudante deve participar da vida administrativa e política do Estado” e “ muito em breve, temos certeza, o filho do pobre terá o mesmo acesso às escolas que o filho do rico.” Ainda de acordo com esse informe, foi observada uma participação mais significativa de estudantes universitários nos encontros dos secundaristas, e são citados os nomes dos universitários que participaram do conselho.

A partir desse informe, podemos observar três questões da organização secundarista no Estado do Paraná: a primeira diz respeito ao repúdio que havia, por setores da sociedade, com relação à organização estudantil; a segunda, da observação da polícia política paranaense com relação à forma como os estudantes se organizavam e que assuntos discutiam, bem como a participação de políticos nos eventos dos secundaristas; e a terceira questão diz respeito à participação de estudantes universitários no meio secundarista, fato que parece não ter ocorrido sempre com a mesma intensidade.

Outra atividade secundarista recorrente no período era a realização das ARES, que eram as Assembleias Regionais dos Estudantes Secundaristas. Encontramos registros⁸⁷ de que, no ano de 1973, aconteceu, na cidade de Campo Mourão, a 3ª ARES daquela região. De acordo com o edital de convocação, redigido pela diretoria da UPES, as finalidades da 3ª ARES eram: a realização do 1º curso de preparação político-administrativa para dirigentes estudantis; debates sobre

⁸⁶ Pasta da UPES nº. 2338, topografia 266.

⁸⁷ Pasta UPES nº. 2328, topografia 264.

problemáticas de administração político-estudantil; e a realização de Festival de Música, Concurso de Oratória, Declamação Poética e Escolha da Rainha e Princesas da 3ª ARES – Campo Mourão. Os critérios para a representação eram os seguintes: quatro membros representantes titulares de cada grêmio estudantil (igual número de suplentes) e seis membros representantes de cada união municipal (igual número de suplentes).

Ainda em 1974 aconteceu, no município de Santa Fé, a 1ª ARES⁸⁸, a qual reuniu os estudantes secundaristas da região norte do Estado. Na pasta que arquivou os documentos sobre essa atividade está reproduzido o discurso do deputado estadual do MDB Maurício Fruet, o qual destaca, em seu discurso, os feitos na história do país com a participação de jovens, dizendo inclusive: “[...] nós sabemos que vocês jovens não hão de fugir à luta pela liberdade, pelo desenvolvimento...”⁸⁹.

Nesse mesmo dossiê se encontra a análise dos funcionários da DOPS sobre o discurso do deputado, que assevera:

Maurício Fruet também procura levar o estudante às lutas pela independência e identifica os estudantes de hoje com os vultos históricos. Nota em Álvaro Dias e Maurício Fruet a mesma tendência, ou seja, fazer com que o jovem, hoje, encare o momento como carente de uma ação de jovens no sentido de mudar. Em ambos a característica é a mesma, ou seja, tentam assemelhar os fatos anteriores, históricos, a atual situação ocultando ou omitindo as causas históricas que produziram os respectivos efeitos. Tal abordagem permite que se encare o atual governo como alienígena e digno de ser combatido. (Pasta UPES nº. 2328, topografia 264).

De acordo com a análise da polícia política, houve, em ambos os discursos, o objetivo de levar os estudantes à reflexão sobre a necessidade de mudança, e que tal abordagem caracterizava o governo militar como *alienígena*, ou seja, compreendemos que há um exagero por parte dos agentes da DOPS no sentido de demonstrar que os dois políticos estavam direcionando os estudantes a agirem contra o governo, o que era uma característica da polícia política – encontrar culpados, subversivos.

⁸⁸ Pasta UPES nº. 2336, topografia 266.

⁸⁹ Pasta UPES 2328, topografia 264.

Encontramos também o anteprojeto do Regimento Interno⁹⁰ do III COESES Extraordinário, que se realizou em 1974, na cidade de Guarapuava. Todavia não há, nessa pasta, nenhuma outra informação sobre o evento. Apenas destacamos que, de acordo com o Regimento, o plenário do congresso teria como membros: três representantes de cada UMES, três representantes de cada grêmio único e dois representantes de cada grêmio filiado. Cada evento tinha um Regimento específico o qual era aprovado em assembleia antes do início do evento.

Dois anos mais tarde realizou-se o XX COESUPES e V COESES Extraordinário. De acordo com o temário⁹¹, essas atividades foram organizadas pelo CAEG – Centro de Atividades Estudantis de Guarapuava, nos dias 8, 9 e 10 de julho de 1976, em Guarapuava.

No dossiê organizado por funcionários da DOPS-PR sobre esses eventos consta relação de participantes, temário, transcrição do discurso proferido pelo prefeito de Guarapuava.

O ofício que apresenta o relatório faz apenas uma ressalva, destacando que o único incidente ocorrido foi o fato de que o estudante Ezequias Moreira Rodrigues, de Arapongas, afirmou que o plenário “deveria discutir a abolição do Decreto-Lei 477, que aliena a atuação do estudante”, mas “o estudante foi incontinenti repellido, à altura, pelo presidente da UPES”⁹². Assim, portanto, não é possível, por outro lado, caracterizar o ME exclusivamente como de direita ou de esquerda.

De acordo com a relação de membros credenciados para participarem do XX COESUPES e V COESES extraordinário, havia aproximadamente 80 estudantes credenciados, dentre os quais a grande maioria era das cidades de Cascavel e de Toledo.

Foi também em 1976, de 6 a 9 de junho, que aconteceu o I ENCOREL – Encontro Regional de Líderes Estudantis, na cidade de São Mateus do Sul, organizado pela UPES. Há, nos arquivos da DOPS-PR, uma pasta⁹³ específica sobre o evento, na qual consta o relatório das atividades desenvolvidas e a relação dos participantes do evento.

⁹⁰ Pasta da UPES nº. 2335, topografia 265.

⁹¹ Pasta da UPES nº. 2335, topografia 265.

⁹² Idem.

⁹³ Pasta UPES I ENCOREL nº 2337, topografia 266.

O relatório é sucinto, relata a participação de diversas autoridades locais, dentre elas o delegado da cidade de São Mateus; o juiz da comarca de São Mateus, representantes da 5ª Região Militar; bem como o nome de alguns estudantes que foram convidados a participar do evento.

O relatório segue com a relação dos participantes do encontro, com nome, entidade e cidade que representavam, bem como a relação dos membros da diretoria executiva da UPES que participaram desse evento. Dentre os membros que participaram do Encorel destacamos a presença do militante José Luiz Siqueira, que tinha como cargo a secretaria da capital, entrevistado nessa pesquisa.

O temário do evento previa a realização de concurso de poesia, jantares dançantes, jogos de futsal, lançamento do livro de poesia “Sinto, logo existo!”, de Luiz Edson Fachim; e algumas palestras com os seguintes temas: a literatura jovem como fator de integração do Paraná estudantil; educação como fator de desenvolvimento do Estado do Paraná; e Movimento Estudantil organizado.

Essa discussão sobre as demais atividades dos secundaristas paranaenses nos permite observar que os olhares da DOPS estiveram presentes nas mais diversas e “simples” ações dos estudantes, e que havia, mesmo com essa vigilância da polícia, uma boa articulação e participação dos estudantes paranaenses nos eventos promovidos pela UPES, pois não foram encontros clandestinos, pelo contrário, havia inclusive o convite para que as autoridades do setor participassem e solicitação de licença para a realização dos eventos.

Como já mencionado em nosso estudo, localizamos também uma pasta⁹⁴ com os documentos referentes à realização do II ENES – Encontro Nacional dos Estudantes Secundaristas no ano de 1980, em Fortaleza. Apesar da desorganização da pasta que agrega os documentos da UPE e da UPES, constatamos que o principal objetivo da realização desse evento era a reorganização dos estudantes secundaristas a partir da retomada da entidade de nível nacional, UBES.

Observamos que a origem do informe é da ASI – Assessoria de Segurança e Informação da FUEL – Fundação Universidade Estadual de Londrina, com difusão para o Departamento de Segurança e Informação do MEC e da Polícia Política do Paraná. Salientamos que essa era uma característica da organização da polícia política no país, quando, nas instituições públicas, havia um departamento

⁹⁴ Pasta II ENES nº. 0922, topografia 144.

responsável por informar eventos e atividades que pudessem representar a possibilidade de questionamentos ou de críticas ao governo militar.

A pauta do II ENES previa a abertura do evento a ser realizada pelos representantes atuais e ex-líderes da UBES; informe sobre a situação do movimento secundarista em cada Estado; debates com os seguintes temas: entidades estudantis e *democracia* nas escolas secundárias; problemas educacionais; lutas e campanhas do movimento secundarista; organização nacional do movimento secundarista (reconstrução da UBES).

Apesar de não ser nosso objeto de pesquisa, consideramos relevante destacar que, nessa mesma pasta, há uma série de recortes de jornal com reportagens diversas sobre as ações do ME paranaense, especialmente universitário, no final da década de 1960. São reportagens que tratam da reação dos universitários paranaenses com relação à política educacional imposta pelo governo militar, repudiando a Lei Suplicy, o pagamento de anuidades, entre outras questões. Demonstrem algumas das iniciativas do governo no sentido de barrar os estudantes, tais como: a realização de congressos universitários e críticas às ações dos estudantes. Destacamos aqui apenas um trecho de uma reportagem para que nos sirva de exemplo. A reportagem refere-se a uma nota oficial divulgada pelo então reitor da Universidade Federal do Paraná – Flávio Suplicy de Lacerda:

Diz a nota oficial que “os estudantes que estão fazendo campanha contra o ensino pago, recomendando aos que estão se matriculando nos primeiros anos das Escolas e Faculdades que protestem, ou estão agindo ignorando o destino a que se vai dar a arrecadação da verba ou desejam apenas criar ambiente para desordem e desrespeito”. (DIÁRIO DO PARANÁ, fevereiro de 1968).

Podemos observar que a nota é extremamente agressiva com relação às atitudes dos estudantes, referindo-se a eles como se fossem levianos e que não compreendiam os interesses do governo. A reportagem segue com as palavras redigidas na nota, as quais destacam que é um valor irrisório pago anualmente. Todavia retomamos que os estudantes não questionavam o valor, mas a política que previa o pagamento das anuidades, fato que não possibilitaria o ensino gratuito.

A análise das demais atividades organizadas pela UPES nos possibilitou observar que havia uma boa articulação dos estudantes secundaristas por meio da entidade oficial, ainda mais se considerarmos o momento histórico em que estavam

inseridos, sendo um número considerável de participantes nas atividades, inclusive de autoridades.

Remetemo-nos ainda à questão que norteou a escrita deste capítulo: – Estava a estratégia da DOPS-PR direcionada aos estudantes secundaristas paranaenses para evitar a violência? Parece que sim, tendo em vista que havia participação de autoridades da polícia política em praticamente todos os eventos organizados pela UPES e, nos documentos que consultamos, não encontramos nenhuma informação sobre violência contra estudantes secundaristas. Havia, sim, um olhar cuidadoso sobre as ações dos estudantes, contudo, com a vigilância, não havia espaço para o contraditório, o que poderia ser resultado da chamada “paz dos cemitérios”. Isso não quer dizer que, isoladamente, fora dos congressos, alguns desses jovens não tenham sido vítimas da repressão no Paraná.

Outra questão a ser ponderada está no fato de que os documentos da DOPS não falam da tortura. É uma leitura unilateral, porque um órgão de vigilância do governo não poderia produzir provas contra o próprio Estado. Dessa forma, os documentos não fariam de tortura, de cárcere privado, de ausência de direitos, entre outras ilegalidades/imoralidades.

CAPÍTULO 4

AS MEMÓRIAS DOS ESTUDANTES PARANAENSES

“A memória, na qual cresce a história, que por sua vez a alimenta, procura servir ao presente e ao futuro. Devemos trabalhar de forma que a memória coletiva sirva para a liberação e não para a servidão dos homens.”
(LE GOFF, 1994, p. 477).

No decorrer deste capítulo procuramos analisar e discutir algumas considerações feitas por ex-militantes do ME secundarista do Paraná. O capítulo se estrutura por meio da análise de entrevistas realizadas pela autora, bem como daquelas disponibilizadas no meio digital em jornais arquivados ou não na DOPS-PR. Retomamos a importância de tais fontes, tendo em vista a escassez de material bibliográfico sobre a organização dos estudantes paranaenses, especialmente dos secundaristas.

Antes de iniciarmos a análise da entrevistas, consideramos relevante trazer algumas considerações sobre as fontes que foram utilizadas em nossa pesquisa, destacando:

É obviamente mais difícil estudar um sistema político autoritário do que um sistema aberto, pois a censura e a repressão distorcem os fatos e a negociação política é feita em grande parte às ocultas. Por isso as fontes escritas não refletem plenamente o choque de interesses, quer regionais, setoriais, de classes ou institucionais. (SKIDMORE, 1988, p. 12).

O autor acima citado, de certa forma, traduz o objetivo deste capítulo, que está para além da carência de referencial teórico sobre o objeto de estudo, uma vez que também consideramos pertinente estabelecer uma relação entre o que está posto nos documentos, especialmente os oficiais, e a prática desenvolvida pelos estudantes paranaenses no período de 1964 -1985.

Destacamos ainda que a edição dos depoimentos realizados pela autora é de nossa responsabilidade, e foi feita à luz do interesse em discutir a forma como os estudantes secundaristas do Paraná estiveram organizados no período de 1964-1985.

4.1. O passado visto através da memória

Tendo em vista o recorte temporal de nossa pesquisa e, como já destacamos, que há a necessidade de compreender o conceito de memória, haja vista que é um período recente da história da sociedade brasileira, caracterizado por uma ditadura civil-militar que negligenciou e ocultou o conhecimento de muitos fatos, concordamos com pesquisadores que defendem a necessidade de discorrer sobre uma das formas de representação do passado, a memória.

A memória é essencial:

Pero también la noción de memoria es de primordial importancia porque la misma se ha constituido en un importante objeto de reflexión intelectual, que la considera una forma de representación del pasado fundamental la constitución de las identidades colectivas, en base a características diferenciales que la definen y la distinguen de otras maneras de relatar ese pasado, y fundamentalmente de la historia. (LVOVICH & BISQUERT, 2008, p. 7).

Dessa forma, retomamos os estudos feitos por Le Goff quando afirma que a história não é feita apenas de documentos escritos, mas de todas as fontes que o historiador possa coletar. Nas palavras do autor:

A história faz-se com documentos escritos, sem dúvida. Quando estes existem. Mas pode fazer-se, deve fazer-se sem documentos escritos, quando não existem. Com tudo o que a habilidade do historiador lhe permite utilizar para fabricar seu mel, na falta de flores habituais. (1994, p. 540).

O mesmo autor nos chama a atenção para o fato de que houve, a partir da década de 1960, uma revolução na utilização dos documentos, ou seja, o interesse da memória coletiva e da história já não estavam voltados apenas para os grandes homens, e acontecimentos, mas consideravam todos os homens.

Assim, a partir da década de 1980, há a preocupação em tomar a memória como um aspecto central da cultura e da política e, portanto, como uma fonte importante de pesquisa.

O trabalho com a memória necessita de muitos cuidados, porque:

São conhecidas as artimanhas da memória. Imersa no presente, preocupada com o futuro, quando suscitada, a memória é sempre seletiva. Provocada, revela, mas também silencia. Não raro, é arbitrária, oculta evidências relevantes, e se compraz em alterar e

modificar acontecimentos e fatos cruciais. Acuada, dissimula, manhosa, ou engana, traiçoeira. Não se trata de afirmar que há memórias autênticas ou mentirosas. Às vezes, é certo, é possível flagrar um propósito consciente de falsificar o passado, mas mesmo neste caso o exercício não perde o valor porque a falsificação pode oferecer interessantes pistas de compreensão do narrador, de sua trajetória e do objeto recortado. (REIS, RIDENTI & MOTTA, 2004, p. 29).

Outra discussão que se torna pertinente quando o objeto de estudo está inscrito no recorte temporal das ditaduras, diz respeito às considerações sobre a História do Tempo Presente, em que Padrós afirma:

As Ditaduras de Segurança Nacional do Cone Sul latino-americano, entre as décadas de 60 a 80, assim como a atualidade do debate sobre questões não-resolvidas produzidas por aquelas experiências históricas, constituem importante campo para o exercício e a aferição das reflexões teórico-metodológicas que embasam o debate sobre a vitalidade da análise do Tempo Presente. (2009, p. 31).

Os estudos sobre essa temática vêm tomando fôlego a partir de estudos realizados por autores como Eric Hobsbawn e Julio Aróstegui, dentre outros que defendem o fato de que:

Para que as análises do presente, mesmo parciais e provisórias, não se restrinjam às interpretações desconexas, fragmentadas, desarticuladas e superficiais da “cena contemporânea”, devem identificar e avaliar tendências e esclarecer as mudanças básicas de estrutura que funcionam como sedimento do contexto analisado. (PADRÓS, 2009. p. 31).

Apesar de ser uma discussão recente, a utilização da teoria do tempo presente é uma forma de analisar a realidade e que permite ao historiador/pesquisador rigor, porque se trata:

[...] de uma proposta que sendo plenamente historiográfica só pode, no entanto, trabalhar no limite da disciplina, com uma necessária inclinação à interdisciplinaridade, com métodos que devem ser necessariamente novos e na ausência de alguns determinantes básicos da visão histórica vigente como é a determinação cronológica. A HDP não é, obviamente, nem um momento cronológico, nem um setor historiográfico, mas uma proposta de fazer História que não é *passado* mas presente. (ARÓSTEGUI, p. 241).

É com base nesta sucinta discussão teórica, acerca da memória e da história do tempo presente, que este capítulo foi redigido.

4.2. O ME secundarista pelo olhar daqueles que nele atuaram

Neste item, estamos nos utilizando de entrevistas realizadas pela autora, bem como entrevistas publicadas em meios digitais e ou impressos realizadas por outros pesquisadores. Assim, iniciamos nossa análise a partir de uma entrevista realizada com Apolinário Rebelo⁹⁵, presidente da UBES em 1983, pelos membros do *site* oficial⁹⁶ da UNE/UBES. A entrevista faz parte da série de matérias que esse portal realizaria em comemoração aos 25 de reconstrução da entidade, celebrados em outubro; e aos 58 anos de fundação, completados em julho de 2008.

O depoimento é relevante na medida em que trabalha com elementos da reorganização dos estudantes secundaristas a nível nacional, porque não há como estudar o regional deslocado do nacional. Apolinário Rebelo destaca:

A UBES foi fundada em 25 de julho de 1948 e ficou na legalidade até 1º de abril de 1964, quando passou a funcionar na clandestinidade, após ter a sua sede no Rio de Janeiro, na Rua do Catete, número 132, queimada e destruída pela ditadura. A entidade permaneceu na ilegalidade até o início 1985, quando houve a posse do Presidente [José] Sarney. Ele sancionou a lei de autoria do deputado Aldo Arantes que legalizou as entidades estudantis. Esse período de 21 anos de ilegalidade foi muito ruim para a democracia e para os estudantes, que ficaram sem representação e voz na sociedade e nas escolas. Foi muito ruim também para as lideranças estudantis, brutalmente perseguidas e, muitas delas, mortas. A UBES foi uma entidade fundamental para a democracia do país. Sempre foi importante neste aspecto, de mobilizar os jovens em defesa da melhoria do país, principalmente, no que diz respeito à educação. Mas também estávamos antenados com o debate político, o debate sobre a economia, porque sabíamos que, sem a participação política dos jovens, o país poderia ficar na estagnação.⁹⁷

Observamos, na fala de Rebelo, que há uma conotação no sentido de considerar que os estudantes se organizariam apenas por meio da instituição de nível nacional, UBES, mas na sequência de nosso texto percebemos que, mesmo

⁹⁵ A entrevista na íntegra disponível em: <http://www.une.org.br/home3/opinioao/entrevistas/m_4520.html>. Acesso em: 8 maio 2010.

⁹⁶ Disponível em: <www.une.org.br>.

⁹⁷ Idem.

sem a possibilidade de diálogo direto com tal instituição, os estudantes secundaristas se organizaram durante o período da ditadura civil-militar.

Uma outra entrevista publicada pelo *site* da UBES é a do ex-presidente Delcimar Pires, mandato de 1984. Quando questionado sobre a relevância das ações dos estudantes secundaristas, retoma a fala de Apolinário Rebelo no que tange às discussões e manifestações dos estudantes secundaristas. Entretanto, segundo o mesmo entrevistado, havia naquele momento a necessidade de reorganizar os estudantes: “O nosso trabalho era quase que integralmente realizar reuniões, passeatas, caminhadas, para divulgar e atrair a atenção da juventude à necessidade de se organizar.”⁹⁸

Dentre as fontes, também consideramos relevante citar a entrevista ao jornal *O Paraná*, do dia 30 de julho de 1976, de Teodósio Michazeszen, presidente da ACES – Associação Cascavelense dos Estudantes Secundaristas. A sua narrativa, nos chama a atenção quando definiu o papel do grêmio estudantil: “a finalidade do Grêmio Estudantil em uma escola é a de desenvolver as atividades sociais e culturais e a prática do esporte amador, além do espírito de companheirismo com os próprios colegas”. Esse discurso isolado já demonstrava que o ME secundarista cascavelense tinha, à sua frente, neste período 1976, uma liderança mais preocupada com questões específicas de cada escola, deixando de lado a discussão dos problemas sociais. Essa atitude é resultado do período em que está inserida, momento em que está em vigor o decreto federal que instituiu, nas escolas, os centros cívicos escolares. Por outro lado, o discurso autorizado pelo poder poderia não condizer com a prática, dado o exercício da censura e da repressão. Assim, os estudantes podiam mascarar ou não outras práticas políticas, de direita ou de esquerda, visto que as DOPS, historicamente, também vigiavam movimentos de extrema direita.

Como anunciamos na introdução deste estudo, nós nos utilizamos do livro de Milton Ivan Heller, “Resistência Democrática: a repressão no Paraná”, como fonte de pesquisa pelo fato de que as entrevistas realizadas pelo autor, com ex-militantes do ME paranaense universitário, demonstravam que houve repressão e tortura também contra os estudantes paranaenses. Dentre os entrevistados pelo autor nos valem os

⁹⁸ Entrevista disponível em: <http://www.une.org.br/home3/opinio/entrevistas/m_5699.html>. Acesso em: 8 maio 2010.

de um trecho da fala do presidente da UPE – União Paranaense dos Estudantes 1967/1968, que se refere ao congresso da UNE em Ibiúna:

Acabamos sendo condenados no processo realizado em São Paulo pela participação no congresso da UNE. E o julgamento foi uma farsa: dentro da sala de audiências havia 22 elementos da Polícia Militar, armados de metralhadora. A rua em frente à auditoria foi bloqueada e só era permitida a presença no auditório de um membro da família de cada estudante, sentado no banco dos réus. O constrangimento era tal que nossos advogados não tinham nem condições de fazer uma defesa que pretendiam. Disso resultou a pena de um ano de prisão, juntamente com centenas de estudantes de todo o país, incluindo alguns companheiros do Paraná. Ficamos os dois primeiros meses na prisão do Ahu e fomos transferidos para São Paulo, onde ficamos seis meses, cumprindo o resto da pena em Curitiba. (HELLER, 1988 p. 291).

Observamos, nesse fragmento da entrevista, as características da polícia política no país no período de ditadura civil-militar e, assim como nas demais regiões do Brasil, no Paraná foram alvo da repressão e de tortura, intelectuais, estudantes, dirigentes sindicais e militantes políticos que não concordavam com as ações do governo militar.

Utilizaremos ainda outros dois depoimentos que foram realizados em 2007 pela autora, que contribuem para a nossa discussão, o de José Kuiava⁹⁹ e o de Yves Consentino Cordeiro¹⁰⁰. O ex-militante do ME paranaense Yves Consentino Cordeiro esteve engajado por mais tempo ao ME universitário, mas contribui com a sua sucinta fala sobre o ME secundarista.

Cordeiro concluiu seus estudos de Ensino Científico, como era chamado naquele período e que hoje podemos relacionar com o Ensino Médio, em Ponta Grossa, no Colégio Regente Feijó, onde foi diretor de Patrimônio do Centro Cívico, que ele considera que era o grêmio estudantil do referido colégio, e ainda destaca que esse colégio era o mais importante da cidade. Ou seja, havia organização estudantil fecunda no início da década de 1960 também naquela região.

Cordeiro disponibilizou alguns documentos que estão nos arquivos da DOPS que dizem respeito à sua trajetória de militância, dentre eles a sua ficha individual,

⁹⁹ José Kuiava é professor do Curso de Pedagogia da UNIOESTE.

¹⁰⁰ Yves Consentino Cordeiro é formado em Direito pela Pontifícia Universidade Católica do Paraná e, atualmente, exerce a profissão de advogado na cidade de Cascavel.

que foi registrada na DOPS quando atuou no ME universitário do Paraná. Quando questionado sobre o fato de ter ou não sofrido tortura, relata:

As minhas prisões eram rápidas, de poucos dias, chamadas de prisões de averiguações e também para intimidar porque eu era o secretário do Partido Comunista no Movimento Estudantil, na União da Juventude Socialista, eu era organizador, era conhecido como Yves KGB. (CORDEIRO, 2007).

Apesar de se tratar do ME universitário, Cordeiro nos chama atenção para algumas das ações da polícia política com relação aos estudantes paranaenses, que está no fato de fazer prisões de averiguação, o que pode ter ocorrido também com estudantes secundaristas.

Contamos ainda com o depoimento de Robinson Nogueira¹⁰¹, militante estudantil na cidade de Toledo no final da década de 1960, onde estudou no Colégio La Sale e fez o ensino fundamental séries finais, antigo ginásio, em Castro, quando estudou no Colégio Cristo Rei, concluindo o ensino médio em Curitiba. Quando questionado sobre como os estudantes se organizavam, se havia grêmios estudantil, especificamente em Toledo, relatou:

Tinham, mas os grêmios eram muito poucos, o que tinha forte em Toledo era a UTES – União Toledana dos Estudantes Secundários. Ela tinha uma atividade, uma força até de inserção na sociedade boa. Então dos grêmios a moçada partia para participar da diretoria da UTES, para militar no movimento estudantil mais organizado, embora a UTES não fosse uma entidade de cunho político, muito mais esportiva, social. Mas claro que haviam as tendências de políticas no sentido de participar desta entidade, mas nada com uma ideologia definida. (NOGUEIRA, 2010).

Podemos observar que a organização estudantil secundarista em Toledo ocorria de forma mais sistematizada através da instituição de nível municipal, a UTES, mas que havia grêmios estudantis, porém não estavam articulados como a UTES. E que essa organização ainda era incipiente com relação às discussões das questões sociais do período.

Robinson destaca que, quando foi presidente da UTES no final da década de 1960, como já tinha uma formação mais política, tentou politizar essa entidade, o que considerou uma tarefa muito difícil. Afirmou ainda que foram a congressos e

¹⁰¹ Robinson Nogueira é jornalista no jornal *O Paraná*, na cidade de Cascavel. Concedeu entrevista em 11 de junho de 2010.

fizeram algumas discussões referentes a situações que aconteciam na cidade de Toledo. Por sua vez, relata que não havia uma articulação da UTES com o ME universitário paranaense.

Segundo o mesmo entrevistado, no início da ditadura, como ainda era muito jovem, tinha entre 10 e 11 anos de idade, não estava atento aos acontecimentos relacionados à ditadura civil-militar, sendo que a consciência política de sua geração se iniciou no final da década de 1960 e início de 1970. Lembra que os fatos mais marcantes de sua infância estavam relacionados à Copa do Mundo:

Era uma situação muito difícil, mas essa situação difícil para nós não significava quase nada, porque éramos praticamente crianças, comecei a ter consciência política por volta dos meus 14/15 anos. Mas a grande maioria não estava nem aí, o país estava fervendo, pegando fogo e eles não sabiam de nada, não tinham interesse. Pelo contrário as histórias de Pra frente Brasil, Transamazônica e Copa do Mundo eram assuntos muito mais correntes no meio estudantil do que a própria situação política. A não ser quando ela atingia, por exemplo, alguém da cidade. (NOGUEIRA, 2010).

Esse fragmento do depoimento de Robinson nos remete a questões discutidas no primeiro capítulo, que diz respeito à propaganda política disseminada pelo governo militar, a qual tinha como objetivo desviar a atenção da população das ações obscuras, e difundir a ideia de que o governo militar tinha como objetivo reconstruir o país.

Robinson continuou sua militância no ME universitário, quando foi cursar ensino superior na capital do Estado, fato corriqueiro para a época, haja vista que não havia oferta de ensino superior no Oeste paranaense.

Outro depoimento relevante para nossa pesquisa foi o do ex-militante Romeu Tolentino¹⁰², quando confirmamos algumas características da organização dos estudantes paranaenses. Tolentino foi um dos fundadores do Grêmio Estudantil Castro Alves, do Colégio Wilson Joffre, em 1965. Também participou da ACES em 1968, como presidente da instituição e, posteriormente, foi membro da UPES, no ano de 1969.

Quando questionado sobre a forma como os estudantes secundaristas se organizavam para tomar decisões, relatou:

¹⁰² Depoimento concedido no dia 4 de agosto de 2010.

O pessoal lá era bem mais organizado do que agora, fazíamos o movimento com o objetivo de melhorar. Nós, por exemplo, não tínhamos uma cancha de esportes, não tínhamos nada de lazer, para realizar atividades nos intervalos e finais de semana. Então nós nos organizávamos e fazíamos as campanhas para comprar esses materiais. (TOLENTINO, 2010).

Em seu relato, comentou o fato de os estudantes secundaristas de Cascavel atuarem nas campanhas eleitorais, apoiando candidatos a vereador e a prefeito. Tal fato possibilitava, segundo Tolentino, o apoio de políticos no sentido de contribuir para a organização dos estudantes, especialmente no Oeste do Paraná, tendo em vista que ele retoma o fato de que a cidade de Cascavel tinha uma atuação importante na organização dos estudantes do Paraná, destacando ainda a realização dos dois congressos estaduais na cidade, bem como outros acontecimentos que demonstram uma boa articulação dos estudantes secundaristas na região. Dentre eles o fato de que o Grêmio Estudantil do Colégio Wilson Joffre conseguiu angariar fundos para a aquisição de materiais esportivos, auxílios para a construção de uma quadra esportiva e para a realização de concursos de oratória.

É importante destacar, segundo o depoimento de Tolentino, que o Grêmio Estudantil Castro Alves foi devidamente registrado, com atas de criação. Com relação aos documentos, mais especificamente ao cuidado com essa documentação histórica do ME paranaense, há uma grande lacuna de acervo. Uma breve pesquisa nas instituições estudantis da região e da capital nos possibilitou verificar que não houve interesse e nem cuidado em guardar esses documentos, que poderiam agora traduzir, de forma mais rigorosa, a história da organização estudantil no Paraná. As fontes documentais encontradas foram aquelas disponibilizadas por algumas das pessoas entrevistadas. Isso também poderia ser explicado pelo medo em ser portador de documentos considerados “subversivos”, no caso dos movimentos de esquerda.

Tolentino destaca que todas as cidades participavam dos congressos estaduais e que eram organizadas caravanas de estudantes. Os congressos eram relevantes porque, além de discutirem temas pertinentes à organização dos estudantes, eram ainda o espaço para a realização da escolha da próxima diretoria.

Ainda de acordo com Tolentino, quando questionado sobre a ação da polícia política com relação aos estudantes, ele recorda que “não podiam fazer muito

barulho, era o tempo do AI-5, que pegava os estudantes”, assim qualquer ação estudantil era observada.

Contamos ainda com um depoimento de Alceu Esperança¹⁰³, depoimento em que o ex-militante estudantil relata que, em 1964, cursava o quarto ano na Escola Adventista de Cascavel, e que seu pai, que era jornalista e tinha militância política clandestina, desapareceu para evitar ser preso.

Iniciou sua militância estudantil em Foz do Iguaçu, quando:

No Colégio Monsenhor Guilherme, em Foz, travei conhecimento com estudantes paraguaios, filhos de exilados, e argentinos, com os quais fiz uma amizade internacionalista inesquecível. Ali comecei a militância no movimento estudantil, apoiando para a diretoria do grêmio escolar a chapa que me pareceu mais progressista. Como a eleição foi no segundo semestre, o saldo dessa participação foi receber dos colegas argentinos a doação de livros impressos na URSS, em espanhol, com literatura marxista-leninista. (ESPERANÇA, 2010).

Remetemo-nos, aqui, ao fato de haver, na cidade de Foz do Iguaçu, a possibilidade de articulação da esquerda em nível internacional, por ser uma região de fronteira e que possibilitava a fácil transição de um país a outro. Havia ainda o estudo de obras da esquerda, inclusive por estudantes mais jovens, como foi o caso de Esperança.

Devido à atuação política do pai, Alceu Esperança ficou fora de Cascavel até 1966, quando retornou para estudar no Colégio Wilson Joffre. Ele confirma aquilo que foi relatado por Romeu Tolentino, que está no fato de os estudantes secundaristas cascavelenses estarem muito bem articulados, pois, nas palavras de Alceu Esperança:

Em 1968, de volta ao Colégio Wilson Joffre, ao lado de estudantes que vieram de Foz do Iguaçu e Porto União, passei a participar da oposição à diretoria da Associação Cascavelense dos Estudantes Secundários (Aces), que tinha uma longa tradição de combatividade no movimento estudantil. Luiz Picoli, que depois traiu os estudantes passando para a Arena, fez uma grande façanha na época. Cascavel comandava a luta estudantil secundarista no Paraná.

Esperança retoma alguns dos elementos analisados no capítulo anterior, no que diz respeito à realização do COESES de 1967, na cidade de Cascavel. Tal fato demonstra a articulação presente na organização estudantil dessa região. Relata

¹⁰³ Enviado à autora, via e-mail, no dia 19 de junho de 2010.

ainda que um cascavelense esteve à frente da entidade máxima de representação secundarista no Estado e retoma alguns acontecimentos com relação ao XXIV COESES, realizado em Cascavel no ano de 1973:

O cascavelense Darlan Dallagnol foi por longo tempo presidente da UPES. Foi em Cascavel que pela primeira vez a UPES fez um megacongresso estudantil estadual. O local foi o Cine Teatro Coliseu. Um jornal publicou na ocasião uma charge em que um vendedor de doces gritou “Drops!”, anunciando uma balinha muito procurada, e alguns estudantes correram apavorados para se esconder. DOPS era a famigerada Delegacia de Ordem Política e Social, que reprimia estudantes, professores, dirigentes sindicais, jornalistas, advogados e democratas em geral. Mas, como a duração maior do regime e seu endurecimento, essa estrutura de resistência passou ao controle de políticos da antiga Arena. Os líderes estudantis só podiam fazer bailinhos e mais nada. (ESPERANÇA, 2010).

Ele destaca inclusive a charge que analisamos no Capítulo III, charge que se refere ao “medo” dos estudantes com relação à DOPS, em que alguns estudantes estavam reunidos aparentemente em um bar e, quando um garoto entra e diz “olha do Drops”, todos saem correndo. Em seguida faz a crítica à forma como os estudantes se organizaram após algum tempo de ditadura, ao relatar que os estudantes só podiam organizar festejos.

Ainda sobre o Colégio Wilson Joffre, Esperança relata que, no ano em que chegou a Cascavel, ocorreu a inauguração do referido colégio e que, ainda nessa época, ocorreram explosões em pontos variados da escola, como protesto contra a ditadura.

No ano seguinte, em 1967, ele foi estudar em Buenos Aires e lá também atuou no ME secundarista por meio de leituras de literatura de esquerda e da formação de um grupo de estudantes organizados que ele denominou como uma célula comunista. Destaca, porém, que:

Dessas atividades só restam as lembranças, pois nada podia ser registrado, seja em ata, ou em anotações particulares, pois havia sempre o risco de queda. Pelo País todo, eram frequentes as notícias de prisões de militantes de esquerda. (ESPERANÇA, 2010).

Tendo em vista a relevância do depoimento de Alceu Esperança, e também pelo fato de que esse texto foi enviado à autora de maneira sistematizada, estaremos nos utilizando dele de forma mais exaustiva, mas o objetivo é elucidar a

história da organização estudantil no Estado do Paraná, e nada melhor do que nos utilizarmos da redação original feita pelo militante e historiador. Assim, continuamos a narrar os acontecimentos, quando Esperança destaca que:

Passei a me ligar aos integrantes do então MDB e criar um núcleo de estudantes revolucionários no Colégio Wilson Joffre. Utilizava a estratégia, recomendada por meu pai, de apresentar o grupo como um movimento literário, teatral e musical. Participei de concursos literários, escrevi peças de teatro e ao redor dessas atividades começamos a difundir a literatura marxista. (ESPERANÇA, 2010).

A partir do seu retorno a Cascavel, com uma trajetória de organização estudantil de esquerda, Esperança inicia sua atuação efetiva a partir da formação de uma chapa para concorrer à diretoria da entidade de representação dos estudantes secundaristas em âmbito de município, a ACES. Como podemos verificar em seu depoimento, o grupo de estudantes e demais membros do qual ele fazia parte estava vinculados ao partido de oposição, MDB.

Em 1969, organizamos uma chapa com a finalidade de concorrer à diretoria da ACES, com a participação de pessoas ligadas ao MDB e ao nosso grupo de estudantes revolucionários. Vencemos as eleições, contra todos os prognósticos. Como eu havia feito uma ação combativa e de tempo integral nessa luta, fui chamado pela direção eleita a assumir o Departamento de Comunicação da ACES. Como os demais dirigentes da ACES eram pessoas com empregos a zelar e estavam namorando para logo casar, a militância estudantil poderia levá-los a perder os empregos e arruinar a vida. Assim, passei a dirigir informalmente a ACES e a recrutar estudantes em diversos colégios para integrar as chapas concorrentes aos respectivos grêmios estudantis para tirá-los da direita, carola e fascista. (ESPERANÇA, 2010).

Outra característica retomada por Esperança e já citado em nossa pesquisa, está no fato de participarem das entidades estudantis membros da sociedade, que poderiam ou não ser estudantes devidamente matriculados em instituições escolares de nível secundário.

Em 1970, montamos uma chapa exclusivamente revolucionária, apenas com alunos do Colégio Wilson Joffre, pois os pais dos alunos do nosso grupo em outras escolas não os permitiriam participar. Concorremos à ACES com uma chapa denominada *Woodstock*, referência ao festival de música e paz realizado no ano anterior nos EUA. O nome escondia a militância marxista, fazendo de conta que era pró-EUA, aceitável na época. Mas a plataforma ia mais além, embora dita apenas em sala de aula. Propunha a paz mundial, democracia no Brasil, liberdade de organização estudantil, o

desenvolvimento artístico e cultural (na ACES já havíamos criado o Festival da Canção, Fercapo, depois encampado pelo Tuiuti Esporte Clube) e propúnhamos a criação do ensino superior. (ESPERANÇA, 2010).

Nas entrelinhas do depoimento de Esperança podemos perceber que havia, sim, uma parcela de estudantes que estavam à frente das instituições estudantis secundaristas, que defendiam ou simpatizavam com os ideais da direita, fato que se justifica pela demora encontrada pelo seu grupo, de estudantes revolucionários, para então estarem à frente da organização dos estudantes.

Nossa chapa foi derrotada naquela eleição de 1970, o que estava nas previsões. O importante era participar, organizar. E como nossas propostas foram encampadas pelo vencedor, Rogério Córdova, um democrata que uniu todos os colégios e depois seria presidente da UPES, ele nos chamou imediatamente para continuar participando da entidade. Todos nós integramos imediatamente às atividades e, mais uma vez, quando Córdova passou a ser um dirigente estadual, o Departamento de Comunicação passou a dirigir informalmente a ACES, em aliança com representantes do MDB. Eu praticamente morava na sede da ACES: fazia militância estudantil durante o dia, estudava à noite e após as aulas ia à sede da ACES para escrever notícias para a Rádio Colméia, jornal *Diário do Oeste* e depois para o jornal *Frenteira do Iguaçu*, que surgiu em 1971. (ESPERANÇA, 2010).

Assim, só dois anos mais tarde conseguiram chegar ao seu objetivo. Ele relata que o grupo a que pertencia precisou organizar-se de maneira a se infiltrarem na organização estudantil secundarista do Colégio Wilson Joffre de Cascavel quando:

Em 1972, depois de várias tentativas, finalmente nosso grupo conseguiu se infiltrar no Centro Estudantil Castro Alves (CECA), do Colégio Wilson Joffre. Do CECA, saíramos somente em 1974, após um atrito com o diretor da escola, Erly Fauth. Nessa época, já havíamos travado contato com o MR-8 e outros movimentos jovens de esquerda, ligados ao PCB ou suas dissidências. (ESPERANÇA, 2010).

Essas considerações nos permitem pensar que, nas instituições de ensino secundário, havia grupos diferenciados de alunos, uns mais voltados para defender interesses da esquerda e outros que atuavam de forma mais “branda”, em consonância com as perspectivas do governo militar.

No decorrer desses dois anos, segundo o militante, eles tiveram conquistas significativas no que tange à possibilidade de ação e atuação dos estudantes

secundaristas nas instituições escolares. Tal fato já foi anunciado em nossa pesquisa a partir do depoimento de Romeu Tolentino, o qual destaca essa forte articulação dos estudantes no sentido de criar melhores condições de ensino nas escolas. Assim:

Na direção do Ceca, entre 1972 e 1974, apoiamos as equipes de esportes olímpicos do colégio. Colaboramos com a construção da segunda quadra poliesportiva. Criamos jornais estudantis. Instituímos um conselho estudantil formado por líderes e vice-líderes de salas nos três turnos. Criamos um clube estudantil de xadrez. Fizemos concursos literários, torneios esportivos, exposições, apresentações musicais, palestras de especialistas em vários setores, excursões, representações em congressos estudantis e construímos a única sede própria de grêmio estudantil em todo o Brasil unicamente com a contribuição dos estudantes. Inclusive lutamos politicamente, mais que os vereadores, até, pela construção do asfalto nas ruas de acesso ao colégio. (ESPERANÇA, 2010).

Em relação à entidade municipal, houve uma conquista relevante, mas que perdurou por pouco tempo, porque naquele momento eles tinham “[...] um programa na Rádio Colméia – *A Voz do Estudante* – que mais tarde nos foi tirado e entregue a estudantes ligados à antiga Arena. A Colméia então era a única emissora de rádio de Cascavel. Não havia TV” (ESPERANÇA, 2010).

Houve retaliações ao grupo a que Esperança estava ligado. Afinal era um período de ditadura militar. Assim, é evidente que, em algum momento, eles seriam percebidos e haveria a tentativa de barrar as ações estudantis que iam de encontro aos interesses daqueles que estavam no poder.

No segundo semestre de 1974, três alunos do período matinal do Colégio Wilson Joffre e ligados ao Ceca foram suspensos. Era uma tentativa de enfrentar a ascendência que o grêmio tinha sobre os alunos. Era inaceitável para a ditadura uma entidade estudantil ditando as regras em um colégio estadual. **Era democracia demais.** O Ceca pediu explicações à direção do WJ e assim começou um atrito com o diretor. Nós o denunciamos ao Estado, mas ele se aproveitou da histeria anticomunista para nos atacar e, assim, pôs fim ao nosso movimento no colégio Wilson Joffre. Parte desse episódio, o final, tem registros no jornal *Fronteira do Iguaçu*. A essa altura, a ACES também havia sido apossada pela Arena. (ESPERANÇA, 2010)

Também contamos com a entrevista do militante secundarista Luiz Antônio Siqueira¹⁰⁴. Ele iniciou sua trajetória política no Colégio Wilson Joffre, principal escola pública de Cascavel, em 1974, quando foi membro do Grêmio Estudantil Castro Alves. Foi membro ainda da ACES, e, quando questionado sobre a forma como os estudantes organizavam as eleições, relatou que:

Organizávamos as chapas na escola e então passávamos nas salas de aula fazendo campanha. Quando fui para a ACES, que de lá foi para a UPES, eles visitavam todos os colégios, públicos e particulares, todos participavam, todos os colégios. Todas as escolas tinham seus grêmios, então organizavam uma chapa para concorrer as eleições para a ACES. (SIQUEIRA, 2010)

No ano de 1975, Siqueira foi para a UPES, atuando no ME secundarista até 1979. De acordo com ele, os estudantes secundaristas paranaenses se organizaram de forma estratégica, no sentido de aliar-se ao governo militar para evitar problemas com a DOPS e conseguir reorganizar os estudantes secundaristas paranaenses, porque, naquele momento, a entidade de representação a nível estadual (UPES) estava desarticulada e com uma grande dívida financeira.

Inclusive nós chegamos na UPES em 1975, tinha uma dívida, não sei como vou te falar, mas de 70 ou 80 mil reais, é muito longe para lembrar o valor. O valor acho que era esse mesmo, só não lembro se era cruzeiro, cruzado. E qual era a solução para isso? Onde tem dinheiro? No governo. Então não adianta eu continuar sendo oposição se eu preciso da situação. (SIQUEIRA, 2010).

Ele destaca que, até chegar na diretoria da UPES, ele e seus colegas eram contra o governo, a ditadura, mas quando chegaram lá e se depararam com a situação da entidade, refletiram sobre tais circunstâncias e então foram buscar o auxílio do governo no sentido de liquidar as dívidas e estruturar o ME, mas, segundo ele, isso não quer dizer que eles concordassem com as ações do governo militar, mas como uma forma de conseguir reorganizar o ME secundarista. Assim, iniciaram procurando o Exército e, em seguida, o governador do Estado, Jaime Canet Junior. Foram atendidos, mediante um compromisso com o governador de organizar a Arena Jovem, ou seja, um braço do partido político dos militares. Tinham o apoio do

¹⁰⁴ Depoimento realizado em 9 de março de 2010. Luiz Antônio Siqueira atualmente reside em Cascavel e é responsável pela implementação do projeto da Câmara Municipal de Cascavel denominado “Câmara Jovem”. Atuou no ME secundarista apenas a partir de 1974. Foi secretário da capital na gestão 1975/1976 da UPES.

Exército e, então, a DOPS-PR não agia no sentido de frear os seminários da instituição.

Siqueira relata que, durante sua gestão, foi lançado um livro de poemas inéditos, financiado pela Prefeitura Municipal de Curitiba. Os poemas eram produzidos por alunos do ensino fundamental e médio das escolas paranaenses.

Expôs ainda que *não* sofreram com a ditadura, conheciam a legislação implementada, mas não iriam de encontro a ela ou ao governo. Afirmou ainda que sempre havia autoridades participando dos momentos de encontro dos estudantes paranaenses.

Para realizar os congressos, os membros da UPES iam até a cidade onde seria o evento com uma semana de antecedência e pediam ajuda no comércio e com as pessoas que residiam na cidade. Ele explanou que havia um preconceito da sociedade com a forma de apresentação dos estudantes da época: cabelos compridos, roupas extravagantes, etc.

Quando questionado sobre a relação entre os estudantes secundaristas e os universitários, e as entidades de representação nacional, relata que não havia ligação, e que o ME universitário paranaense era mais fraco que o secundarista.

Outra questão ponderada por Siqueira diz respeito à atuação do ME secundarista no processo de redemocratização do país. Ele diz que não houve uma participação efetiva dos estudantes nesse processo, mesmo com o grande potencial de articulação que os estudantes tinham. De acordo com Siqueira:

A gente tinha uma organização enorme. Se hoje você for colocar mil, mil e quinhentos estudantes juntos você não consegue. E a gente debatia sobre todos os assuntos, e não tinha a cobertura da imprensa, pelo contrário a imprensa procurava esculhambar com a organização dos estudantes. (SIQUEIRA, 2010).

Ele lembra inclusive de algumas reportagens do jornal *Fronteira do Iguaçu* que visavam denegrir a imagem da organização estudantil. Por isso, de acordo com Siqueira, as ações do ME secundarista foram tolhidas por alguns setores da sociedade, fato já mencionado no capítulo anterior.

No depoimento de Roberto Antonio Deitos¹⁰⁵, que militou no movimento secundarista paranaense no início da década de 1980, conseguimos destacar mais

¹⁰⁵ Depoimento realizado em 9 de junho de 2010, na cidade de Cascavel. Roberto Antônio Deitos é atual coordenador do Programa de Mestrado em Educação da Unioeste, professor do Curso de Pedagogia da mesma instituição.

um elemento da organização estudantil paranaense que está no fato de ocorrer organização via entidades católicas. Deitos nos chama a atenção para o fato de que as organizações que foram suprimidas pelo regime militar (como JUC – Juventude Universitária Católica, JOC – Juventude Operária Católica e as demais) foram substituídas pela Pastoral da Juventude, Pastoral Operária e assim consecutivamente.

Ele retoma o fato de que a organização estudantil secundarista no Oeste do Paraná era composta de estudantes mais politizados, no sentido de compreender as relações sociais que estavam postas pelo regime militar.

Relata que estudou no antigo segundo grau no Colégio Wilson Jofre, concluindo o grau em 1982. Assevera que lá havia um grêmio estudantil, do qual participou, por um período curto, da diretoria e então foi para a chapa Independência Jovem, concorrer para a diretoria da ACES. Destaca ainda que havia uma carteirinha estudantil confeccionada pela UPES. Quando questionado sobre como os estudantes se organizavam, como faziam reuniões entre outras atividades, ele relata:

Nós fazíamos reuniões na própria escola quando eram reuniões do Grêmio, tinha toda uma dinâmica de determinados períodos e algumas reuniões eram realizadas no sábado. Por exemplo, a reunião para organização da chapa para concorrer a diretoria da ACES. (DEITOS, 2010).

Ainda com relação à organização estudantil secundarista em Cascavel, destaca a atuação da ACES, que, apesar das contradições que estavam presentes, atuava no sentido de buscar melhorias para educação. Possuíam também uma sala no Edifício Treviso. Sobre as contradições, ele destaca que, por exemplo, a chapa na qual ele participou para concorrer à diretoria da ACES “[...] não era uma chapa com concepções unificadas. Tinha de tudo: gente sem partido, gente com partido e gente centro mais para direita” (DEITOS, 2010).

Destarte, ele relata o fato de que, nesse período, esteve em Cascavel o então presidente da República, João Figueiredo, acompanhado do governador do Estado do Paraná, Ney Braga. E houve uma mobilização de alguns membros da ACES para irem até a comitiva do presidente tentar estabelecer contato. Deitos ressalta que não foi uma ação coletiva dos membros da ACES e do ME cascavelense, mas

representou os interesses daqueles que tinham uma concepção mais liberal de política.

Quando questionado sobre a relação entre o ME secundarista e universitário, Deitos relata que a interlocução entre os secundaristas e universitários no período em que ele atuou foi fraca. Considera que tal fato pode estar relacionado com a falta de formação política dos estudantes e com as dificuldades de locomoção e de comunicação da época.

Lembra que havia uma boa aceitação da comunidade escolar com relação às ações do ME secundarista ao relatar que:

Quando íamos fazer a campanha e conversar para eleição da diretoria da ACES, havia uma aceitação muito boa, tanto dos professores quanto da direção das escolas. Em quase todas as vezes que fizemos campanha nas escolas, não lembro de nenhuma vez ter tido problemas sério para entrar nas escolas, mesmo nas particulares, porque a gente tinha uma interlocução boa para ter acesso a escola. (DEITOS, 2010).

Ele diz que tinha como interlocução a Igreja, porque militava no movimento de juventude da igreja católica, destacando que essa era uma boa possibilidade de articulação dos jovens para militarem. Lembra ainda que faziam discussões nos intervalos, colocavam os problemas e conversavam com alunos e professores, inclusive nas salas de aula.

Sobre o processo de democratização considera que o ME secundarista da região pode ter contribuído para tal processo, mas não de forma decisiva. Havia outros movimentos que realmente engrossavam a reivindicação pela abertura política, como o movimento dos trabalhadores.

No depoimento de José Kuiava, que era professor no período de nosso recorte, e acompanhou a organização dos estudantes paranaenses, podemos destacar mais uma das características da organização dos estudantes cascavelenses, em particular quando Kuiava relatou as atitudes do ME no Oeste paranaense em favor da estadualização da FECIVEL, as quais foram resultado das transformações por que passou o ME no cenário nacional. Foram as necessidades concretas do desenvolvimento do Oeste paranaense que permitiram a organização dos estudantes e demais membros da sociedade em torno da busca da melhora da qualidade e maior oferta da educação, especialmente em nível superior.

Foram movimentos vinculados à terra e à Igreja, com as reformas de base. Kuiava destacou a importância dos bancários (1967, 1968 e 1969) e dos funcionários públicos, os quais estavam bem organizados e tinham um movimento forte. Professores, através do sindicato, e estudantes secundaristas e da faculdade trabalhavam juntos em busca de uma educação melhor.

Destaca Kuiava que, nas cidades de Palotina e Foz do Iguaçu, nos anos de 1970, 1971 e 1972, havia um movimento dos estudantes secundaristas muito bom, organizado, que saía às ruas inclusive contra o regime militar. Eram temidos pelas autoridades que lá estavam, pois era uma região de fronteira do país.

Essa fala de Kuiava nos remete à discussão de que a cidade de Foz do Iguaçu era um local privilegiado para ações dos movimentos de esquerda, por possibilitar a locomoção fácil para outros países, bem como era alvo de extremo cuidado das autoridades por sua característica cultural e geopolítica para os militantes.

Já na década de 1980 estudantes de outros Estados (como Minas Gerais, São Paulo e Rio de Janeiro) e vinculados a partidos de esquerda, como, por exemplo, ao PCB, vêm para Cascavel fortalecer ou engrossar o ME que queria uma universidade pública e gratuita. Alguns desses estudantes eram membros da UNE¹⁰⁶.

Kuiava começou a trabalhar na FECIVEL em 1981. De acordo com sua análise, o ME foi de extrema importância para a estadualização da UNIOESTE. Assim, ele considera que a principal atuação do ME no Oeste do Paraná foi em favor da estadualização da UNIOESTE, na busca de uma universidade pública e gratuita já na década de 1980, quando os estudantes foram até Curitiba e depois até Brasília pedir a chamada “estadualização”.

Ele relata também que, quando José Richa esteve em Cascavel para inaugurar o Viaduto da Carelli, os estudantes se organizaram fazendo panfletagem e com faixas cobrando que o projeto da UNIOESTE fosse aprovado. Kuiava redigiu um texto falando sobre a promessa da estadualização que os estudantes entregaram para a população durante a realização da fala do governador do Estado. Sempre que o governador vinha à região, os estudantes estavam lá no aeroporto para

¹⁰⁶ A exemplo de Aluízio Palmar, que veio do Rio de Janeiro para o Oeste do Paraná para formar uma célula de guerrilha no campo.

recebê-lo com faixas lembrando que ele havia prometido a estadualização da FECIVEL.

Kuiava lembra ainda que, para ser professor das disciplinas da área de Ciências Sociais, no período da ditadura, era necessário ir a DOPS-PR e tirar uma certidão negativa todo ano, na qual deveria estar registrado que o candidato a professor não tinha nenhum envolvimento subversivo. Para conseguir tal certidão era necessário passar por uma entrevista, que, nas palavras de Kuiava, tinha como objetivo impressionar e intimidar os professores. Assim considera que tal situação se apresentava como uma pressão psicológica para os professores e todos eram vigiados. Por isso era preciso ter cuidado ao ministrar as aulas e a conscientização dos alunos precisava ser camuflada.

Com relação aos cuidados a serem tomados quando ministravam aulas, podemos citar, como exemplo de tortura a professores, o fato ocorrido no Oeste do Paraná, na cidade de Nova Aurora¹⁰⁷, quando, em maio de 1970, um grupo de pessoas sofreu prisão. Tal acontecimento foi resultado de uma operação militar que tinha como objetivo desarticular uma das bases da Vanguarda Armada Revolucionária (VAR/Palmare) ¹⁰⁸.

Dentre os presos estava o casal de professores Luiz Andréa Fávero e Clari Isabel Dedavid Fávero. Ambos lecionavam na Escola Estadual Jorge Nacli. Ela foi acusada de ter ministrado aulas subversivas e ele de atos terroristas e sequestros de diplomatas. Ambos foram levados para o Batalhão de Fronteiras de Foz do Iguaçu. Lá sofreram as mais diversas formas de tortura, desde pau-de-arara à choques elétricos (HAHN, 2008, p. 130).

Reiteramos aqui que a cidade de Foz do Iguaçu, por ser uma região de fronteira, foi propícia para a atuação da esquerda, seja do próprio Estado do Paraná, bem como dos demais Estados brasileiros. Essa discussão também foi relatada por

¹⁰⁷ As informações aqui discutidas foram retiradas do resumo expandido publicado nos Anais do III Encontro de Produção Científica e Tecnológica – EPCT, com o título: **Ditadura Militar e os órgãos de repressão: o caso de Nova Aurora/Pr**, p. 130-131, escrito por Fábio André Hahn. Disponível no endereço: <http://www.fecilcam.br/nupem/index.php?option=com_content&task=view&id=15&Itemid=14>.

¹⁰⁸ Sobre outros casos de tortura e assassinatos que aconteceram no Estado do Paraná, ver ainda: PALMAR, Aluizio. **Onde foi que vocês enterraram nossos mortos?** Curitiba: Travessa dos Editores, 2006. No livro, Palmar, a partir das suas memórias de militante preso e torturado pelos militares, resgata vários acontecimentos relacionados à esquerda brasileira, inclusive a assassinatos de militantes da VPR, das estratégias militares de iludi-los a retornarem ao país para então serem assassinados.

Alceu Esperança, no depoimento já analisado. Por outro lado, também foi uma área mais observada pelas ditaduras do Brasil, Argentina e Paraguai, inclusive com troca e desaparecimento de presos políticos.

Os depoimentos¹⁰⁹ analisados neste capítulo possibilitaram uma breve apreciação da forma como o ME secundarista esteve organizado, quais foram as principais dificuldades e as especificidades da organização de estudantes secundaristas paranaenses no período.

4.3. A história oficial *versus* a história dos estudantes secundaristas

Organizamos esta seção por meio dos contrastes entre os três primeiros capítulos e os depoimentos dos estudantes secundaristas do Paraná. A pretensão neste item é discorrer sobre a forma como os estudantes secundaristas estiveram organizados no Estado do Paraná, se estavam articulados com os objetivos do ME em âmbito nacional.

Enfatizamos ainda o fato de que a historiografia privilegiou, em suas análises, a história do ME de esquerda e que, portanto, desconsidera a direita do ME ao longo da ditadura civil-militar. Nesta seção buscamos destacar em que medida o ME paranaense esteve articulado com os interesses defendidos pela esquerda, bem como se os membros que militavam no ME eram todos cientes e defensores de tais interesses.

¹⁰⁹ Contamos ainda com o depoimento concedido por Sérgio Bonato, que, apesar de extrapolar o recorte temporal da pesquisa, é relevante porque traz elementos importantes com relação à legislação e à organização dos estudantes secundaristas do Paraná no período pós-redemocratização. No depoimento, Bonato destaca que iniciou sua militância como membro do Grêmio Estudantil do Colégio Marilis, denominado Chico Mendes. Também foi presidente da ACES em 1990 e militante secundarista a partir de finais da década de 1980. Comenta o fato de os alunos secundaristas estarem naquele momento buscando colocar em prática a Lei Federal nº. 7.398/1985, a qual estabelecia o Grêmio Livre, que os estudantes andavam com a lei nas mãos para organizarem os grêmios nas escolas, tendo em vista que, até final da década de 1980, no caso de Cascavel, os grêmios ainda estavam sendo organizados pelas direções das escolas. Então, sempre que a direção tentava organizar o grêmio, eles (estudantes) utilizavam a Lei Federal do Grêmio Livre para impedir tal ação. Quando questionado sobre quais eram os temas discutidos nos congressos dos estudantes secundaristas, destacou: a) estrutura das escolas, que era um caos, falta de professores, falta de carteiras, papel, livros, entre outros; b) políticas governamentais. Nesse tema, ele retoma que, no ano de 1989, acontece a primeira eleição direta para presidência da República entre candidatos civis; pela primeira vez os jovens de dezesseis anos iriam votar. Neste sentido, os grêmios eram então uma plataforma de comitês, vinculados a partidos, discutiam as eleições nas reuniões do grêmio, nas salas de aula, porque era a primeira eleição entre civis, que contava então com a candidatura de um metalúrgico, Luís Inácio Lula da Silva.

Nessa senda estamos ainda nos remetendo aos depoimentos de três militares paranaenses¹¹⁰ que estiveram atuando durante a ditadura civil-militar, com o objetivo de compreender a outra face da moeda, ou seja, a direita que defendia o golpe e o governo autoritário instaurado no país.

Os militares entrevistados foram: Raymundo Negrão Torres, Ítalo Conti e Justo de Moraes. Quando questionados sobre o que aconteceu no país em 31 de março de 1964, Torres e Moraes relatam que foi um contragolpe e Conti destaca que foi uma ação preventiva. Os três destacam que foi uma ação dos militares em conjunto com a sociedade civil para não permitir que a esquerda tomasse o poder (DUTRA, 2004, p. 200).

Relatam ainda que o golpe se justificou pelo fato de estar havendo a possibilidade da quebra da hierarquia das Forças Armadas, pois não havia uma disciplina e ainda sucedia uma pressão popular muito forte no sentido de que o poder político do país fosse reorganizado.

Destacam o fato de que, entre os militares, no caso do Paraná, a adesão ao golpe militar foi praticamente unânime, mas em alguns casos de não aceitação levou militares à prisão. E afirmam que todos aqueles que foram contra o golpe com ações, palavras ou mesmo omissões foram cassados de acordo com as normas estabelecidas pelo Ato Institucional nº. 1, publicado em 9 de abril de 1964.

Quando questionados sobre a ocorrência de ações que questionavam as ações do governo Ney Braga antes do golpe de 1964, dois deles referem-se à organização estudantil, como ameaça e também pela infiltração da esquerda na organização das entidades, mas consideram que o Estado vivia um clima ameno, propiciado pela forma como o governador Ney Braga atuava.

Esta sucinta discussão sobre a visão dos três militares citados acima demonstra que realmente, no Estado do Paraná, estiveram presentes as questões suscitadas no país, tanto com relação às intenções e às justificativas da direita ao apoiar o golpe, quanto com relação às ações da esquerda que iam no sentido inverso, propondo um outro modelo político ou lutando contra as injustiças e as atrocidades do governo militar. Ou seja, remetemo-nos ao grande paradoxo desse período, quando a direita justifica suas ações a partir da possibilidade de uma

¹¹⁰ Os depoimentos estão disponíveis na íntegra no artigo: “A revolução de 1964 e o movimento militar no Paraná: a visão da caserna”, escrito por José Carlos Dutra e disponível em: <<http://redalyc.uaemex.mx/pdf/238/23802214.pdf>>.

desordem nacional e a esquerda e outras sem militância política defendem os direitos humanos, melhores condições de vida ou o direito de ir e vir.

No seu depoimento, Deitos, ex-militante, destacou o fato de que, na organização estudantil na cidade de Cascavel, houve membros que defendiam os ideais dos partidos de direita. Ele recorda que o presidente da ACES no período, em que fez parte da entidade, José Abrahão, era de direita. Destaca que uma atitude do presidente chamou sua atenção, ela se deu no momento em que o presidente da República esteve em Cascavel. José Abrahão, contrariando o que foi decidido pelos membros da entidade, foi receber Figueiredo no aeroporto.

Outra questão anunciada por Deitos e que demonstra a outra face da moeda, está na articulação com a Igreja Católica, por meio de alguns setores, no sentido de compreender as ações do governo militar como atrocidades e atentados à vida dos seres humanos e procurar, por meio, por exemplo, das Pastorais da Juventude, contribuir para a discussão e a ação dos jovens contra a ditadura civil-militar também no Estado do Paraná.

Tal forma de atuação da Igreja Católica tem suas raízes nos movimentos por ela organizados desde a década de 1950, como tratamos no Capítulo 1 desta pesquisa.

Todavia, localizamos nos arquivos da DOPS-PR uma pasta denominada MOJOL¹¹¹ – Movimento Jovem de Libertação da Igreja. Nela há uma informação referente ao conteúdo de uma revista *Participação*, publicada pela Igreja Católica e criada pelo Conselho Nacional de Leigos – CNL. De acordo com o informe, o conteúdo da referida revista tece críticas à forma como a sociedade está organizada e chama a atenção sobre o comportamento dos jovens quando faz duas perguntas: O que é ser jovem? e Qual é a realidade do jovem hoje no Brasil? E, assim como as respostas chamaram a atenção do redator do informe sobre o conteúdo da revista, também nos suscitaram interesse:

Desacreditado pela sociedade. Será no futuro?
Ele é consumidor e consumido na sociedade.
Possui um vazio político e social, devido à própria estrutura social que mostra o que pensar e não como pensar;
Só tem espírito crítico no que lhe permitem criticar. Não pode agir, não pode assumir posição;
Tem formação religiosa incoerente com a realidade da Igreja hoje;

¹¹¹ Pasta MOJOL nº. 1398, topografia 265.

Em nível universitário sofre forte pressão para que trabalhe, não tendo condições de uma participação efetiva na vida estudantil da Universidade. (Pasta 1398, topografia 165).

E ainda num documento intitulado “Comunicação Pastoral ao Povo de Deus” “denuncia” os “assassinatos” de dois padres e a censura a algumas publicações da Igreja.

Entretanto há, anexa, uma Carta Circular com data de dezembro de 1976 de autoria do MOJOL que, dentre outras considerações, destaca:

Os jornais brasileiros, nos últimos dias, deram destaque a notícias publicadas na Imprensa estrangeira sobre o país. Tais notícias, infelizmente, referiam-se ao recente documento da CNBB intitulado “Pastoral ao Povo de Deus”, e à insidiosa matéria nele inserida. (Pasta 1398, topografia 165).

Assim, diante dessa publicação, o MOJOL destaca que, “[...] coerente com a atuação que vem desenvolvendo, o MOJOL não poderia deixar de protestar e denunciar a Nação brasileira, a conduta da atual diretoria da CNBB, tanto no plano interno como no internacional.” (Pasta 1398, topografia 165).

Nosso objetivo em elucidar o conteúdo da pasta do MOJOL está no fato de que também na organização da Igreja Católica havia movimentos que defendiam os interesses da esquerda e outros, como o MOJOL, que demonstravam estar satisfeitos com o governo militar. Dessa forma, não é possível uniformizar as instituições como sendo de esquerda ou de direita. É preciso analisar de forma sistemática suas ações.

Com relação à orientação da legislação implantada pelo governo militar, um fato que nos chamou a atenção está no fato de que os militantes referem-se a entidade estudantil secundarista como Grêmio Estudantil ou Centro Estudantil. Isso nos leva a pensar que muitas das “ordens” provenientes do governo militar não chegavam ao conhecimento de toda a população e, mais, não eram obedecidas.

Todos, contudo, lembram e tinham conhecimento da Educação Moral e Cívica, de onde os centros cívicos foram estabelecidos, ou seja, a partir da legislação implementada para a obrigatoriedade dessa disciplina em todos os estabelecimentos de ensino do país, e os centros cívicos seriam como que uma ramificação dessa disciplina.

No que tange às discussões referentes à instituição de organização dos estudantes secundaristas, Rodrigues assevera:

Os grêmios foram resultado da luta dos estudantes por maior liberdade, da consciência política que o aluno secundarista adquiria a partir da vivência que as contradições presentes no regime militar proporcionavam. Na base de constituição dos Centros Cívicos está a idéia de culto à Pátria, de valorização de símbolos e signos “patrioticamente” escolhidos para memória do estudante. O fim das agremiações estudantis significou o aprendizado do “silêncio” para toda uma geração. (2008, p.166).

Percebemos que a atuação dos estudantes secundários nas cidades do Oeste paranaense não apresentava preocupação constante para com os órgãos de repressão. Ao analisarmos os depoimentos e os documentos da DOPS, podemos destacar tal fato, uma vez que havia registros de eventos de nível estadual, como os congressos e não de atuação mais específica na cidade, ou até mesmo fichas individuais de militantes secundaristas.

No que concerne à ação do governo do Estado do Paraná no sentido de orientar os estudantes secundários, durante o período de abertura, há um discurso proferido por José Richa (governador entre 1982 a 1985), em que a fala está centrada em esclarecer que o civismo vai propiciar democracia: “As entidades estudantis ajudam a fortalecer a democracia”. Depois relata que, no campo educacional, há duas ações importantes que contribuem para a democratização: eleição direta para diretores e organização livre dos estudantes e das associações de pais e mestres. Com relação à organização estudantil, ele destaca:

As entidades estudantis – nas quais militei quando estudante e onde assimilei os fundamentos da minha formação política – são instrumentos valiosos no crescimento político dos jovens. Representam o espaço democrático da participação crítica e consciente, significativo aprendizado de civismo, via indispensável para o fortalecimento de uma democracia estável em nosso país. (PARANÁ, 1985, s/p apud RODRIGUES, 2008, p. 169).

Encontramos ainda, em nossa pesquisa, no Arquivo Público do Paraná, um gráfico¹¹² que traduz a participação dos partidos políticos na organização dos estudantes secundaristas paranaenses. O gráfico está anexo ao trabalho e é descrito como revelador da participação de políticos no ME secundarista, havendo

¹¹² O gráfico está no Anexo 15, página 194.

ainda uma observação ressaltando que “Os elementos da ‘Arena’ representavam Governadores ou Secretários de Estado.”¹¹³

A análise do gráfico nos permite destacar que, em 1973, a Arena representava cerca de 1/5 de políticos que participavam das atividades estudantes do ME secundarista. Em 1974, a participação significativa é de membros do MDB.

Sobre a participação de políticos no ME secundarista encontramos também uma tabela¹¹⁴ que demonstra a participação política nos eventos da UPES nos anos de 1973-1975, tabela na qual podemos observar, claramente, que os políticos que participavam das atividades dos estudantes secundaristas do Paraná eram, quase que exclusivamente, do MDB, tendo em vista que em praticamente todos os eventos havia apenas um representante da ARENA.

Nesse sentido cabe ressaltar que os partidos políticos sempre estiveram presentes na organização do ME, seja secundarista ou universitário. Há autores que defendem a ideia de que a partidização do ME contribuiu para a desarticulação dos estudantes após a ditadura civil-militar, como já citamos em nosso texto, mas há autores que dizem o contrário, ressaltando que o ME esteve organizado quando houve interferência mais assídua de partidos políticos.

Salientamos que a temática que se refere à influência dos partidos políticos na organização do ME não é o foco de nossa discussão, mas é conveniente minimamente anunciá-la em nosso texto, haja vista que faz parte da forma como os estudantes secundaristas se organizaram também no período ditatorial.

Outra questão a ser discutida diz respeito à produção de um documento pela UPES na *Gestão Independência 1975-1977*, no qual há uma declaração de que, em todo o país, os estudantes, especialmente universitários, estariam organizando “rumorosas manifestações estudantis”¹¹⁵, e que algumas reivindicações são plausíveis, mas que outras “fogem da alçada reivindicatória estudantil”. O documento, redigido por membros da UPES, destaca que algumas das lutas, como pela “Anistia Geral”, não são da alçada estudantil. Esse documento vai ao encontro da fala do ex militante Siqueira, sobre a questão de manter um bom relacionamento com o governo, falando inclusive de bom comportamento cristão.

¹¹³ As informações citadas acima estão arquivadas na Pasta denominada UPES n.º 2328, topografia 264.

¹¹⁴ Ver tabela no Anexo 16, página 195.

¹¹⁵ Pasta UPES n.º. 2335, topografia 265. O referido documento está no Anexo 17, página 196.

Ainda sobre esse documento, há uma reportagem do jornal *Folha de Londrina*, de 24 de junho de 1976, intitulada “UPES adere ao manifesto contra as manifestações estudantis”, na qual são citadas passagens do manifesto redigido pela UPES, contra as manifestações estudantis a nível nacional.

Ponderamos, ainda com relação ao conteúdo desse manifesto e ao conteúdo redigido pela UPES, em 1968, quando ocorre a morte do secundarista Edson Luís, para analisar os contrastes entre ambas as gestões da entidade, que estaremos analisando fragmentos dos dois documentos:

Em 1967 os estudantes secundaristas redigiram:

O colega Edson reivindicava comida e foi morto, lutava o colega com a política educacional do governo, política essa que causa o pagamento das anuidades, a transformação das nossas escolas em regime de fundações privadas, o corte de verbas e isso causa deficiência de ensino, a militarização da disciplina e os tantos problemas que nós todos sentimos. E nossa luta deve ser, hoje, tanto denunciando a violenta repressão por parte de uma minoria que governa e manda, aos estudantes, quanto e principalmente contra a política educacional desta mesma minoria. (Pasta Movimento Estudantil nº. 1419, topografia 168).

Observamos, nesse fragmento, a consciência dos estudantes secundaristas em relação às ações do governo militar, no que dizia respeito à política educacional que buscava estabelecer as anuidades, redução dos gastos com a educação e ainda a questão da militarização da disciplina, que culminou com a aprovação da obrigatoriedade da educação moral e cívica anos mais tarde. Tinham claras também as questões relacionadas à repressão.

Já em 1977, porém, a redação estava com outra perspectiva, como podemos observar:

O país, ultimamente, tem sido sacudido, nas capitais estaduais, por rumorosas manifestações estudantis colididas ‘principalmente’ nos meios universitários. Tem circulado vários manifestos, endossados por Diretórios Acadêmicos, onde se propugna por algumas reivindicações justas e que merecem ser atendidas pelas autoridades constituídas. Infelizmente, a essência desses reclames tem se voltado para problemas que fogem da alçada reivindicatória estudantil. Não podemos concordar que se pleiteie “anistia geral” a todo e qualquer político, preso ou cassado; é intolerável que se diga que vivemos numa ditadura massacrante, que vivemos sob opressão e sob um regime de medo. Não podemos aceitar que se procure confundir e distorcer a opinião e a consciência estudantil, jogando-as contra a administração deste país. Não podemos aceitar que as lideranças estudantis do Brasil possam ser inspiradas por ideologias

espúrias e contrárias à índole Cristã e pacífica do nosso povo. (Pasta UPES nº. 2335, topografia 265).

Aqui os estudantes deixam claro que não querem ficar contra a administração do país. Outro aspecto que chama a atenção ao comparar os dois manifestos está na possibilidade de ações coletivas entre ME universitário e secundarista, quando, em 1967, os estudantes propõem uma ação conjunta. Dez anos depois, a proposta é exatamente o contrário, em que os secundaristas, ou ao menos as suas lideranças do Paraná, rompem definitivamente com as proposições de luta feitas pela ME universitário.

Podemos retomar a fala do ex-militante José Luiz Siqueira no que tange à estratégia de organização da UPES nessa gestão, de estabelecer relação estreita com o governo estadual para reorganizar a entidade, que, de acordo com Siqueira, estava extremamente desestruturada.

Essa mesma Gestão Independência também enviou a DOPS um ofício de nº. 772/1977 informando quais seriam as promoções organizadas pela UPES no decorrer do mês de outubro daquele ano de 1977¹¹⁶. Dentre as atividades estão: I AMECA – Amostra Estudantil da Canção, a ser realizada na cidade de Paranavaí; o III SOME – Seminário de Orientação Estudantil, na cidade de Altônia; o I Encontro de Escolas Agrícolas do Paraná, em Clevelândia; a I AET – Amostra Estudantil de Teatro em Curitiba e ainda a realização do XXVIII COESES na cidade de Marechal Cândido Rondon e em anexo o programa completo deste evento, ou seja, havia uma preocupação, ainda no final da década de 1970, em “informar” a polícia política sobre as ações do ME secundarista.

Sobre a organização dos estudantes secundaristas de forma mais sistemática e mesmo atuante, relatada praticamente por todos os militantes entrevistados, podemos destacar que a pesquisa nos documentos também demonstrou tal organização. Desde os diversos eventos que foram realizados no período em estudo até a própria organização interna das entidades estudantis secundaristas, as quais registravam suas ações de forma sistemática, até para informar a polícia política.

Outra questão a ser ponderada diz respeito aos recortes de jornais sobre as reportagens referentes aos estudantes secundaristas, os quais, nas pastas

¹¹⁶ Ver documento no Anexo 18, página 198.

consultadas para este estudo, eram dos seguintes jornais: *Diário do Paraná*; *Estado do Paraná*; *Folha de Londrina*; *Gazeta do Paraná*; *Gazeta do Povo*. Ou seja, as ações dos secundaristas eram de certa forma do interesse dos redatores de grande parte dos jornais paranaenses.

Com relação a alguns temas, como, por exemplo, aquele que tratou da cisão da UPES, em que alguns membros decidiram exonerar-se da entidade, como analisamos no capítulo III, há recortes de diferentes jornais, mas o conteúdo e a forma de expor o assunto são os mesmos. Na maioria das vezes, as reportagens traziam informações sobre os eventos realizados pela UPES.

Com relação à prisão e tortura de militantes secundaristas paranaenses, recorreremos ao livro “Direito à Memória e à Verdade”, o qual relata o assassinato de diversos militantes de movimentos de esquerda e, na leitura desse livro, nos deparamos com uma relação considerável de membros do ME secundarista de todo o país que foram assassinados ou se encontram desaparecidos por questionarem as ações do governo militar. Inclusive com o secundarista do Paraná José Idézio Brianezi, em que o relato sobre a morte do estudante é a seguinte:

Nascido em Londrina participou de atividades estudantis em Jandaia do Sul e Apucarana, tendo participado do 19º Congresso Paranaense de Estudantes Secundaristas, em Cornélio Procópio, em 1968. Trabalhou na secretaria do Colégio 7 de Setembro, em Apucarana. Em 1969, integrou-se à ALN de São Paulo, juntamente com Antônio dos Três Reis de Oliveira, que seria morto no mês seguinte. Documentos dos órgãos de segurança registram que ele seria um dos subcomandantes do Grupo Tático Armado da ALN, em São Paulo, no início de 1970. A certidão de óbito traz a versão de que faleceu em 13/04/1970, na pensão onde morava, à rua Itatins, nº 88, no Campo Belo, capital paulista. (BRASIL, 2007, p. 121).

Nos documentos que angariamos da DOPS-PR não encontramos registros referentes à realização do XIX COESES, do qual Idézio participou, mas, de acordo com o relato acima, o mesmo conselho se realizou na cidade de Cornélio Procópio em 1968.

Finalizamos este item destacando que muitas das informações relatadas pelas pessoas entrevistadas para este estudo se complementam com os dados coletados nos documentos da DOPS-PR. Assim podemos compreender um pouco da trajetória do ME secundarista paranaense no período de 1964-1984.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Propusemo-nos, neste estudo, analisar a organização dos estudantes secundaristas paranaenses no período de 1964 a 1985. A partir das fontes estudadas identificamos algumas das características do ME secundarista no Estado do Paraná.

Dessa forma, podemos considerar que, apesar da repressão sofrida pelas organizações de “esquerda” e aquelas que, mesmo não sendo efetivamente de esquerda, mas que discordavam das ações do governo militar, no período de 1964-1985, bem como as estratégias e as condições para organização dos estudantes, estratégias e condições que eram muito diversas das atuais, devemos concluir que, efetivamente, foi um momento de intensa articulação do ME secundarista, porque, como observamos, os eventos da UPES aconteciam sistematicamente e os estudantes participavam dessas ações.

Chamamos a atenção para a questão da participação de estudantes e mesmo demais membros da sociedade no ME secundarista que defendiam interesses da direita. Julgamos relevante considerar, apesar das críticas tecidas ao ME naquele período, inclusive em relação à participação de membros de direita e da interferência de partidos políticos. Essa forma de organização da sociedade civil possibilitou avanços nas discussões sociais, tais como a possibilidade de viver numa organização política democrática.

Assim, apesar de considerarmos o debate em torno da direita e da esquerda de difícil mensuração no período em apreço, se elas influenciaram ou não as ações dos estudantes, porque as pessoas poderiam ser de direita, mas não concordar com as atitudes do governo, é pertinente mencioná-las com o objetivo de buscar mais estudos sobre a temática para esclarecer tais nuances na organização do ME.

Salientamos que nosso estudo ainda é incipiente, não só considerando a complexidade da organização estudantil, mas também porque, como já anunciamos, nos detemos em algumas fontes, com rigor teórico, mas há ainda muito a ser estudado sobre os estudantes organizados do Paraná no período de 1964 a 1985.

Todavia, a análise das fontes primárias nos permitiu realizar o exame das questões levantadas na introdução deste estudo, compreendendo que o ME secundarista paranaense esteve articulado no período em apreço, pois os estudantes realizavam congressos e demais eventos e havia participação de um

grande número de estudantes, de políticos e da polícia política paranaense. Também nos foi possível compreender que as ações do governo paranaense estiveram marcadas por acordos de cavalheiros entre os interesses de setores representativos dos estudantes e do governo militar, e que as medidas emanadas do governo estadual influenciaram a organização estudantil dos secundaristas paranaenses, na medida em que restringiram a possibilidade de uma articulação política mais crítica, que pudesse questionar as ações do governo militar.

Constatamos ainda que houve momentos em que a polícia política paranaense, representada pela DOPS, foi mais minuciosa na observação das atividades estudantis, entre o final da década de 1960 e início de 1970 e que, após esse período, foram registrados, muitas vezes, os eventos estudantis apenas por meio de recortes de reportagens de jornal.

No processo de abertura política que se estabeleceu no país a partir de meados da década de 1970 houve participação dos estudantes paranaenses, até mesmo por meio da reconstrução da entidade de representação em âmbito nacional, como constatamos na ocasião da realização do Congresso da UBES em Curitiba e mesmo na participação de estudantes paranaenses no II ENES, ambos no início da década de 1980.

Quando iniciamos nossa pesquisa acreditávamos na possibilidade de encontrar registros de ex-militantes paranaenses que foram vítimas de tortura, mas não foi com essas pessoas que nos deparamos, fato que nos permitiu compreender que, com relação à organização dos estudantes secundaristas paranaenses, houve um controle menos rígido do que em outras regiões do país. Vale, contudo, ressaltar uma vez mais que as DOPS não registravam as torturas e os desaparecimentos, e que, para mapear o alcance da censura e da repressão deveria haver um leque maior de entrevistados, para comprovar tal diferença entre a repressão no Paraná e em outros Estados.

É mister recordar dois exemplos paradigmáticos e elucidativos dessa repressão, sendo o caso do estudante Edson Luís Lima e Souto, secundarista assassinado pelos militares durante um protesto no ano de 1968, e de José Guimarães, assassinado durante o confronto da rua Maria Antonia em que estudantes da USP – Universidade de São Paulo, enfrentaram alunos da Universidade Mackenzie e policiais, por sinal a Universidade Mackenzie era a sede do Comando de Caça aos Comunistas – CCC.

Sobre a luta pela “transformação social” percebemos que, no início do período em estudo, meados da década de 1960, a discussão era mais acentuada no meio estudantil paranaense, mas, pelas próprias características desse movimento, de grande transição de membros, e pela própria forma de organização da sociedade e ainda pela assimilação dos princípios do regime militar, tal perspectiva foi sendo substituída por discussões mais específicas da organização estudantil.

Temos a ciência de que o ideal era ter entrevistado mais pessoas para cruzar os seus depoimentos com os dados dos arquivos, principalmente para aprofundar a questão referente ao pensamento de direita no ME paranaense, porque, diverso do que se diz, ele foi muito representativo no Paraná. Assim, é possível continuar buscando aprofundamento na temática para se chegar a uma radiografia mais próxima do que aconteceu no ME.

Finalizamos este estudo com a certeza de que há muito a ser estudado sobre a organização dos estudantes paranaenses no período de 1964-1985, porque, apesar das dificuldades encontradas ao se utilizarem de fontes primárias para realização de uma pesquisa, as descobertas que podemos fazer com elas são únicas e merecedoras do esforço dispensado.

Dessa forma, este estudo aponta para a relevância de se *encontrar* novas fontes oficiais nos arquivos da repressão que não estão liberados e *encontrar* novos testemunhos que mapeiem os encontros e desencontros do ME secundarista paranaense. É possível, portanto, dar continuidade à pesquisa, inclusive para compreender, de forma mais sistemática, as contradições inerentes ao ME e à influência do pensamento conservador e o de esquerda na forma como os estudantes estiveram organizados no período em apreço.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ALBERTI, Verena. **História oral: a experiência do Cpdoc**. Rio de Janeiro: Centro de Pesquisa e Documentação de História Contemporânea do Brasil, 1989.

ALVES, Maria Helena Moreira. **Estado e oposição no Brasil (1964-1984)**. 2. ed. Rio de Janeiro: Vozes, 1984.

AQUINO, Maria Aparecida de et alii. **No coração das trevas: o DEOPS/SP visto por dentro**. São Paulo: Arquivo do Estado: Imprensa Oficial, 2001.

_____. **Censura, Imprensa, Estado Autoritário (1968-1978): o exercício cotidiano da dominação e da resistência: O Estado de São Paulo e Movimento**. Bauru: EDUSC, 1999.

ARAÚJO, Maria Paula Nascimento. A luta democrática contra o regime na década de 1970. In: REIS, Daniel Aarão; RIDENTI, Marcelo; MOTTA Rodrigo Patto Sá. **O golpe e a ditadura militar: 40 anos depois (1964-2004)**. Bauru – SP: Edusc, 2004. p. 161-175.

ARÓSTEGUI, Julio. **A pesquisa histórica: teoria e método**. Bauru – SP: Edusc, 2006.

ÀVILA, Fernando Bastos. **Pequena enciclopédia de moral e civismo**. 3. ed. Rio de Janeiro: FENAME, 1982.

BARBOSA, Carla Silva. **Movimento Estudantil e produções de subjetividades contemporâneas**. Dissertação de Mestrado. Universidade do Estado do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2007.

BOBBIO, Norberto; MATTEUCI, Nicola; PASQUINO, Gianfranco. **Dicionário de política**. Brasília: Edunb, 1992.

BRUNELO, Leandro. **Repressão política na terra das araucárias: a Operação Marumbi em 1975 no Paraná**. 2006. Dissertação (Mestrado) – Programa de Pós-Graduação em História, Universidade Estadual de Maringá, Maringá, 2006.

BRASIL. Secretaria Especial dos Direitos Humanos. Comissão Especial sobre Mortos e Desaparecidos Políticos. **Direito à verdade e à memória: Comissão Especial sobre Mortos e Desaparecidos Políticos / Comissão Especial sobre Mortos e Desaparecidos Políticos** - Brasília: Secretaria Especial dos Direitos Humanos, 2007.

CALDAS, Ana Carolina. **Centro Popular de Cultura no Paraná (1959-1964): encontros e desencontros entre arte, educação e política**. Dissertação de Mestrado. Universidade Federal do Paraná; 2003.

CALCIOLARI, Sílvia. **Ex-presos políticos e a memória social da tortura no Paraná (1964 – 1978)**. Curitiba: Assembléia Legislativa do Paraná, 2006.

CANTARELA, Roberta. **O teatro paranaense no período da ditadura militar (1964-1985)**: notas de uma pesquisa no arquivo público do Paraná. ANAIS DO IV SEMINÁRIO NACIONAL EM ESTUDOS DA LINGUAGEM. Cascavel, PR, 2009. p. 193-200. Disponível em: <http://cac-php.unioeste.br/eventos/iisnel/CD_IISnell/pages/ANAIS%20DO%20IV%20SEMINARIO%20DE%20ESTUDOS%20DA%20LINGUAGEM.pdf>.

CARLOS, Aparecida da Graça. **Grêmio estudantil e participação do estudante**. Dissertação de Mestrado. Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, São Paulo, 2006.

CARVALHO, Valéria Fernandes de. **A prática educativa do Movimento Estudantil Universitário no contexto do neoliberalismo**: o Curso de Ciências Sociais da UFRJ. Dissertação de Mestrado. Universidade Federal Fluminense, Niterói, 2006.

CAVALLARI, Rosa Maria Feiteiro. **Os limites do Movimento Estudantil – 1964-1980**. Dissertação Mestrado. Universidade Estadual de Campinas, Campinas: São Paulo, 1987.

CINTRA, André; MARQUES, Raísa. **Ubes - uma rebeldia conseqüente**: a história do movimento estudantil secundarista do Brasil. Projeto Memória do Movimento Estudantil, 2009.

CUNHA, Luiz Antonio; GÓES, Moacir de. **O golpe na educação**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2002.

CUNHA, Luis Antonio. **Educação e desenvolvimento social no Brasil**. Rio de Janeiro: Francisco Alves: 1991.

D'ALIMONTE, Roberto. Espaço político. BOBBIO, Norberto; MATTEUCCI, Nicola; PASQUINO, Gianfranco. **Dicionário de política**. 4. ed. Brasília: Edunb. v.1, 1992, p.392-4

DOPS: a lógica da desconfiança. 2. ed. Rio de Janeiro: APERJ, 1996.

DUARTE, Milton Joeri Fernandes. **Representações dos movimentos político-culturais da década de 60 nos jovens de ensino médio**. Dissertação de Mestrado. Universidade de São Paulo, Faculdade de Educação, São Paulo, 2005.

FICO, Carlos. **Reinventando o otimismo**: ditadura, propaganda e imaginário social no Brasil. Rio de Janeiro: Editora Fundação Getúlio Vargas, 1997.

FICO, Carlos. **Como eles agiam**. Rio de Janeiro: Record, 2001.

FIUZA, Alexandre Felipe. **Entre cantos e chibatás**: a pobreza em rima rica nas canções de João Bosco e Aldir Blanc. Dissertação de Mestrado, Campinas, SP: [s.n.], 2001.

FIUZA, Alexandre Felipe. **Entre um samba e um fado: a censura e a repressão aos músicos no Brasil e em Portugal nas décadas de 1960 e 1970.** Tese de Doutorado. Assis – São Paulo: 2006.

FORACCHI, Marialice. **O estudante e a transformação da sociedade brasileira.** São Paulo: Editora Nacional, 1977.

GERMANO, José Wellington. **Estado Militar e educação no Brasil (1964-1985).** 2. ed. São Paulo: Cortez, 1994.

HAGEMAYER, Rafael Rosa. 1968: a derrubada do ensino pago no Paraná. In: MARTINS FILHO, João Roberto (org.). **1968 faz trinta anos.** Campinas, SP: Mercado de Letras, 1998.

HAHN, Fábio André. **Ditadura Militar e os órgãos de repressão: o caso de Nova Aurora/PR.** Anais do III Encontro de Produção Científica e Tecnológica – EPCT. 2008, P. 130-131. Disponível em: <http://www.fecilcam.br/nupem/index.php?option=com_content&task=view&id=15&itemid=14>.

HARVEY, David. A transformação político-econômica do capitalismo do final do século XX. In: **Condição pós-moderna.** 8. ed. São Paulo: Loyola, 1989. p. 115-184 (Parte II).

HELLER, Milton Ivan. **Resistência democrática: a repressão no Paraná.** Rio de Janeiro: Paz e Terra: Curitiba: Secretaria de Cultura do Estado do Paraná, 1988.

HOFF, Sandino. **Os conteúdos das diretrizes educacionais no estado do Paraná – 1960 a 1984.** Maringá, PR: mimeo, 1991.

HOTZ, Celso. **A política educacional paranaense no governo Ney Braga (1979-1982).** Monografia Curso de Especialização em História da Educação Brasileira, UNIOESTE, Cascavel, 2005.

INQUÉRITO POLICIAL MILITAR 709. **O comunismo no Brasil.** 3º volume. Rio de Janeiro: Editora Biblioteca do Exército, 1967.

KUSHNIR, Beatriz. Pelo buraco da fechadura: o acesso à informação e às fontes (os arquivos do DOPS – RJ e SP). In: CARNEIRO, Maria Luiza Tucci. **Minorias silenciadas: histórias da censura no Brasil.** São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 2002. p. 553-583.

LE GOFF, Jacques. “Memória”. In: **História e memória.** Campinas: Ed. Unicamp, 1994. p. 423-483.

_____. Documento/monumento. In: **História e memória.** Campinas: Ed. Unicamp, 1994, p. 535-549.

LVOVICH, Daniel; BISQUERT, Jaqueline. **La cambiante memoria de la dictadura: discursos públicos, movimientos sociales y legitimidad democrática.** 1. ed. Los

Polvorines: Universidade Nacional de General Sarmiento, Buenos Aires: Biblioteca Nacional, 2008.

MACIEL, Ayrton. **A história secreta**. Recife, PE: Edições Bagaço, 2000.

MARINI, Rui Mauro. **Brasil da ditadura à democracia 1964-1990**. Artigo. Disponível em: <http://www.marini-escritos.unam.mx/033_brasil_ditadura_port.htm>. Acesso em: 6 jan. 2010.

MARTINS FILHO, João Roberto. Os estudantes nas ruas, de Goulart a Collor. In: **1968 faz 30 anos**. São Paulo: Editora da Universidade de São Carlos, 1998. p. 11-47.

MATHIAS, Suzeley Kalil. **Distensão no Brasil: o projeto militar (1973-1979)**. Campinas, SP: Papyrus, 1995.

_____. **A militarização da burocracia: a participação militar na administração federal das comunicações e da educação, 1963-1990**. São Paulo: Editora UNESP, 2004.

MENDES JR, Antonio. **História do movimento estudantil no Brasil**. 2. ed. São Paulo: Brasiliense, 1982.

MOSCHINI, Felipe, COSTA, Otto, MUSSUMECI, Víctor. *Moral e Civismo - 8º Série - Ensino de Primeiro Grau*. São Paulo: Editora do Brasil, s.d.

MOURA, Marcilene Rosa Leandro. **Reformas educacionais, protagonismo juvenil e grêmio estudantil: a produção do indivíduo resiliente**. Dissertação de Mestrado. Universidade de Sorocaba, SP: 2008.

NOGUEIRA, Francis Mary Guimarães. **Ajuda externa para a educação brasileira: da USAID ao Banco Mundial**. Cascavel, PR: Edunioeste, 1999.

PADRÓS, Enrique Serra. História do tempo presente, ditaduras de segurança nacional e arquivos repressivos. Revista Tempo e Argumento. Florianópolis, v. 1, n. 1, p. 30-45, jan./jun. 2009.

PALMAR, Aluizio. **Onde foi que vocês enterraram nossos mortos?** 2. ed. Curitiba, PR: Travessa dos Editores, 2006.

PELEGRINI, Sandra de Cássia Araújo. **A UNE nos anos 60: utopias e práticas políticas no Brasil**. Londrina, PR: Editora da UEL, 1997.

PERES, Cláudio Afonso. **O público e o privado no ensino superior brasileiro: do regime militar (1964-1984) ao Governo FHC (1995-2002)**. Dissertação de Mestrado. Universidade Estadual do Oeste do Paraná, PR: 2009.

PETRY, Michele Bete. **As expressões gráficas de humor na história: uma metodologia de leitura para as fontes texto-visuais**. Anais do II Encontro Nacional de Estudos da Linguagem. Londrina, Pr, 2009.

POERNER, Arthur José. **O poder jovem: história da participação política dos estudantes brasileiros**. 5. ed. Rio de Janeiro: Booklink, 2004.

RAGAZZINI, Dário. Para que e o que testemunham as fontes da história em educação? In: **Educar em revista**. In. 18/2001. Curitiba: Editora UFPR, 2001. p.13-28.

REIS, Alessandra. **O sentido do movimento estudantil contemporâneo pela voz dos estudantes da saúde**. Dissertação de Mestrado – Universidade de São Paulo, Escola de Enfermagem: 2007.

REIS, Daniel Aarão; RIDENTI, Marcelo; MOTTA, Rodrigo Patto Sá. **O golpe e a ditadura militar: quarenta anos depois (1964-2004)**. Bauru, SP: Edusc, 2004.

RIDENTI, Marcelo. **O fantasma da revolução brasileira**. São Paulo: Editora da Universidade Estadual Paulista, 1993.

_____, Marcelo S. “Ação Popular: cristianismo e marxismo”. In: REIS FILHO, Daniel Aarão; RIDENTI, Marcelo (orgs.). **História do marxismo no Brasil**. 5. Partidos e organizações dos anos 20 aos 60. Campinas, SP: Ed. da Unicamp, 2002. p. 213-282.

RITTER, Janete. **Da moral e cívica à ética: o disciplinamento para o processo produtivo**. Dissertação de Mestrado – Universidade Federal do Paraná, Curitiba, 2006.

RODRIGUES, Eliane. História da educação no Paraná: a imprensa pedagógica como estratégia, 1985-1986. In: MACHADO, Maria Cristina Gomes; OLIVEIRA, Terezinha. **Educação na história**. São Luiz: Editora UEMA, 2008. p. 165-186.

ROMAGNOLI, Luiz H.; GONÇALVES, Tânia. **A volta da UNE - de Ibiúna a Salvador**. São Paulo: Alfa-Ômega, 1979.

RONCAGLIO, Cynthia et alli. Os arquivos do DOPS do Paraná. **Quadrilátero** – Revista do Arquivo Público do Distrito Federal. Brasília, v. 1, nº. 1, p. 41-52, mar./ago. 1998..

ROUSSO, Henry. A memória não é mais o que era. In: FERREIRA, M. F.; AMADO, J. **Usos e abusos da história oral**. 6. ed. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2005. p. 93-101.

SANFELICE, José Luis. **Movimento estudantil – a UNE na resistência ao golpe de 64**. São Paulo: Cortez, 1986.

SKIDMORE, Thomas E. **Brasil: de Castelo a Tancredo, 1964-1985**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1988.

SHIROMA, Eneida Oto; MORAES, Maria Célia Marcondes de; EVANGELISTA, Olinda. **Política Educacional**. Rio de Janeiro: DP&A, 2004.

SHIROMA, Eneida Oto; CAMPOS, Roselane Fátima; GARCIA, Rosalba Maria Cardoso. Decifrar textos para compreender a política: subsídios teórico-metodológicos para análise de documentos. **Perspectiva**, Florianópolis, v. 23, nº 02, 2005.

VALLE, Maria Ribeiro do. **O diálogo é a violência**: movimento estudantil e a ditadura militar em 1968. UNICAMP - Campinas: São Paulo, Dissertação (mestrado), 1997.

VELASCO e CRUZ, Sebastião C. De Castelo a Figueiredo, uma visão histórica da “abertura”. In: CHERESKY, Isidoro; CHONCHOL, Jacques. **Crise e transformação dos regimes autoritários**. Campinas, SP: Editora Ícone, 1986. p. 37-59.

VENTURA, Zuenir. **1968**: o ano que não terminou. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 2006.

VIEIRA, Evaldo. **A república brasileira**: 1964-1984. São Paulo: Ed. Moderna, 1985.

VOLDMAN, Daniele. Definições e usos, in: FERREIRA, Marieta Ferreira; AMADO, Janaína. **Usos e abusos da história oral**. 6. ed. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2005. p. 33-41.

ZERBINE, Therezinha Godoy. **Anistia**: Semente da liberdade. São Paulo: Escolas Profissionais Salesianas: 1979.

Entrevistas/Depoimento

BONATO, Sérgio. Realizada no dia 23 de novembro de 2009 em Cascavel – PR.

CORDEIRO, Yves Consentino. Realizada em 31 de março de 2007 em Cascavel – PR.

DEITOS, Roberto Antônio. Realizado no dia 10 de junho de 2010 em Cascavel – PR.

KUIAVA, José. Realizada no dia 17 de março de 2007 em Cascavel – PR.

NOGUEIRA, Robinson. Realizado no dia 19 de junho de 2010 em Cascavel – PR.

SIQUEIRA, Luiz Antônio. Realizada no dia 09 de março de 2010 em Cascavel – PR.

SPERANÇA, Alceu. Depoimento escrito pelo militante enviado para a autora em 11 de junho de 2010.

TOLENTINO, Romeu. Realizada no dia 4 de agosto de 2010 em Cascavel – PR.

LEGISLAÇÕES

BRASIL. Ato Institucional nº 5. Disponível em: <https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/AIT/ait-05-68.htm>. Acesso em: 9 jan. 2010.

_____. Lei 4.464, de 9 de novembro de 1964 (Lei Suplicy), que dispõe sobre os Órgãos de Representação dos Estudantes. Disponível em: <<http://www.gedm.ifcs.ufrj.br/upload/legislacao/357.pdf>>. Acesso em: 12 jan. 2010.

_____. Decreto Lei nº. 228, de fevereiro de 1967. Disponível em: <<http://www.planalto.gov.br/ccivil/Decreto-Lei/Del0228impressao.htm>>. Acesso em: 5 jan. 2010.

_____. Decreto Lei nº. 477, de 26 de fevereiro de 1969. Define infrações disciplinares praticadas por professores, alunos, funcionários ou empregados de estabelecimentos de ensino público ou particulares, e dá outras providências. Disponível em: <http://www.acervoditadura.rs.gov.br/legislacao_14.htm>. Acesso em: 5 jan. 2010.

_____. Decreto Federal nº. 68.065, de 14 de janeiro de 1971. Dispõe sobre a inclusão da Educação Moral e Cívica como disciplina obrigatória, nas escolas de todos os graus e modalidades dos sistemas de ensino do país. Disponível em: <http://www.histedbr.fae.unicamp.br/navegando/fontes_escritas/7_Gov_Militar/artigo_003.html>. Acesso em: 2 nov. 2009.

_____. Lei n.º 6680, de 16 de agosto de 1979. Dispõe sobre as relações entre o corpo docente e a instituição de ensino superior, e dá outras providências, encontramos uma breve análise da referida Lei na dissertação de mestrado de Aparecida Graça Carlos. Texto disponível em: <<http://www6.senado.gov.br/sicon/ExecutaPesquisaLegislacao.action>>. Acesso em: 1º abr. 2010.

_____. Lei Federal 7.398/85 – Poder Legislativo assegura o funcionamento dos Grêmios Estudantis como entidades autônomas de representação dos estudantes. Disponível em: <https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/l7398.htm>. Acesso em: 7 jun. 2010.

PARANÁ. Lei 11.057/95 – Assegura a livre organização de Grêmios Estudantis no Paraná.

PASTAS DA DOPS PR

Pasta Associação Cascavelense de Estudantes Secundaristas nº. 54, topografia 08.

Pasta da Associação Central Medianeirense Estudantil de 1º e 2º graus nº 55, topografia 08.

Pasta Centro Popular de Cultura nº. 212, topografia 24

Pasta II Encontro Nacional dos Estudantes nº. 0922, topografia 144.

Pasta Movimento de Ação Secundarista nº. 1370, topografia 163.

Pasta Movimento Estudantil nº. 1419, topografia 168

Pasta Movimento Estudantil Livre nº. 1393, topografia 165.

Pasta Movimento Jovem de Libertação da Igreja nº. 1398, topografia 265.

Pasta União Paranaense dos Estudantes Secundaristas nº. 2328, topografia 264.

Pasta União Paranaense dos Estudantes Secundaristas nº 2333, topografia 265.

Pasta União Paranaense dos Estudantes Secundaristas nº 2337, topografia 266.

Pasta União Paranaense dos Estudantes Secundaristas nº 2338, topografia 266.

Pasta União Paranaense dos Estudantes Secundaristas nº 2331, topografia 266.

Pasta União Paranaense dos Estudantes Secundaristas nº 2335, topografia 265.

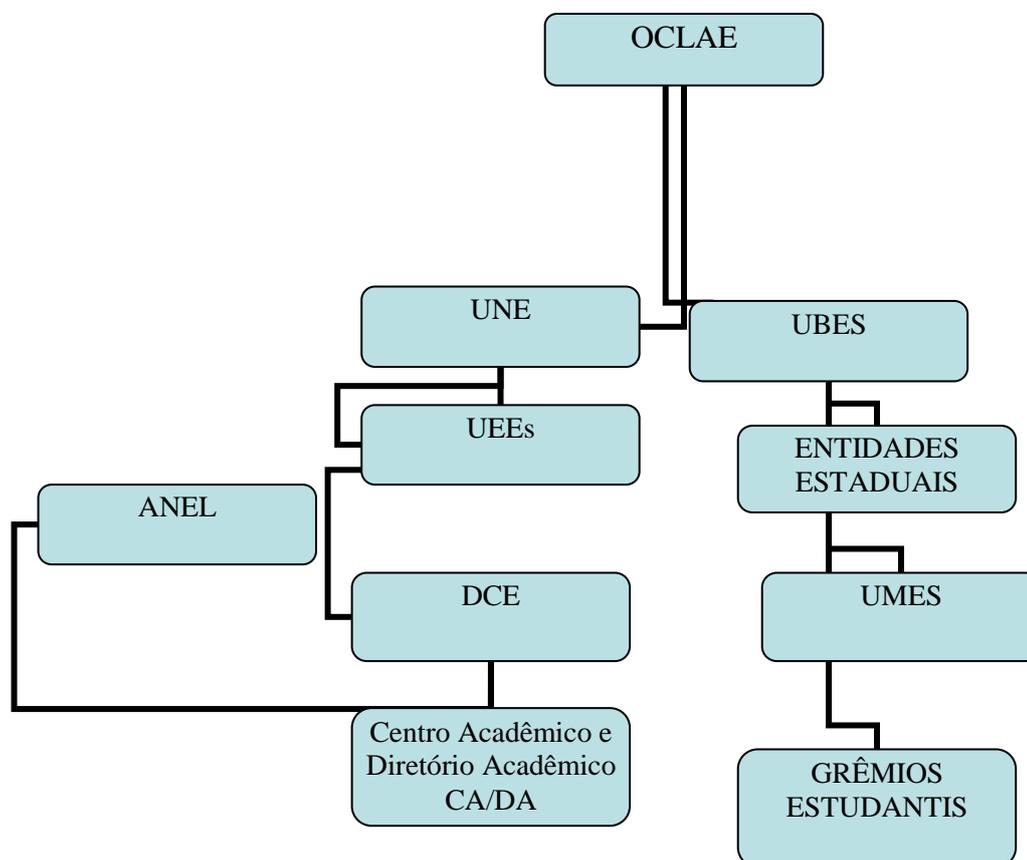
Pasta União Paranaense dos Estudantes Secundaristas nº 2336, topografia 266.

Pasta UPES I ENCOREL nº. 2337, topografia 266.

ANEXOS

ANEXO 01

Estrutura do Movimento Estudantil Brasileiro, que se segue de acordo com diagrama¹¹⁷ abaixo:



As entidades nacionais são a UNE e a UBES. Em seguida tem-se as estaduais, as municipais e aquelas de cada instituição de ensino. Salientamos que, atualmente, de acordo com as informações retiradas do sítio eletrônico oficial dos estudantes brasileiros, as entidades de nível nacional estão diretamente filiadas à Organização Continental Latino-Americana e Caribenha dos Estudantes – OCLAE. As principais decisões ainda são tomadas nos congressos e conselhos realizados pelas entidades, sejam nacionais e ou estaduais e municipais.

¹¹⁷ O diagrama acima foi organizado pela autora, tendo como base a estrutura apresentada no *site* dos estudantes brasileiros: <www.estudantenet.org.br>, Os significados das siglas são o seguinte: UNE – União Nacional dos Estudantes; UBES - União Brasileira dos Estudantes Secundaristas; UEE'S – Uniões Estaduais dos Estudantes; DCE – Diretório Central dos Estudantes; UMES – União Municipal de Estudantes Secundaristas; CA – Centro Acadêmico e DA – Diretório Acadêmico.

Para esta pesquisa foram estudadas as entidades do ME Secundarista, a partir do direcionamento da entidade nacional. A UPES – União Paranaense dos Estudantes Secundaristas foi fundada em 1945 e é a instituição que representa os estudantes secundaristas no Estado do Paraná. Há ainda estruturas partidárias que ocupam tais órgãos, cujo exemplo mais conhecido é a UJS – União da Juventude Socialista.

Nossa intenção com este organograma é destacar que há, na organização dos estudantes, especialmente universitários, algumas instituições que não fazem parte daquela dita oficial para orientar os estudantes. É o caso da ANEL – Aliança Nacional de Estudantes Livres. Tal fato ocorreria também no período estudado nesta pesquisa, 1964-1985.

ANEXO 02

ROTEIRO PARA ENTREVISTA:

- 1 – Qual é seu nome completo, a data e o local de nascimento?
- 2 – Ano de Conclusão do Ensino Médio – antigo 2º grau:
- 3 – Escola onde cursou o Ensino Médio? Havia Grêmio nessa escola?
- 4 – Participou de alguma instituição de organização estudantil secundarista nas décadas de 1970 e 1980?
- 5 – Como os estudantes secundaristas se organizaram para realizar as discussões de possíveis encaminhamentos de trabalhos, como eram as reuniões, o que discutiam, quem colaborava na criação dos Grêmios e na elaboração do Estatuto?
- 6 – E o movimento secundarista onde você participava tinha contato com o movimento secundarista de outras regiões?
- 7 – Havia envolvimento de grupos clandestinos no movimento secundarista?
- 8 – As influências do movimento secundarista eram muito diferentes das do movimento universitário?
- 9 – Além dos estudantes ligados ao movimento estudantil, como era a juventude, em geral nesse contexto? Como os estudantes do movimento estudantil criaram estratégias de diálogo e mobilização de outros estudantes?
- 10 – Tem conhecimento e como você avalia o impacto da chamada política de distensão do governo Geisel no movimento estudantil?
- 11 – Como é que se desenvolveu a mobilização dos estudantes para a reconstrução das entidades de representação nacional e estadual – UNE, UBES e UPES. Qual foi o seu envolvimento nesse processo?
- 12 – Quais eram as principais lideranças do movimento estudantil dessa época, no município, estado e país?
- 13 – Quais foram os principais problemas que os estudantes enfrentaram para colocar a UNE e/ou UBES na ativa novamente?
- 14 – Havia orientação de professores na organização dos estudantes na instituição em que atuou?
- 15 – Na sua opinião, qual é a importância do movimento estudantil no processo de redemocratização do Brasil?
- 15 – Em 1980 já havia o PT [partido dos Trabalhadores]. Ele tinha participação no movimento estudantil?

17 – Percebeu mudanças na organização do ME após a aprovação da Lei da Anistia? Participou da luta pela Anistia?

18 – Houve acontecimentos relacionados ao ME que marcaram sua trajetória de militância? Como era a recepção dos demais alunos à atuação do ME? Fale um pouco sobre tais acontecimentos.

19 – Havia incentivo de ex-líderes estudantis no movimento estudantil secundarista da década de 1970-80?

20 – Você era filiado a algum partido?

21 – Quais partidos ou tendências faziam parte do movimento estudantil da década em que atuou? Como era relação entre esses grupos?

22 – Quais eram as principais dificuldades enfrentadas pelo ME daquele período?

23 – Os estudantes tinham conhecimento da atuação da DOPS, polícia política no período? Havia “investigação” do DOPS na organização dos estudantes na época em que você militou? Como isso acontecia?

24 – Os estudantes secundaristas envolvidos na organização do ME, tinham conhecimento da legislação implementada pelo governo militar para orientar a organização estudantil? Conheciam a nomenclatura dada aos Grêmios como Centros Cívicos?

25 – Compreendiam a forma como o regime militar atuava no sentido de barrar as organizações de esquerda? Discutiam esse tema nas reuniões?

26 – Havia compreensão da necessidade da forma como que a sociedade estava organizada? Pretendiam contribuir para a transformação da mesma?

27 – Qual relação que você vê entre sua atuação profissional e política atual com sua militância naquela época?

28 – Você poderia resumir como você saiu da militância estudantil e chegou aos dias de hoje na sua vida política?

29 – O que você acha que mudou no movimento estudantil daquela época para os dias de hoje?

ANEXO 03**DECRETO-LEI Nº. 477, DE 26 DE FEVEREIRO DE 1969**

Define infrações disciplinares praticadas por professores, alunos, funcionários ou empregados de estabelecimentos de ensino público ou particulares, e dá outras providências.

O PRESIDENTE DA REPÚBLICA, usando das atribuições que lhe confere o parágrafo 1º do Art. 2º do Ato Institucional nº. 5, de 13 de dezembro de 1968, DECRETA:

Art. 1º Comete infração disciplinar o professor, aluno, funcionário ou empregado de estabelecimento de ensino público ou particular que:

I - Alicie ou incite à deflagração de movimento que tenha por finalidade a paralisação de atividade escolar ou participe nesse movimento;

II - Atente contra pessoas ou bens tanto em prédio ou instalações, de qualquer natureza, dentro de estabelecimentos de ensino, como fora dele;

III - Pratique atos destinados à organização de movimentos subversivos, passeatas, desfiles ou comícios não autorizados, ou dele participe;

IV - Conduza ou realize, confeccione, imprima, tenha em depósito, distribua material subversivo de qualquer natureza;

V - Seqüestre ou mantenha em cárcere privado diretor, membro de corpo docente, funcionário ou empregado de estabelecimento de ensino, agente de autoridade ou aluno;

VI - Use dependência ou recinto escolar para fins de subversão ou para praticar ato contrário à moral ou à ordem pública.

§ 1º As infrações definidas neste artigo serão punidas:

I - Se se tratar de membro do corpo docente, funcionário ou empregado de estabelecimento de ensino com pena de demissão ou dispensa, e a proibição de ser nomeado, admitido ou contratado por qualquer outro da mesma natureza, pelo prazo de cinco (5) anos;

II - Se se tratar de aluno, com a pena de desligamento, e a proibição de se matricular em qualquer outro, estabelecimento de ensino pelo prazo de três (3) anos.

§ 2º Se o infrator for beneficiário de bolsa de estudo ou perceber qualquer ajuda do Poder Público, per dê, e não poderá gozar de nenhum desses benefícios pelo prazo de cinco (5) anos.

§ 3º Se se tratar de bolsista estrangeiro será solicitada a sua imediata retirada de território nacional.

Art. 2º A apuração das infrações a que se refere este Decreto-lei far-se-á mediante processo sumário a ser concluído no prazo improrrogável, de vinte dias.

Parágrafo único. Havendo suspeita de prática de crime, o dirigente do estabelecimento de ensino providenciará, desde logo a instauração de inquérito Policial.

Art. 3º O processo sumário será realizado por um funcionário ou empregado do estabelecimento de ensino, designado por seu dirigente, que procederá às diligências convenientes e citará o infrator para, no prazo de quarenta e oito horas, apresentar defesa. Se houver mais de um infrator o prazo será comum e de noventa e seis horas.

§ 1º O indiciado será suspenso até o julgamento, de seu cargo, função ou emprego, ou, se for estudante proibido de freqüentar as aulas, se o requerer o encarregado do processo.

§ 2º Se o infrator residir em local ignorado, ocultar-se para não receber a citação, ou citado, não se defender, ser-lhe-á designado defensor para apresentar a defesa.

§ 3º Apresentada a defesa, o encarregado do processo elaborará relatório dentro de quarenta e oito horas, especificado a infração cometida, o autor e as razões de seu convencimento.

§ 4º Recebido o processo, o dirigente do estabelecimento proferirá decisão fundamentada, dentro de quarenta e oito horas, sob pena do crime definido no Art. 319 do Código Penal, além da sanção cominada no Item I do § 1º do Art. 1º deste Decreto-lei.

§ 5º Quando a infração estiver capitulada na Lei Penal, será remetida cópia dos autos à autoridade competente.

Art. 4º Comprovada a existência de dado patrimonial no estabelecimento de ensino, o infrator ficará obrigado a ressarcir-lo, independentemente das sanções disciplinares e criminais que, no caso, couberem.

Art. 5º O Ministro de Estado da Educação e Cultura expedirá, dentro de trinta dias, contados da data de sua publicação, instruções para a execução deste Decreto-lei.

Art. 6º Este Decreto-lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Brasília, 26 de fevereiro de 1969; 148º da Independência e 81º da República.

A. COSTA E

ANEXO 04**DECRETO-LEI Nº. 228, DE 28 DE FEVEREIRO DE 1967**

O PRESIDENTE DA REPÚBLICA, usando da atribuição que lhe confere o artigo 9º, § 2º do Ato Institucional nº. 4,

DECRETA:

Art. 1º Os órgãos de representação dos estudantes do âmbito do ensino superior, que se regerão por este decreto-lei, têm por finalidade:

- a) defender os interesses dos estudantes, nos limites de suas atribuições;
- b) promover a aproximação e a solidariedade entre os corpos discente, docente e administrativo dos estabelecimentos de ensino superior;
- c) preservar as tradições estudantis, a probidade da vida escolar, o patrimônio moral e material das instituições de ensino superior e a harmonia entre os diversos organismos da estrutura escolar;
- d) organizar reuniões e certames de caráter cívico, social, cultural, científico, técnico, artístico e desportivo, visando à complementação e ao aprimoramento da formação universitária;
- e) assistir os estudantes carentes de recursos;
- f) realizar intercâmbio e colaboração com entidades congêneres;
- g) concorrer para o aprimoramento das instituições democráticas.

Art. 2º São órgãos de representação dos estudantes de estabelecimentos de nível superior:

- a) o Diretório Acadêmico (D.A.), em cada estabelecimento de ensino superior;
- b) o Diretório Central de Estudantes (D.C.E.), cada Universidade.

Art. 3º Compete ao Diretório Acadêmico e ao Diretório Central de Estudantes, perante as respectivas autoridades do estabelecimento de ensino ou da Universidade:

- a) patrocinar os interesses do corpo discente;
- b) designar a representação prevista em lei, junto aos órgãos de deliberação coletiva e bem assim junto a cada Departamento constitutivo de Faculdade, Escola ou Instituto;
- c) exercer o direito de representação previsto no art. 73 § 2º, da Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional.

§ 1º A representação a que se refere a alínea *b* deste artigo será exercida, junto a cada órgão, por estudante ou estudantes, regularmente matriculados em série que não a primeira, sendo que, no caso de representação junto a Departamento, deverá recair em aluno ou alunos de cursos ou disciplinas que o integram, tudo de acordo com os Regimentos dos estabelecimentos de ensino ou Estatutos das Universidades.

§ 2º A representação estudantil junto ao Conselho Universitário, Congregação ou Conselho Departamental poderá fazer-se acompanhar de um aluno, sempre que se tratar de assunto do interesse de determinado curso ou secção.

§ 3º No caso da representação, a que se refere o item *c*, a Congregação decidirá:

- 1) no prazo de dez (10) dias, em se tratando de não comparecimento do professor, sem justificção, a 25% das aulas e exercícios;
- 2) antes do início do ano letivo seguinte, no caso do não cumprimento de, pelo menos, três quartos do programa da respectiva cadeira.

Art. 4º O Diretório Acadêmico será constituído por estudantes do estabelecimento de ensino superior, eleitos pelo corpo discente.

Art. 5º É obrigatório o exercício do voto por todo estudante regularmente matriculado, para a eleição do D.A.

Parágrafo único. Salvo se comprovar devidamente motivo de força maior ou de doença, o estudante que deixar de votar será suspenso por trinta (30) dias.

Art. 6º A eleição do D.A. será regulada em seu Regimento, atendidas as seguintes normas:

a) registro prévio de candidatos ou chapas, sendo apenas elegível o estudante regularmente matriculado em série ou em disciplinas pelo regime de créditos, não repetente ou dependente;

b) realização, dentro do recinto do estabelecimento de ensino, em um só dia, durante a totalidade do horário de atividades escolares;

c) identificação do votante, mediante confronto dos votantes com a lista nominal fornecida pelo estabelecimento de ensino;

d) garantia e sigilo do voto e a inviolabilidade da urna;

e) apuração imediata, após o término da votação, asseguradas a exatidão dos resultados e a possibilidade de apresentação de recurso;

f) acompanhamento por representante da Congregação ou do Conselho Departamental, na forma do Regimento de cada estabelecimento de ensino.

Parágrafo único. Considerar-se-ão eleitos os estudantes que obtiverem o maior número de votos.

Art. 7º O D.C.E. será eleito por voto indireto através do colegiado formado por delegados dos D.A., na forma por que dispuser o Estatuto da Universidade.

Art. 8º Atendendo ao disposto no presente decreto-lei, a composição, organização e atribuições dos órgãos de representação estudantil serão fixadas em seus Regimentos, que deverão ser aprovados pelos órgãos a que se refere o artigo 10.

§ 1º O mandato dos membros do Diretório Acadêmico será de um (1) ano, vedada a reeleição para o mesmo cargo.

§ 2º o exercício de quaisquer funções de representação, ou delas decorrentes, não exonera o estudante do cumprimento dos seus deveres escolares, inclusive da exigência da frequência.

Art. 9º Os D.A. e os D.C.E. serão mantidos por contribuição dos estudantes, fixadas em seus Regimentos, podendo receber auxílios do estabelecimento e da Universidade.

§ 1º Os D.A. e os D.C.E. poderão receber auxílios dos poderes públicos e donativos de particulares, mediante prévia autorização das Congregações e dos Conselhos Universitários, respectivamente.

§ 2º Os estabelecimentos de ensino e as Universidades assegurarão os processos de recolhimento das contribuições dos Estudantes.

§ 3º Cabe aos D.A. transferir parte das contribuições para os D.C.E. da mesma Universidade, na forma do Regimento destes.

Art. 10. Os auxílios ou donativos, provenientes dos Poderes Públicos ou de particulares, serão entregues aos estabelecimentos de ensino ou às Universidades, que os encaminharão aos órgãos estudantis a que forem destinadas, mediante plano de aplicação a ser previamente aprovado pela Congregação ou Conselho Universitário, respectivamente.

§ 1º As prestações de contas relativas à gestão financeira dos D.A. e dos D.C.E. serão encaminhadas, com o parecer dos Diretores ou Reitores, às Congregações ou aos Conselhos Universitários, respectivamente.

§ 2º A não aprovação das contas impedirá o recebimento de quaisquer novos auxílios e, se comprovado o uso indevido dos bens e recursos entregues à entidade, importará em responsabilidade civil, penal e disciplinar dos membros da Diretoria.

Art. 11. É vedada aos órgãos de representação estudantil qualquer ação, manifestação ou propaganda de caráter político-partidário, racial ou religioso, bem como incitar, promover ou apoiar ausências coletivas aos trabalhos escolares.

Parágrafo único. A inobservância deste artigo acarretará a suspensão ou a dissolução do D.A. ou D.C.E.

Art. 12. A fiscalização do cumprimento deste decreto-lei caberá ao Diretor do estabelecimento ou ao Reitor da Universidade, respectivamente, conforme se tratar de D.A. ou D.C.E.

§ 1º O Diretor do estabelecimento de ensino ou Reitor da Universidade incorrerá em falta grave se, por ação, tolerância ou omissão, não tornar efetivo o cumprimento deste decreto-lei.

§ 2º Caberá às Congregações e aos Conselhos Universitários a apuração da responsabilidade, nos termos deste artigo, aplicando, em decorrência, as penalidades que couberem.

§ 3º Em caso de omissão das autoridades, caberá ao Ministro da Educação e Cultura impor as penalidades.

Art. 13. As Universidades e os estabelecimentos de ensino superior adaptarão seus Estatutos e Regimentos, respectivamente, aos termos do presente decreto-lei, no prazo improrrogável de sessenta (60) dias.

Art. 14. Os atuais órgãos de representação estudantil deverão proceder à reforma de seus regimentos, adaptando-os ao presente decreto-lei e os submetendo, através do Diretor do estabelecimento ou do Reitor da Universidade, à Congregação ou ao Conselho Universitário, dentro de trinta (30) dias da aprovação da reforma dos Regimentos e Estatutos, a que se refere o artigo anterior.

Art. 15. Serão suspensos ou dissolvidos pelas Congregações ou pelos Conselhos Universitários, conforme se trate de Diretório Acadêmico ou de Diretório Central de Estudantes, os órgãos de representação estudantil que não se organizarem ou não funcionarem em obediência ao prescrito neste decreto-lei e nos respectivos Regimentos ou Estatutos.

§ 1º A suspensão não poderá ultrapassar noventa (90) dias, findos os quais serão dissolvidos os órgãos se não provarem adaptação às normas legais e regimentais.

§ 2º No caso de dissolução, será promovida, pelas autoridades escolares, a imediata desocupação da sede do D.A. ou D.C.E., porventura situada no recinto da Faculdade ou Universidade, devolvendo-se os bens e recursos colocados à disposição dos órgãos.

§ 3º Os bens e recursos, a que se refere o item anterior, ficarão sob a guarda da Congregação ou do Conselho Universitário, até que se reorganize o órgão.

Art. 16. Nos estabelecimentos de ensino e Universidades em que não foram constituídas representações estudantis em conformidade com a Lei nº. 4.464, de 9 de novembro de 1964, serão convocadas eleições.

§ 1º A convocação dessas eleições será promovida pelos Diretores ou Reitores, respectivamente dentro de 30 (trinta) dias a contar da publicação deste Decreto-lei.

§ 2º O Ministro da Educação e Cultura, em caso de omissão das autoridades, poderá avocar a si tal providência.

§ 3º Aplicam-se aos D.A. referidos neste Artigo, as disposições do art. 14.

Art. 17. Nos estabelecimentos de ensino de grau médio somente poderão ser constituídos grêmios com finalidades cívicas, culturais, sociais e desportivas, cuja atividade se restringirá aos limites estabelecidos no Regimento, devendo ser sempre assistidos por um professor.

Art. 18. Fica instituída a "Conferência Nacional do Estudante Universitário", cuja finalidade é o exame e o debate objetivo de problemas universitários, para a elaboração de teses, sugestões e reivindicações a serem apresentadas às autoridades e órgãos competentes, sendo vedados os temas de cunho religioso, político-partidário ou racial.

§ 1º A Conferência, cuja duração não deverá ultrapassar uma semana reunir-se-á, ordinariamente, uma vez por ano, e, extraordinariamente quando convocada pelo Ministro da Educação e Cultura.

§ 2º As reuniões ordinárias serão realizadas obrigatoriamente, na capital da República e as extraordinárias no local indicado pela autoridade que a convocar.

§ 3º A Conferência será constituída por um representante de cada D.C.E e por um representante de cada grupo de dez (10) escolas superiores isoladas de cada Estado, onde houver número igual ou superior, ou, onde não houver, um representante para o total inferior a esse número.

Art. 19. A 1ª Conferência será convocada e instalada pelo Ministro da Educação e Cultura, e as demais serão convocadas pelo Presidente da anterior.

Parágrafo único. Ao instalar-se, a Conferência procederá à eleição de cinco (5) de seus membros que dirigirão os trabalhos, os quais indicarão o Presidente.

Art. 20. Ficam extintos os órgãos estudantis do âmbito estadual, ainda que organizados como entidades de direito privado.

Parágrafo único. O Ministério Público Federal promoverá a dissolução das entidades e o patrimônio dos referidos órgãos será incorporado à Universidade federal do Estado respectivo, para utilização pelo D.C.E.

Art. 21. O Ministro da Educação e Cultura baixará as instruções necessárias para a execução deste decreto-lei.

Art. 22. Este decreto-lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogando a Lei nº 4.464, de 9 de novembro de 1964.

Brasília, 28 de fevereiro de 1967; 146º da Independência e 79º da República.

H. CASTELLO BRANCO

Raymundo Moniz de Aragão

ANEXO 05

Manifesto da UBES – redigido durante o XXXI Congresso da UNE, 1979 em Salvador, resultado da 1ª Reunião Nacional secundarista¹¹⁸:

“Nós secundaristas, tivemos nossas entidades de base, os grêmios, destruídos em 1968, pela repressão que se abateu sobre os trabalhadores, estudantes e demais oprimidos que se colocavam contra a ditadura militar instaurada em 1964 com o golpe de 31 de março. A morte do secundarista Edson Luís em 1968, a destruição da União Brasileira dos Estudantes Secundaristas, UBES, a prisão e o exílio de seus membros, é o saldo desta repressão que abate sobre nós secundaristas.

Hoje o movimento secundarista é ainda embrionário, fraco, não conseguindo dar respostas imediatas aos problemas que nos atingem. Hoje nos encontramos ainda em nossas entidades livres e representativas, substituídas pelos centros-cívicos; nos encontramos manipulados e subjugados por um sistema de ensino alienante, massificante e autoritário; nos encontramos subjugados e reprimidos pela estrutura familiar que nos considera irresponsáveis eternamente e eternamente tentam nos tutelar, tentando abafar nossa consciência crítica e nossa ação que procura contribuir com a transformação da sociedade. Portanto, o movimento secundarista ainda está generalizado, não existe o mínimo de unificação nas lutas de resistência ao autoritarismo e às péssimas condições de ensino que despontam esparsamente em um local ou outro.

Neste momento, quando toda sociedade procura se organizar em movimentos contra a opressão e a miséria social, que se generalizam por todo país, nós, como membros dessa sociedade, sofreremos as conseqüências de suas contradições. Por isso lutamos, hoje, pela liberdade de organização e manifestação, pela reconstrução de nossas entidades de base, livres e representativas, por melhores condições de ensino e contra o autoritarismo. **Por isso mesmo não vamos participar em um departamento secundarista na UNE, ou de qualquer outra forma, pois esta participação não será representativa do conjunto secundarista, a nível nacional.** O que é prioritário para nós são as lutas de resistências, á a ampliação, a organização e o avanço do movimento secundarista.

Apoiamos e entendemos ser da maior importância a reconstrução da UNE não só para os estudantes como também para toda a sociedade. Entendemos que a UNE é uma das maiores conquistas dos estudantes e da sociedade brasileira, no campo da liberdade de organização. Esperamos também todo apoio da UNE ao movimento secundarista, pois se hoje não nos encontramos organizados, no futuro poderemos participar, ficando claro que daremos prioridade à reconstrução da UBES.”

¹¹⁸ O referido manifesto encontra-se no livro: ROMAGNOLI, Luiz H.; GONÇALVES, Tânia. **A volta da UNE** - de Ibiúna a Salvador. São Paulo: Alfa-Ômega, 1979.

ANEXO 06**LEI Nº 6.680, DE 16 DE AGOSTO DE 1979**

Revogada pela Lei nº 7.395, de 1985

Dispõe sobre as relações entre o corpo docente e a instituição de ensino superior, e dá outras providências

EU PRESIDENTE DA REPÚBLICA faço saber que o Congresso Nacional decreta e eu sanciono a seguinte lei:

Art. 1º O Corpo docente dos estabelecimentos de ensino superior será representado nos órgãos colegiados acadêmicos com direito a voz e voto.

Parágrafo único. A representação terá por objetivo promover a cooperação da comunidade acadêmica e o aprimoramento da instituição, vedadas atividades de natureza político-partidária.

Art. 2º São órgãos da representação estudantil, com atribuições definidas nos estatutos e regimentos dos estabelecimentos de ensino superior:

a) o Diretório Central dos Estudantes da Universidade, da Federação de Escolas e de estabelecimentos isolados de ensino superior;

b) os Diretórios acadêmicos em unidades de ensino dos estabelecimentos mencionados na letra a

Parágrafo único. Aos Diretórios é vedada a participação ou representação em entidades alheias à instituição de ensino superior a que estejam vinculados.

Art. 3º Na forma dos estatutos e regimentos dos estabelecimentos de ensino, caberá ao Diretório indicar a representação estudantil.

Parágrafo único. Na forma desses documentos, os Diretórios serão mantidos por contribuições de seus associados e por doações a eles destinados, através dos estabelecimento ao qual estejam vinculados.

Art. 4º Serão estabelecidos nos estatutos e regimentos de cada instituição os processos de escolha dos membros dos Diretórios e demais dispositivos que regulem suas atividades.

Art. 5º Ficam revogados os [artigos 38 e 39 da Lei nº 5.540, de 28 de novembro de 1968](#), o [Decreto-lei nº 228, de 28 de fevereiro de 1967](#), e o [Decreto-lei nº 477, de 26 de fevereiro de 1969](#).

Parágrafo único. O Ministério da Educação e Cultura baixará normas que orientarão os regimentos disciplinares dos estabelecimentos de ensino superior.

Art. 6º O Ministério da Educação e Cultura baixará, no prazo de cento e vinte dias, normas que regulamentarão as atividades da representação estudantil, nos termos da presente Lei.

Art. 7º É assegurada a legitimidade da representação estudantil exercida nos moldes da legislação ora revogada, enquanto não forem constituídos os órgãos de representação de acordo com as normas previstas no artigo 6º desta Lei.

Art. 8º Nos estabelecimentos de ensino de 1º e 2º graus somente poderão ser constituídos grêmios estudantis com finalidades cívicas, culturais, sociais e desportivas, cuja atividade se restringirá aos limites estabelecidos em regimento, devendo ser sempre assistidos por membros do corpo docente.

Art. 9º Esta Lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Brasília, em 16 de agosto de 1979; 158º da Independência e 91º da República.

ANEXO 07**LEI Nº. 7.398, DE 4 DE NOVEMBRO DE 1985**

Dispõe sobre a organização de entidades representativas dos estudantes de 1º e 2º graus e dá outras providências

O PRESIDENTE DA REPÚBLICA, faço saber que o Congresso Nacional decreta e em sanciono a seguinte lei:

Art . 1º - Aos estudantes dos estabelecimentos de ensino de 1º e 2º graus fica assegurada a organização de Estudantes como entidades autônomas representativas dos interesses dos estudantes secundaristas com finalidades educacionais, culturais, cívicas esportivas e sociais.

§ 1º - (VETADO).

§ 2º - A organização, o funcionamento e as atividades dos Grêmios serão estabelecidos nos seus estatutos, aprovados em Assembléia Geral do corpo discente de cada estabelecimento de ensino convocada para este fim.

§ 3º - A aprovação dos estatutos, e a escolha dos dirigentes e dos representantes do Grêmio Estudantil serão realizadas pelo voto direto e secreto de cada estudante observando-se no que couber, as normas da legislação eleitoral.

Art . 2º - Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Art . 3º - Revogam-se as disposições em contrário.

Brasília, em 04 de novembro de 1985; 164º da Independência e 97º da República.

JOSÉ SARNEY

Marco Maciel

ANEXO 08

Reportagem sobre o patrimônio da UPE, jornal Correio de Notícias, 21 de junho de 1979.

JORNAL Correio de Notícias
 Data 21/06/1979 Estado PR



Secretaria de Segurança Pública
DELEGACIA DE ORDEM POLÍTICA E SOCIAL

SEÇÃO DE INFORMAÇÕES 21

Estado do Paraná

NOME: _____

FILIAÇÃO: _____

PROFISSÃO: _____

RESIDÊNCIA: _____

HISTÓRICO

• INFORMAÇÕES •

O patrimônio da UNE

Nelton Friedrich quer saber o que foi feito do patrimônio da União Paranaense de Estudantes

A extinta União Paranaense dos Estudantes - UPEs, voltou a ser assunto na Assembléia Legislativa através de um expediente enviado pelo deputado emedebista Nelton Friedrich, ao governador Ney Braga, solicitando informações a respeito de como se processou a absorção do patrimônio do extinto órgão, pelo governo do Estado.

No documento o parlamentar argumenta, que em função dos serviços prestados pela UPEs aos estudantes e suas posições assumidas em defesa dos interesses da classe, entre elas o ensino gratuito em todos os níveis, a credenciou como uma "defensora da soberania nacional, da democracia e contra o arbítrio e o imperialismo estrangeiro".

Para o deputado, o Paraná não pode ficar de fora do processo que ora se inicia, com a volta da União Nacional dos Estudantes - UNE, e Curitiba considerada a Cidade Universitária "também deve ter suas organizações político-estudantis atuando livremente". Acentuando que os estudantes da Capital "já es-



FRIEDRICH
Os serviços da UPES

lembrou os serviços prestados pela UPEs, que caso não fosse extinta teria completado 34 anos na segunda-feira. Além de sua representatividade, até mesmo no campo da política nacional, a associação de classe atendia os estudantes do Interior com refeições a baixo custo, promoções culturais e assistência aos universitários, lembra Nelton. Outra característica apontada como de relevância pelo deputado está o fato de que as atividades da UPEs eram administradas e promovidas pelos próprios estudantes.

No documento encaminhado ao governador Ney Braga, Nelton Friedrich quer saber, além de como se processou a absorção do patrimônio da UPEs, quais os bens, "de maneira minuciosa e descrição individualizada", foram absorvidos; que órgãos estão utilizando o patrimônio e se o governo do Estado viabiliza uma maneira de retorno de tais propriedades ao domínio e administração dos estudantes. A cópia do pedido encaminhada ao Executivo foi enviada também aos diretórios centrais das universidades Federal, Católica e Estadual de Londrina.

tão se reorganizando para defenderem as nobres causas", Nelton

Arquivo da DOPS-PR, pasta da UPES nº 2336, topografia 266.

ANEXO 09**LEI Nº 11.057¹¹⁹, DE 17 DE JANEIRO DE 1995**
Publicado no Diário Oficial N.º 4429, de 17/01/95

Assegura, nos Estabelecimentos de Ensino de 1º e 2º graus, públicos ou privados, no Estado de Paraná, a livre organização de Grêmios Estudantis, conforme especifica.

A Assembléia Legislativa do Estado do Paraná decretou e eu sanciono a seguinte lei:

Art. 1º É assegurada nos Estabelecimentos de Ensino de 1º e 2º graus, públicos ou privados no Estado do Paraná, a livre organização de Grêmios Estudantis, para representar os interesses e expressar os pleitos dos alunos.

Art. 2º É de competência exclusiva dos estudantes a definição das formas, dos critérios, dos estatutos e demais questões referentes à organização dos Grêmios Estudantis.

Art. 3º Aos estabelecimentos paranaenses de ensino caberão assegurar espaço para divulgação das atividades do Grêmio estudantil em local de grande circulação de alunos, bem como para as reuniões de seus membros.

Parágrafo Único. É assegurada nas instituições de ensino do Estado do Paraná a livre circulação e expressão das entidades estudantis:

I – Os Grêmios Estudantis;

II – As entidades representativas estudantis municipais, regionais e nacional.

Art. 4º É garantida a rematrícula dos membros dos Grêmios Estudantis, salvo por livre opção do aluno ou do responsável, nos mesmos estabelecimentos em que estejam matriculados.

Art. 5º Sob pena de abuso de poder, é vedada qualquer interferência estatal e/ou particular nos Grêmios Estudantis, que prejudique suas atividades, dificultando ou impedindo o seu livre funcionamento.

Parágrafo Único. Os responsáveis pela interferência de que trata o “caput” deste artigo responderão na forma da lei, civil e/ou penal, e na Constituição Federal, sob a égide do art. 5º, XVIII.

Art. 6º Esta Lei entrará em vigor na data da sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

PALÁCIO DO GOVERNO EM CURITIBA, em 17 de janeiro de 1995.

Jaime Lerner Governador do Estado.

Ramiro Wahrhaftig

Secretário de Estado da Educação

ANEXO 10

Capa do Boletim Informativo Semanal nº. 24/70/71



Arquivo da DOPS-PR, pasta da UPES nº. 2338 topografia 264.

ANEXO 11

Colegas

Na Guanabara, em 28 próximo passado, quinta-feira, o nosso colega secundarista Edson Luís Souto, de 16 anos, aluno do Instituto Cooperativa de Ensino, foi assassinado a tiros de metralhadora por tropas de policiais, no Restaurante Calabouço, quando **articulava um protesto** pelas baixas condições do mencionado restaurante. Também um funcionário do INPS foi morto no **incidente**.

Em Brasília, em trinta próximo passado, sábado, um colega de 23 anos foi baleado, vindo a falecer no dia de ontem, incidente ocorrido em manifestação que se realizavam no DF, com protesto ao assassinato do colega Edson.

Ontem, um portuário, do Rio de Janeiro e um operário de Goiás foram mortos quando se solidarizavam com o protesto estudantil; além disso dezenas de colegas nossos saíram feridos na Guanabara.

Vemos, pois, colegas que um clima de terror está sendo implantado no Brasil pelo governo, os protestos já se generalizam por todo o país.

O colega Edson reivindicava comida e foi morto, lutava o colega com a política educacional do governo, política essa que causa o pagamento das anuidades, a transformação das nossas escolas em regime de fundações privadas, o corte de verbas e isso causa deficiência de ensino, a militarização da disciplina e os tantos problemas que nós todos sentimos. E nossa luta deve ser, hoje, tanto denunciando a violenta repressão por parte de uma minoria que governa e manda, aos estudantes, quanto e principalmente contra a política educacional deste mesma minoria.

Devemos ter uma firme consciência de que apenas organizados é que conseguiremos vencer.

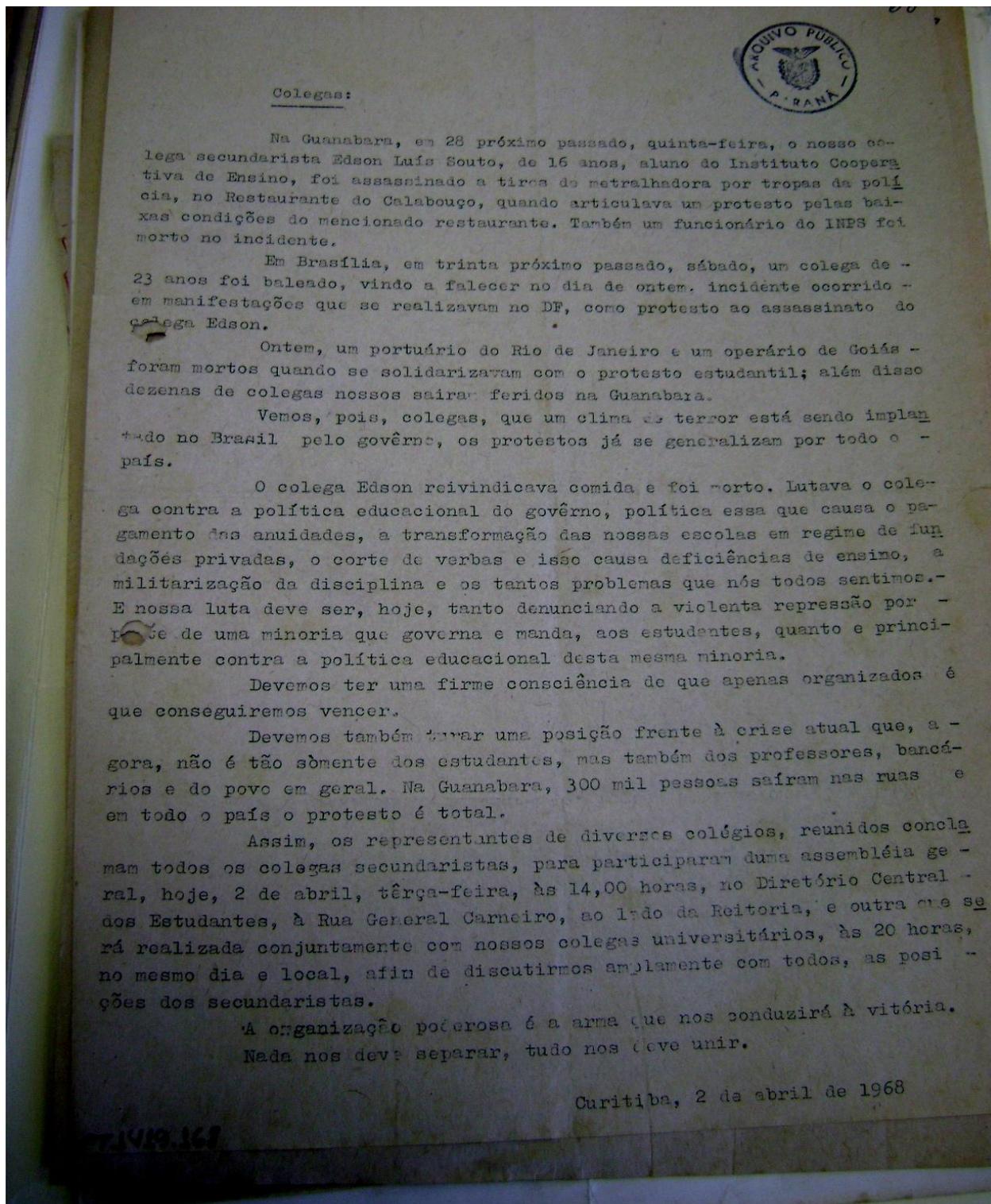
Devemos também tirar uma posição frente à crise atual que, agora, não é tão somente dos estudantes, mas também dos professores, bancários e do povo em geral. Na Guanabara, 300 mil pessoas saíram nas ruas e em todo o país o protesto é total.

Assim, os representantes de diversos colégios, reunidos conclamam todos os colegas secundaristas, para participarem duma assembléia geral, hoje, 2 de abril, terça-feira, às 14:00 horas, no Diretório Central dos Estudantes, à Rua General Carneiro, ao lado da Reitoria, e outra que será realizada conjuntamente com nossos colegas universitários, as 20:00 horas no mesmo dia e local, afim de discutirmos amplamente com todos, as posições dos secundaristas.

A organização poderosa é a arma que nos conduzirá à vitória.

Nada nos deve separar, tudo deve unir.

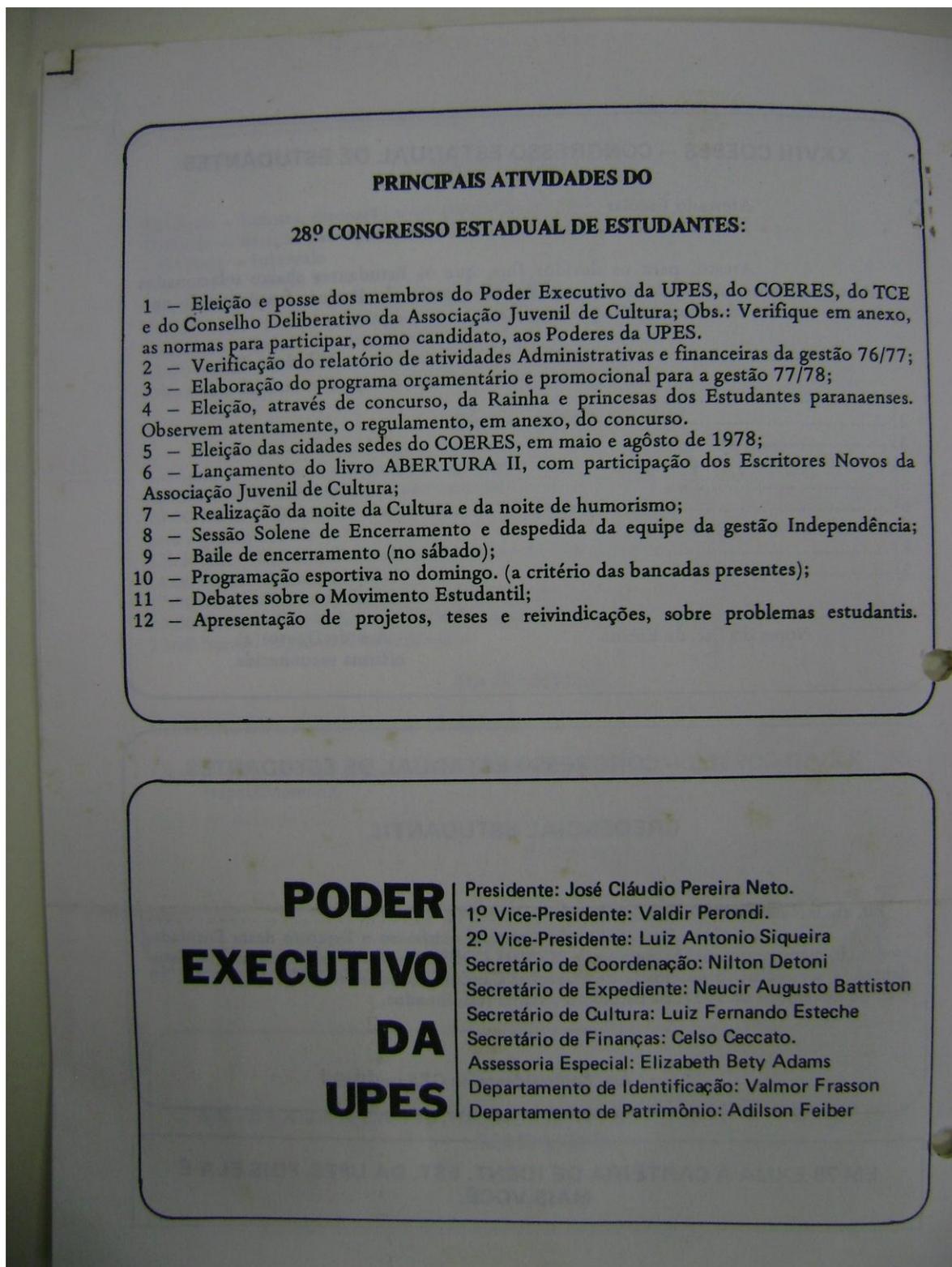
Curitiba, 2 de abril de 1968.



Arquivo da DOPS-PR, pasta Movimento Estudantil - UPE nº. 1419, topografia 168.

ANEXO 12

Modelo de Temário produzido pela UPES por ocasião da realização do XXVIII COESES.



Arquivo da DOPS-PR, pasta UPES nº. 2335, topografia 265.

Apresentação do Temário do XXVIII COESES de forma mais detalhada

TEMÁRIO CALENDÁRIO

**XXVIII COESES
16 A 20 DE NOVEMBRO/77 – MARECHAL CÂNDIDO RONDON**

Dia 16 – Quarta-feira

14h30min. – Sessão de Instalação do XXVIII COESES, com a seguinte agenda de trabalhos:

- a) Distribuição dos materiais de expediente;
- b) Explicação geral das normas do XXVIII COESES;
- c) Eleição das seguintes Comissões Ordinárias de trabalho:
 - 1 - Verificação do relatório de atividades Administrativas e financeiras da gestão Independência 76/77;
 - 2 - Eleição e verificação de votos;
 - 3 - Credenciais;
 - 4 - Programa Promocional, político e orçamentário para a gestão 77/78;
 - 5 - Avaliação dos Congressistas.

20:00 horas – Sessão Solene de Abertura do XXVIII COESES.

Dia 17 – Quinta-feira

- 8h15min. – Leitura, discussão e aprovação da Ata da sessão de Instalação;
8h45min. – Apresentação do relatório de atividades da gestão 76/77;
13h30min. – Leitura, discussão e aprovação da Ata da Sessão anterior;
14:00 horas – Apresentação das chapas para os Poderes da UPES e para o Conselho Deliberativo da AJC;
16:00 horas – Intervalo
16h10min – Apresentação dos relatórios de atividades do COERES e TCE;
20:00 horas – Noite da Cultura, com lançamento do livro ABERTURA II.

Arquivo da DOPS-PR, pasta UPES nº. 2335, topografia 265.

Capa do Jornal Argumento



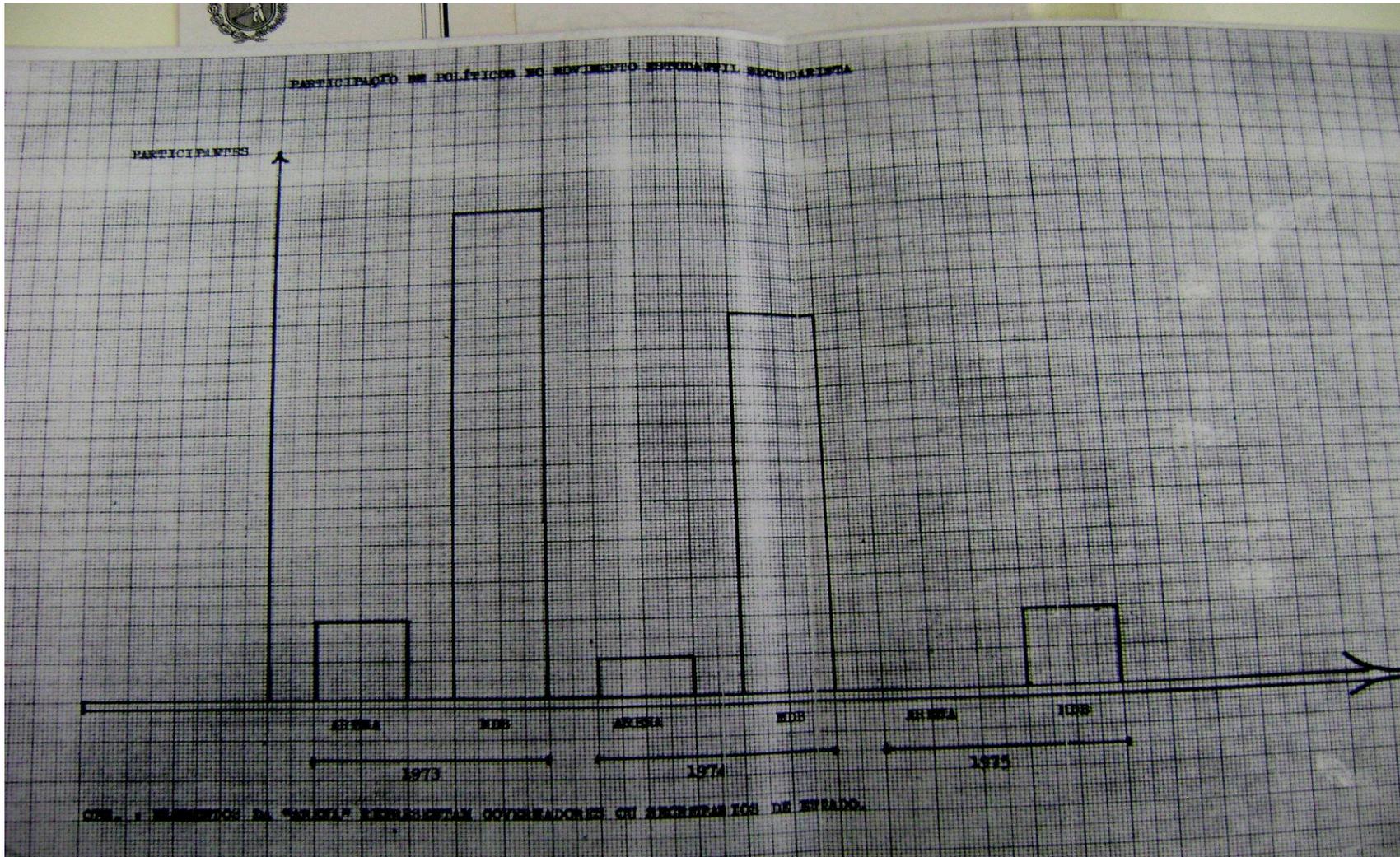
Arquivo da DOPS-PR, pasta da UPES n.º. 2336 topografia 266.

Recorte reportagem jornal Argumento sobre XXXI COESES



ANEXO 15

Arquivo da DOPS-PR – Pasta da UPES nº. 2328, topografia 264.



ANEXO 16

Quadro de Participação Presença Política nos eventos da UPES – 1973-1975

4 - Presença política

| Ano | Encontro | AREMA | M D B |
|------|-------------------------|---|---|
| 1973 | XV - Congresso | | Francisco Timbo - Ver |
| | III - ARES | Candido M. de Oliveira Sec. Estado | Mauricio Fruet - Ver Alvaro Dias - Dep Francisco Timbo - Ver |
| | XXIV - COSES | Odilon Reinhart - Dep. | Iris Mário Caldart - Dep Alvaro Dias - Dep Fidelcino Tolentino - Ver Eneás Farias - Ver Francisco Timbo - Ver Heitor Izidoro - Ver Luiz Piccoli - Ver Antonio J. Del Ciel - Ver Tercio A. Albuquerque - Prof. |
| 1974 | XVII - Conselho | | Nivaldo Krueger - Prof. Francisco Timbo - Ver Clábel Marquessi Martins - Ver Heitor Francisco Izidoro - Ver |
| | 1ª ARES | | José Miggiatti Filho - Dep Mauricio Fruet - Dep Eneás Farias - Ver Juliese C. da Silva - Ver Francisco C. Rodrigues - Ver |
| | XVIII - Conselho | Fabiano Braga Cortes, rep. Jayme Canet- Vic. Gov | José Antonio Del Ciel |
| 1975 | XIV - Congresso | | Francisco Timbo |
| | 1ª WLPÆ | | Senato Bernardi Suplente do MDB |
| 1975 | 1ª ARES (Medianeira) | | |

Arquivo da DOPS-PR, pasta UPES nº 2328, topografia 264.

ANEXO 17

Manifesto da UPES sobre *Agitação* estudantil

UPES – União Paranaense dos Estudantes de 1º e 2º graus
Rua Mal. Mallet, 250 – Cx. Postal 2246 – fone – 52 – 7053
Curitiba – Gestão Independência – Paraná

Queremos posições lúcidas e não posições inspiradas por pessoas alheias a classe Estudantil brasileira, por isso é que vimos, de público, dizer que:

O país, ultimamente, tem sido sacudido, nas capitais estaduais, por rumorosas manifestações estudantis colididas 'principalmente' nos meios universitários. Tem circulado vários manifestos, endossados por Diretórios Acadêmicos, onde se propugna por algumas reivindicações justas e que merecem ser atendidas pelas autoridades constituídas. Infelizmente, a essência desses reclames tem se voltado para problemas que fogem da alçada reivindicatória estudantil. Não podemos concordar que se pleiteie "anistia geral" a todo e qualquer político, preso ou cassado; é intolerável que se diga que vivemos numa ditadura massacrante, que vivemos sob opressão e sob um regime de medo. Não podemos aceitar que se procure confundir e distorcer a opinião e a consciência estudantil, jogando-as contra a administração deste país. Não podemos aceitar que as lideranças estudantis do Brasil possam ser inspiradas por ideologias espúrias e contrárias à índole Cristã e pacífica do nosso povo. É entristecedor, e mesmo aterrador, o cordão de conclusões que pode nos levar a imaginar a infiltração de pessoas totalmente estranhas ao meio estudantil brasileiro, instigando posições divergentes e dissidentes, no inqualificável afã de buscar propagandistas e adeptos a um regime político e econômico que prega a igualdade e felicidade comum, mas que na prática avulta a iniciativa particular, subjugando-a aos interesses estatais, massacrando principalmente as liberdades espirituais e o direito de crer em Deus. Preferimos continuar ao lado de cá do rio, onde a liberdade e a democracia fazem do regime Ocidental, no momento, a melhor opção para quem queira realmente trabalhar e progredir, num país como o Brasil, onde ninguém é obrigado a trabalhar unicamente para o Estado, mas para si, com reflexos comuns, conquistando o direito do progresso sócio-econômico, na medida da capacidade da fé, do entusiasmo e da força criadora de cada um.

Por isso, não apenas lamentamos, como repudiamos estes acontecimentos, de orientação desgraçadamente externa, que tem buscado tumultuar o estudantado brasileiro, fazendo-o esquecer de apelar por métodos mais inteligentes, no sentido de buscar solução para os problemas que afligem nossa classe. Há o dialogo, porem, poucos de lembram disso. Preferem advogar aos berros, confundindo os interesses da Classe com interesses estranhos a ela, e com isso, todos saem perdendo. As aulas são conturbadas; muita gente que chamaríamos de "inocente útil" é envolvida, com sérias conseqüências, sem nem ao menos saber porque e o que esta fazendo no meio dessas manifestações. E, como se não bastasse, lideranças estudantis acabam sendo ludibriadas, às vezes na melhor boa fé, ao ponto de subscritarem a recente carta entregue a esposa do Presidente dos Estados Unidos da América, onde se reclama direitos humanos e outras coisas mais, o que competiria, não somente aos estudantes, mas principalmente à Classe Política, dentro de nossa própria nação, consoante as ocorrências, neste aspecto registradas.

São fatos assim, manifestações inconseqüentes como esta que nos obrigam a sair em campo para esclarecer ao povo brasileiro que nem todos os lideres

estudantis servem de “inocentes úteis” para advogar causas espúrias e indignas para nosso país. Muito pelo contrário, a nossa UPES está preocupada em dar a Classe que representa, formação, estrutura e segurança, imprescindíveis para os encargos comunitários que a esperam. E, no silêncio, temos feito muito mais que os berros dos universitários mal orientados e “bem utilizados” por interesses externos e estranhos ao nosso meio...Ora, se há problemas no Brasil, isso é coisa nossa. Deve ser resolvida aqui dentro, pelas nossas lideranças, sem ingerências externas.

Somos um país em desenvolvimento, com vários problemas, mas ninguém pode negar que caminhamos, paulatinamente, para sermos umas das principais potências do mundo. Como estudantes, devemos opinar, devemos nos manifestar, mas jamais da forma como está acontecendo. Jamais deixando pressupor que há orientações espúrias, que advogamos como “inocentes úteis”, reivindicações de setores que dariam a própria vida, o próprio sangue para presenciarem, triunfantes, a derrocada total e a queda ideológica de um país como o nosso, que começa a merecer o respeito de contexto internacional.

Acima de tudo, colegas estudantes e líderes de nossa geração jovem, sejamos coerentes, sejamos brasileiros, sejamos lúcidos e ajudemos de forma altamente patriótica a construir o país com o qual tanto sonhamos, banindo do nosso meio ideologias e pessoas estranhas à nossa nacionalidade, pois somente assim teremos um país cada vez mais autônomo.

Curitiba, junho de 1977.

DIRETORIA EXECUTIVA DA UPES

UNIÃO PARANAENSE DE ESTUDANTES DE 1º E 2º GRAUS

a) José Cláudio Pereira Neto – Presidente (Maringá); Valdir Perondi – Vice-Presidente (Medianeira); Nilton Detoni – Secretário de Coordenação (Pato Branco); Neucir Augusto Battiston – Secretário de Expediente (Dois Vizinhos); Celso Ceccatto – Secretário de Finanças (Toledo); Luiz Antonio Siqueira – Assessor de Relações Externas (Cascavel); Elizabeth Bety Adams – Assessoria Especial (Toledo); Luiz Fernando Esteche – Diretor do Departamento de Imprensa, Esportes e Cultura (Guarapuava); Adilson Feiber – Diretor do Departamento de Patrimônio (Campo Mourão); Valmor Frasson – Diretor do Departamento de Identificação (Toledo); Rosana Ferros – Diretora do Departamento Técnico (Pato Branco); Eli Corrêa Fernandes – Assessor Jurídico da UPES (Curitiba).

Gestão Independência – 75/77.

Este manifesto está arquivado na Pasta UPES nº. 2335 topografia 265, arquivo da DOPS-PR.

ANEXO 18

Ofício redigido pela UPES e direcionado a DOPS-PR para relatar as atividades da entidade que se realizariam no ano de 1977.

**UNIÃO PARANAENSE DE ESTUDANTES
UPES**

Curitiba, 27 de Setembro de 1977.

Ofício nº 772/77

"PARTICIPAR É CONSCIENTIZAR"

A UPES - União Paranaense de Estudantes, Gestão Independência, 75, 76, 77, personificada pelos Membros Diretores abaixo assinados, através deste expediente, comunica a realização das promoções abaixo citadas, nas datas especificadas:

1a. AMECA - Amostra Estudantil da Canção, na cidade de Paranavaí, de 07 a 09-10-77;

III SOME - Seminário de Orientação do Movimento Estudantil, na cidade de Altônia, de 14 a 16-10-77;

I Encontro de Estudantes das Escolas Agrícolas do Paraná, na cidade de Clevelândia, de 20 a 23 - 10-77;

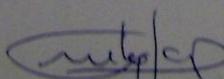
1a. AET - Amostra Estudantil de Teatro, na cidade de Curitiba, de 28 a 30 -10-77;

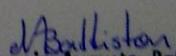
XXVIII COESES - Congresso Estadual de Estudantes, na cidade de Marechal Cândido Rondon, de 16 a 20 de novembro de 1977.

Outrossim, encaminhamos anexo o programa completo do XXVIII COESES - Congresso Estadual de Estudantes, a ser realizado na cidade de Mar. Cândido Rondon, Congresso este que marcará o encerramento da Gestão Independência frente a esta Mâter Estudantil de 1ª e 2ª graus do Estado do Paraná.

Na oportunidade, reiteramos nossas expressões de consideração e respeito.

Atenciosamente,


 José Claudio Pereira Neto
 Presidente


 Neucir Augusto Battiston
 Secretário de Expediente

A
 DOPS - Delegacia de Ordem Política e Social
 Nesta Capital.

D. O. P. S.
PROTOCOLO
 N.º 1118/77
 SEÇÃO DE INFORMAÇÕES

Arquivo da DOPS-PR pasta UPES nº 2335, topografia 265.